



MACHADIANA ELETRÔNICA

v. 4, n. 8, jul.-dez. 2021



ISSN 2594-5084

SUMÁRIO

EDITORIAL

Machado de Assis – 1895.....	11
<i>José Américo Miranda</i>	

TEXTOS COM APARATO EDITORIAL

A Semana – 136.....	15
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 137.....	21
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 138.....	27
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 139.....	33
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 140.....	39
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 141.....	45
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 142.....	53
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 143.....	59
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 144.....	65
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 145.....	69
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 146.....	73
<i>Machado de Assis</i>	

A Semana – 147.....	79
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 148.....	83
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 149.....	87
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 150.....	93
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 151.....	99
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 152.....	105
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 153.....	111
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 154.....	117
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 155.....	121
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 156.....	127
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 157.....	131
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 158.....	137
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 159.....	143
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 160.....	149
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 161.....	155
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 162.....	161
<i>Machado de Assis</i>	

A Semana – 163.....	167
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 164.....	173
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 165.....	179
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 166.....	185
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 167.....	189
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 168.....	195
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 169.....	201
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 170.....	207
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 171.....	213
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 172.....	219
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 173.....	225
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 174.....	231
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 175.....	237
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 176.....	245
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 177.....	253
<i>Machado de Assis</i>	
A Semana – 178.....	261
<i>Machado de Assis</i>	

A Semana – 179.....267
Machado de Assis

A Semana – 180.....275
Machado de Assis

A Semana – 181.....281
Machado de Assis

A Semana – 182.....287
Machado de Assis

ÍNDICES

Índices atualizados até o v. 4, n. 7.....295
José Américo Miranda

ABREVIATURAS

Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis.....311
José Américo Miranda

ERRATAS

Erratas.....317
José Américo Miranda

EDITORIAL

MACHADO DE ASSIS - 1895

Depois de publicadas na *Gazeta de Notícias*, entre 1892 e 1897, a história editorial das crônicas de “A Semana” começou pelas mãos do próprio Machado de Assis, que escolheu seis delas e as incluiu em *Páginas recolhidas* (1899), sob o título geral de “Entre 1892 e 1894”, e com títulos individualizados para cada uma: “Væ soli!” (17 de julho de 1892), “Salteadores da Tessália” (26 de novembro de 1893), “O sermão do diabo” (4 de setembro de 1892 – Machado registrou 1893 no livro), “A cena do cemitério” (3 de junho de 1894), “Canção de piratas” (22 de julho de 1894) e “Garnier” (8 de outubro de 1893).

Sobre a escolha que fez, para pôr essas seis crônicas em *Páginas recolhidas*, escreveu o autor, fechando com estas palavras o seu “Prefácio”: “Enfim, alguns retalhos de cinco anos de crônica na *Gazeta de Notícias* que me pareceram não destoar do livro, seja porque o objeto não passasse inteiramente, seja porque o aspecto que lhe achei ainda agora me fale ao espírito. Tudo é pretexto para recolher folhas amigas.”

Depois de morto o escritor, Mário de Alencar selecionou e deu a público em 1910 uma seleção dessas crônicas, atribuindo a algumas, como fez o próprio autor delas, um título que não traziam no jornal e que a algumas delas consagrou.

Data de 1937 a primeira das edições completas da série, pela editora W. M. Jackson, em três volumes. O primeiro volume contém as crônicas de 1892 e 1893; o segundo começa em 1894 e vai até setembro de 1895; e o terceiro traz as restantes, até a última, de 28 de fevereiro de 1897. Duas crônicas, de 1900, foram também incluídas no terceiro volume. Essa editora, em 1953, submeteu o texto à revisão de Aurélio Buarque de Holanda.

A partir de 1959, a série passou a aparecer no terceiro volume da *Obra completa*, pelas edições José Aguilar/Nova Aguilar – a partir de 2008, com a *Obra* em quatro volumes, as crônicas migraram para o quarto volume.

Finalmente, em 1996, pela editora Hucitec, apareceu o primeiro volume, seguindo a divisão utilizada pela casa W. M. Jackson, editado e anotado por John Gledson. A edição de Gledson parte do princípio de que as informações sobre o contexto em que as crônicas apareceram são fundamentais para uma compreensão plena delas. Os dois volumes seguintes não saíram impressos; a sequência ficou interrompida.

Foi dando seguimento a esse primeiro volume impresso que a *Machadiana Eletrônica*, em seu número 2, teve a honra de divulgar a edição de John Gledson das crônicas publicadas no ano de 1894.

Agora, neste número 8 da revista, reunimos as crônicas de 1º de janeiro de 1895 até 24 de novembro do mesmo ano. É enorme a nossa gratidão a John Gledson, pela contribuição que tem dado à *Machadiana*. Encerro esse editorial com a observação da profa. Letícia Malard sobre os textos do editor, que literalmente circundam, envolvem as crônicas: “Os comentários do Gledson trazem a elas um ótimo sabor.”

José Américo Miranda
Belo Horizonte, 14 de agosto de 2021.

**TEXTOS COM APARATO
EDITORIAL**

A SEMANA – 136

John Gledson

Como de costume, nesta primeira crônica do ano, há uma boa dose de ironia e de pessimismo implícita nos vaticínios para o novo século, que, claro, trará a perfeição total. Sísifo, rolando sua pedra para o topo da montanha, vendo-a rolar para baixo e tendo que começar tudo de novo, talvez exprima melhor a verdadeira visão do cronista, por mais surrada que seja a imagem. De novo, o processo da vacina serve para “explicar” esta perfeição futura; por outro lado, ao tratar das inundações de Petrópolis, não hesita em ensaiar o cinismo assumido da alusão a Lucrecio. No final, porém, vem uma nota mais otimista, ao anunciar o primeiro número da *Revista Brasileira*, na sua terceira encarnação – outro indício de que Machado voltava-se para a cultura para promover a unidade e a continuidade da nação. Talvez seja significativo que decida citar os nomes de amigos e inimigos, e dois nomes estrangeiros, naturalizados brasileiros, e não mencionar o ensaio sobre ele mesmo.



A SEMANA

6 de janeiro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Se a pedra de Sísifo não andasse já tão gasta, era boa ocasião de dar com ela na cabeça dos leitores, a propósito do ano que começa. Mas tanto tem rolado esta pedra, que não vale um dos paralelepípedos das nossas ruas. Melhor é dizer simplesmente que aí chegou um ano, que veio render o outro, montando guarda às nossas esperanças, à espera que venha rendê-lo outro ano, o de 1896, depois o de 1897, em seguida o de 1898, logo o de 1899, enfim o de 1900...

Que inveja que tenho ao cronista que houver de saudar desta mesma coluna o sol do século XX! Que belas coisas que ele há de dizer, erguendo-se na ponta dos pés, para crescer com o assunto, todo auroras e folhas verdes! Naturalmente maldirá o século XIX, com as suas guerras e rebeliões, pampeiros e terremotos, naufrágios e pestes, violências e desastres,¹ anarquia e despotismo, coisas que não trará consigo o século XX, um século que se respeitará, que amará os homens, dando-lhes a paz, antes de tudo, e a ciência, que é ofício de pacíficos.

A doutrina microbiana, vencedora na patologia, será aplicada à política, e os povos curar-se-ão das revoluções e maus governos, dando-se-lhes um mau governo atenuado e logo depois uma injeção revolucionária. Terão assim uma pequena febre, suarão um tudo-nada de sangue e no fim de três dias estarão curados para sempre. Chamfort, no século XVIII, deu-nos a célebre definição da sociedade, que se compõe de duas classes, dizia ele, uma que tem mais apetite que jantares, outra que tem mais jantares que apetite.²

Pois o século XX trará a equivalência dos jantares e dos apetites, em tal perfeição que a sociedade, para fugir à monotonia e dar mais sabor à comida, adotará um sistema de jejuns voluntários. Depois da fome, o amor. O amor deixará de ser esta

¹ Estas seis palavras (de “naufrágios” até “desastres”) faltam no texto de Aurélio.

² “La société est composée de deux grandes classes: ceux qui ont plus de dîners que d’appétit, et ceux qui ont plus d’appétit que de dîners”, de *Maximes et pensées* de Chamfort (nome adotado de Sébastien-Roch Nicolas, 1741-1794). Na biblioteca de Machado há um volume de máximas dele.

coisa corrupta e supersticiosa: reduzido a função pública e obrigatória, ficará com todas as vantagens, sem nenhum dos ônus. O Estado alimentará as mulheres e educará os filhos, oriundos daquela sineta dos jesuítas do Paraguai, que o senador Zacarias fez soar um dia no senado, com grave escândalo dos anciãos colegas.³ Grave é um modo de dizer, e escândalo é outro. Não houve nada, a não ser o efeito explosivo da citação, caindo da boca de homem não menos austero que eminente.

Mas não roubemos o cronista do mês de janeiro de 1900. Ele, se lhe der na cabeça, que diga alguma palavra dos seus antecessores, boa ou má, que é também um modo de louvar ou descompor o século extinto. Venhamos ao presente.

O presente é a chuva que cai, menos que em Petrópolis, onde parece que o dilúvio arrasou tudo, ou quase tudo, se devo crer nas notícias;⁴ mas eu creio em poucas coisas, leitor amigo. Creio em ti, e ainda assim é por um dever de cortesia, não sabendo quem sejas, nem se mereces algum crédito. Suponhamos que sim. Creio em teu avô, uma vez que és seu neto, e se já é morto; creio ainda mais nele que em ti. Vivam os mortos! Os mortos não nos levam os relógios. Ao contrário, deixam os relógios, e são os vivos que os levam, se não há cuidado com eles. Morram os vivos!

Podeis concluir daí a disposição em que estou. Francamente, se esta chuva que vai refrescando o verão, fosse, não digo um dilúvio universal, mas uma calamidade semelhante à de Petrópolis, eu aplaudiria d'alma, contanto que me ficasse o gosto do poeta, e pudesse ver da minha janela o naufrágio dos outros.⁵

Hoje há aqui, na capital da União, grandes naufrágios e alguns salvamentos. Falo por metáfora, aludo às eleições.⁶ Recompõe-se a intendência, e os primeiros naufrágios estão já decretados, são os intendentes antigos. Com todo o respeito devido à lei, não entendi bem a razão que determinou a incompatibilidade dos intendentes que acabaram. Só se foi política, matéria estranha às minhas cogitações; mas indo só pelo juízo

³ Esta sineta fez fama em junho de 1867, quando Zacarias de Góis (1815-1877), então presidente do conselho, aludiu ao suposto costume dos padres jesuítas, nas suas “reducciones” no Paraguai, de agitar uma sineta para “regular as funções de reprodução”. Como se sabe, Machado, que tinha atacado Zacarias alguns anos antes, virou um grande admirador, e até parece que “amigo” do político, de quem recebera o seu primeiro emprego público em abril desse mesmo ano de 1867. Para a relação entre o escritor e o político, ver “Machado de Assis e o Conselheiro Zacarias”, em Raimundo Magalhães Júnior, *Machado de Assis desconhecido*, p. 96-109.

⁴ Estas chuvas caíram no dia de Ano-Bom: parece que foi a pior inundação desde 1862. H a um telegrama no dia 2. No dia 3, na primeira página (col. 8), h a uma longa reportagem descrevendo o aspecto desolador da cidade. Já no dia 4, a reportagem, também na primeira página, é mais distante e humorística.

⁵ Aqui h a uma alusão a uma cita o predileta de Machado, expressão clássica da “Schadenfreude”: “Suave, mari magno...”, de *De rerum natura*, de Lucrécio (1  séc. a.C.): “  doce, quando os ventos turbam as ondas do mar convulso, ver da terra firme as lutas dos outros”. D  título a um famoso poema de *Ocidentais*, (*Poesias completas*, 1901), publicado pela primeira vez em 1880.

⁶ No dia 18 de dezembro de 1894, publicou-se um decreto sobre estas elei es, em que uma série de postos públicos se declararam incompatíveis com o posto de intendente, entre os quais os membros do conselho atual. O objetivo, claro, era reduzir a corrup o.

ordinário, não alcanço a incompatibilidade dos antigos intendentes. Se eram bons, e fossem eleitos, continuávamos a gozar as doçuras de uma boa legislatura municipal. Se não prestavam para nada, não seriam reeleitos; mas supondo que o fossem, quem pode impedir que o povo queira ser mal governado? É um direito anterior e superior a todas as leis. Assim se perde a liberdade. Hoje impedem-me de meter um pulha na intendência, amanhã proíbem-me andar com o meu colete de ramagens, depois de amanhã decreta-se o figurino municipal.

Entretanto (vede as inconseqüências de um espírito reto!);⁷ entretanto, foi bom que se incompatibilizassem os intendentes; não incompatibilizados, era quase certo que seriam eleitos, um por um, ou todos ao mesmo tempo, e eu não teria o gosto de ver na intendência dois amigos particulares, um amigo velho, e um amigo moço, um pelo 2º distrito, outro pelo 3º, e não digo mais para não parecer que os recomendo. São do primeiro turno.⁸

Mas deixemos a política e voltemo-nos para o acontecimento literário da semana, que foi a *Revista Brasileira*. É a terceira que com este título se inicia. O primeiro número agradou a toda gente que ama este gênero de publicações, e a aptidão especial do Sr. J. Veríssimo, diretor da *Revista*, é boa garantia dos que se lhe seguirem. Citando os nomes de Araripe Júnior, Afonso Arinos, Sílvio Romero, Medeiros e Albuquerque, Said Ali e Parlagreco,⁹ que assinam os trabalhos deste número, terei dito quanto baste para avaliá-lo. Oxalá que o meio corresponda à obra. Franceses, ingleses e alemães apoiam as suas publicações desta ordem, e, se quisermos ficar na América, é suficiente saber que, não hoje, mas há meio século, em 1840, uma revista para a qual entrou Poe,¹⁰ tinha apenas cinco mil assinantes, os quais subiram a cinquenta e cinco mil, ao fim de

⁷ Assim (ponto e vírgula) na *Gazeta*. Aurélio corrige com uma vírgula.

⁸ Há um enxame de pequenos anúncios nos apedidos para estas eleições, e identificar estes dois amigos, que bem possivelmente serão invenções, é impossível.

⁹ José Veríssimo (1857-1916), grande amigo de Machado – ver nota 3 da crônica de 2 de dezembro de 1894. Araripe Júnior (1848-1911) – ver nota 2 da mesma crônica, colaborou com um ensaio sobre Machado, “Machado de Assis”, e outro sobre Poe. Afonso Arinos (1868-1916), autor de *Pelo sertão* (1898), amigo, sem ser íntimo, de Machado, colaborou com um conto, “Pedro Barqueiro (tipo do sertão)”. Sílvio Romero (1851-1914), crítico e historiador literário, inimigo de Machado, colaborou com parte de uma “História do Direito Nacional”; Medeiros e Albuquerque (1867-1934), poeta, romancista, político etc., com um ensaio “Federação e República”. Manuel Said Ali (1861-1953), filólogo, com “Estudos de linguística”; Carlos Parlagreco (?-?), imigrante italiano, pintor e jornalista (redator-chefe da *Gazeta de Notícias*), colaborou com “A exposição das Belas-Artes”. Outros nomes conhecidos que também colaboraram, entre outros, mas que Machado não menciona: Coelho Neto, Artur Azevedo, Visconde de Taunay, Carlos Magalhães de Azeredo.

¹⁰ É provável que Machado se refira à *Graham's Magazine*, publicada em Filadélfia, uma das revistas literárias mais vendidas do período, e que cresceu muito no começo da década de 1840. Poe entrou a colaborar nela em 1841, e publicou lá algumas obras famosas, como “The Murders in the Rue Morgue” e “The Mask of the Red Death”.

dois anos. Não paguem o talento, se querem; mas deem os cinco mil assinantes à *Revista Brasileira*. É ainda um dos melhores modos de imitar New York.



A SEMANA – 137

John Gledson

A notícia do príncipe japonês e sua procura de uma esposa nobre ou, na falta desta, rica, deve ter atraído logo a atenção de Machado, que gostava muito dessas misturas de coisas aparentemente opostas, em que o sangue azul e os dólares acabam sendo intercambiáveis. Outro exemplo: o sultão do império otomano manda felicitações ao papa. Para ele, são profundamente típicas do momento histórico, em que “todas as crenças se fundem neste fim de século sem elas”. Mesmo ao tratar do desastre, imprime um sabor bem machadiano (e, novamente, relativista) ao seu comentário, na linha do “Suave mari magno” da crônica anterior. Moralista realista, e inimigo dos que criticam os outros sem ter passado pelas mesmas peripécias, simpatiza com os que não queriam pôr suas próprias vidas em risco para salvar as vítimas do naufrágio. “Nem todas as ações podem ser sublimes.”



A SEMANA

13 de janeiro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Foi a semana dos cadáveres;¹ mas, por mais que eles aparecessem e me entrassem pelos olhos, custou-me desviar a vista deste telegrama de Viena: “Embaixadores japoneses procuram uma princesa europeia para casar com o príncipe herdeiro, e, se não acharem, procurarão uma americana opulenta.”²

Pelo que vai grifado, deveis perceber que o que mais me atrai nesse telegrama, não é a arte oportuna do Japão, que pede uma princesa europeia no momento em que afirma o seu poder político e militar.³ As famílias régias não podem estranhar o pedido; tendo adotado instituições europeias, é natural que o Japão queira completá-las por meio de uma princesa, instituição viva. Eleições, ministério, parlamento, moções de confiança, orçamento e impostos votados, todo esse aparelho de civilização e de liberdade funciona perfeitamente em Tóquio; por que não há de funcionar uma princesa? Racionalmente, não há negativa que valha.

É possível, porém, que as princesas europeias não aceitem a proposta e deem pretextos em vez de razões. Tóquio é tão longe! A língua é tão difícil! e tão complicada! Tudo isso previa a chancelaria japonesa; se nenhuma princesa europeia quisesse o trono que se lhe oferece, recorrerá às grandes herdeiras americanas. É isto que me prende os olhos. Sim, eu creio que os embaixadores japoneses não tornam com o tálamo vazio. Há herdeira americana destinada a ser imperatriz do sol nascente.

Que destino que é o das herdeiras norte-americanas! Muitas delas penetraram e penetram nas mais cerradas aristocracias europeias. Há duquesas, cujos pais não foram nada, antes de milionários deste lado do Atlântico. Brasões velhos e dólares novos fazem boa companhia. Na batalha da vida, como na de Ricardo III, o grito é o mesmo:

¹ Os detalhes do desastre da *Terceira* estão referidos na nota 8.

² Este telegrama apareceu, com as palavras citadas, n’*O Paiz* de domingo, 6 de janeiro.

³ Ver, por exemplo, a crônica de 28 de outubro de 1894 (126).

“Um cavalo! um cavalo! meu reino por um cavalo!”⁴ “Um milhão! um milhão! meu nome por um milhão!” “Um castelo! um castelo! meu milhão por um castelo!” Tal é a universalidade de Shakespeare. Demais, (não sou mulher, não posso sentir bem o que digo) creio que há de haver certo gosto particular em dar à luz um duque. Que não será em dar à luz um imperador?

Se algum fabricante de papel da⁵ Pensilvânia tem de ser avô do futuro micado, este século acaba como principiou, e o pai de Bernadotte acha um êmulo no industrial americano.⁶ Este, pensando em dar nova forma aos trapos velhos, fundará uma dinastia. Do papel que houver fabricado, é provável⁷ que muitas folhas hajam servido para escrever belas páginas; mas a melhor delas, a magnífica, será esse poema, conto ou ode, que fizer de uma simples herdeira a imperatriz futura. O resto é com os cronistas japoneses. Não faltará algum que o dê por um grande rei, tão amigo das letras e protetor de livros, que os seus súditos lhe puseram o cognome de *fabricante de papel*. A história é muitas vezes isso: um trocadilho.

Assim explicada a atração do telegrama, não tenho dúvida em fitar os cadáveres da semana, que foi uma semana de cadáveres, como ficou dito.⁸ Outro trocadilho.

⁴ “A horse! A horse! My kingdom for a horse!” Palavras de Ricardo III na peça homônima de Shakespeare, ato IV, linha 7, na batalha de Bosworth Field, em que morreu.

⁵ Assim no jornal. Aurélio tem “de”, sem anotar.

⁶ Jean Bernadotte (1763-1844), soldado de profissão, sem título, foi marechal no Império napoleônico. Tinha uma relação turbulenta com o imperador, e, em 1810, ofereceram-lhe inesperadamente o trono da Suécia, pois o rei Karl XIII estava sem descendência, e sem esperança de tê-la. Foi eleito por uma votação no parlamento sueco, e reinou até a morte. “Bernadotte foi rei, e Bonaparte imperador. Você queria ser a rainha-mãe da Suécia?”, são palavras de Carlos Maria no capítulo CLXXIII de *Quincas Borba*.

⁷ Na *Gazeta*, há aqui uma vírgula, que Aurélio suprime.

⁸ Pouco depois das 7 horas da noite do domingo, 6 de janeiro, houve um desastre terrível na baía de Guanabara: a barca *Terceira* aproximava-se de Niterói, quando subitamente explodiu e pouco depois afundou. Houve muitos mortos, e cada dia nos jornais, durante toda a semana, apareciam pequenas notícias, listas de mortos e desaparecidos etc., sob a manchete GRANDE CATÁSTROFE. Cito aqui trechos da primeira notícia, do dia 7, e de algumas outras, que Machado verossimilmente leu e usou. No dia 7 (*Gazeta de Notícias*, p. 1): “Um desastre enorme e pungentíssimo cobriu de luto muitas famílias brasileiras, a esta hora privadas de entes caros e estremecidos. / A barca *Terceira*, que há pouco se experimentara com feliz êxito, fez ontem a sua inauguração e trabalhara sem acidente algum durante o dia. Às 7 horas saía desta capital, (...) com cerca de 80 passageiros que se destinavam uns a S. Domingos e outros a Niterói. Depois de parar no primeiro desses pontos, largara da ponte para fazer a curva e atracar em Niterói, quando de terra se viu que saía um clarão das escotilhas da barca, e esta parava a certa distância. Era um pavoroso incêndio a bordo. / Ignora-se por enquanto qual a causa deste sinistro, havendo quem afirme que ele se originou da máquina motora da iluminação elétrica. / É fácil imaginar o efeito produzido por esta desgraça no ânimo dos passageiros, que, para escaparem à morte pelo fogo, se precipitaram todos ou quase todos no mar, afrontando outro gênero de morte. Um horror! (...) / Nessa ocasião partia de Niterói a *Quinta*, tendo por mestre Pedro Costa, com destino a esta capital. Costa pretendeu aproximar-se da barca incendiada para prestar socorros, mas foi impedido pelos passageiros, que, tomados de pavor e receosos de serem por sua vez vítimas da explosão da máquina da *Terceira*, absolutamente não permitiram a aproximação, ameaçando com armas o mestre. Estes passageiros arrancaram os bancos e atiraram-nos ao mar em direção à *Terceira*, com o intuito de oferecerem por esta maneira um meio de salvação aos naufragos.” No dia 9 (*Gazeta de Notícias*, p. 1): “Este [o mestre da *Quinta*] confirmou o que se diz, quanto à intimação que sofreu de muitos passageiros para não aproximar-se

Muitos foram os que viemos recolhendo, de domingo para cá, ou diretamente do mar, ou das praias a que ele os arrojou. Alguns foram barra fora, como se achassem curto o trajeto entre a vida e a morte. Ainda podem aparecer outros, a morte é fecunda.

Muita gente citou agora, por ocasião da *Terceira*, o desastre da *Especuladora*, há meio século.⁹ Há quem se lembre que o mundo existia há cinquenta anos, e que as máquinas não são mais novas. Algum dia, se o mundo ainda durar meio século, e houver outra explosão nas barcas de Niterói, é provável que alguém se lembre da catástrofe da *Terceira*, e até as notícias e artigos de hoje. Estilo, meus senhores, deem estilo nas descrições e comentários; os jornalistas de 1944 poderão muito bem transcrevê-los, e não é bonito aparecer despenteado aos olhos do futuro. Como se chamará a barca desse tempo? Aí está um objeto de apostas, agora que frontões e *bookmakers* tiveram alguns dias de férias.¹⁰

Uma das coisas que me doeram na catástrofe da *Terceira* foi a injustiça feita aos passageiros da *Quinta*. Todos, à uma, condenaram esses homens que, segundo se disse, ameaçaram o mestre da barca com revólveres, palavras e punhos, se ele fosse em socorro dos passageiros da *Terceira*. Tachou-se este procedimento de desumano, de feras,¹¹ de inqualificável, e o que vale aos pobres homens da *Quinta*, é não se haver nomeado ninguém. Um deles é que se nomeou no inquérito. Aos outros fica o recurso de dizer que não vinham na *Quinta*. Já se lhes deixou uma pequena aberta, dizendo que não foram todos que ameaçaram o mestre, mas certo número deles. A unanimidade desumana pode ficar assim reduzida a uma piedosa maioria, que não teve meio de reagir contra meia dúzia de perversos.

Ninguém defendeu essas vítimas, não menos lastimosas que as outras, e mais interessantes, pois estão vivas, e as outras morreram. Cavemos fundo no assunto. Não consta que houvesse entre os passageiros das duas barcas a menor sombra de inimizade pessoal. O que se disse, – e raras vezes a imprensa se verá assim tão concorde, – é que os passageiros da *Quinta*, por medo de alguma explosão, deixaram morrer os da

da *Terceira*, sendo certo também que um outro grupo formou-se, protestando contra a covardia dos seus agressores, exigindo que a barca socorresse aos naufragos; estes, porém, nada podiam fazer em vista dos primeiros terem agredido a casa do leme.” No dia 10 (*Gazeta de Notícias*, p. 2): “Pelo comandante do paquete alemão *Santos*, entrado ontem em nosso porto, foi dito existirem fora da barra mais de 30 cadáveres a boiar.” A imprensa é unívoca em condenar as ações dos passageiros da *Quinta*. O *Rio News*, por exemplo, jornal bastante equilibrado, nas p. 4 e 5 da sua edição de 8 de janeiro, diz que “a infâmia de tal conduta está além de nossos poderes limitados de denúncia”, e que se devem publicar os nomes dos passageiros armados (já que a lei proibia o porte de armas).

⁹ Fora mesmo há pouco mais de meio século. No dia 25 de maio de 1844, quando Machado tinha quase 5 anos, a barca *Especuladora*, que acabara de largar do cais Pharoux, com mais de 200 passageiros, foi pelos ares, em razão de formidável explosão na caldeira, matando mais de 70 pessoas.

¹⁰ Ver a próxima crônica, nota 2.

¹¹ Aurélio sugere que talvez esta palavra seja erro de revisão, e que a leitura correta seja “feroz”. Decidimos manter, acreditando que Machado quisesse significar que era um “procedimento de feras”.

Terceira. Não houve propósito, mas um arrebatamento geral, e não contra a *Terceira*, mas em favor da *Quinta*. Compreendeis a diferença? É mister distinguir os motivos. Se o ato da *Quinta* fosse aproveitar o desastre da *Terceira* para deixar morrer a gente que lá vinha, não havia nos dicionários nem nas brigas de carroceiros vocábulo assaz duro para condenar semelhante ato de covardia.

Tratando-se, porém, de salvar os passageiros da *Quinta*, a que cederam¹² eles, senão a um sentimento de conservação, mais forte neles que o da caridade, mas não menos legítimo? *Serva te ipsum*.¹³ A *blague* francesa disse que o conde Ugolino comeu os filhos para conservar-lhes um pai.¹⁴ Os passageiros da *Quinta*, sem chegar a esse extremo de voracidade, conservaram às vítimas alguns cidadãos sobreviventes, com tanto maior mérito que nenhum laço de sangue os prendia aos outros.

Há anos, deu-se um naufrágio no Rio da Prata. Não me lembra o nome nem a nação do navio; ficou-me de memória um episódio. Vinham a bordo um noivo e uma noiva, ambos na flor da idade, e a água ia ser para eles, a um tempo, o tálamo e o túmulo. Os poetas, que estavam em terra almoçando, perderam essa bela ideia, porque os noivos não morreram. Um velho conseguira agarrar-se a uma tábua ou o que quer que era, que o arrancava à morte certa. Os dois noivos estavam prestes a perder-se. Então o velho, vendo a aflitiva situação de ambos, lembrou-se de lhes dar a tábua ou cinta de salvação, dizendo-lhes com doçura: “Vocês estão moços, devem viver.” E, ficando sem algum socorro, mergulhou na água e sucumbiu. Os noivos, escapando com vida, referiram o caso em terra, onde o entusiasmo foi enorme. Os diários escreveram brilhantes artigos em homenagem ao velho. A opinião moveu-se; surgiu a ideia de perpetuar em bronze a memória de tão nobre ação, mas não foi adiante.¹⁵

Certamente a ação foi sublime; mas nem todas as ações podem ser sublimes. Nem todas são simplesmente belas, como a daqueles que salvaram alguns passageiros da *Terceira*, sem os conhecer, por impulso de humanidade. Belas foram e virtuosas; mas a beleza e a virtude não são as notas surradas de papel-moeda, que andam em todas as algibeiras. São as moedas de ouro que os cambistas da rua Primeiro de Março expõem nas vitrinas, que pelo atual câmbio custam caro. Nem há só pessoas que salvaram vidas. Há outras que dão dinheiro para os órfãos e viúvas, e outras que se

¹² Está assim na *Gazeta*. Aurélio acrescenta uma vírgula, a nosso ver desnecessária.

¹³ “Cuida-te de ti mesmo” (latim).

¹⁴ Ugolino della Gherardesca é o protagonista de um dos episódios mais famosos e tétricos do “Inferno” de Dante, no canto 33. Encarcerado sem comida pelo seu inimigo, o arcebispo Ruggieri, comeu seus próprios filhos. No poema, está sepultado no gelo, junto com Ruggieri, num dos últimos círculos do inferno, entre os que traíram sua própria família.

¹⁵ Este episódio foi também aproveitado no conto “A igreja do diabo” (de 1883), no segundo capítulo.

oferecem para educar as crianças cujos pais pereceram na catástrofe da *Terceira*. Nem tudo é o tombadilho da *Quinta*.



A SEMANA – 138

John Gledson

Esta crônica borboleteia, ou cambaleia, entre assuntos diversos. Começa por um encontro no bonde (nada menos provável que imaginar Machado “pensando alto” na sua viagem!), com um sujeito pernóstico e pedante: o assunto é a epidemia do jogo, nas suas várias formas, tudo ligado ao Encilhamento. Passamos a nada menos que o concílio de Niceia, do quarto século, por causa da briga sobre o significado do “logos” (palavra, verbo), isto é, duas palavras – “regular” ou “suprimir”? Num gesto profundamente típico, Machado evita decidir entre dois “verbos”, e concorda com ambas as soluções possíveis, para evitar conflitos. Embora seja esse o sentido geral do trecho, confesso que não sei exatamente o que quer dizer ao afirmar que “o paciente [de ambos os verbos] não era o fronteiro” (numa nota, ensaio uma explicação). A crônica termina com a renúncia inesperada do presidente da França: os assuntos desse país interessavam, porque, como diz *O Paiz* em 16 de janeiro, “a sorte da república de França interessa a todos nós, porque nada sucede nesse grande país que não tenha repercussão no mundo inteiro”. Mais concretamente, como se explica na nota respectiva, a questão envolvia a estabilidade de um regime *republicano*, o que interessava de perto aos brasileiros. Concluindo, Machado dá uma nova amostra do seu feminismo. No Brasil, como em praticamente todos os países, as mulheres nem votavam, e argumenta que poderiam ser até chefes do Estado.



A SEMANA

20 de janeiro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

A semana ia andando, meia¹ interessante, com os seus *bookmakers*, frontões e outras liberdades, e mais a lei municipal, que as regulou, segundo uns, e, segundo outros, as suprimiu.² Não examino qual dos verbos cabe ao caso; mas, relativamente aos substantivos regulados ou suprimidos, guio-me pela significação direta. Por isso indignei-me, quando vi o ato do prefeito e da polícia. Pois quê! exclamei; países como a Rússia têm ou tiveram censura literária, mas nunca se lembraram de regular ou suprimir escritores e arquitetos; por que é que, no regímen democrático, a autoridade me impede de pôr um frontão na minha casa, ou fazer um livro, se não tiver mais que fazer?

Um senhor que ia a meu lado (era no bonde, e eu penso alto nos bondes) fez-me o favor de dizer que era engano meu, que os *bookmakers*, apesar do nome,³ nunca escreveram livros, e que há entre uma casa e outra mais frontões do que sonha minha vã filologia.⁴ Perguntei-lhe se falava sério ou brincando; respondeu-me que sério, e deu-me em penhor o seu cartão. Não digo o nome porque este senhor quer conservar o incógnito; nem posso afirmar se cheguei a lê-lo, tais eram os títulos científicos, honorários e outros que o precediam.

Agradei-lhe a explicação; ele retrucou afavelmente que esta vida é uma troca de favores, e bem podia ser que eu lhe explicasse algum dia por que⁵ é que as colunas

¹ Esta variação de “meio” que, sendo advérbio, não devia variar, é comum em Machado, e noutros escritores.

² “Frontão” é a parede contra a qual se joga pelota basca, jogo muito popular pelas possibilidades que dá às apostas. A partir de 1º de janeiro de 1895, começou a vigorar um decreto municipal “regulando” as instituições que facilitavam o jogo – inclusive o jogo do bicho –, e os jornais davam notícias frequentes de inspeções policiais que acabavam em fechamento.

³ Esta vírgula falta na *Gazeta*. Aurélio a acrescenta, sem comentar.

⁴ Uso paródico, um de vários que Machado faz, do verso de *Hamlet* (ato I, cena 5): “Há entre o céu e a terra, Horácio, mais coisas do que sonha a sua filosofia”. (“There are more things in heaven and earth, Horatio, / Than are dreamt of in your philosophy.”) Como nos informa o *site* machadodeassis.net, a palavra “vã”, que Machado habitualmente acrescenta, pode ser que tenha suas origens em Almeida Garrett, que assim traduz a frase em *Viagens na minha terra*.

⁵ Está assim na *Gazeta*. Aurélio junta as duas palavras: “porque”. Como o sentido é “por que razão” achamos que o texto do jornal é correto.

telefônicas, derrubadas na praia da Glória, há três meses, em um conflito de eletricidade, continuam deitadas no chão.⁶ Disse-lhe que ia estudar esse problema, não momentoso, e recordei-lhe que as montanhas-russas duraram muito mais tempo, na rua da mesma Glória, e que a ponte que entra pelo mar da mesma Glória, se a maré a não levar no século entrante, não a levarão os homens.⁷

– As forças cegas da natureza são mais poderosas que as forças humanas, disse ele axiomáticamente.

Gostei da resposta. Eu aprecio muito os axiomas, mormente se a pessoa que os emite traz já um ar axiomático. Satisfeito com a explicação do que era *bookmaker* e frontão, no sentido legislativo e municipal, entendi que se tratava de vedar ou regular uma liberdade ou duas, e que toda a questão versava sobre o verbo aplicável ao ato. Assim posta a questão, reduzida unicamente à aplicação do verbo, estamos como no concílio de Niceia,⁸ e o símbolo que sair daqui será não menos respeitável que o outro, mal comparando. Qual é o verbo, na minha opinião? Leitor, eu entendo que o homem tem duas pernas para ir por dois caminhos. O verbo, a meu ver, depende do sujeito. Se o sujeito é sábio, o verbo é *ride, si sapis*. Se é melancólico, o verbo é chorar. *Sunt lacrymae rerum*.⁹ É a única solução razoável, porque atende¹⁰ ao temperamento de cada um.

Quanto ao paciente da oração, leitor e discípulo amigo, a minha perna direita afirma que é o que sai perdendo; mas a esquerda, que também estuda sintaxe, diz que é o que sai ganhando. Eu, como ambas as pernas são minhas, hesito na solução. Se a civilização ainda estivesse em outra idade, eu responderia de um modo evasivo, dizendo que o paciente não era o fronteiro.¹¹ Mas já não há fronteiros. O último que vi foi em cena, o *Fronteiro d'África*, escrito não sei por quem (tenho ideia vaga de que era um

⁶ Não encontrei referência a este conflito, que imagino fosse entre duas companhias de eletricidade rivais; ou talvez tivessem sido derrubadas por um raio.

⁷ As montanhas-russas e a ponte já foram mencionadas mais de uma vez n'“A Semana” (ver, por exemplo, a crônica de 11 de dezembro de 1892). A ponte fizera parte de um plano de aterrar uma parte da baía de Guanabara; as montanhas-russas eram o resultado de um plano de instalar um parque de diversões na Glória e que resultou, nas palavras do *Jornal do Commercio*, num “mostrengo de sarrafos velhos”. Ambas eram ruínas do Encilhamento.

⁸ O concílio de Niceia, de 325 d.C., foi o primeiro depois da adoção pelo imperador Constantino do cristianismo como religião oficial do Império Romano. Centrou-se numa disputa sobre o arianismo, doutrina que acha que Jesus, filho de Deus, é distinto de Deus Pai: noutras palavras, não acredita na Trindade. No concílio, foi declarado heresia. As disputas se centravam no sentido do Logos (o Verbo, portanto, daí o jogo de palavras na crônica), como no começo do evangelho de S. João: “No começo era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.”

⁹ “Ri, se és sábio”, dos *Epigramas* do poeta latino Marcial (c. 40 d.C.-c. 104 d.C.) – epigrama I, 32; “são as lágrimas das coisas”, da *Eneida*, de Virgílio (70-19 a.C.), livro I, v. 462.

¹⁰ Na *Gazeta* está “atente” – subjuntivo de atentar? – que não é possível. Aurélio corrige por “atende”, sem comentar. Também podia ser “atenta” (adjetivo).

¹¹ Como disse na introdução, não tenho certeza do sentido destas palavras. Os editores desta revista têm uma solução verossímil: sugerem que “O paciente” (da oração) são os donos dos jogos “regulados” ou “suprimidos”; e eles não eram “fronteiros”, isto é, como os guardas de fronteira, soldados capazes de reagir a qualquer agressão ou (no caso) às decisões do poder público.

Abrantes), o qual arrancava palmas no teatro de S. Pedro de Alcântara.¹² Tempo dos mouros. Muita cutilada, muito viva, muita fidelidade portuguesa, tudo por dois mil-réis, cadeira. Onde vão esses dias? Tornemos à semana.

A semana ia andando, como disse, cai aqui, cai acolá, e teria chegado ao fim, sem grandes assombros nem lances inesperados, se não fosse o trovão de França.¹³ Quando menos cuidávamos, resignou o presidente, um presidente que havia sido achado para não resignar nunca. Dizem que foi ato de fraqueza. A mensagem dele confessa que lhe faltava apoio. Qualquer que seja a causa, ou sejam ambas, é matéria política, e naturalmente estranha às minhas cogitações. Venhamos à estética.

Pelo lado estético é que o ato de Casimiro Perier¹⁴ me pareceu medíocre. Diz um telegrama, que a mãe do ex-presidente opôs-se à renúncia.¹⁵ A recente morte do último rei de Nápoles, trouxe à memória o heroísmo da jovem princesa, sua mulher, em Gaeta,¹⁶ que encheu o mundo inteiro de admiração. Os dois fatos provam que a

¹² Aqui há um pequeno mistério, possivelmente explicado por uma falha da memória do cronista. Há uma peça que se chama *Fronteiro d'África ou Três noites aziagas*, de 1838 e com publicação no Brasil em 1862, mas é de Alexandre Herculano (1810-1877), e passa na época filipina, sem mouros. Herculano só escreveu duas peças, esta e *Os infantes em Ceuta* (1842). Mas há outra peça, a que Machado talvez tenha atribuído o título da de Herculano, de Antônio Joaquim da Silva Abranches (*sic*) (1810-1868), de 1841, chamada *O cativo de Fez*, que forçosamente terá mouros. Ora, acontece que em 1859, ainda nos tempos de João Caetano (que morreu em 1863), foi encenada no teatro São Pedro de Alcântara, o mais prestigioso do Rio de Janeiro. O que é mais, Machado, então com vinte anos, assistiu, e escreveu uma resenha curtíssima n' *O Espelho*, a 11 de dezembro. Encontra-se na edição da produção de Machado para esse jornal, de João Roberto Faria (Campinas: Ed. da Unicamp, 2009), à p. 154. Machado chama a peça de “drama inconsistente, inverossimilhante, com todos os defeitos da escola e sem uma só das suas belezas”. Vê-se que a sua memória, se por um lado era falha, por outro funcionava bem. Ver também Décio de Almeida Prado, *João Caetano* (São Paulo: Perspectiva, 1972), p. 47. O caso lembra a curiosa mistura de memória e esquecimento na crônica de 24 de junho de 1894 (108), que também envolve João Caetano.

¹³ Jean Casimir-Perier (1847-1907) (assim, sem acento) foi eleito quinto presidente da Terceira República Francesa em junho de 1894, após o assassinato de Marie François Sadi Carnot (1837-1894). Sua presidência só durou 6 meses – devia durar sete anos, segundo a constituição, mas se demitiu com o governo do primeiro ministro Charles Dupuy, alegando que não era consultado pelos seus ministros, sobretudo sobre política estrangeira. A sua impopularidade, que Machado sem dúvida sabia que existia, era em boa parte devida às suas origens de classe, da alta burguesia, de uma família de políticos e banqueiros; seu avô fora ministro no regime orleanista, de Louis Philippe. Foi sucedido por Félix Faure (1841-1899), que ficou no posto até a morte. A queda de um *presidente* interessava de perto aos brasileiros, porque a presidência era a garantia da estabilidade de um regime, mesmo parlamentar. Segundo um comentário d' *O Paiz*: “São as belezas do parlamentarismo que o Sr. Silveira Martins [líder dos rebeldes federalistas no Sul] e outros querem implantar no Brasil.”

¹⁴ Assim no jornal, que Aurélio corrige para “Périer”, parece que erradamente, porque muitas vezes se escreve sem acento no jornal, e noutras fontes mais fidedignas. Seu avô, Pierre Casimir Périer (1777-1832), ministro de Louis Philippe, sim se escreve com acento.

¹⁵ Não encontrei este telegrama. *O Paiz* nos assegura que era “uma boa e santa velhinha” (8 de setembro de 1894).

¹⁶ O último rei das Duas Sicílias, Francesco II, só reinou de 1859 a 1861, quando foi forçado a fugir de Nápoles, sua capital, pelas forças de Garibaldi. Foi com sua mulher, Maria Sophie, princesa bávara, para a cidade de Gaeta, ao norte, na costa, onde foram assediados, de novembro de 1860 até fevereiro de 1861. A rainha, que só tinha 19 anos, agiu com muita coragem, e ficou célebre – foi chamada “o anjo de Gaeta”. Foram depois para Roma e Baviera, onde o rei morreu em 27 de dezembro de 1894. Maria Sophie viveu até 1925. Depois de “Gaeta”, Aurélio acrescenta esta vírgula, que não está na *Gazeta*.

república, como a monarquia, pode achar no governo mais do que a graça e a distinção de uma senhora. Por que se não há de abolir a lei sálica nas repúblicas?¹⁷ Se a mulher pode ser eleitora, por que não poderemos elevá-la à presidência? O nascimento dá uma Catarina da Rússia ou uma Isabel de Inglaterra; por que não há de o sufrágio da nação escolher uma dama robusta capaz de governo? Onde há melhor regímen que entre as abelhas? O mais que pode suceder, em um povo de namorados como o nosso, é dispersarem-se¹⁸ os votos, pela prova de afeição que muitos eleitores quererão dar às amigas da sua alma; mas com poucos votos se governa muito bem.

Talvez estejamos a julgar mal, cá de longe. Pode ser que a impopularidade do ex-presidente começasse a separar dele os homens públicos, e, para se não achar amanhã só, ele preferiu sair hoje mesmo. Isto,¹⁹ dado que realmente fosse impopular. Donde viria a impopularidade de Perier? Do nome? Da pessoa? Dos colarinhos? Realmente, os colarinhos, à maruja, em qualquer tempo não eram graves; vindo depois dos de Carnot, eram inadmissíveis.²⁰ Um chefe de Estado, rigorosamente falando, não pode ter a liberdade dos colarinhos. Nesse ponto o novo presidente é mais correto. Os retratos que vi dele trazem o colarinho teso e alto. Assim que, além das suas qualidades políticas e morais, Félix²¹ Faure possui mais a de saber concordar o pescoço com o poder.



¹⁷ A lei sálica, que tem origens na Europa pré-medieval, proíbe as mulheres de herdar, e de suceder ao trono. Causou algumas brigas dinásticas no século XIX, como a que levou às guerras miguelistas, em Portugal.

¹⁸ Na *Gazeta* está “dispensarem-se”. Parece-nos que esta correção, que é de Aurélio, cabe melhor ao sentido da frase. Erro dos compositores?

¹⁹ Esta vírgula falta na *Gazeta*. Aurélio a acrescenta.

²⁰ Com efeito, os colarinhos de Sadi Carnot eram célebres – as fotos de Casimir-Perier o mostram com um colarinho baixo, mais ou menos igual ao de um marujo.

²¹ Felix, na *Gazeta*. Aurélio corrige.

A SEMANA – 139

John Gledson

Esta crônica não é só política, é quase de teoria política, e bem interessante para conhecer as opiniões machadianas a esse respeito. De fato, não creio que o partido parlamentar que suscita tanto entusiasmo nele tivesse a importância que Machado lhe dá, embora neste momento, depois da posse do primeiro presidente civil, houvesse uma onda de especulação constitucional (ver, por exemplo, a próxima crônica). A importância do assunto tem suas origens no próprio cronista, que já expressou mais de uma vez opiniões parlamentaristas, embora não com o detalhe e a seriedade desta crônica. Como se sabe, ele fora (e de certo modo ainda era) monarquista. E é certo que o regime imperial fora parlamentarista; o republicano era presidencialista. Mas os argumentos do cronista vão além do simples apoio a um regime ou outro – a rigor, têm pouco ou nada a ver com isso. A questão é outra: segundo Machado, um sistema que possibilita a rejeição de um primeiro-ministro por votação num parlamento é mais democrático, mais sensível às mudanças de opinião e de situação, do que um governo (como os atuais brasileiro ou americano) que só pode se desfazer de um presidente por meio de *impeachment* (ou da ameaça dele). É esta sensibilidade democrática mais afinada que interessa a Machado. Os mandatos curtos, de dois anos ou até menos, seriam, porém, uma paródia deste parlamentarismo – o “parlamentarismo hiperautomático”.

O segundo comentário, ao manifesto do primeiro distrito, talvez seja sobretudo um comentário estilístico, de ódio ao clichê. Mas não deixa de ser significativo que Machado dedicasse tanta atenção a este item. Talvez fosse atraído por se tratar de um “partido” “conservador”, palavras que têm cheiro do parlamentarismo que não advogam, mas que Machado desejava.



A SEMANA

27 de janeiro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Se há ainda boas fadas por esse mundo, com certeza estarão agora junto ao berço do partido parlamentar, que vai nascer ou nasceu esta semana.¹ O berço há de ser enorme, muito maior que o túmulo que Heine queria para o seu amor.² E elas predir-lhe-ão grande futuro, brilhante e talvez próximo. Não vás contar a proximidade como é uso daqueles que pensam que o mundo acaba sexta-feira ou sábado; falo de uma proximidade relativa. Não sou procurador de fadas, mas juro que há de ser assim; se for o contrário, façamos de conta que não jurei nada.

Aparentemente, a ocasião não é própria à criação de um partido parlamentar, agora que os presidentes estão abdicando por não poderem formar ministérios.³ Mas é só aparentemente. Indo ao fundo das coisas, veremos que o caso do presidente argentino

¹ Parece provável que Machado se refira a uma brevíssima notícia no *Jornal do Commercio* do dia 20 de janeiro (p. 3, col. 6): “Diziam ontem na Rua do Ouvidor que o Sr. Dr. Bezerra de Meneses assumirá a chefia do partido parlamentar.” “Parlamentar” e “monarquista” eram praticamente sinônimos: *O Paiz*, por exemplo, atacava o parlamentarismo a propósito da crise na França (republicana), assunto da crônica anterior. Por isso, sem dúvida, é difícil rastrear outras referências nos jornais consultados (inclusive os mais simpáticos ao monarquismo, como o *Jornal do Brasil*) a este partido – que seria muito mal visto pelos republicanos.

² Não sabemos com absoluta certeza qual a origem desta referência. Agradecemos a sugestão de Roberto Schwarz, que bem pode ser certa. O quinto dos “Poemas de 1853 e 1854”, vizinho do célebre “Sklavenschiff”, é “Babylonische Sorgen” (Cuidados babilônicos). O poeta, que está para morrer, diz a Mathilde, sua amada, que seria melhor deixá-la em alto-mar, na companhia dos tubarões das profundezas, criaturas menos ferozes do que os animais que habitam a bela Paris, “inferno dos anjos e paraíso dos demônios”.

³ Machado refere-se à renúncia do presidente da França, Casimir-Perier (ver a crônica anterior), e à de Luis Saenz Peña, presidente da Argentina desde 1892, pai de Roque Saenz Peña, mais famoso, e presidente entre 1910 e 1914. Numa situação confusa, caracterizada pelas tentativas da União Cívica Radical, liderada por Hipólito Yrigoyen, de tomar o poder, e por fraude eleitoral em massa, Saenz Peña foi mudando várias vezes seus ministros, até que no dia 22 de janeiro de 1895, tendo perdido a confiança dos atuais, renunciou. Um telegrama d’*O Paiz* de 23 de janeiro dá ideia do clima: “A mensagem do Dr. Saenz Peña declara que nunca pretendeu o poder, e aceitando-o dominou várias revoluções, manteve a liberdade eleitoral, efetuou reformas administrativas, aplicou honradamente os dinheiros públicos, efetuando o serviço de amortização das dívidas e deixando no tesouro 11 milhões (...). Por esse motivo, acrescenta, foi injuriado e insultado nas câmaras e os partidos retiraram-lhe o apoio, forçando-o a demitir-se.”

(aliás não aplicável) pode explicar-se com os suicídios de imitação,⁴ e o do presidente francês terá tido causas diversas. Ainda quando os dois fenômenos procedam da mesma causa única, resta provar que isto tem alguma coisa com o parlamentarismo. E quando provado, ainda há que provar que um sistema acarreta consigo as mesmas consequências, qualquer que seja o meio em que respire. A própria diversidade daquelas duas repúblicas mostra que tenho razão.

Relevem-me que lhes fale assim grosso, fora das minhas frouxas melodias de menino, porque eu sou menino, leitor da minha alma; assim me chama um velho amigo, olho claro, cabeça firme, sobre a qual, só por esta exata noção que ele tem dos tempos e das pessoas, edificarei a minha igreja. Apesar disso, tenho uns dias, umas horas, em que dou para subir a montanha e doutrinar os homens. A natureza, que não faz saltos,⁵ também não gosta de andar torto, e depressa me repõe no caminho direito, que é na planície.

Mas, enfim, para acabar com isto, uma vez que comecei por aí, direi que o partido parlamentar está com visos de querer viver. Cabe aos presidencialistas lutar bastante para não correrem o risco de ver o princípio contrário infiltrar-se nas instituições. O Sr. Saraiva, que nunca foi inventor de governos, propôs na Constituinte uma emenda que ninguém quis, e realmente não trazia boa cara.⁶ Refiro-me à emenda que reduzia a dois anos o prazo da presidência da República. À primeira vista era um presidencialismo vertiginoso; mas, bem considerada, era um parlamentarismo automático. Os dois anos não eram só da presidência, mas virtualmente eram também do ministério. Não se pode dizer que tal prazo fosse excessivamente curto, mas estava longe de ser uma eternidade; era meia eternidade. Se tivesse sido deputado, o Sr. César Zama, dado aos seus estudos romanos,⁷ viria propor ao congresso uma emenda constitucional que reduzisse a presidência ao consulado, e os dois anos a um. Os ministérios teriam assim um ano apenas. Era o parlamentarismo hiperautomático.

⁴ Machado sem dúvida se lembra do que chama de “epidemia” de suicídios em Mileto, episódio contado por Plutarco no seu ensaio *De mulierum virtutibus*, e lembrado na crônica de 9 de setembro de 1894 (119).

⁵ “Natura non facit saltus”, frase que aparece em vários pensadores dos séculos XVIII e XIX, entre eles Leibniz, Newton e Darwin.

⁶ O conselheiro José Antônio Saraiva (1823-1895), presidente do conselho duas vezes no império, foi um dos primeiros políticos do antigo regime a aderir à república, vindo a ser senador pela Bahia. Pouco antes do golpe de 3 de novembro de 1891, porém, retirou-se ao estado natal. Dizia-se que não gostava da feição militarista do novo regime. Diz a *Gazeta* do dia 23 de julho de 1895, pouco depois da morte dele: “Julgava que a República era dos brasileiros; reconheceu que era dos soldados e de outros figurões improvisados em republicanos históricos, que só queriam proventos largos, e só aspiravam monopolizá-los para sempre.” Parece claro que a emenda de que fala a crônica fora uma tentativa de limitar quaisquer tendências ditatoriais que surgissem.

⁷ César Zama (1837-1906), político e autor de livros sobre a Antiguidade. Ver crônica de 11 de novembro de 1894, nota 3.

Não me digas que confundo alhos com bugalhos, ignorando que parlamentarismo quer dizer governo de parlamento, – coisa que nada tem com prazos curtos nem compridos.⁸ Eu sei o que digo, leitor; tu é que não sabes o que lês. Desculpa, se falo assim a um amigo, mas não é com estranhos que se há de ter tal ou qual liberdade de expressão, é com amigos, ou não há estima nem confiança.

Para não ouvir novo dichote, calo-me em relação a outro partido, que também nasceu esta semana, e já publicou manifesto. É do primeiro distrito da capital. Não pede parlamentarismo, embora admita alguma reforma constitucional, quando houvermos entrado no regímen metálico e outros.⁹ Tem por fim organizar a opinião pública. O fim é útil e o estilo não é mau, salvo alguns modos de dizer, aliás bonitos, mas que esta pobre alma cansada e cética já mal suporta. Tal qual o estômago, que não mais aceita certos manjares. Como Epicuro põe a alma no estômago, vem daí essa coincidência de fastio.¹⁰ *A terra da promessa*, por exemplo, já não é comigo. Citei-a muita vez, não só em prosa, mas ainda em verso, chamando-lhe, no segundo caso, pelo nome de Canaã, por causa das belas rimas (manhã, louçã, etc.),¹¹ mas tudo isso foi-se com os ventos.

Prosa ou verso, não quero já saber de Canaã, a não ser que me levem até lá os pretores encarregados de apurar as eleições municipais.¹² Mas quando? O fim da apuração, se eu a vir algum dia, há de ser como Moisés viu a terra da promessa, de longe e do alto, – digamos por um óculo, pois que o óculo está inventado. Só Josué a pisará, mas Josué ainda não nasceu.¹³ Bem sei que os pretores, em vez de fazer trabalho a olho, esgaravatam todas as atas, e, o que é mais, todos os artigos de lei. Sendo assim severos, que será da virtude e da verdade, – da verdade eleitoral, ao menos? Que

⁸ “comprido”, na *Gazeta*. Aurélio corrige.

⁹ Este manifesto apareceu no *Jornal do Commercio* na quinta-feira, 24 de janeiro, à p. 4, col. 5. É do Partido Republicano Conservador, e prega o “congraçamento”, o emprego da “justiça com moderação”, e o estabelecimento das bases de uma sociedade sobretudo bem organizada. Por isso, quer “o emprego de todos os meios precisos ao desenvolvimento de nossa vida industrial, de modo a formar em nosso país definitivamente o regímen metálico, concluindo assim a obra de nossa independência”. O estilo, de fato, é sóbrio: o único arroubo (sem o qual duvido que Machado tivesse citado o manifesto) vem no seguinte trecho: “os homens políticos do primeiro distrito resolveram[,] hoje que todas as esperanças da Nação convergem para o ilustre Chefe do Estado, tendo-o como farol que nos conduzirá à terra da promessa, criar o partido político.”

¹⁰ Epicuro (341-270 a.C.) ensinava que a virtude, a sabedoria e a felicidade estão intimamente ligadas ao corpo e à sua satisfação. A “alma” é material e perecível, como o corpo.

¹¹ Esta vírgula falta no jornal. Aurélio a acrescenta.

¹² Cada dia da semana, davam-se notícias das brigas e reclamações contra os resultados das eleições de 6 de janeiro. O conselho estava longe de se constituir. “Continuou ontem a junta dos pretores a apuração da eleição municipal, feita nesta cidade a 6 do corrente”, diz *O Paiz*, repetidamente.

¹³ Quando Moisés morreu aos 120 anos, Josué foi nomeado seu sucessor, e líder dos israelitas; será ele que finalmente entrará na terra prometida. Ver Josué 1:1-9.

importa que em uma seção de distrito haja mais cédulas que eleitores? Outra terá mais eleitores que cédulas, e tudo se compensa. Adeus, o calor é muito.



A SEMANA – 140

John Gledson

Novamente, parece que Machado se interessa por um assunto marginal, por razões suas. Esta “reforma” meio louca da constituição republicana, que faria do diploma de deputado, por exemplo, uma coisa herdável, projeto obviamente antidemocrático e patriarcal, talvez atraísse a sua atenção por ser um caso flagrante de “ideias fora de lugar”, do choque de dois sistemas, o social e o legal. Confesso que a reforma é tão desvairada que cheguei a pensar que fosse invenção do cronista. Certamente, quando leva o caso tão a sério – poderíamos dizer que com cara de pau –, é um simples caso de ironia, que se escancara quando aparece o sujeito que adquiriu as ideias com o diploma, bem à maneira de “Teoria do medalhão”, “Evolução” e outros contos. As “apurações”, repetidamente mencionadas, eram teoricamente para verificar a validade de uma eleição – de fato, faziam parte de um processo turvo e corrupto.

A crônica termina com dois assuntos típicos do fim de século na visão machadiana: os desastres naturais que parecem pressagiar algum desastre maior, escondido no ventre da terra; e o novo relativismo que afeta as religiões, apesar de toda a sua intolerância histórica: “todas as crenças se confundem neste fim de século sem elas”, como disse na crônica de 19 de março de 1893.



A SEMANA

3 de fevereiro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Andam listas de assinaturas para uma petição ao Congresso Nacional. Há já cerca de duzentas assinaturas, e espera-se que daqui até maio passarão de mil. Com o que se conta obter dos Estados, chegar-se-á a um total de cinco ou seis mil.¹

Não é demais para reformar a Constituição. Com efeito, trata-se de reformá-la, embora os inventores da ideia declarem que não é propriamente reforma, mas acréscimo de um artigo. Este sofisma é transparente. Não se emenda nenhum dos artigos constitucionais, mas a matéria do artigo aditivo é tal que altera o direito de representação, estabelecendo um caso de hereditariedade, contrário ao princípio democrático.

Não li a petição, mas alguém que a leu afirma que o que se requer ao congresso é nada menos que isto: Quando acontecer que um deputado, senador ou intendente municipal deixe de tomar assento² ou por morte, ou porque a apuração das atas eleitorais seja tão demorada que primeiro se esgote o prazo do mandato, o diploma do intendente, do deputado ou do senador passará ao legítimo herdeiro do eleito, na linha direta. Quis-se estender ao genro o direito ao diploma, visto que a filha não pode ocupar nenhum daqueles cargos; mas, tal ideia foi rejeitada por grande maioria. Também se examinou se o eleito, em caso de doença mortal, sobrevinda seis meses depois de começada a apuração dos votos, e na falta de herdeiro direto, podia legar o diploma por testamento. Os que defendiam essa outra ideia, e eram poucos, fundavam-se em que o mandato é uma propriedade temporária de natureza política, dada pela soberania nacional, para utilidade pública, e³ se era transmissível por efeito do sangue, igualmente o podia ser por efeito da vontade.

¹ Não encontrei rastro desta petição nos jornais: não surpreende, sendo que era de “circulação clandestina”. Existiu mesmo?

² Aurélio acrescenta uma vírgula aqui.

³ Esta palavra falta no jornal, como já notou Aurélio. Pode ser também que não falte, mas que, em vez da vírgula, houvesse um ponto e vírgula.

Negou-se esta conclusão, e a petição limita-se ao exposto.

O exposto é incompreensível. Entendo o caso de morte; mas, como se há de entender o de demora na apuração dos votos? Se a petição desse, para essa segunda hipótese, um terço do prazo do mandato ou um limite fixo, digamos um ano, isto é, se determinasse que, no caso em que a apuração eleitoral durasse um ano, o intendente, deputado ou senador poderia transmitir ao seu herdeiro varão o mandato recebido nas urnas, entendia-se a medida. Mas estabelecê-la para quando a apuração vá além do prazo do mandato é absurdo. Que é então que o eleito transmite se o mandato acabou? Não desconheço que a apuração pode ultrapassar o prazo do mandato, mas para esse caso a medida há de ser outra.

Outra objeção. Suponhamos que a apuração das últimas eleições municipais, já adiantada, acabe dentro de três meses. Pode um intendente eleito transmitir o mandato, no fim de tão curto prazo? Parece que devia haver um limite mínimo e outro máximo, seis meses e um ano. Não faltam objeções à reforma que se vai pedir ao Congresso. Uma das mais sérias é a que respeita às opiniões políticas. Pode haver transmissão de diploma no caso em que o filho do eleito professa opiniões diversas ou contrárias às do pai? Evidentemente não, porque os eleitores, votando no pai, votaram em certa ordem de ideias, que não podem ser excluídas da representação, sem audiência deles. É verossímil que alguns filhos mudem de ideias, ajustando as suas ao diploma, desde que não podem ajustar o diploma às suas; também se pode dizer, com bons fundamentos, que um diploma é em si mesmo um mundo de ideias. Conheci um homem que não possuía nenhuma antes de diplomado; uma vez diplomado, não só as tinha para dar, como para as⁴ vender. Talvez o leitor conhecesse outro homem assim. O que não falta neste mundo são homens.

Esperemos o resultado. Não creio que tal reforma passe; ela é contrária, não só aos princípios democráticos, mas à boa razão. O que louvo na petição que está sendo assinada é o uso desse direito por parte do povo para requerer o que lhe parece necessário ao bem público. Só condeno a circulação clandestina. Que há que esconder no uso da petição? Que mania é essa de tratar um direito como se fora um crime?

Afinal, talvez fosse melhor trocar o modo eleitoral, substituindo o voto pela sorte. A sorte é fácil e expedita; escrevem-se os nomes dos candidatos, metem-se as cédulas dentro de um chapéu, e o nome escrito na cédula que sair é o eleito. Com este processo, fica reduzida a apuração a quinze dias, mais ou menos. Não é menos democrático. Cidades antigas o tiveram, de parceria com o outro, e Aristóteles faz a tal

⁴ Esta palavra está na *Gazeta*. Falta no texto de Aurélio.

respeito excelentes reflexões no capítulo dos chapéus.⁵ Que seja sujeito à fraude, acredito; mas tudo corre o mesmo perigo. Um amigo meu, tendo de deixar o lugar que exercia em um conselho de cinco, assistia à cerimônia das cédulas e do chapéu. Saía o seu nome e saía ele. De noite, quando dormia, apareceu-lhe um anjo, que lhe falou por estas palavras: “Procópio, todas as cédulas tinham o teu nome, porque nenhum dos outros queria sair; para outra vez lê as cédulas, antes que as enrolem e te enrolem.”

Disse o⁶ que bastava sobre isto; resta-me agora, já que estamos no capítulo das petições, propor uma aos altos poderes do céu. Há mostras evidentes de nojo de Deus para com os homens; tal é a explicação dos desastres contínuos, das tempestades de neve na Europa, das de água, ventos e raios nesta cidade, quarta-feira última, da manga-d’água no Amparo, de tantos outros temporais, males diversos, grandes e acumulados.⁷

As criaturas humanas vão imitando os desconcertos da natureza. Na Espanha, o general Fuentes pespega um sopapo no embaixador marroquino, diz um telegrama.⁸ Outro refere que na Áustria a embaixatriz japonesa acaba de converter-se ao catolicismo...⁹ Deus meu, não há loucura em ser católico; mas as embaixatrizes não nos tinham acostumado a esses atos de divergência com os embaixadores, seus maridos. Assim, só por uma sublime loucura se explicará esta conversão, que o marido chamará apostasia. Também pode ser que a conversão não passe de um ardil diplomático do embaixador, para ser agradável ao governo de Sua Majestade Apostólica. Se estivesse na Turquia, talvez a esposa se fizesse muçulmana. Quando fores a Roma, sê romano, diz o adágio.

⁵ Este capítulo dos chapéus é ficcional e satírico. Como se deduz da epígrafe ao conto “Capítulo dos chapéus”, de *Histórias sem data*, tem suas origens numa resposta de Sganarelle, na peça de Molière *Le Médecin malgré lui*, ato II, cena 2, à pergunta de Géronte: “– Hippocrate [e não Aristote] dit cela? – Oui. – Dans quel chapitre, s’il vous plaît? – Dans le chapitre des chapeaux.” [Hipócrates diz isso? – Sim – Em que capítulo, por favor? – No capítulo dos chapéus.”] Esta “proposta” de votação por sorteio já aparece no conto “A sereníssima república”, de *Papéis avulsos*.

⁶ Esta palavra falta na edição de Aurélio. Na *Gazeta*, falta o espaço depois de “Disse”.

⁷ Houve uma onda de frio intenso na Europa inteira no fim de janeiro e começo de fevereiro, referida em vários telegramas; o temporal no Rio de Janeiro vem descrito detalhadamente nos jornais de quarta-feira, dia 30 de janeiro – aconteceu, de fato, na terça-feira. A “manga-d’água” vem referida num telegrama publicado no dia 1º de fevereiro na *Gazeta*: “São Paulo, 31: Hoje às 6 horas da manhã, desabou sobre a cidade de Amparo medonha tempestade, que durou cerca de 4 horas. / O rio Camanducaia transbordou, submergindo a parte baixa da cidade. / Muitas casas desabaram, havendo mortos. / Grande pânico. / Os prejuízos são calculados em mil contos.”

⁸ Este telegrama apareceu na *Gazeta* no dia 1º de fevereiro: “O general Fuentes está atacado de loucura. / Sob pretexto de vingar o general Margallo [morto na Guerra do Rife em 1893], esbofeteou o enviado especial de Marrocos quando este dirigia-se para o palácio. Os personagens da corte, presentes, apresentaram ao embaixador marroquino as maiores desculpas censurando vivamente o autor deste fato lamentável. O general Fuentes foi preso incontinentemente e será submetido a conselho de guerra.”

⁹ Parece que o caso não é tão insólito assim. Na crônica de 12 de maio de 1895, refere-se o caso de uma “moça” que “fez-se católica romana” ao casar com “um conde diplomata, encarregado de negócios da Áustria”.

Oh! séculos idos em que S. Francisco Xavier andou por aquelas partes do Japão, China e Índia, a recolher almas dentro da rede cristã! Hoje são elas mesmas que vão buscar o pescador católico. É verdade que o papa acaba de condecorar um rajá, sectário de Buda; mas é também verdade que este rajá auxilia do seu bolsinho a fundação de conventos cristãos.¹⁰ Vento de conciliação e de equidade tempera estes nossos ares controversos e turvos.



¹⁰ Esta notícia apareceu na p. 3, col. 1, do *Jornal do Commercio* de 29 de janeiro: “O príncipe Goypatee Rao, rajá de Lahore, foi condecorado pelo Papa com as insígnias de comendador de S. Gregório, o grande. / Esse rajá, apesar de budista, é um grande benfeitor da igreja. Costuma socorrer as missões religiosas e concorreu para que os irmãos de S. José estabelecessem na regência de Lahore casas de instrução francesas. / Tem por divisa as seguintes palavras: / ‘Desejo a luz’.”

A SEMANA – 141

John Gledson

No início desta semana, o câmbio do mil-réis contra a libra esterlina caíra abaixo de 10d. (pence, sendo um penny 1/240 de uma libra), o que mereceu um comentário da *Gazeta*, lamentando a deplorável situação financeira do país. Durante a semana, flutuou entre 10d. e 9 7/8d. (isto é, ainda longe dos 8 15/16 imaginados pelo cronista). Era frequente culpar os boatos que corriam no mercado. Ao acusar de passagem os bancos, Machado aponta para uma das razões da crise – os empréstimos imprudentes feitos pelos bancos durante o Encilhamento. Quem quiser saber dos fundamentos da crise, e da situação econômica em geral, deve ler a introdução à edição de Gustavo Franco desta crônica (*A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*, p. 186-187). Entre outras coisas, ele diz que “como era próprio de situações de precariedade política”, o Estado tinha contraído dívidas, obrigações e garantias “em valor fartamente excedente à sua capacidade financeira”.

A inspiração básica para esta crônica, porém, é a carta aberta publicada na quinta-feira desta semana, assinada por um tal F. R., e que reproduzimos na íntegra em nota. Duas coisas parecem ter atraído o sarcasmo do cronista: os “milhões” e “milhares” de libras e de contos de réis, e a crença ingênua no futuro próximo e longínquo, que também lembra as loucuras do Encilhamento; mas sobretudo a ideia de arrendar a estrada de ferro Central, muito cobiçada, nos informa Gustavo Franco, pelos Rothschilds. Neste assunto, debaixo da ironia, Machado compartilha o que o autor da carta chama despectivamente de “melindre nacional”: isto é, acha que esta estrada tão importante – como aliás a Santos-Jundiaí, vendida porém para os ingleses em 1867 – faz parte do patrimônio nacional. Neste sentido, Machado era firmemente, se bem que discretamente, nacionalista (ou anti-imperialista), sendo qual fosse o regime; coisa que se exemplifica no fim da crônica, no louvor ao barão do Rio Branco no seu primeiro

grande sucesso diplomático, e, de passagem, ao pai dele, o visconde, grande admiração de Machado, e chefe do governo que fez passar a Lei do Ventre Livre.



A SEMANA

10 de fevereiro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

As pessoas que foram crianças, não esqueceram decerto a velha questão que se lhes propunha, sobre qual nasceu primeiro, se o ovo, se a galinha. Eu, cuja astúcia era então igual, pelo menos, à de Ulisses, achava uma solução ao problema, dizendo que quem primeiro nasceu foi o galo. Replicavam-me que não era isto, que a questão era outra, e repetiam os termos dela, muito explicados. Debalde citava eu o caso de Adão, nascido antes de Eva e de Caim; fechavam a cara e tornavam ao ovo e à galinha.

Esta semana lembrei-me do velho problema insolúvel. Com os olhos, – não nos camarotes da quarta ordem, ao fundo, e o pé na casinha do ponto, como o Rossi,¹ – mas pensativamente postos no chão, repeti o monólogo de Hamlet,² perguntando a mim mesmo o que é que nasceu primeiro, se a baixa do câmbio, se o boato. Se ainda tivesse a antiga astúcia, diria que primeiro nasceram os bancos.³ Onde vai, porém, a minha astúcia? Perdi-a com a infância. A inocência em mim foi uma evolução, apareceu com a puberdade, cresceu com a juventude, vai subindo com estes anos maduros, a tal ponto que espero acabar com a alma virgem das crianças que mamam.

Não citei os bancos e continuei a recitar o monólogo. O enigma não queria sair do caminho. Quem nasceu primeiro? Não podia ser a baixa do câmbio. Esta semana, quando ele entrou a baixar, disseram-me que era por efeito de um boato sinistro; logo, quem primeiro nasceu foi o boato. Mas também me referiram que depois da baixa é que o boato nasceu; logo, a baixa é anterior. Os primeiros raciocinam alegando a sensibilidade nervosa do câmbio, que mal ouve alguma palavra menos segura, fica logo

¹ Ernesto Rossi (1827-1896), ator e dramaturgo italiano, célebre sobretudo pelas suas interpretações dos heróis de Shakespeare. Veio ao Brasil em 1871, e Machado ficou deslumbrado – convertido não seria exagero – a uma adoração do grande dramaturgo, pela atuação, e pelas traduções, mais fiéis que as de Ducis representadas por João Caetano. Escreveu duas apreciações do italiano: “Macbeth e Rossi” [*Semana Ilustrada*, 25 de junho de 1871] e “Rossi – carta a Salvador de Mendonça” [*A Reforma*, 20 de julho de 1871].

² Apesar de não se aplicar diretamente ao caso, sem dúvida refere-se ao famoso “To be or not to be”.

³ Os bancos, e sobretudo o Banco da República Brasileira, estavam em sérias dificuldades pelos empréstimos que fizeram durante o Encilhamento: problema que só foi sanado no fim da década.

a tremer, enfraquecem-lhe as pernas, e ele cai. Ao contrário, redarguem os outros, é quando ele cai que o boato aparece, como se a queda fosse, mal comparando, a própria dor do parto. O diabo que os entenda, disse comigo; mas o problema continuava insolúvel, com os seus grandes olhos fulvos espetados em mim.

Nisto ouço uma terceira opinião, aqui mesmo, na *Gazeta*, uma pessoa que não conheço, e que em artigo de quinta-feira opinou de modo parecido com a minha solução do galo. Quem primeiro nasceu foi o papel-moeda; esse peso morto é a causa da baixa, e uma vez que se elimine a causa, eliminado fica o efeito. O remédio é reduzir o papel-moeda, mandando vir ouro de fora, e, como não seja possível mandá-lo vir a título de empréstimo, “é chegada a oportunidade de vender a estrada de ferro Central do Brasil”.⁴

⁴ Esta carta aberta apareceu com certo destaque na *Gazeta*, com a manchete “PELA PÁTRIA”, no dia 7 de fevereiro. Achei interessante citá-la inteira, em parte para compreender melhor a versão que Machado deu aos seus leitores. Também, explica alguns detalhes da crônica que podem ficar obscuros sem ela – o “resgate” da estrada Santos-Jundiaí em 1897, por exemplo.

Sr. redator. – Quando as dificuldades assediam a pátria, é dever elementar de todo bom cidadão cooperar na medida de suas forças alvitando ideias, expondo novos modos de encarar a situação, porque esta colaboração espontânea e desinteressada, que até pode ser, como faço agora, coberta pelo anonimato, sempre aproveita ao governo que pode acolher muitas vezes o gérmen de uma boa medida.

É fato comezinho que nem sempre veem claro para a solução de um problema científico os que estão diretamente ocupados com o mesmo. Muitas vezes a luz surge de um espectador desprevenido e que calmo contempla o trabalho dos outros. A ordem social não pode fazer exceção a esta regra.

É do domínio público a dificuldade com que luta o governo para conseguir uma melhor taxa cambial. Contava-se que cessasse esta depreciação formidável que nos oprime, logo que o estado de sítio fosse substituído pelo governo do honrado Dr. Prudente. Esta esperança falhou.

É que o tremendo peso morto do papel-moeda tem consigo esta desvalorização.

O remédio, me parece, está naturalmente indicado: reduza-se a soma em circulação. Mas, de que maneira? É claro que devemos nos valer da própria situação cambial, que é a mais favorável para importar o ouro estrangeiro. Como, porém, atrair este ouro? Sob a forma de empréstimo externo é visivelmente impossível, apesar dos boatos. Sob a forma de empréstimo interno? Mas haverá a grita de que o numerário em circulação é indispensável ao comércio. O único meio será importar o ouro estrangeiro.

Afigura-se-me chegada a oportunidade de alienar a estrada de ferro Central. Esta medida impõe-se à meditação do digno presidente da República.

O melindre nacional não pode nem deve sofrer com isto. A estrada continuando nas mãos da administração oficial é ingovernável; será tudo: máquina de revoltas, oficina de *grèves* e motins, merece uma via férrea seriamente dirigida e economicamente administrada.

Demais, se há concessões em grande número feitas com a cláusula de reversão gratuita no fim de dado prazo, por que não aliená-la com igual cláusula?

Destarte o governa liberta-se dos riscos do arrendamento e das dificuldades atuais da administração e assegura a propriedade da linha. É claro que o prazo deverá ser longo. Com esta alienação temporária o governo importaria uma considerável soma de moeda metálica sem gravame e antes com alívio do orçamento.

Dentro de dois anos teremos outra oportunidade feliz para uma nova importação de moeda metálica. É sabido que em princípio de 1897 cabe ao governo o direito de resgatar a estrada de ferro de Santos a Jundiaí, avaliado o seu preço pela renda do último quinquênio e emitindo para pagamento apólices especiais, vencendo, creio eu, o juro de 5%.

Que melhor ocasião terá o governo de realizar um empréstimo sem depender de banqueiros nem de intermediários? Resgata a estrada e paga em apólices especiais. Vende a mesma no estrangeiro e recebe a sua importância em ouro, impondo como no caso da Central a cláusula da reversão gratuita no fim de certo prazo.

A queda que este final do período me fez dar, foi maior que a do câmbio; fiquei a 8 ¹⁵/₁₆. Se o período concluísse pela venda das Pirâmides, da ponte de Londres ou da *Transfiguração*,⁵ não me assombraria mais. Esperava câmbio, papel-moeda, ouro, depois mais ouro, mais papel-moeda e mais câmbio, mas estava tão pouco preparado para a Central do Brasil, que nem tinha arrumado as malas. Entretanto, o artigo não ficou aí; depois da venda da Central, lembra o resgate da estrada de Santos a Jundiaí, em 1897,⁶ venda subsequente, e mais ouro. Em seguida, começam os milhões de libras esterlinas e os milhares de contos⁷ de réis, crescendo e multiplicando-se, com tal fecundidade e cintilação, que me trouxeram à memória os grandes discursos de Thiers, quando ele despejava na câmara dos deputados, do alto da tribuna, todos os milhões e bilhões⁸ do orçamento francês e da aritmética humana.⁹ O câmbio, pelo artigo, não tem

Pela estrada Central não é fora de propósito admitir que o governo facilmente obteria sete a oito milhões esterlinos, mesmo com a cláusula de reversão gratuita no fim de sessenta ou setenta anos.

Para o resgate da S. Paulo Railway, basta dizer-se que o saldo em 1892, ano de safra, foi de £195.129, posta em Londres. Admitamos que a média do quinquênio a findar em 31 de dezembro de 1896 seja £250.000, o que é um máximo.

Nesta hipótese a emissão seria de £5.000.000, o que nos acarretaria um ônus anual de £250.000 para o serviço da linha, exclusive a amortização.

Ora, é claro que, contando com as futuras safras de café, que devem ser enormes à vista das plantações feitas até agora; tendo em vista a provável valorização do nosso meio circulante, não será exagerado admitir o valor venal de £8.000.000 para esta estrada em 1897, pois que, mesmo sem grandes crescimentos dos saldos, este capital encontraria taxa muito superior à que consegue na Europa, e seria facilmente amortizável dentro de sessenta ou oitenta anos.

Assim, pois, Sr. redator, com estas duas estradas de ferro temos ou podíamos ter uma importação de quinze a dezesseis milhões esterlinos nestes dois anos, dos quais sete a oito poderiam entrar nestes três a quatro meses.

Que resgate enorme de papel-moeda poderíamos realizar com estes quinze milhões, que ao câmbio de 12d. representam 300 mil contos, isto é, quase a metade da massa em circulação que a palavra oficial afirmou ser de 700 mil contos?

Um tal resgate importaria em uma taxa cambial de 20 a 24d., que poderia ser obtida lentamente para não se produzir uma crise comercial que seria inevitável se a alta se desse bruscamente e não dentro de alguns meses.

Estarei dizendo algum disparate?

Quero crer que não, e V., em seu melhor critério, avaliará, dando à publicidade o que aí fica ou atirando à cesta dos papéis velhos.

Se for publicado, direi a V. quem é que se assina

F. R.

⁵ Célebre tela, a última de Rafael (1483-1520), que está na Pinacoteca Vaticana.

⁶ Para este resgate hipotético, ver o décimo parágrafo da carta citada na nota 4. A estrada de Ferro Santos-Jundiaí, ou São Paulo Railway, abriu-se ao tráfego em 1867. Foi projetada e financiada pela iniciativa do barão de Mauá, que entretanto teve que vendê-la nesse ano a interesses ingleses. Machado se refere a este resgate “futuro”.

⁷ Na *Gazeta* está “de contos de contos”, erro provável, embora possivelmente “conto” signifique “mil vezes mil”: isto é, mil vezes mil contos”. Aurélio corrige silenciosamente eliminando a repetição: “os milhares de contos de réis”. Também pode ser que Machado tenha escrito “os milhares de contos e contos de réis”.

⁸ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “bilhões”, forma de fato menos correta.

⁹ Adolphe Thiers (1797-1877), político e historiador francês, presidente da França de 1871 a 1873, de longa carreira, figura central da política francesa durante todos os regimes, famoso entre outras coisas pela repressão da Comuna em 1871, e pela restauração econômica do país depois da Guerra Franco-Prussiana de 1870. Durante os primeiros anos da República, de 1871 em diante, ficou célebre na França e fora dela pela

outro remédio senão subir a 20 e a 24; não logo, logo, mas devagar, para o fim de não produzir crises. Acaba-se a baixa, e resolve-se o problema.

O conhecimento que tenho de que a economia política não é a particular, impede-me dizer que também eu recebo, não milhões, mas milhares de réis, e, se não há deselegância em comparar o braço humano ao trilho de uma estrada de ferro, e a cabeça a uma locomotiva, dão-me esse dinheiro pela minha Central; mas tão depressa me dão, como me levam tudo, visto que o homem não vive só da palavra de Deus, mas também de pão, e o pão está caro. A economia política, porém, é outra coisa; ouro entrado, ouro guardado. Por saber disto é que não me cito; além de quê, não é bonito que um autor se cite a si mesmo.

Há só uma sombra no quadro cintilante do câmbio alto pelo ouro entrado. É que o Congresso Nacional resolveu, por disposição de 1892, examinar um dia se há de ou não alienar as estradas federais, todas ou algumas, ou se as há de arrendar somente, ou continuar a trafegá-las; e, porque não se possa fazer isso sem estudo, ordenou primeiro um inquérito, que o governo está fazendo, segundo li nas folhas públicas, há algumas semanas. A disposição legal de que trato, arreda um pouco a data dos deslumbramentos cambiais, e pode ser até que quando a União tiver resolvido transferir ao particular alguma estrada, já o câmbio esteja tão alto, que mal se lhe possa chegar, trepado numa cadeira. Não digo trepado num banco, para não parecer que faço trocadilho, – *cette fiente de l'esprit, qui vole*, – como se dizia em não sei que comédia do Alcazar.¹⁰

Ao demais, o Congresso não tinha em vista o câmbio, e menos ainda o desta semana. E, francamente, – sem tornar ao problema da anterioridade do câmbio ou do boato, – quem é que pode com o primeiro destes dois amigos? Contaram-me que na quinta-feira, tendo a alfândega suspenso o serviço e fechado as portas, em regozijo da solução das Missões,¹¹ lembrou-se um inventivo de dizer que a causa da suspensão e do

sua habilidade em lidar com os detalhes do orçamento. Quando da sua morte, Machado escreveu sobre ele em termos elogiosos, na crônica de 15 de setembro de 1877. Era também uma grande referência para os políticos brasileiros, como se comprova do conto “Evolução”, onde Benedito marca uma passagem de um artigo sobre “Erro de Thiers sobre caminhos de ferro”.

¹⁰ Possivelmente por razões de “decência”, Machado cita isto em francês, porque “fiente” significa “excremento de pássaro”, e a frase, “este excremento do espírito, que voa”. São palavras de Victor Hugo (1802-1885), de *Les Misérables* (1862), livro 3, cap. VII, e vale a pena citar mais um pouco da fonte, para dar o contexto. Diz Hugo: “Le calembour est la fiente de l'esprit qui vole. Le lazzi tombe n'importe où; et l'esprit, après la ponte d'une bêtise, s'enfonce dans l'azur. Une tache blanchâtre qui s'aplatit sur le rocher n'empêche pas le condor de planer. Loin de moi l'insulte au calembour!” [O trocadilho é o excremento do espírito, que voa. A piada cai não importa onde; e o espírito, depois de pôr uma asneira qualquer, some no azul. Uma mancha mais ou menos branca que se achata sobre a rocha não impede o condor de planar. Longe de mim insultar o calembur!] É possível que Machado fizesse a atribuição a “não sei que comédia do Alcazar” porque não se lembrava de onde lera a frase, mas não queria deixar sem uma atribuição qualquer. É interessante que se lembrasse da frase fora do contexto, um pouco talvez pela própria ousadia. Para o teatro do Alcazar, ver crônica de 23 de setembro de 1894 (121), nota 5.

¹¹ A Questão das Missões (mais propriamente “Questão de Palmas”) foi o primeiro grande triunfo do barão do Rio Branco na diplomacia. A área em disputa, entre a Argentina e o Brasil, corresponde ao interior do atual estado de Santa Catarina. A Argentina considerava a fronteira nos rios Chopim e

fechamento era a revolução que ia¹² sair à rua.¹³ O câmbio esfriou, como se estivesse na Noruega, e caiu.

E em que dia, Deus de paz e de conciliação! No próprio dia em que uma sentença final e sem apelação punha termo à nossa velha querela diplomática. Quando nos alegrávamos com a vitória, e repetíamos o nome do homem eminente, Rio Branco, filho de Rio Branco,¹⁴ a cuja sabedoria, capacidade e patriotismo confiáramos a nossa causa, é que o câmbio desmaia ao primeiro dito absurdo. Não, não creio na anedota; a prova é que a alfândega já reabriu as portas, e o câmbio continua baixo. Por S. Crispim e S. Crispiniano,¹⁵ metam-lhe uns tacões debaixo dos pés!



Chapecó, ao passo que o Brasil a considerava, na forma fixada em 1750, nos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Antes da proclamação da República, ambos os países concordaram que a disputa seria solucionada por arbitramento. Entretanto, em 1890, Quintino Bocaiuva fez um acordo que dividia a área entre os dois países. O congresso brasileiro não aceitou esta solução, e a questão foi submetida ao arbitramento do presidente americano, Grover Cleveland. Escolhido por Floriano em 1893 para advogar a favor do Brasil, Rio Branco submeteu uma documentação extensa ao presidente, que resultou numa decisão favorável ao Brasil.

¹² Na *Gazeta*, está “ir”, erro já corrigido por Aurélio.

¹³ Pode ser que o cronista não se refira a nada em particular ao falar de revolução – no mínimo, está sendo irônico. Porém, é bom notar que em janeiro e fevereiro houve desordens na rua do Ouvidor, em que participaram alunos da Escola Militar. Na sua coluna “Cousas políticas”, na *Gazeta* de 4 de fevereiro, Ferreira de Araújo ataca o manifesto antigoverno que alguns alunos da Escola publicaram n’*O Paiz* na semana anterior.

¹⁴ José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), barão do Rio Branco, o mais famoso diplomata brasileiro. Filho de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco (1819-1880), uma das figuras mais importantes do Império, e uma grande admiração de Machado, sentimento que estendeu ao filho, com quem teve uma relação respeitosa embora distante.

¹⁵ Crispim e Crispiniano são os santos padroeiros dos sapateiros.

A SEMANA – 142

John Gledson

Esta crônica pede uma leitura cuidadosa, eivada como está de ironia; há um tratamento mais detalhado na introdução às crônicas de 1895. Começa comparando – com a ironia de sempre – duas reações perante o processo imperialista: a revolta desesperada e malsucedida, no caso havaiano, e a solução que podemos chamar de “japonesa” – isto é, a imitação das instituições ocidentais para melhor se defender das potências europeias (e a norte-americana). O rei siamês, de fato, estava inspirado pelo Japão no seu empenho em resistir à França e à Grã-Bretanha.

Mas, como quase sempre é o caso, o alvo principal é o Brasil. Não é por nada que termina com as palavras “Yeddo, Londres e Rio”. Voltamos ao parlamentarismo, desta vez em tom mais cético e pessimista, pois o parlamento “nosso, local, particular” excluirá a dissolução, “conquanto digam alguns que é condição indispensável a esse sistema de governo”, e levará à acumulação dos poderes nas mãos dos ministros (ou “os ministros e doze fidalgos”), um sistema fechado, em que o próprio papel do presidente, o chefe do Estado, será puramente estético. Noutras palavras, será a entronação das oligarquias, coisa já profetizada em algumas crônicas de “Bons Dias!”, e medo antigo de Machado. Por detrás dos argumentos e da ironia, paira o exemplo da constituição imperial, em que o imperador (o Poder Moderador) podia dissolver o parlamento, e pedir novas eleições. Com todas as suas óbvias falhas, esse sistema possibilitava mudanças dentro da elite.



A SEMANA

17 de fevereiro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Se a rainha das ilhas Sandwich tivesse procedido como acaba de proceder o rei de Sião, talvez não se achasse, como agora, despojada do trono e condenada à morte, segundo os últimos despachos.¹

O rei de Sião, príncipe que acode ao doce nome de Chulalongkorn, teve uma ideia, não direi genial, antes banal, e sobremodo espantosa para mim, que supunha esse potentado superior às aspirações liberais do nosso tempo. O rei decretou uma assembleia legislativa.² Não houve revolução, é claro; também não houve tentativa de revolução, conspiração, petição, qualquer coisa que mostrasse da parte do povo o desejo de emparelhar com o Japão no parlamentarismo.³ Foi tudo obra do rei (com licença) Chulalongkorn.

Tudo faz crer que a ideia do soberano foi antes criar um enfeite para a coroa, que propriamente servir à liberdade. É sabido que o homem selvagem começa pelo adorno, e não pelo vestido, ao contrário do civilizado, que primeiro se veste, e só depois de

¹ Lili'uokalani (como seu nome vem escrito atualmente) (1838-1917) foi a última rainha do Havaí, então chamado de Ilhas Sandwich, nome escolhido pelo capitão James Cook no séc. XVIII. Quando ela chegou ao trono em 1891, uma nova constituição (a chamada “Constituição Baioneta”) tinha tirado grande parte dos poderes da monarquia, a favor de um grupo de comerciantes e fazendeiros, dos quais muitos americanos. Quando a rainha tentou restaurar estes poderes, ela foi deposta, num golpe apoiado por tropas americanas. Foi proclamada uma república, que acabou sendo transformada em estado americano. Nos começos de 1895, depois de uma revolta liderada por Robert Wilcox, ela foi presa e condenada à morte, sendo depois indultada. Continuou a pedir a restauração da monarquia ao presidente americano, Grover Cleveland, sem sucesso. Não encontrei referência a estes fatos nos jornais brasileiros consultados; é provável que Machado os tenha lido em algum jornal estrangeiro, inglês, francês, ou americano.

² O rei Chulalongkorn (1853-1910) de Sião (atual Tailândia) é sobretudo famoso por seus esforços de resistir ao imperialismo europeu, às vezes combatendo-o com instrumentos emprestados das próprias culturas que o ameaçavam. Esta notícia estava um pouco velha, e não sei onde Machado a leu. O *Jornal do Brasil*, em telegrama de Nova Iorque de 18 de janeiro, dá a essência dela, embora sem alguns dos detalhes que Machado dá: “dizem que o rei de Sião nomeou novo corpo legislativo, e sustenta a necessidade de serem mantidos os direitos de legislar pela coroa.” É possível que, aqui como no caso da nota anterior, Machado tenha lido mais em jornais estrangeiros.

³ Como Machado dissera com mais detalhes na crônica de 28 de outubro de 1894 (126), o Japão tinha entrado num processo de imitar as nações europeias, e assim de rivalizar com elas, inclusive na criação de um império.

vestido, caso lhe sobre algum dinheiro, busca a ornamentação. Liberalmente falando, os siameses estavam nus; o rei quis pôr-lhes um penacho encarnado.

Se não foi isso, se o rei está verdadeiramente atacado de liberalismo ou liberalite, conforme lhe seja mais aplicável, convém notar que a doença não é mortal. O decreto que estatui a assembleia legislativa, tem uma fina cláusula, é a de acabar com ela logo que lhe dê na veneta. Francamente, assim é que deviam ser todas as assembleias deste mundo. O receio de morrer obrigá-las-ia a beber a droga do boticário, – ou, em estilo nobre, a receber as algemas do poder. Há uma assembleia neste mundo (e haverá outras) que pede muita vez a própria dissolução: é a câmara dos comuns. Mas dissolução não é revogação; é a volta dos que forem mais hábeis ou mais fortes.⁴ O terror da morte é salutar. Desde que uma assembleia saiba que pode “morrer de morte natural para sempre”, como sucedia aos enforcados judicialmente, é de crer que se faça mansa, cortês, solícita, e não encete debate sem perguntar ao seu criador quais são as ideias do ano, e para onde hão de convergir os votos.

Além dessa cláusula, que evita os descaminhos, o rei de Sião compôs a assembleia de poucos membros, os ministros e doze fidalgos. É pouco; mas a experiência tem mostrado que as assembleias numerosas são antes prejudiciais que úteis. Não haverá campanha para chamar à ordem, nem os insuportáveis tímpanos da nova câmara dos deputados. Também não haverá contínuos para levar os papéis ao presidente. Uma mesa e algumas cadeiras em volta bastarão. Os negócios podem ir de par com o almoço, e a jovem assembleia siamesa votará o orçamento do futuro exercício bebendo as últimas garrafas do exercício atual à saúde do rei e das novas instituições.

Mui sagaz será quem nos disser o ano em que desse embrião legislativo sairá o parlamentarismo. Entretanto, já não é difícil prever o tempo em que teremos o nosso parlamentarismo. Não dou cinco anos; mas suponhamos oito. Os que o fizerem, devem excluir a dissolução, conquanto digam alguns que é condição indispensável desse sistema de governo. Não há nada indispensável no mundo. Copiar o parlamentarismo inglês será repetir a ação de outros Estados; façamos um parlamentarismo nosso, local, particular. Sem o direito de dissolver a câmara, o poder executivo terá de concordar com os ministros, ficando unicamente à câmara o direito de discordar deles e de os despedir, entre maio e outubro. Tenho ouvido chamar a isto *válvula*.⁵ Também se pode completar

⁴ A dissolução da câmara dos comuns implicava novas eleições, e, numa situação instável como então existia, com o poder do bloco do partido parlamentar irlandês, a ameaça era constante. Com efeito, no dia 13, vinha um telegrama de Londres: “Na câmara dos comuns o Sr. Redmond [líder do partido irlandês] pediu a dissolução do parlamento e que se submetesse à apreciação dos eleitores a questão do *home-rule* [autonomia]. O Sr. Morley [ministro para a Irlanda no governo Liberal] combateu esta moção.”

⁵ “Válvula” no sentido de puro desabafo, sem efeitos concretos. Aqui, Machado parece lembrar uma das crônicas de “Bons Dias!”, a de 22 de outubro de 1888, em que se ocupa da mesma palavra, num contexto semelhante, de comentário à imitação/deturpação de costumes parlamentares ingleses.

a obra reduzindo o presidente da República às funções mínimas de respirar, comer, digerir, passear, valsar, dar corda ao relógio, dizer que vai chover, ou exclamar: “Que calor!”

Mas há ainda um ponto no decreto siamês, que, por ser siamês, não deixa de ser imitável. É que a assembleia legislativa, nos casos de impedimento do rei por moléstia ou outra causa, promulga as suas próprias leis, uma vez que sejam votadas por dois terços. Pode-se muito bem incluir esta cláusula no nosso estatuto parlamentar, reduzindo os dois terços à maioria simples (metade e mais um). Destarte não há receio de ver o chefe do Estado descambar das funções fisiológicas ou de salão para as de natureza política. A assembleia facilmente o persuadirá de que há lindas perspectivas no alto Tocantins, e assumirá por meses os dois poderes constitucionais.

Se a rainha Lilinakalon tem feito o mesmo que acaba de fazer o seu colega de Sião, não estaria em terra desde alguns meses. Não o fez, ou porque não tivesse a ideia (e há quem negue originalidade política às mulheres), ou por não achar meio adequado à reforma. Mas, Deus meu! onde é que não há doze fidalgos para compor uma assembleia legislativa? Pode ser também que não previsse a revolução contra uma rainha jovem, graças à leitura de Camões, que só viu isso entre bárbaros lusitanos:

Contra uma dama, ó duros cavalheiros,
Feros vos amostrais e carniceiros?⁶

Não valem Calíopes,⁷ quando falam outras musas, seja a liberdade, seja a bolsa, se é certo que no movimento de Honolulu entrou uma operação mercantil.⁸ Menos ainda pode valer o puro galanteio ou a piedade. A verdade é que a rainha caiu. Não satisfeita da queda, tentou reaver o trono, e creio haver lido nos últimos despachos que a pobre moça foi condenada à morte, e também que a pena lhe fora comutada.⁹ Antes assim. Tudo isso lhe teria sido poupado, se ela decretasse a tempo uma pequena assembleia legislativa.

Mas deixemos Honolulu e Bangkok; deixemos nomes estranhos, mormente os de Sião. Daqui a pouco talvez esteja no trono o filho da segunda mulher do rei,¹⁰ atual herdeiro, o príncipe Chuufa Maha Majiravadh, nome ainda mais doce que o do pai.¹¹ Não é na doçura do nome que estão os bons sentimentos liberais. César é o mais belo

⁶ *Os Lusíadas*, canto III, estrofe 130, v. 7-8. Como diz Aurélio na sua edição da crônica, Machado errou a citação, que deve ser: “Contra ua dama, ó peitos carniceiros / Feros vos amostrais, e cavaleiros?” (Trata-se dos assassinos de Inês de Castro.) Talvez seja compreensível o erro de Machado – a sua versão é mais fácil de compreender que o original.

⁷ Calíope: musa da eloquência e da poesia épica.

⁸ Como foi dito na nota 1, havia interesses comerciais americanos por detrás dos que destruíram a monarquia havaiana.

⁹ As duas notícias, da condenação e da comutação da pena, apareceram num telegrama de Washington n’*O Paiz* do dia 12 de fevereiro.

¹⁰ Esta vírgula não está na *Gazeta*. Aurélio a acrescenta, sem dúvida com razão.

¹¹ Este príncipe herdaria o trono em 1910, reinando até 1925.

nome do mundo, e foi o dono dele que confiscou a liberdade romana. Esperemos que o futuro rei de Sião não repita o exemplo, antes conclua o reinado, decretando que a câmara legislativa de Bangkok dará uma resposta à fala do trono.¹² Um de seus filhos aceitará os ministros da assembleia, um de seus netos decretará a eleição dos deputados, tal como em Yeddo¹³, Londres e Rio.



¹² Uma cerimônia central aos sistemas (parlamentares) britânico e brasileiro imperial.

¹³ Nome antigo da atual Tóquio, grafado como está no jornal.

A SEMANA – 143

John Gledson

A primeira parte desta crônica são mais lembranças do que notícias – a visita de Sarmiento ao Brasil em 1868, já lembrada duas vezes, com palavras parecidas, e a famosa e malfadada frase de Mitre sobre a Guerra do Paraguai.

A segunda parte é mais delicada de entender. Machado se mostra, e não há razão para pensar que ironicamente, contra a greve dos operários da estrada de ferro Central. Por isso citei um pouco extensamente a notícia de *O Paiz*, que sendo um jornal republicano talvez esperássemos que fosse mais “de esquerda” que a *Gazeta*, mais do centro político, com simpatias monarquizantes. Vemos que não é o caso. Embora com uma espécie de peso na consciência, exposto longamente num introito que não citei, *O Paiz* opõe-se claramente à greve, com argumentos que talvez achemos ingênuos – na Europa justifica-se, aqui não; há meios pacíficos de resolver esses problemas. Machado parece compartilhar estas opiniões, embora com argumentos menos ingênuos. Sublinha, como faria noutras ocasiões, as distorções locais do sindicalismo e do socialismo, no sistema clientelista brasileiro. Sendo o socialismo internacional na sua essência, perde o sentido e a força ao se “federalizar”, cada um defendendo seu território.



A SEMANA

24 de fevereiro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Refere um telegrama do sul, que o general Mitre deu esta semana, em não sei que cidade argentina, um jantar de quinhentos talheres.¹

Dispensem-me de dizer desde quando acompanho com admiração o general Mitre.² Não o vi nascer, nem crescer, nem sentar praça. O buço mal começava a pungir-me, já ele comandava uma revolução, ganhava uma batalha, creio que em Pavón, e assumia o poder. Eleito presidente da república, foi reeleito por novo prazo, e, terminado este, assistiu à eleição de Sarmiento, um advogado que era então ministro em Washington. Vi este Sarmiento, quando ele aqui esteve de passagem para Buenos Aires, uma noite, às dez horas e meia, no antigo Clube Fluminense, onde se hospedara. O clube era na casa da atual secretaria da justiça e do interior. Sarmiento tomava chá, sozinho, na grande sala, porque nesses tempos pré-históricos (1868) tomava-se chá no clube, entre nove e dez horas. Era um homem cheio de corpo, cara rapada, olhos vivos e grandes. Vinha de estar com o imperador em S. Cristóvão e trazia ainda a casaca, a gravata branca e, se me não falha a memória, uma comenda.³

¹ O telegrama de Buenos Aires, que parece ser a origem desta parte da crônica, apareceu na *Gazeta* no dia 21 de fevereiro, na primeira página: “Os estudantes de Córdoba fizeram uma ovação ao general Mitre, que saudou a mocidade como a esperança da pátria. (...) O general Mitre ofereceu um almoço [*sic*] de quinhentos talheres.”

² Bartolomé Mitre (1821-1906) foi presidente da Argentina de 1862 a 1868. Exilado durante o regime de Juan Manuel de Rosas, voltou ao país depois da derrota deste na Batalha de Monte Caseros (1852), e subiu ao poder depois da Batalha de Pavón (1861) contra os federalistas (Machado tinha 22 anos nesse ano). Sempre a favor de reformas liberais, não surpreende que Machado o admirasse. Foi o primeiro comandante das forças da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai, e no fim da guerra fundou *La Nación*, ainda hoje um dos jornais argentinos mais importantes. Nas últimas décadas da sua vida, dedicou-se a escrever – jornalismo e história. *La Nación* foi o jornal que, em 1905, publicou o segundo romance de Machado a ser publicado em língua estrangeira (uma tradução anônima de *Esau e Jacó*).

³ Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), presidente da Argentina entre 1868 e 1874. Ele concorreu com Mitre para esse posto em 1864, mas perdeu, sendo nomeado ministro plenipotenciário aos Estados Unidos em 1865, depois da morte de Lincoln. Foi na sua volta para assumir a presidência que Machado o viu, em agosto de 1868. Menciona o encontro em duas outras ocasiões, em 9 de junho de 1888 (“O Futuro dos Argentinos”, onde mostra sua admiração por ambos os políticos, pelo estabelecimento da liberdade constitucional), e n^o “A Semana” de 30 de julho de 1893 (67), com palavras semelhantes a estas – nesta segunda ocasião lembra-se que lá também encontrou sua futura esposa, d. Carolina. O Clube Fluminense, que Machado frequentava muito na época, ficava no Rossio (atual praça Tiradentes).

Os amigos do general Mitre, deixando este o poder, deram-lhe em homenagem um jornal, a *Nación*, que ainda agora é dos primeiros e mais ricos daquela República. Ao patriota seguiu-se o jornalista, cujos artigos li com muito prazer. Sendo orador, proferia discursos eloquentes. Generalíssimo dos exércitos aliados contra López, fez baixar a célebre proclamação dos “três dias em quartéis, três semanas em campanha e três meses em Assunção”, que não foi sublime, unicamente porque a sorte da guerra dispôs as coisas de outra maneira. A história é assim. A eternidade depende de pouco.

Pois bem, admirando o general Mitre nas várias fases da vida pública e no exercício dos seus múltiplos talentos, confesso que não senti jamais o atordoamento, o alvoroço, uma coisa que não sei como defina, ao ler a notícia do jantar de quinhentos talheres. Quinhentos talheres! É preciso ler isto, não com os olhos, não com a memória, mas com a imaginação. E de onde viria a diferença da sensação última?

Talvez haja em mim, sem que eu saiba, algo pantagruélico. Confesso que, em relação a Lúculo, as batalhas que ele ganhou contra Mitridates, nunca me agitaram tanto a alma como os seus banquetes. Não conheço golpe dado por ele em inimigo que valha este dito ao mordomo, que, por estar o patrão sozinho, lhe apresentou uma ceia de meia-tigela: “Não sabes que Lúculo ceia em casa de Lúculo?”⁴ Comidas homéricas, tripas rabelaisianas, tudo que excede o limite ordinário, acende naturalmente a imaginação. Jantares de família são a canalha das refeições.

Pode ser também que a causa da extraordinária sensação que me deu o jantar de quinhentos talheres, fosse a triste, a lívida, a miserável inveja da minha alma. Neste caso, se invejei o jantar de quinhentos talheres, foi menos pela comida que pelo preço. Eu quisera poder dá-lo, para não o dar. Que necessidade há de fazer quatrocentos e cinquenta estômagos ingratos, que é o mínimo das digestões esquecidas em um banquete de quinhentos? Os cinquenta estômagos fiéis valem certamente a despesa; mas a psicologia do estômago é tão complicada e obscura, que a fidelidade gástrica pode ser muita vez uma esperança não menos gástrica.

Tão de perto seguiu a este jantar de quinhentos talheres a parede dos operários de Cascadura,⁵ que não pude espancar da memória uma observação de Chamfort, a

⁴ Lúculo (118-57/56 a.C.), general romano que tomou parte importante na Terceira Guerra Mitridática, contra o rei de Ponto, Mitridates (134-63 a.C.). Era famoso como gastrônomo, e pela fartura da sua mesa. Esta frase, já citada em *Quincas Borba*, vem da *Vida dele*, de Plutarco, cap. 41.

⁵ Esta greve aconteceu no dia 21, e vêm reportagens nas primeiras páginas dos jornais no dia seguinte. Achei mais interessante citar as palavras de *O Paiz*, pois estão mais empenhadas em comentar o acontecimento, e as suas opiniões assemelham-se muito às de Machado. Primeiro, os acontecimentos:

“Agora sabemos que ontem, às 11 horas do dia, levantaram-se em *grève* todos os trabalhadores destacados na estação de Sapopemba e marcharam sobre Cascadura, convidando os seus companheiros dessa estação a engrossarem o bando abandonando o trabalho com a alegação que os 300 réis de aumento em seus jornais é insuficiente.”

Foram controlados por forças do exército e da polícia, ficando alguns presos.

A notícia de *O Paiz* começa protestando que o jornal sempre apoiou os interesses dos trabalhadores, mas, diz, por isso mesmo:

saber, que a sociedade é dividida em duas classes, uma que tem mais apetite que jantares, outra que tem mais jantares que apetite.⁶ Os paredistas queriam maior salário e buscavam o pior caminho. Há meios pacíficos e legais para obter melhoria de vencimentos. O direito de petição é de todos. Com ele, pode um cidadão só, e assim trinta, trezentos ou três mil, obter justiça e satisfação dos seus legítimos interesses. Não é novo nada disto, nem eu estou aqui para dizer coisas novas, mas velhas, coisas que pareçam ao leitor descuidado que é ele mesmo que as está inventando.

Não estranhei a parede em si mesma; estranhei que a fizessem operários sem chefes, porque o chefe do partido operário no Distrito Federal é um cidadão que não está aqui.⁷ Não me consta que esse cidadão, representante do distrito na câmara dos deputados, capitaneasse nem animasse jamais coligações com o fim de suspender o trabalho; não me lembro, pelo menos. O que sei, e toda gente comigo, é que defendia com calor a classe operária e os seus interesses.

Nem ainda me esqueceu o dia em que, metendo-se um deputado do norte ou do sul a propor alguma coisa em favor dos operários da Central do Brasil, o chefe do partido emendou a mão ao intruso, redarguindo-lhe que “fosse cuidar dos operários do seu Estado.” Para mim, é este o verdadeiro federalismo. Não bastam divisões escritas. Partidos locais, operários estaduais. O problema operário é terrível na Europa, em razão de ser internacional; mas, se nem o consentirmos nacional, e apenas distrital, teremos facilitado a solução, porque a iremos achando por partes, não se ocupando os respectivos chefes senão do que é propriamente seu. As classes conservadoras, desde

“A grande maioria dos operários da estrada nos dará razão e compreenderá a sinceridade e a legitimidade de nossa apreciação e o dever da nossa crítica.”

Continua:

“As *grèves* têm sua origem na aflição das classes operárias na Europa, cuja condição, no apertado ambiente do velho mundo, é realmente desgraçada, perseguidas já pela falta de trabalho, já pela insuficiência dos elementos para se premunirem contra as contingências a que a pobreza em larga escala está sujeita pelos rigores com que a natureza castiga a zona frígida e mesmo temperada do continente europeu.

Aqui, porém, neste Brasil privilegiado, nesta região benigna, onde o homem respira, porque há espaço, onde a miséria é um caso espúrio e acidental; nada legítima esses levantamentos bruscos, inoportunos, das corporações operárias, porque, por mais adversa que lhes corra a fortuna, não chega nunca a aparecer como um sofrimento ou um martírio.”

E termina:

“Aos trabalhadores diremos que outros meios há para fazer chegar as suas queixas ao conhecimento do governo que não esses da paralização do serviço que prejudica a todos, principalmente agora que a organização da estrada é falha, e precisa entrar nos seus eixos regulares.”

⁶ Palavras já citadas na primeira crônica deste ano, de 6 de janeiro (136); ver a nota 2.

⁷ Este cidadão e ex-deputado foi José Augusto Vinhais (1858-1941), republicano histórico e ex-militar, que organizou o Centro do Partido Operário em 1890: pregava o socialismo, e seu principal apoio estava entre os operários da estrada de ferro Central. Mantinha uma posição reformista e de mediação nos conflitos trabalhistas. Já apareceu duas vezes nestas crônicas, em 15 de maio de 1892 (4), e 21 de agosto de 1892 (18). Em 1891, participou do movimento para derrubar Deodoro, organizando uma greve dos “seus” trabalhadores; em 1893, tentou derrubar Floriano, aderiu à Revolta Naval, e foi exilado. Só voltou da Argentina em 1895.

que não virem os chefes juntos, formando um concílio, perdem o susto, e mais depressa poderão ser vencidas e convencidas.

Tudo isso é pesado, e começo a achar-me tão sério, que desconfio já do meu juízo. Em dia de carnaval, a loucura é de rigor, mas há de ser a loucura alegre, não a grave, menos ainda a lúgubre. Sinto-me lúgubre. O melhor é recolher-me, apesar da saraivada de *confetti*⁸ que principia.



⁸ Aurélio moderniza para “confete”, e acrescenta uma vírgula, que não está na *Gazeta*.

A SEMANA – 144

John Gledson

Este ano, finalmente, depois das crises dos dois anos anteriores, o carnaval tinha passado normalmente, e, portanto, como diz o cronista, com um entusiasmo extra. Parece que custa um pouco a Machado entrar no espírito da ocasião, como indicam os duzentos mil-réis que algumas pessoas, num momento de carestia, podem pagar por uma janela na rua do Ouvidor. Passa para um assunto – ou um alvo de sátira – a que já recorreu noutras ocasiões, as especulações e invenções do filólogo pedante Antônio de Castro Lopes.



A SEMANA

3 de março de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Tantas são as matérias em que andamos discordes, que é grande prazer achar uma em que tenhamos a mesma opinião. Essa matéria é o carnaval. Não há dois pareceres; todos confessam que este ano foi brilhante, e a mais de um espírito azedo e difícil de contentar ouvi que a rua do Ouvidor esteve esplêndida.

Ouvi mais. Ouvi que houve ali janela que se alugou por duzentos mil-réis, e terá havido outras muitas. É ainda uma causa da harmonia social, porquanto se há dinheiro que sobre, há naturalmente conciliação pública. Nas casas de pouco pão é que o adágio acha muito berro e muita sem-razão. Uma janela e três ou quatro horas por duzentos mil-réis é alguma coisa, mas a alegria vale o preço. A alegria é a alma da vida. Os máscaras divertem-se à farta, e aqueles que os vão ver passar,¹ não se divertem menos, não contando a troca de *confetti*² e de serpentinas, que também se faz entre desmascarados. Uns e outros esquecem por alguns dias as horas aborrecidas do ano.

Tal é a filosofia do carnaval; mas qual é a etimologia? O Sr. Dr. Castro Lopes reproduziu terça-feira a sua explicação do nome e da festa.³ Discordando dos que veem

¹ Aurélio tirou esta vírgula, presente na *Gazeta*.

² Como na crônica anterior, Aurélio moderniza para “confete”.

³ Antônio de Castro Lopes (1827-1901), latinista, filólogo, astrônomo e homeopata, fora alvo da sátira machadiana desde pelo menos 1883. Em três crônicas de “Bons Dias!”, satiriza os seus “neologismos”, palavras inventadas do latim para substituir empréstimos estrangeiros, sobretudo franceses, alguns dos quais, como “cardápio”, para substituir “menu”, sobreviveram. Este artigo, publicado no *Jornal do Commercio* de 26 de fevereiro, p. 2, col. 8 até p. 3, col. 1, citado como uma espécie de apêndice a um artigo sobre o carnaval, e a participação de vários clubes, de fato é uma republicação, cujo original é de março de 1889, segundo nos informa o próprio autor, que sem dúvida ofereceu o seu velho artigo ao *Jornal*. Nesse mês de março, nos dias 7 e 22, e no dia 20 de abril, justamente, Machado publicou três crônicas da série “Bons Dias!”, que satirizam o pedante. Para uma ideia do estilo do filólogo, podem-se ler as notas a essas três crônicas, na minha edição, sobretudo a nota 1 à primeira delas.

Este artigo não figura na série publicada pela *Gazeta de Notícias*. Entretanto, como o *Jornal do Commercio* publicou o artigo inteiro, pudemos verificar que de fato é um dos mais disparatados: as loucuras do seu raciocínio, talvez, atraíram Machado, além do assunto atual (o carnaval). O objetivo fundamental do artigo é mudar a *data* do carnaval, “porque nos meses de fevereiro e março, em que tal festa é celebrada, a alta temperatura, muitas vezes modificada por chuvas torrenciais (...) ocasiona doenças mais ou menos graves”. É um fato admitido, então e hoje, e faz parte da intensa preocupação higiênica do momento. O extraordinário do artigo é que toda a sua filologia tresloucada serve para “provar” que o carnaval e a quaresma não estão necessariamente ligados. Por isso se rejeita a etimologia

no carnaval uma despedida da carne para entrar no peixe e no jejum da quaresma (*caro vale*, adeus, carne), entende o nosso ilustrado patricio que o carnaval é uma imitação das *lupercais* romanas, e que o seu nome vem daí. Nota logo que as *lupercais* eram celebradas em 15 de fevereiro; matava-se uma cabra, os sacerdotes untavam a cara com o sangue da vítima, ou atavam uma máscara no rosto e corriam seminus pela cidade. Isto posto, como é que nasceu o nome carnaval?

Apresenta duas conjecturas, mas adota somente a segunda, por lhe parecer que a primeira exige uma ginástica difícil da parte das letras. Com efeito, supõe essa primeira hipótese que a palavra *lupercalia* perdeu as letras *l, p, i*, ficando *uercala*; esta, torcida de trás para diante, dá *careual*; a letra *u* entre vogais transforma-se em *v*, e daí *careval*; finalmente, a corrupção popular teria introduzido um *n* depois do *r*, e ter *carneval*, que, com o andar dos tempos, chegou a *carnaval*. Realmente, a marcha seria demasiado longa. As palavras andam muito, em verdade, e nessas jornadas é comum irem perdendo as letras; mas, no caso desta primeira conjectura, a palavra teria não só de as perder, mas de as trocar tanto, que verdadeiramente meteria os pés pelas mãos, chegando ao mundo moderno de pernas para o ar. Ginástica difícil. A segunda conjectura parece ao Sr. Dr. Castro Lopes mais lógica, e é a que nos dá por solução definitiva do problema.

Ei-la aqui. “Era muito natural, diz o ilustrado linguista, que nessas festas se entoasse o *canto dos irmãos arvais*; muito naturalmente também⁴ ter-se-á dito, às vezes, *a festa do canto arval* (cantus arvalis), palavras que produziram o termo *canarval*, cortada a última sílaba de *cantus* e as duas letras finais de *arvalis*. De *canarval* a *carnaval* a diferença é tão fácil, que ninguém a porá em dúvida.”

A etimologia tem segredos difíceis, mas não invioláveis. A genealogia é a mesma coisa. Quem sabe se o leitor, plebeu e manso, jogador do voltarete e mestre-sala, não descende de Nero ou de Camões? As famílias perdem as letras, como as palavras, e a do leitor terá perdido a crueldade do imperador e a inspiração do poeta; mas se o leitor ainda pode matar uma galinha, e se entre os dezoito e vinte anos compôs algum soneto, não se despreze; não só pode descender de Nero ou de Camões, mas até de ambos.

Por isso, não digo sim nem não à explicação do Sr. Dr. Castro Lopes. Digo só que o sábio Ménage achou, pelo mesmo processo, que o *haricot* dos franceses vinha do latim *faba*.⁵ À primeira vista parece gracejo; mas eis aqui as razões do etimologista:⁶ “*On a dû dire faba, puis fabaricus, puis fabaricotus, aricotus et enfin haricot.*” Há

óbvia e aceita de “carne vale”. Machado nem menciona este aspecto do argumento, talvez para não tocar num tópico mais polêmico. Segundo Castro Lopes, com a ajuda de sra. d. Lógica, repetidamente invocada, “poder-se-ia provar que o clero, nobreza e povo não são ofendidos em suas prerrogativas pela transferência do carnaval.”

⁴ Aurélio omite esta palavra.

⁵ Gilles Ménage (1613-1692), erudito francês que entre outros livros publicou um dicionário etimológico (onde aparece este exemplo) e uma história de filósofas femininas. Foi satirizado como pedante na peça *Les Femmes savantes*, de Molière. Voltaire, que tinha pouca fé na ciência da etimologia, escolhe esta derivação para ilustrar sua opinião.

⁶ Aurélio aqui tem ponto-e-vírgula.

seguramente um ponto de partida conjectural, em ambos os casos. O *on a dû dire* de Ménage e o *ter-se-á dito* de Castro Lopes são indispensáveis, uma vez que nenhum documento ou monumento nos dá a primeira forma da palavra. O resto é lógico. Toda a questão é saber se esse ponto de partida conjectural é verdadeiro. Mas que há neste mundo que se possa dizer verdadeiramente verdadeiro? Tudo é conjectural. Dai-me um axioma: a linha reta é a mais curta entre dois pontos. Parece-nos que é assim, porque realmente, medindo todas as linhas possíveis, achamos que a mais curta é a reta; mas quem sabe se é verdade?

O que eu nego ao nosso Castro Lopes, é o papel de Cassandra que se atribui, afirmando que não é atendido em nada.⁷ Não o será em tudo; mas há de confessar que o é em algumas coisas. Há palavras propostas por ele, que andam em circulação, já pela novidade do cunho, já pela autoridade do emissor. *Cardápio* e *convescote* são usados. Não é menos usado *preconício*, proposto para o fim de expelir o *réclame*⁸ dos franceses, embora tenhamos *reclamo* na nossa língua, com o mesmo aspecto, origem e significação. Que lhe falta ao nosso *reclamo*?⁹ Falta-lhe a forma erudita, a novidade, certo mistério. Eu, se não emprego *convescote*, é porque já não vou a tais patuscadas, não é que lhe não ache graça expressiva. O mesmo digo de *cardápio*.

Nem tudo se alcança neste mundo. Um homem trabalha quarenta anos para só lhe ficar a obra de um dia. Felizes os que puderem deixar uma palavra ou duas; terão contribuído para o lustre do estilo dos pósteros, e dado veículo asseado a uma ou duas ideias. Filinto Elísio mostra o exemplo do marquês de Pombal, que, tendo de expedir uma lei, introduziu nela a palavra *apanágio*, logo aceita por todos.¹⁰ “Apanágio passou; hoje é corrente,” disse o poeta em verso. Ai, marquês! marquês! digo eu em prosa, quem sabe se de tantas coisas que fizeste, não é esta a única obra que te há de ficar?



⁷ Filha de Príamo, rei de Troia. Apolo amava-a, mas ela resistiu; despeitado, o deus tornou inútil o dom profético que lhe concedera, tirando toda a credibilidade de seus vaticínios. Ela prevê a destruição da cidade, mas ninguém lhe dá ouvidos.

⁸ *reclame*, na *Gazeta*, sem acento. Aurélio corrige sem comentar.

⁹ Na crônica de 7 de março de 1889, Machado diz: “*Reclamo* é o que eu emprego, e emprego muito bem; porque é assim que se chama o instrumento com que o caçador busca atrair as aves”.

¹⁰ Filinto Elísio é o nome arcádico do poeta português padre Francisco Manuel do Nascimento (1734-1819). Foi grande defensor da pureza da língua portuguesa, já citado nesse contexto na crônica de “Bons Dias!” de 7 de março de 1889. Estas palavras vêm citadas em “Da arte poética e da língua portuguesa”, *Parnaso lusitano*: “Quando o Pombal nas leis punha *apanágio* / Ninguém soube que enxalmo, que encomenda / Que bicharoco era *apanágio*: os mesmos / Letrados se tomavam da tarântula. / *Apanágio* passou: hoje é corrente.”

A SEMANA – 145

John Gledson

Tem-se a impressão, sobretudo porque Machado diz que está enfermo, e no fim (“etc., etc., etc.”), que esta crônica cumpre sobretudo um dever semanal, e que o cronista anseia pelo fim dela (“A pena cai-me.”). Isto não quer dizer, é claro, que não tenha interesse – muito pelo contrário. O assunto dos curandeiros, feiticeiras e outros já o ocupara em três ou quatro crônicas, de “Bons Dias!” e “A Semana” – a lista dos objetos apanhados lembra muito a crônica de “Bons Dias!” sobre o curandeiro Tobias, de 29 de agosto de 1889. Esse tipo de reportagem era relativamente comum, porque estas prisões eram corriqueiras. A razão da frequência parece ser que acabara o que o próprio Machado chama (em 14 de junho de 1889) de “a tolerância carioca”, diante da onda finissecular do cientificismo, a que o cronista resistia. Como diz em 11 de dezembro de 1892: “Não há curandeiros, há médicos sem medicina, que é outra coisa.” Uma das novidades desta crônica consiste em comparar esta credice a outras piores e/ou mais populares – o Encilhamento e o jogo do bicho –, daí um tom de impaciência que, se é um simples efeito de estilo, é muito convincente.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 201-204.



A SEMANA

10 de março de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

A autoridade recolheu esta semana à detenção duas feiticeiras e uma cartomante, levando as ferramentas de ambos os ofícios. Achando-se estes incluídos no código como delitos, não fez mais que a sua obrigação, ainda que incompletamente.¹

A minha questão é outra. As feiticeiras tinham consigo uma cesta de bugigangas, aves mortas, moedas de dez e vinte réis, uma perna de ceroula velha, saquinhos contendo feijão, arroz, farinha, sal, açúcar, canjica, penas e cabeças de frangos. Uma delas, porém, chamada Umbelina, trazia no bolso não menos de quatrocentos e treze mil-réis. Eis o ponto. Peço a atenção das pessoas cultas.

Nestes tempos em que o pão é caro e pequeno, e tudo o mais vai pelo mesmo fio, um ofício que dá quatrocentos e treze mil-réis pode ser considerado delito? Parece que não. Gente que precisa comer, e tem que pagar muito pelo pouco que come, podia roubar ou furtar, infringindo os mandamentos da lei de Deus. Tais mandamentos não falam de feitiçaria, mas de furto.² A feitiçaria, por isso mesmo que não está entre o homicídio e a impiedade, é delito inventado pelos homens, e os homens erram. Quando acertam, é preciso examinar a sua afirmação, comparar o ato ao rendimento, e concluir.

Não se diga que a feitiçaria é ilusão das pessoas crédulas. Sou indigno de criticar um código, mas deixem-me perguntar ao autor do nosso: Que sabeis disso? Que é ilusão? Conheceis Poe? Não é jurisconsulto, posto desse um bom juiz formador da

¹ Na verdade, Machado cita duas notícias, ambas do *Jornal do Commercio*. A primeira é de 4 de março (segunda-feira), e encontra-se na segunda página do jornal, coluna 6, sob o título “FEITIÇARIA”. As duas mulheres foram presas na rua do Ouvidor, às 8 da noite; a lista que Machado dá vem diretamente do jornal, que também dá o detalhe dos 413\$ (sem dizer que os trouxesse no bolso). A segunda notícia é de 6 de março (quarta-feira), e está na segunda página, coluna 3, com o título “Cartomante”: “Ontem, às 10 horas da manhã, o delegado da 8ª circunscrição urbana apresentou-se na casa n. 206 da rua do Senador Pompeu, residência de Zebina de Costa Braga, encontrando-a cercada de muitos *clientes*, aos quais dava consulta de cartomancia. / A referida autoridade prendeu Zebina em flagrante, por se achar incurso no art. 157 do Código Penal, e a remeteu para a casa de detenção.” Não entendemos o “incompletamente” do texto da crônica. Será algum detalhe do código? Ou os “*clientes*” deviam ficar presos também?

² O oitavo mandamento proíbe o furto (Êxodo 20:15). Também se refere ao terceiro (“impiedade”), e ao sexto (“homicídio”).

culpa. Ora, Poe escreveu a respeito do povo: “O nariz do povo é a sua imaginação; por ele é que a gente pode levá-lo, em qualquer tempo, aonde quiser.”³ O que chamais ilusão é a imaginação do povo, isto é, o seu próprio nariz. Como fazeis crime a feitiçaria de o puxar até o fim da rua, se nós podemos puxá-lo até o fim da paróquia, do distrito ou até do mundo?

No nosso⁴ ano terrível, vimos esse nariz chegar mais que ao fim do mundo, chegar ao céu. Ninguém fez disso crime, alguns fizeram virtude, e ainda os há virtuosos e credores. Realmente, prometer com um palmo de papel um palácio de mármore é o mesmo que dar um verdadeiro amor com dois pés de galinha. A feiticeira fecha o corpo às moléstias com uma das suas bugigangas, talvez a ceroula velha, – e há facultativo⁵ (não digo competente) que faz a mesma coisa, levando a ceroula nova. Que razão há para fazer de um ato malefício, e benefício de outro?

O código, como não crê na feitiçaria, faz dela um crime, mas quem diz ao código que a feiticeira não é sincera, não crê realmente nas drogas que aplica e nos bens que espalha? A psicologia do código é curiosa. Para ele, os homens só creem aquilo que ele mesmo crê; fora dele, não havendo verdade, não há quem creia outras verdades, – como se a verdade fosse uma só e tivesse trocos miúdos para a circulação moral dos homens.

Tudo isto, porém, me levaria longe; limitemo-nos ao que fica; e não falemos da cartomante, em que se não achou dinheiro, provavelmente porque o tem na caixa econômica. Relativamente às cartomantes, confesso que não as considero como as feiticeiras. A cartomancia nasceu com a civilização, isto é, com a corrupção, pela doutrina de Rousseau.⁶ A feitiçaria é natural do homem; vede as tribos primitivas. Que também o é da mulher, confessá-lo-á o leitor. Se não for pessoa extremamente grave, já há de ter chamado feiticeira a alguma moça. Vão meter na cadeia uma senhora só porque fecha o corpo alheio com os seus olhos, que valem mais ainda que cabeças de frangos ou pés de galinha. Ou pés de galinha!

Podia dizer de muitas outras feitiçarias, mas seria necessário indagar o ponto de semelhança, e não estou de alma inclinada à demonstração. Nem à simples narração, Deus dos enfermos! Isto vai saindo ao sabor da pena e tinta. E por estar doente, e com grandes desejos de acudir à feitiçaria, é que me dói (sempre o interesse pessoal!) a prisão das duas mulheres. Talvez a moeda de dez réis me desse saúde, não digo uma só moeda, mas um milhão delas.

³ “The nose of a mob is its imagination. By this, at any time, it may be quietly led.” (da “Marginalia”, installment XV, de *The Southern Literary Messenger*, junho de 1849). Machado possuía uma edição das obras de Poe (1809-1849) em três volumes, de 1890. Como se trata de uma citação de uma obra marginal, evidencia o grande interesse e admiração de Machado por Poe, do qual ficaram muitos testemunhos, principalmente nos contos. Ele seria bom juiz, é claro, por tratar tanto de crime na sua obra.

⁴ Na *Gazeta* está “novo”. Ambos, Mário de Alencar e Aurélio, têm “nosso”, sem dúvida correto.

⁵ Entenda-se: médico.

⁶ A ideia de que o homem é naturalmente bom, mas que a sociedade o corrompe, é fundamental à filosofia de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Sim, eu creio na feitiçaria, como creio nos bichos de Vila Isabel, outra feitiçaria, sem sacos de feijão.⁷ São sistemas. Cada sistema tem os seus meios curativos e os seus emblemas particulares. Os bichos de Vila Isabel, mansos ou bravios, fazem ganhar dinheiro depressa, e sem trabalho, tanto como fazem perdê-lo, igualmente depressa e sem trabalho, tudo sem trabalho, não contando a viagem de bonde, que é longa, vária e alegre. Ganha-se mais do que se perde, e tal é o segredo que esses bons animais trouxeram da natureza, que os homens, com toda a civilização antiga e moderna, ainda não alcançaram. Não sei se a feitiçaria dos bichos dá mais dos quatrocentos e treze mil-réis da Umbelina; talvez dê mais, o que prova que é melhor.

Além dessas, temos muitas outras feitiçarias; mas já disse, não vou adiante. A pena cai-me. Não trato sequer da política, aliás assunto que dá saúde. Há quem creia que ela é uma bela feitiçaria, e não falta quem acrescente que nesta⁸ como na outra, o povo não pode nem anda desnarigado; é horrendo e incômodo.

Também não cito o júri, instituição feiteira, dizem muitos. Ser-me-ia preciso examinar este ponto, longamente, profundamente, independentemente, e não há em mim agora profundeza, nem independência, nem me sobra tempo para tais estudos. Eu aprecio esta instituição que exprime a grande ideia do julgamento pelos pares; examina-se o fato sem prevenção de magistrados, nem câmara própria de ofício, sem nenhuma atenção à pena. O crime existe? Existe; eis tudo. Não existe; eis ainda mais. Depois, é para mim instituição velha, e eu gosto particularmente dos meus velhos sapatos; os novos apertam os pés, enquanto que um bom par de sapatos folgados é como os dos próprios anjos guerreiros, Miguel, etc., etc., etc.



⁷ O jogo do bicho foi inventado em 1890 pelo barão de Drummond, para financiar o seu Jardim Zoológico em Vila Isabel, que tinha tido o seu subsídio financeiro cancelado pelo governo da República. Tal foi o sucesso que, entre outras coisas, os bondes até Vila Isabel ficaram lotados (“a viagem de bonde, que é longa, vária e alegre”), e muita gente ia a pé. Neste momento em particular, os protestos contra o jogo estavam no auge: em particular n’*O Paiz* crescia a indignação, que levaria mais tarde neste mesmo ano à expulsão do jogo do Jardim, de onde iria para o centro da cidade, e para o Brasil inteiro. Cito um artigo deste jornal, do dia 12 de março, para dar uma ideia do clima: “Em uma palavra o Jardim é quase um Deus; superior à chuva e ao bom tempo; promotor de conflitos e apaziguador de chinfrins. (...) S. Ex. o Zoológico está fazendo uma *drainage* maravilhosa de dinheiro: os samburás das compras dos cozinheiros levam-lhe os cobres da carne verde e da batata-doce; (...). Damos os parabéns ao venerando Jardim capitalista e banqueiro do pobre! (...) Abaixo o bicho!... Morte à jogatina! é o brado, é a súplica que todos os dias nos endereçam e que não era preciso que nos solicitassem, porque sem o nosso protesto [aqui, no jornal, há um “não”, que parece não fazer sentido] transformarão o Rio de Janeiro numa Mônaco colossal, nojenta e desbragada!...”

⁸ Aurélio acrescenta aqui uma vírgula, que não está nem na *Gazeta* nem no texto de Mário de Alencar.

A SEMANA – 146

John Gledson

O jogo do bicho, filho da República e do Encilhamento, cujo maior perigo era de atrair os pobres em massa, fazia grande escândalo neste momento, o que acabaria na sua expulsão do portão do Jardim Zoológico. Contraste total – e que parece chocar Machado pelo próprio idealismo – é a fundação dos modernos Jogos Olímpicos. O dr. Viveiros de Castro, “abalizado jurisconsulto”, defensor empenhado da criminologia positivista e, portanto, da influência da hereditariedade (embora não seja esta o assunto) – como Machado diz em 1º de janeiro de 1893, “O nosso século estuda criminologia como gente” –, é um alvo típico da sua sátira. Mas o objetivo maior da sua ira, como prova uma leitura cuidadosa da sua fonte, a notícia do *Jornal do Commercio* citada na nota 9, é a própria Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico, com vários aspectos do seu *modus operandi*, que ligam diretamente a sua ganância à exploração dos cocheiros, e de lá aos frequentíssimos desastres.



A SEMANA

17 de março de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

O primeiro dia desta semana foi assinalado por um sucesso importante: venceu o burro. Venceu no Jardim Zoológico, onde vencem o ganso e o tigre.¹ Mas não importa o lugar; uma vez que venceu, é para se lhe dar parabéns, a esse bom e santo companheiro de S. José, na entrada² de Jerusalém, e de Sancho Pança, em toda a sua vida, amigo do nosso sertanejo, e, ainda agora, em alguns lugares, rival da estrada de ferro.

Estávamos afeitos a dizer e ouvir dizer que vencia o cavalo³ Fulano e Sicrano. É verdade que era no Derby e outras arenas de luta animal; mas, enfim, era só o cavalo que vencia, porque só ele apostava, deixando dez ou vinte mil-réis nas algibeiras de Pedro, e outras tantas saudades nas de Paulo, Sancho e Martinho. Dizem até que eram os mil-réis que corriam, e centenas de pessoas que não⁴ vão às próprias arenas, creem que os cavalos são puras entidades verbais. Fenômeno explicável pela frequência das casas em que não há cavalos: acaba-se crendo que eles não existem.

Venceu o burro. Digo *venceu* para usar do termo impresso; mas o verbo da conversação é *dar*. Deu o burro, amanhã dará o macaco, depois dará a onça, etc. Sexta-feira, achando-me numa loja, vi entrar um mancebo, extraordinariamente jovial, – por natureza ou por outra coisa – e bradava que tinha dado a avestruz, expressão obscura para quem não conhecer⁵ os costumes dos nossos animais. É mais breve, mais viva, e

¹ Para o jogo do bicho, ver a crônica anterior, nota 7.

² Aurélio corrige esta palavra por “estrada”, assinalando o fato em nota. Não creio que se justifique a mudança; o texto do jornal faz sentido. Nem tudo está claro, porém. Parece que o texto deveria referir-se a Jesus, que entrou em Jerusalém antes da Paixão montado num burro (ou jumento), segundo os evangelhos. Não há referência a S. José num burro na Bíblia, embora haja muitos quadros que o mostram ao lado da Virgem, ela montada neste animal, mas na estrada de Belém, ou do Egito. Um descuido de cronista apressado?

³ Assim na *Gazeta* – Aurélio substitui por “venciam cavalo Fulano e Sicrano”, a nosso ver injustificadamente.

⁴ Aurélio omite esta palavra, que porém faz perfeito sentido.

⁵ Assim na *Gazeta*, gramaticalmente possível. Aurélio substitui por “conhece”.

não duvido que mais verdadeira. Não duvido de nada. A zoologia corre assim parelhas com a loteria, e tudo acaba em ciência, que é o fim da humanidade.

Também a arqueologia é ciência, mas há de ser com a condição de estudar as coisas mortas, não ressuscitá-las. Se quereis ver a diferença de uma e outra ciência, comparai as alegrias vivas do nosso jardim⁶ Zoológico com o projeto de ressuscitar em Atenas, após dois mil anos, os jogos olímpicos.⁷ Realmente, é preciso ter grande amor a essa ciência de farrapos para ir desenterrar tais jogos. Pois é do que trata agora uma comissão, que já dispõe de fundos e boa vontade. Está marcado o espetáculo para abril de 1896. Não há lá burros nem cavalos; há só homens e homens. Corridas a pé, luta corporal, exercícios ginásticos, corridas náuticas, natação, jogos atléticos, tudo o que possa esfalfar um homem sem nenhuma vantagem dos espectadores, porque não há apostas. Os prêmios são para os vencedores e honoríficos. Toda a metafísica de Aristóteles.⁸ Parece que há ideia de repetir tais jogos em Paris, no fim do século, e nos Estados Unidos em 1904. Se tal acontecer, adeus, América! Não valia a pena descobri-la há quatro séculos, para fazê-la recuar vinte.

Oxalá não se lembrem de nós. Fiquemos com os burros e suas prendas. Bem sei que eles não dão só dinheiro, dão também a morte e pernas quebradas. É o que dizem as estatísticas do Dr. Viveiros de Castro, o qual acrescenta que o maior número de desastres dessa espécie é causado pelos bondes.⁹ Parece-lhe que o meio de diminuir tais

⁶ Está assim na *Gazeta*. Aurélio substitui por “Jardim”.

⁷ Os modernos Jogos Olímpicos, inaugurados em 1896 na Grécia, foram criados pelo aristocrata francês Pierre de Coubertin (1863-1937), para encorajar a “força moral e social” das nações.

⁸ Suponho que quer dizer que este sistema, dependendo só de amadores, e sem prêmios monetários, é muito idealista – metafísico demais –, e não que se refere ao tratado de Aristóteles (*Metafísica*).

⁹ Francisco José Viveiros de Castro (1862-1906): juriconsulto e criminologista maranhense, “defensor intransigente das concepções lombrosianas” (i.e., de Cesare Lombroso [1835-1909], célebre criminologista positivista italiano, que enfatizava a influência da hereditariedade no caráter do criminoso). Segundo item do *Jornal do Commercio* de 14 de março (p. 2, col. 3), acabava de publicar a *Estatística Policial* da Capital Federal relativamente aos desastres e acidentes de rua nos anos 1870 a 1888. Nesses 18 anos, morreram ou ficaram feridas mais de 4 mil pessoas. “O que impressiona mais nessa estatística – diz o *Jornal* – é o número avultado de desastres, mortes e ferimentos causados pelos bondes, número muito superior aos causados por outros veículos. A lei de 1871 punindo os delitos cometidos por imperícia ou imprudência tem sido letra morta. Raras vezes os seus autores são processados. / Para curar desse mal e evitar a repetição desanimadora desses delitos, lembra com razão o autor uma medida que se impõe aos legisladores. Diz ele: / ‘O único remédio seguro e eficaz é estabelecer a responsabilidade civil para as companhias de bondes e proprietários de veículos pelos desastres ocasionados pela imprudência e imperícia de seus empregados. / Logo que eles indenizem as vidas perdidas, os braços e pernas mutilados, o interesse próprio lhes aconselhará providências mais eficazes do que uma disposição legal, inútil e estéril.’ / Com efeito, há um desastre causado por um bonde guiado por um cocheiro imprudente ou brutal ou desazado que ‘está atrasado’, e tem pressa de não pagar a multa à Companhia e de duas uma, ou o cocheiro foge e fica impune ou é preso em flagrante e passa por um processo irrisório ou abafado quase sempre pelos empenhos. Em ambos os casos a Companhia limita-se a ver outro cocheiro tão imprudente, tão brutal ou tão desazado como o outro. Como não sofre nada dos efeitos da incapacidade de seus prepostos pouco interesse tem além dos sentimentos humanitários de seus diretores e gerentes, em procurar pessoal que sirva bem ao público. / A sua única preocupação é ter pessoal obediente à hora e barato, principalmente barato. O resto pouco vale.”

calamidades é responsabilizar civilmente as companhias; desde que elas paguem as vidas e as pernas dos outros, procurarão ter cocheiros hábeis e cautelosos, em vez de os ter maus, dar-lhes fuga ou abafar os processos com empenhos.

A primeira observação que isto me sugere, é que há já muitos responsáveis, o burro, o cocheiro, o bonde e a companhia. É provável que a eletricidade também tenha culpa. Por que não o Padre Eterno, que nos fez a todos? A segunda observação é que tal remédio, excelente e justo para que os criados não nos quebrem os pratos, uma vez que os paguem, é injusto e de duvidosa eficácia, relativamente às companhias de bondes. Injusto, porque o dinheiro da companhia é para os dividendos semestrais aos acionistas, e para o custeio do material. Os burros comem pouco, mas comem; os carros andam aos solavancos e descarrilham a miúdo, mas algum dia terão de ser consertados, não todos a um tempo, mas um ou outro; seria desumano, além de contrário aos interesses das companhias, fazer andar carros que se desfizessem na rua, ao fim de cinco minutos. Ora, se os desastres houvessem de ser pagos por elas, que ficará no cofre para as despesas necessárias?

Terceira observação. Se as companhias, no dizer do abalizado criminalista, abafam agora com empenhos os processos dos cocheiros, por que não abafarão os seus próprios, quando houverem de pagar vidas e pernas quebradas? Ou já não haverá empenhos? Pode havê-los até maiores, uma vez que as companhias tratem de defender, não já os seus auxiliares, mas os próprios fundos.

Vamos à quinta e derradeira observação.¹⁰ O autor afirma que a lei de 1871, feita para punir os delitos cometidos por imperícia ou imprudência, tem sido letra morta. Pergunto eu: quem nos dirá que a lei que se fizer para obrigar civilmente as companhias, não será também letra morta? Que direito de preferência tem a lei de 1871? Ou, considerando que a morte da letra de uma lei é antes um desastre que um privilégio, por que razão a nova lei estará fora do alcance do mesmo astro ruim que matou a antiga? Por outro lado, incumbindo aos juizes a execução da lei de 1871, e tendo esta ficado letra morta, acaso consta que algum deles a tenha indenizado da vida que perdeu? Como obrigar as companhias à indenização da vida de um homem? Em que é que o homem é superior à lei?

São questões melindrosas. No dia 27 deste mês, por exemplo, começará a ter execução a lei de lotação dos bondes.¹¹ Suponhamos que não começa; leis não são eclipses, que, uma vez anunciados, cumprem-se pontualmente; e ainda assim esta semana houve um eclipse da lua que ninguém viu aqui, não por falta do eclipse, é

¹⁰ É curioso que não haja uma quarta observação entre a terceira e a quinta. Será que Machado errou? Achamos um tanto mais provável que escrevesse “quarta”, e que os compositores leram mal, e apressadamente.

¹¹ Para esta lei ou postura, ver a nota 10 da crônica de 7 de outubro de 1894 (123).

verdade, mas por falta da lua. Leis são obras humanas, imperfeitas como os autores. Suponhamos que não se cumpre a lei no dia 27; apostemos até alguma coisa, estou que este burro dá. Como exigir que a lei, não cumprida a 27, venha a sê-lo a 28, ou em abril, maio, ou qualquer outro mês do ano? Também há leis do esquecimento.



A SEMANA – 147

John Gledson

Pela terceira crônica sucessiva, o jogo do bicho fica no centro das atenções. As sátiras aos sistemas eleitorais, produtos do meio social em que nascem, não são novidade para Machado, claro – a mais famosa é certamente “A sereníssima república”, de *Papéis avulsos*. Lá, para fazer eleições representativas, mexe-se (em vão, claro) com os mecanismos do processo (os sacos, as bolas, etc.); aqui, trata-se de usar os costumes nacionais, antigos e (sobretudo) moderníssimos, para atrair o povo a participar no processo, e deste jeito fazer com que seja “representativo”.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 204-208.



A SEMANA

24 de março de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Divino equinócio, nunca me hei de esquecer que te devo a ideia que vou comunicar aos meus concidadãos. Antes de ti, nos três primeiros dias horríveis da semana, não é possível que tal ideia me brotasse do cérebro. Depois, também não. Conheço-me, leitor. Há quem pense, transpirando; eu, quando transpiro, não penso. Deixo essa função ao meu criado, que, do princípio ao fim do ano, *pensa* sempre, embora seja o contrário do que me é agradável; por exemplo, escova-me o chapéu às avessas. Naturalmente, ralho.

– Mas, patrão, eu pensava...

– José Rodrigues, brado-lhe exasperado; deixa de pensar alguma vez na vida.

– Há de perdoar, mas o pensamento é influência que vem dos astros; ninguém pode ir contra eles.

Ouçó, calo-me e vou andando. Nos dias que correm, ter um criado que pense barato, é tão rara fruta, que não vale a pena discutir com ele a origem das ideias. Antes mudar de chapéu que de ordenado.

A ideia que tive quinta-feira, em parte se pode comparar ao chapéu escovado de encontro ao pelo; mas será culpa da escova ou do chapéu? Cuido que do chapéu. O dia correu fresco, a noite fresquíssima, as estrelas fulguravam extraordinariamente, e se o meu criado tem razão, foram elas que me influíram o pensamento. Saí para a rua. Havia próximo umas bodas. A casa iluminada chamava a atenção pública, muita gente fora, moças principalmente, que não perdem festas daquelas, e correm à igreja, às portas, à rua, para ver um noivado. Qualquer pessoa de mediano espírito cuidará que era este assunto que me preocupava. Não, não era; cogitava eleitoralmente, ao passo que rompia os grupos, perguntava a mim mesmo: Por que não faremos uma reforma constitucional?

Fala-se muito em eleições violentas e corruptas a bico de pena, a bacamarte, a faca e a pau. Nenhuma dessas palavras é nova aos meus ouvidos. Conheço-as desde a infância. Crespas são deveras; na entrada do próximo século é força mudar de método ou de nomenclatura. Ou o mesmo sistema com outros nomes, ou estes nomes com

diversa aplicação. Como em todas as coisas, há uma parte verdadeira na acusação, e outra falsa, mas eu não sei onde uma acaba, nem onde outra começa. Pelo que respeita à fraude, sem negar os seus méritos e proveitos, acho que algumas vezes podem dar canseiras inúteis. Quanto à violência, sou da família de Stendhal, que escrevia com o coração nas mãos: *Mon seul défaut est de ne pas aimer le sang*.¹

Não amando o sangue, temendo as incertezas da fraude, e julgando as eleições necessárias, como achar um modo de as fazer sem nenhum desses riscos? Formulei então um plano comparável ao gesto do meu criado, quando escova o chapéu às avessas. Suprimo as eleições. Mas como farei as eleições, suprimindo-as? Faço-as conservando-as. A ideia não é clara; lede-me devagar.

Sabeis muito bem o que eram os pelouros antigamente. Eram umas bolas de cera, onde se guardavam, escritos em papel, os nomes dos candidatos à vereação; abriam-se as bolas no fim do prazo da lei, e os nomes que saíam, eram os escolhidos para a magistratura municipal. Pois este processo do antigo regímen é o que me parece capaz de substituir o atual mecanismo, desenvolvido, adequado ao número de eleitos. Um grave tribunal ficará incumbido de escrever os nomes, não de todos os cidadãos que tiverem condições de elegibilidade, mas só daqueles que, três ou seis meses antes, se declararem candidatos. Outro tribunal terá a seu cargo abrir os pelouros, ler os nomes, escrevê-los, atestá-los, proclamá-los e publicá-los. Esta é a metade da minha ideia.

A outra metade é o seu natural complemento. Com efeito, restaurar os pelouros, sem mais nada, seria desinteressar o cidadão da escolha dos magistrados e universalizar a abstenção. Quem quereria sair de casa para resistir² à estéril cerimônia da leitura de nomes? Poucos, decerto, pouquíssimos. Acrescentai a gravidade do tribunal e teremos um espetáculo próprio para fazer dormir. Não tardaria que um partido se organizasse pedindo o antigo processo, com todos os seus riscos e perigos, far-se-ia provavelmente uma revolução, correria muito sangue, e este aparelho, restaurado para eliminar o bacamarte, acabaria ao som do bacamarte.

Eis o complemento. O meneio das palavras será nem mais nem menos o dos bichos do Jardim Zoológico. O cidadão, em vez de votar, aposta. Em vez de apostar no

¹ “Minha única falha é não amar o sangue.” Palavras citadas de uma carta de Stendhal [Marie-Henri Beyle, 1783-1842], de 21 de dezembro de 1819, ao seu amigo o barão de Mareste (no original as últimas palavras vêm em inglês – “*the blood*”). O assunto é a eleição do abbé Grégoire, velho padre, ex-bispo “constitucional”, que tinha aceito a Revolução, e só não foi condenado à morte como regicida pelo regime de Luís XVIII, porque tinha estado ausente na votação da Convenção Nacional (da qual era presidente) que mandou Luís XVI à guilhotina. Stendhal insinua que, nessa situação, ele teria votado para a condenação do rei, porque “sem isso não teríamos talvez a constituição”. Isso embora “*Mon seul défaut...*” Machado tinha uma edição da *Correspondance inédite* do romancista, de 1855, na sua biblioteca.

² Aurélio mantém “resistir”, que é a leitura do jornal, mas comenta: “Embora o emprego de *resistir* seja, aqui, possível (com o sentido de “suportar, tolerar”), é mais provável que essa palavra esteja, por descuido de revisão, em lugar de *assistir*.” Acho bem provável que “resistir” seja a palavra certa, no sentido sugerido por Aurélio, sobretudo pensando nas cenas de paciência e resistência nas eleições (ver, por exemplo, a crônica de 4 de março de 1894 [93]). Mário de Alencar mantém “resistir”.

gato ou no leão, aposta no Alves ou no Azambuja. O Azambuja dá, o Alves não dá, distribuem-se os dividendos aos devotos do Azambuja. Para o ano dará o Alves, se não der o Meireles.

Nem há razão para não amiudar as eleições, fazê-las algumas vezes semestrais, bimensais, mensais, quinzenais, e, tal seja a pouquidade do cargo, semanais. O espírito público ficará deslocado; a opinião será regulada pelos lucros, e dir-se-á que os princípios de um partido nos últimos dois anos têm sido mais favorecidos pela Fortuna que os princípios adversos. Que mal há nisso? Os antigos não se regeram pela Fortuna? Gregos e romanos, homens que valeram alguma coisa, confiavam a essa deusa o governo da República. Um deles (não sei qual) dizia que três poderes governam este mundo: Prudência, Força e Fortuna.³ Não podendo eliminar esta, regulemo-la.

O interesse público será enorme. Haverá palpites, pedir-se-ão palpites; far-se-á até, se for preciso, uma legião de adivinhos, incumbidos de segredar aos cidadãos os nomes prováveis ou certos. Haverá folhas especiais, bondes especiais, botequins especiais, onde o cidadão receba um refresco e um palpite, deixando dois ou três mil-réis. Esta quantia parece ser mais, e é menos que os mil e duzentos homens que acabam de morrer nas ruas de Lima.⁴ Sendo as pequenas revoluções, em substância, uma questão eleitoral, segue-se que o meu plano zoológico é preferível ao sistema de suspender a matança de tanta gente, por intervenção diplomática. A zoologia exclui a diplomacia e não mata ninguém. *Mon seul défaut* etc.



³ A origem desta citação é, sem sombra de dúvida, os “Aforismos para a sabedoria de vida”, em *Parerga e paralipomena*, de Schopenhauer (livro que Machado tinha na sua biblioteca, no original alemão e em tradução francesa), onde diz, no parágrafo 48 do capítulo V (“Conselhos e máximas”): “Um antigo disse muito exatamente que três forças dominam o mundo: *συνεσις, κρατος, και τυχη*; prudência, força e fortuna. O filósofo da Antiguidade a que Schopenhauer se refere é Íon de Quios, identificado, a nosso pedido, por Vítor Cei. A fonte que cita é: Baltussen, Han. *Playing the Pythagorean: Ion’s Triagmos*. In: Jennings, Victoria e Katsaros, Andrea. (Ed.) *The World of Ion of Chios*. Leiden, Boston: Brill, 2007, p. 298.

⁴ Esta revolução, em que foi deposto o general Cáceres, e subiu à presidência do Peru José Nicolás de Piérola, é conhecida como o começo da chamada “República Aristocrata” (1895-1914), bastante semelhante à Primeira República brasileira. Machado parece ter haurido suas informações de um telegrama de *O Paiz* de 22 de março. Cito alguns trechos mais relevantes: “A revolução peruana está completamente terminada. O presidente Cáceres renunciou o cargo e os revolucionários organizaram governo provisório (...). / O combate de Lima, que decidi da revolução, durou 72 horas e de ambos os lados pelejava-se com bravura nas ruas e praças que ficaram juncadas de talvez 1.000 mortos. / As hostilidades cessaram pela intervenção do corpo diplomático que solicitou armistício para enterrar os mortos, cuidar dos feridos e abastecer a cidade.”

A SEMANA – 148

John Gledson

Ambos os assuntos tratados nesta crônica são reflexos do Encilhamento, o conto do vigário pelo tema do dinheiro falsificado – tantos bancos podiam imprimir dinheiro que os falsificadores pulularam (ver, por exemplo, a crônica de 29 de janeiro de 1893 [41]). Do jogo do bicho Machado já tratou nas três crônicas anteriores a esta: vê-se que começava o processo que levaria à sua expulsão do seu lugar de origem.

Esta crônica foi incluída por Mário de Alencar na sua antologia de *A Semana* (p. 209-211) publicada em 1914, com o título de “Conto do vigário”. Ele omitiu os dois parágrafos finais, sobre o jogo do bicho. Compreende-se: parece que até Machado achou difícil inventar uma transição fluida (ou não se importou).



A SEMANA

31 de março de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

De quando em quando aparece-nos o conto do vigário. Tivemo-lo esta semana, bem contado, bem ouvido, bem vendido, porque os autores da composição puderam receber integralmente os lucros do editor.

O conto do vigário é o mais antigo gênero de ficção que se conhece. A rigor, pode crer-se que o discurso da serpente, induzindo Eva a comer o fruto proibido, foi o texto primitivo do conto. Mas, se há dúvida sobre isso, não a pode haver quanto ao caso de Jacó e seu sogro.¹ Sabe-se que Jacó propôs a Labão que lhe desse todos os filhos das cabras que nascessem malhados. Labão concordou, certo de que muitos trariam uma só cor; mas Jacó, que tinha plano feito, pegou de umas varas de plátano, raspou-as em parte, deixando-as assim brancas e verdes a um tempo, e, havendo-as posto nos tanques, as cabras concebiam com olhos nas varas, e os filhos saíam malhados. A boa-fé de Labão foi assim embaçada pela finura do genro; mas não sei que há na alma humana que Labão é que faz sorrir, ao passo que Jacó passa por um varão arguto e hábil.

O nosso Labão desta semana foi um honesto fazendeiro do Chiador,² que, estando em uma rua desta cidade, viu aparecer um homem, que lhe perguntou por outra rua. Nem o fazendeiro, nem o outro desconhecido que ali apareceu também, tinha notícia da rua indicada. Grande aflição do primeiro homem recentemente chegado da Bahia, com vinte contos de réis de um tio dele, já falecido, que deixara dezesseis para os naufragos da *Terceira* e quatro para a pessoa que se encarregasse da entrega.³

¹ Gênesis 30:25-43.

² Pequena cidade mineira, na região de Mar de Espanha. A notícia aparece assim na *Gazeta* na quinta-feira, dia 28, na primeira página: “O Sr. Jesuíno dos Santos Werneck, proprietário da fazenda *Minerva*, no Chiador, ontem, às nove horas da noite, caiu como um *patinho* no célebre *conto do vigário*, deixando-se engazopar por dois gatunos, que lhe subtraíram 1:075\$000 em dinheiro, dando-lhe em troca um embrulho de jornais, que disseram conter 20:000\$ para as vítimas da barca *Terceira*. / O Sr. Werneck queixou-se ao Sr. Dr. 2º delegado auxiliar. / Há de ganhar muito com isso.” Pelos detalhes que dá (Casa Leitão, largo de Santa Rita, etc.), vê-se que Machado também leu outra notícia, no *Jornal do Commercio* do mesmo dia, na p. 1, coluna 7, seção *Gazetilha*, sob o título “Conto do vigário”.

³ Para o desastre da *Terceira*, que aconteceu no dia 6 janeiro e cujas vítimas continuavam sendo objeto de doações, ver a crônica de 13 janeiro de 1895 (137), nota 8.

Quem é que, nestes ou em quaisquer tempos, perderia tão boa ocasião de ganhar depressa e sem cansaço quatro contos de réis? eu não, nem o leitor, nem o fazendeiro do Chiador, que se ofereceu ao desconhecido para ir com ele depositar na casa Leitão, largo de Santa Rita, os dezesseis contos, ficando-lhe os quatro de remuneração.

– Não é preciso que o acompanhe, respondeu o desconhecido; basta que o senhor leve o dinheiro, mas primeiro é melhor juntar a este o que traz aí consigo.

– Sim, senhor, anuiu o fazendeiro. Sacou do bolso o dinheiro que tinha (um conto e tanto), entregou-o ao desconhecido, e viu perfeitamente que este o juntou ao maço dos vinte; ação análoga à das varas de Jacó. O fazendeiro pegou do maço todo, despediu-se e guiou para o largo de Santa Rita. Um homem de má-fé teria ficado com o dinheiro, sem curar dos naufragos da *Terceira*, nem da palavra dada. Em vez disso, que seria mais que deslealdade, o portador chegou à casa do Leitão, e tratou de dar os dezesseis contos, ficando com os quatro de recompensa. Foi então que viu que todas as cabras eram malhadas. O seu próprio dinheiro, que era de uma só cor, como as ovelhas de Labão, tinha a pele variegada dos jornais velhos do costume.

A prova de que o primeiro movimento não é bom é⁴ que o fazendeiro do Chiador correu logo à polícia; é o que fazem todos. Mas a polícia, não podendo ir à cata de uma sombra, nem adivinhar a cara e o nome de pessoas hábeis em fugir, como os heróis dos melodramas, não fez mais que distribuir o segundo milheiro do conto do vigário, mandando a notícia aos jornais. Eu, se algum dia os contistas me pegassem, trataria antes de recolher os exemplares da primeira edição.

Aos sábios e pacientes recomendo a bela monografia que podem escrever estudando o conto do vigário pelos séculos atrás, as suas modificações segundo o tempo, a raça e o clima.⁵ A obra, para ser completa, deve ser imensa. É seguramente maior o número das tragédias, tanta é a gente que se tem estripado, esfaqueado, degolado, queimado, enforcado, debaixo deste belo sol, desde as batalhas de Josué até aos combates das ruas de Lima, onde as autoridades sanitárias, segundo telegramas de ontem, esforçam-se grandemente por sanear a cidade “empestada⁶ pelos cadáveres que ficaram apodrecidos ao ar livre”.⁷ Lembrai-vos que eram mais de mil, e imaginai que o

⁴ Aqui, no texto da *Gazeta*, há “é o”, sem dúvida erro tipográfico, repetido por Mário de Alencar, e corrigido por Aurélio.

⁵ Tradução livre do famoso “race, milieu et moment” de Hippolyte Taine (1828-1893), os três conceitos básicos, segundo ele, para fundamentar uma história científica da literatura.

⁶ Assim na *Gazeta*. Ambos, Mário de Alencar e Aurélio, põem “empestada”, embora a versão do jornal seja também correta (e copiada de *O Paiz*).

⁷ O livro de Josué, na Bíblia, conta a vida deste herói do povo israelita, e a conquista de Canaã. Parece, pela referência ao sol, que Machado se lembrou do famoso episódio (Js 10:12-14) em que Deus fez parar o sol, no fim de uma luta contra os inimigos de Israel. Também há um eco de Eclesiastes 1:9: “Não há nada de novo debaixo do sol.” Para os combates liminhos, e a revolução peruana, ver a crônica anterior, nota 4. O telegrama que Machado cita apareceu n’*O Paiz* do dia 30 de março: “As autoridades sanitárias envidam grandes esforços para sanear esta cidade, empestada pelos cadáveres que durante longos dias estiveram apodrecendo ao ar livre.”

detestável fedor de gente morta não custa a vitória de um princípio. O conto é menos numeroso, e, seguramente, menos sublime; mas ainda assim ocupa lugar eminente nas obras de ficção. Nem é o tamanho que dá primazia à obra, é a feitura dela. O conto do vigário não é propriamente o de Voltaire, Boccaccio ou Andersen,⁸ mas é conto, um conto especial, tão célebre como os outros, e mais lucrativo que nenhum.

Pela minha parte não escrevo nada, limito-me a esta breve história da semana, em que tanta vez perco o fio, como agora, sem saber como passe do conto aos bichos. A proposta municipal para transformar o Jardim Jocológico em Jardim Zoológico, apresentada anteontem, até certo ponto ata-me as mãos; aguardo a votação do Conselho.⁹ Quando muito, visto que a proposta ainda não é lei, e ainda os bichos guardarão dinheiro, podia escrever uma petição em verso. Vi que esta semana a borboleta ganhou um dia. Juro-vos que não sabia da presença dela na coleção dos bichos recreativos, e não descrevo a pena que me ficou, porque a língua humana não tem palavras para tais lástimas.

Deus meu! a borboleta na mesma caixa do porco! O lindo inseto tão prezado de todos, e particularmente dos vitoriosos japoneses,¹⁰ agitando as asas naquele espaço em que costuma grunhir o animal detestado de Abraão, de Isaac e de Jacó! Onde nos levareis, anarquia da ética e da estética? Poetas moços, juntai-vos e componde a melhor das polianteias, um soneto único, mas um soneto-legião, em que se peça aos poderes da terra e do céu a exclusão da borboleta de semelhante orgia. Ganhe o pato, o porco, o peru, o diabo, que é também animal de lucro, mas fique a borboleta entre as flores, suas primas.



⁸ Grandes contistas: Voltaire (1694-1778), autor de *Candide* e *Zadig*; Giovanni Boccaccio (1313-1375), do *Decameron*; e Hans Christian Andersen (1806-1875), autor de numerosos contos de fada.

⁹ Machado se refere à proposta do Conselho Municipal do Rio de Janeiro de controlar o jogo, alegando que os donos do Jardim Zoológico tinham quebrado o contrato original; proposta apresentada no dia 29 de março. O texto está na primeira página da *Gazeta* do dia 30, assim como, sob o título “Drummondologia” (do nome do fundador do Jardim), uma descrição muito viva das cenas tumultuárias em Vila Isabel.

¹⁰ Na crônica de 28 de outubro de 1894, já se tratou da Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), em que o Japão se impôs como poder dominante no oeste do Pacífico. Em fevereiro de 1895, os chineses capitularam e pediram a paz. Com efeito, a borboleta tem muita importância nas artes e na poesia japonesas, significando entre outras coisas a eternidade (as borboletas guiam os espíritos dos mortos para o outro mundo), o sexo feminino, e o amor.

A SEMANA – 149

John Gledson

Tendo-se fartado do jogo do bicho, Machado sai do Rio de Janeiro para o Nordeste para estudar a política, sempre com a ressalva irônica de não se interessar por ela, e, portanto, ser ignorante a respeito. Como de costume, a ironia esconde a perspicácia. De fato, vai “desde Aristóteles até às mais recentes ‘publicações a pedido’”; interessa-lhe sobretudo a distância entre teoria e prática diária, e explora o terreno movediço e cheio de perigos entre as duas coisas. Primeiro, são os casos de violência extrema na bandidagem do sertão nordestino, que trata ironicamente, como se fosse religião (conjunção que afluaria novamente em Canudos). Segundo, é o caso da votação para as câmaras baianas. O que choca aqui (pelo menos no nível menos irônico) é o abandono das aparências legais (a apuração dos votos, que levava semanas, não só na Bahia) para uma negociação direta, cínica, e sem conexão alguma com os eleitores.



A SEMANA

7 de abril de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Não há quem não conheça a minha desafeição à política, e, por dedução, a profunda ignorância que tenho desta arte ou ciência. Nem sequer sei se é arte ou ciência; apenas sei que as opiniões variam a tal respeito. Faltam-me os meios de achar a verdade. Quando era vivo um boticário que tive, lido em matérias especulativas, a tal ponto que me trocava os remédios, recorria a ele comumente, e nunca o apanhei descalço. A razão que o levava a estudar a literatura política, em vez da farmacêutica, não a pude entender nunca, salvo se era o natural pendor do homem, que vai para onde lhe leva o espírito. Já perguntei a mim mesmo se era porque na política haja de tudo, como na botica;¹ mas não acertei com resposta. Deus lhe fale n'alma!²

Depois que ele morreu, se acontece algum caso político em que deva falar, dou-me ao trabalho aspérrimo de ler tudo o que se tem escrito, desde Aristóteles³ até às mais recentes “publicações a pedido”, e acabo sabendo ainda menos que os autores destas publicações. Foi o que me aconteceu esta semana com o caso da Bahia.

Não confundam com outro caso da Bahia, que chamarei especialmente da povoação dos Milagres, onde quatrocentos bandidos, depois de muitas mortes e arrombamentos, destruição de altares e de imagens, levaram o ardor ao ponto de

¹ “Há de tudo como em botica” – é um ditado proverbial, que, segundo João Ribeiro (*Frases feitas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960. p. 160), se explica pela liberdade de substituições nas boticas. Daí vem a palavra “quiproquó”. “O *Quiproquó* era um livro dos boticários ou farmacêuticos onde se enumeravam aos pares os símlices de propriedades mais ou menos equivalentes e que podiam ser substituídos uns pelos outros em caso de necessidade.” Daí vem o sentido de troca de uma coisa ou pessoa por outra muito diversa. Machado tira efeito cômico na troca das literaturas do boticário e na troca de remédios (“me trocava os remédios”).

² “A expressão “Deus lhe fale n'alma” significa “Deus o tenha em glória.” (NASCENTES, Antenor. *Tesouro da fraseologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966. p. 97-98)

³ O autor da *Política*.

desenterrar o cadáver de um capitão Canuto⁴ e, depois de o castrarem, arrancaram-lhe uma orelha e a língua, e queimaram o resto.⁵

Pode ser que haja política nesses movimentos, porque os bandidos de verdade não desenterram cadáveres senão para levar as joias, se as têm; mas eu inclino-me antes a crer em algum sentimento religioso. Esses inculcados bandidos são talvez portadores de uma nova fé. A fé abala montanhas: como não há de desenterrar cadáveres, operação muito mais fácil? Não se destroem imagens, não se queimam altares, não se matam famílias inteiras, não se queima um homem morto, senão por algum sentimento superior e forte. A inquisição também queimava gente, mas gente viva, e depois de um processo enfadonhamente comprido, com certos regulamentos, tudo frio e sem alma. Não tinha aquela fúria, aquele desatino, aquela paixão formidável e invencível.

Não trato desses missionários, que talvez sejam os mesmos que andaram há tempos em Canavieiras e várias partes, e mataram há pouco em Santa Quitéria umas cinco pessoas, sem outro suplício além dos aparelhos naturais da morte.⁶ Não conheço o credo novo; os recentes profetas não escrevem nem imprimem nada. Talvez até falem pouco. Os melhores operários são silenciosos. Não trato deles, nem do moço que acaba de morrer, por ação de um bonde elétrico, que é o nosso bandido político ou missionário religioso, com um toque científico, inteiramente estranho aos de Milagres e Canavieiras.⁷ Concordo que o caso de anteontem é triste; não nego que os cocheiros

⁴ Assim na *Gazeta*. Aurélio acrescenta uma vírgula, que nos parece desnecessária.

⁵ Não achei referência nos jornais consultados a este evento, referido no artigo de Mário Ribeiro Matos, “Horácio de Matos e o Capitão Manoel Quirino Matos” no site “Usina de Letras”: (<<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=39380&cat=Artigos>>). Diz ele que o capitão Canuto Pereira de Matos foi morto na fazenda Milagres, do seu irmão Clementino, em 10 de fevereiro de 1895, e “tal foi a brutalidade da morte que Canuto foi enterrado e depois desenterrado para ser queimado e reduzido a cinzas em 12.02.1895, pelos jagunços remanescentes do grupo derrotado de José da Volta Grande.” Em *O Paiz* do dia 15 de março (um mês depois), “confirma-se” o assassinato, sem maiores detalhes. Não sei onde Machado encontrou os detalhes téticos, que verossimilmente são o que lhe atraíram a atenção.

⁶ Os “célebres” clavinoteiros de Canavieiras (sul da Bahia) já apareceram em três crônicas, de 26 de junho de 1892 (10), de 22 de julho de 1894 (112), e de 11 de novembro de 1894 (128). Não achei referência aos eventos de Santa Quitéria (Ceará ou Maranhão?).

⁷ Na *Gazeta* do dia 6 de abril, com a manchete “DEASTRE NOS BONDES”, vinha a seguinte notícia: “Mais uma vítima dos bondes elétricos caiu ontem mutilada e sem vida. / Desta vez foi o jovem acadêmico Carlos Carneiro de Campos Ponce de Leon, de 16 anos de idade (...), quem concorreu para aumentar a estatística já avultada dos mortos por aqueles bondes. / O inditoso moço (...) às 9 horas da manhã ia tomar um dos bondes que compunham o fatídico comboio puxado pelo elétrico n. 117, no cais da Lapa, (...) mas fê-lo com tanta infelicidade, que caiu, sendo colhido pelas rodas do segundo e terceiro carros, que lhe esmagaram horripelmente o crânio e fraturaram o antebraço esquerdo. / Duas circunstâncias explicam esta lamentável desgraça, que consternou quantos a presenciaram e foi encher de dor uma família inteira: a pressa que o jovem Ponce de Leon levava para não perder o bonde e a velocidade em que este ia, o que aliás é muito comum em tais veículos, quando passam naquela rua. (...) / Contra o motorneiro foi lavrado auto de flagrante.”

(com perdão da palavra)⁸ dos bondes elétricos entendem pouco ou nada do ofício; mas a morte de um ou mais homens não vale um problema político.

Outrossim, não quero saber de bichos, que já me enfadam, nem do jogo de flores.⁹ Noutro tempo, este jogo era um divertimento de família; cada pessoa era uma flor, por escolha própria, camélia, sempre-viva, amor-perfeito, violeta, e travavam uma conversação em que as flores nomeadas, se não acudiam em tomar a palavra, pagavam prenda. Tempos bucólicos. Hoje parece que cada flor ou pessoa significa dez tostões. Tempos pecuniários.

Fiquemos no caso da Bahia. Os dois partidos daquele Estado tratam da apuração dos votos eleitorais; mas sendo a situação gravíssima, e conveniente a paz, fazem-se tentativas de conciliação, tendo já entrado nisso o arcebispo, que nada alcançou.¹⁰ A intervenção do prelado e o nenhum efeito dos seus esforços provam que é séria a crise.

Uma das tentativas esteve quase a produzir fruto; foi inútil porque um dos partidos cedia o terço no senado e na câmara dos deputados, solução que o outro partido recusou, exigindo dezoito deputados, maioria e presidência do senado. *Ecco il problema.*

Esse *ceder* um terço, esse *exigir* dezoito deputados, no ato da apuração, juro por todos os santos do céu e por todas as santas da terra, não me entra na cabeça. Virei e revirei o telegrama, confrontei-o com autores antigos e modernos, estudei a república de Platão e outras concepções filosóficas, interroguei os princípios, encarei-os de face e de perfil, passei-os da mão direita para a esquerda, e vice-versa, sem achar em nenhuma gente, por mais grega ou italiana que fosse, um raio de luz que me explicasse a cessão do terço e a exigência dos dezoito.¹¹

Menos difícil problema é o que resulta de outro telegrama da mesma procedência, ontem publicado, em que se dá o número total de votos de um distrito

⁸ Para o uso de “motorneiro” ou “motoreiro” em vez de “cocheiro”, que Machado desaprovava, ver o começo da crônica de 14 de outubro de 1894 (124).

⁹ No dia 12 de abril, *O Paiz* noticia que “o Sr. Chefe da Polícia, em regozijo pela vitória da *Avestruz*, permitiu que fosse reaberto o Boliche Nacional. Quer isto dizer que o Sr. André Cavalcanti franqueou aos apreciadores o jogo das flores, indecência idêntica à do Jardim Zoológico”. Na *Gazeta* de 14 de abril (p. 1), diz-se que o Chefe de Polícia “ainda não [o] autorizou”.

¹⁰ A origem desta parte da crônica está num telegrama da Bahia na *Gazeta* (p. 2) do dia 4 de abril. “O senador Virgílio Damásio em nome dos constitucionais procurou acordo com o partido federal para verificação de poderes. Os federais cederam o terço em ambas as câmaras. / Os constitucionais recusaram, exigindo 18 deputados, maioria e a presidência do senado. Damásio reconheceu boa vontade nos federais e exagero na oposição. / O arcebispo já havia intervindo [*sic*] espontaneamente considerando o acordo impossível devido às pretensões desarrazoadas dos constitucionais.” Outro telegrama no dia 6, do mesmo jornal, lista vários municípios em que o número de votantes excede o número de habitantes. “É assim que se dizem eleitos!” – diz. Neste momento, a política baiana estava nas mãos de uma “desmoralizada politicagem” dos dois partidos mencionados.

¹¹ O Decreto n. 2.675, de outubro de 1875, reformou a legislação eleitoral brasileira, garantindo um terço das vagas no poder legislativo à oposição (ou à minoria). Esse decreto ficou conhecido como “lei do terço”. Daí a expressão “um terço”, que causou tanto estranhamento ao cronista. É pouco provável que ele não conhecesse essa lei. É também verdade que ela parece nunca ter funcionado muito bem.

superior ao da respectiva população;¹² porquanto, se o que eu ouvia em pequeno, deriva de alguma lei biológica, as urnas concebem. Quando era menino, ouvi muita vez afirmar que um grupo de Santa Rita, um eleitor de S. José, um mesário de Sant'Ana, às vezes um simples inspetor de quarteirão de Santo Antônio, punha a urna de esperanças.¹³ Se isto é verdade, não há problema, há um mero fenômeno interessante, digno de estudo, e porventura de saudades.

O primeiro caso, sim, é que é problema escuro e indecifrável. Como entender o que é acordo na apuração de votos, cedendo um terço ou exigindo dezoito deputados? Há presunção em dizer isto, pois que da própria aversão à política nasce a minha falta de entendimento; mas, enfim, é o que sinto. Dizia o meu boticário que, de quando em quando, se devem corrigir os costumes políticos. A carta régia de 1671 ao governador do Rio de Janeiro, recomendando-lhe que “*se não entromettesse nas eleições de sojeitos para o governo da Republica*”,¹⁴ ficou servindo-nos de norma política;¹⁵ mas as normas devem alterar-se para se acudir às necessidades e feições do século. A própria igreja, conservando os seus dogmas, tem variado no que é terreno e perecível. Há práticas boas, justas e úteis em um século, e más ou inúteis em outro. Era uma das pílulas que me aplicava o meu defunto amigo.



¹² Na crônica de 4 de março de 1894 (93) exemplifica-se como isto podia acontecer: as listas não eram atualizadas, e muitos mortos eram chamados à mesa de votação.

¹³ Isto é, deixava a urna grávida, cheia de cédulas ou votos. Antenor Nascentes (*Tesouro da fraseologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966. p.117) dá: “*Andar ou estar de esperanças. Achar-se grávida.*”

¹⁴ Na *Gazeta*, esqueceram-se de fechar estas aspas. Aurélio corrigiu.

¹⁵ Carta régia é documento assinado pelo rei, com ordens diretas para uma autoridade qualquer. Há registro desta carta régia no *Catalogo das cartas regias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821 existentes no ARCHIVO PUBLICO DO IMPERIO* [1886 – data do primeiro texto (prefácio?)], onde se lê: “1671 / Fevereiro 26 / **C. R.** prohibindo aos Governadores, e officiaes da Fazenda e Guerra que se intromettessem nas eleições da Camara, e que nomeassem os thesoueiros dellas nos lançamentos dos donativos, obrigando-se a Camara a remetter annualmente esses donativos.”

A SEMANA – 150

John Gledson

Uma crônica que interessa bastante, por dois lados, além do elogio do novo livro do amigo José Veríssimo. A “dualidade das câmaras”, exemplificado no Amazonas (e as dissensões políticas na Bahia, na crônica anterior) faz parte do pensamento histórico-político que Machado desenvolverá em *Esau e Jacó*, na briga dos gêmeos. Significa a um só tempo a imaturidade política do Brasil, e a lamentável tendência à violência e até à guerra civil. O federalismo só piora a situação, multiplicando-a.

A seguir, entramos em território que Machado raramente pisa: o cristianismo, e concretamente a história fundadora da religião. Sempre cético em relação aos fatos e sobretudo a seu significado, Machado desde cedo concordara com Ernest Renan, autor de uma *Vida de Jesus* nada ortodoxa, de 1863. Como se evidencia nesta crônica, e melhor ainda n’“A paixão de Jesus”, de 1904, a emoção era sincera, mas a fé estava completamente ausente. Sem dúvida foi a crônica do amigo Ferreira de Araújo, bem interessante e nada convencional (ver a nota 9), que o instigou a escrever diretamente sobre este assunto. Típico, também, é que lhe chamem a atenção sobretudo os detalhes, as “meras” palavras da história (ver a crônica de 12 de março de 1893 [47]).



A SEMANA

14 de abril de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Nada há pior que oscilar entre dois assuntos. A semana santa chama-me para as coisas sagradas, mas uma ideia que me veio do Amazonas chama-me para as profanas, e eu fico sem saber para onde me volte primeiro. Estou entre Jerusalém e Manaus; posso começar pela cidade mais remota, e ir depois à mais próxima; posso também fazer o contrário.

Havia um meio de combiná-las: era meter-me em uma das montarias ou igarités¹ do Amazonas, com o meu amigo Dr. J. Veríssimo,² e deixar-me ir com ele, rio abaixo ou acima, ou pelos confluente, à pesca do pirarucu, do peixe-boi, da tartaruga ou da infinidade de peixes que há no grande rio e na costa marítima. Não podia ter melhor companheiro; pitoresco e exato, erudito e imaginoso, dá-nos na monografia que acaba de publicar, sob o título *A pesca na Amazônia*, um excelente livro para consulta e deleite. Como se trata do pescado amazônico e acabamos a semana santa, iria eu assim a Jerusalém e a Manaus, sem sair do meu gabinete. Mas o bom cristão acharia que não basta pescar, como S. Pedro, para ser bom cristão, e os amigos de ideias novas diriam que não há ideia nem novidade em moquear o peixe à maneira dos habitantes de Óbidos ou Rio Branco. Força é ir a Manaus e a Jerusalém.

Já que estou no Amazonas, começo por Manaus. As folhas chegadas ontem referem que naquela capital a câmara dos deputados dividiu-se em duas.³ Essa

¹ Montaria: canoa de pequena extensão, feita de um tronco escavado a fogo, e em cuja borda se situam as bancadas dos remadores. Igarité: embarcação cargueira com capacidade de até duas toneladas, a remo, sirga ou motor.

² José Veríssimo (1857-1916), crítico e contista paraense, foi grande amigo de Machado – correspondiam-se desde 1883, e viam-se muito depois que Veríssimo se instalou no Rio em 1891; este não é o único elogio a uma obra sua, que recebeu uma resenha excelente n’*O Paiz* no dia 25 de abril. Para mais detalhes, ver o verbete sobre Veríssimo de Ubiratan Machado no *Dicionário de Machado de Assis*, muito completo.

³ Suponho que Machado se refere aos jornais do Amazonas (“As folhas *chegadas* ontem”). Não foi possível encontrar referência a este assunto nos poucos jornais amazonenses acessíveis. Na imprensa do Rio de Janeiro, este fato das duas administrações parece ter tido pouca ou nenhuma repercussão: só notei, n’*O Paiz* do dia 8 de abril, um telegrama que, entre outras coisas, fala da abertura do congresso do Estado, e diz: “Ficou sem efeito o congresso organizado pelos chefes do partido democrata”.

dualidade de câmaras de deputados e de senados tende a repetir-se, a multiplicar-se, a fixar-se nos vários Estados deste país. Não são fenômenos passageiros; são situações novas, idênticas, perduráveis. Os olhos de pouca vista alcançam nisto um defeito e um mal, e não falta quem peça o conserto de um e a extirpação de outro. Não será consertar uma lei natural, isto é, violá-la? Não será extirpar uma vegetação espontânea, isto é, abrir caminho a outra?

Geralmente, as oposições não gostam dos governos. Partido vencido contesta a eleição do vencedor, e partido vencedor é simultaneamente vencido, e vice-versa. Tentam-se acordos, dividindo os deputados; mas ninguém aceita minorias. No antigo regímen iniciou-se uma representação de minorias, para dar nas câmaras um recanto ao partido que estava de baixo.⁴ Não pegou bem, – ou porque a porcentagem era pequena, – ou porque a planta não tinha força bastante. Continuou praticamente o sistema da lavra única.

Os fatos recentes vão revelando que estamos em vésperas de um direito novo. Sim, leitor atento, é certo que a luta nasce das rivalidades, as rivalidades da posse e a posse da unidade de governo e de representação. Se, em vez de uma câmara, tivermos duas, dois senados em vez de um, tudo coroado por duas administrações, ambos os partidos trabalharão para o benefício geral. Não me digam que tal governo não existe nos livros, nem em parte alguma. Sócrates, – para não citar Taine e consortes – aconselhava ao legislador que, quando houvesse de legislar⁵ tivesse em vista a terra e os homens.⁶ Ora os homens aqui amam o governo e a tribuna, gostam de propor, votar, discutir, atacar, defender e os demais verbos, e o partido que não folheia a gramática política acha naturalmente que já não há sintaxe; ao contrário, o que tem a gramática na mão julga a linguagem alheia obsoleta ou corrupta. O que estamos vendo é a impressão em dois exemplares da mesma gramática. Virão breve os tempos messiânicos, –

⁴ Aqui Machado sem dúvida se lembra de um momento crucial da sua carreira. Em 1868, acabava de ganhar o seu primeiro emprego público, por influências de Zacarias de Góis e do Partido Liberal, do qual era fiel. Em julho desse ano, no meio da Guerra do Paraguai, num momento importante na história do império, o governo liberal foi deposto pelo imperador, e subiram os conservadores, liderados pelo visconde de Itaboraí. Machado temia pelo seu emprego, e recorreu ao seu amigo e protetor no mundo da literatura, José de Alencar, ministro da justiça no novo governo. Deu-se outra feliz coincidência: Alencar, n’*O sistema representativo* (1868), tinha argumentado que as minorias – as oposições – deviam ser representadas, em vez de ser sistematicamente expulsas a cada novo governo. Na “Correspondência da Corte”, publicada na *Imprensa Acadêmica* (de São Paulo) no dia 31 de julho de 1868, diz Machado: “O autor do *Sistema Representativo* estudou profundamente o problema da representação nacional, e adotou, como uma solução nova, a ideia da representação das minorias, ideia fecundíssima e necessária à legítima expressão da vontade pública” (ver *Dispersos de Machado de Assis*, ed. J-M Massa, p. 251). Machado manteve o posto, primeiro degrau da escada: também manteve as suas opiniões.

⁵ Aurélio põe aqui uma vírgula, que não está nem na *Gazeta* nem na antologia de Mário de Alencar.

⁶ Sócrates é personagem na *República* de Platão. O livro, entretanto, em que Platão trata mais detalhadamente de legisladores é *As leis*. Taine, novamente, aparece por conta da sua teoria das influências de “race, milieu et moment”, que determina, entre outras coisas, a literatura e a feição política de cada país.

melhores ainda que os de Israel, porque lá os lobos deviam dormir com os cordeiros, mas aqui os cordeiros dormirão com os cordeiros, à falta de lobos.

Enquanto não vêm esses tempos messiânicos, vamo-nos contentando com os da escritura,⁷ e com a semana santa que passou. Assim passo eu de Manaus a Jerusalém.

Há meia dúzia de assuntos que não envelhecem nunca; mas há um só em que se pode ser banal, sem parecê-lo, é a tragédia do Gólgota. Tão divina é ela que a simples repetição é novidade. Essa coisa eterna e sublime não cansa de ser sublime e eterna. Os séculos passam sem esgotá-la, as línguas sem confundi-la, os homens sem corrompê-la. “O Evangelho fala ao meu coração” escrevia Rousseau;⁸ é bom que cada homem sinta este pedaço de Rousseau em si mesmo...

Entretanto, se eu admiro o belo sermão da Montanha, as parábolas de Jesus, os duros lances da semana divina, desde a entrada em Jerusalém até à morte no Calvário, e as mulheres que se abraçaram à cruz, e cuja distinção foi tão finamente feita por Lulu Sênior, quinta-feira,⁹ se tudo isso me faz sentir e pasmar, ainda me fica espaço na alma para ver e pasmar de outras coisas. Perdoe-me a grandeza do assunto uma reminiscência, aliás incompleta, pois não me lembra o nome do moralista, mas foi um moralista que disse ser a fidelidade dos namorados uma espécie de infidelidade relativa, que vai dos olhos aos cabelos, dos cabelos à boca, da boca aos braços, e assim passeia por todas as belezas da pessoa amada.¹⁰ Espiritualizemos a observação, e apliquemo-la ao Evangelho.

Assim é que, no meio das sublimidades do livro santo, há lances que me prendem a alma e despertam a atenção dos meus olhos terrenos. Não é amá-lo menos; é amá-lo em certas páginas. Grande é a morte de Jesus, divina é a sua paciência, infinito é o seu perdão. A fraqueza de Pilatos é enorme, a ferocidade dos algozes inexcedível...

Mas, não sendo primoroso o último ato dos discípulos, não deixa de ser instrutivo. Um, por trinta dinheiros, vendeu o Mestre; os outros, no momento da prisão, desapareceram, ninguém mais os viu. Um só deles, sem se declarar, meteu-se entre a

⁷ Aurélio tem “Escritura” – na *Gazeta*, e em Mário de Alencar, está “escritura”.

⁸ “Je vous avoue aussi que la majesté des Écritures m’étonne, que la Sainteté de l’Évangile parle à mon coeur” [Afirmo-lhe também que a majestade das Escrituras me deixa atônito, e que a santidade do Evangelho fala ao meu coração], citado da “Profession de foi du vicaire savoyard”, parte do quarto livro de *Émile, ou de l’éducation*, de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) (parágrafo 1089).

⁹ Ferreira de Araújo, o dono da *Gazeta*, tinha mais de uma coluna semanal no jornal. Nas segundas-feiras tinha “Cousas políticas”, e nas quintas, “Às quintas”, assinado por um pseudônimo conhecido, Lulu Sênior, de assunto mais livre. Nesta quinta-feira santa, dedicou-a ao cristianismo, mas de um jeito bastante heterodoxo, de que Machado deve ter gostado. É um elogio a Santa Maria Madalena, prostituta e santa, que sentiu amor por Jesus, e foi convertida por esse amor. Até chega a compará-la positivamente com a Virgem Maria: “é justamente essa sempiterna alvura que põe a virgem simbólica como que fora da estrutura da natureza onde nada há que se lhe compare. (...) Não assim Magdalena. Chamam-lhe arrependida os que chamam de pecado as contingências em que a puseram a formosura, a miséria e o sangue quente naquelas terras próximas do Paraíso em que se libou a primeira delícia, ao cometer-se a primeira falta.”

¹⁰ Nós também não soubemos identificar este moralista.

multidão, e penetrou no pretório entre os soldados. Três vezes lhe perguntaram se também não andava com os discípulos de Cristo; respondeu que não, que nem o conhecia, e, à terceira vez, cantando o galo, lembrou-se da profecia de Cristo, e chorou. São¹¹ Mateus, contando o ato deste discípulo, diz que ele entrara no pretório, com os soldados, “a ver em que parava o caso”.¹² Hoje diríamos, se o Evangelho fosse de hoje, “a ver em que paravam as modas”. Tal é a mudança das línguas e dos tempos!

Este versículo do evangelista não vale o sermão da Montanha, mas, usando da teoria do moralista a que há pouco aludi, esta é a pontinha da orelha do Evangelho.



¹¹ Assim na *Gazeta* e em Mário de Alencar. Aurélio abrevia para S.

¹² Mateus 26:58.

A SEMANA – 151

John Gledson

Outra crônica sobre o Japão, a nova potência do Pacífico, e que repete algumas das referências da crônica de 28 de outubro de 1894 (126), escrita no começo da guerra que agora terminava. Inicia-se por umas reminiscências do passado, dos teatros e circos dos anos 50 e 60; mas as referências à construção do Teatro Provisório e ao “progresso” terminam num contexto mais atual: a controvérsia, que continuava nos jornais, sobre a reconstrução do Rio de Janeiro, e que Machado talvez achasse “o hino sem sentido” do progresso.

Quando o cronista diz que se meteu a estudar o Japão “logo que [os acrobatas] foram embora”, ou é ficção, ou verdade bem poética, pois as instituições ocidentalizantes do país só se concretizaram no fim dos anos 80. Até que ponto é irônica a simpatia declarada do cronista pela nova potência? Um país que tem “vontade”, que tem “ideias próprias”, e que não se importa com o complexo de superioridade europeu, é para ser admirado, talvez, mas sabe que o reverso da medalha é a agressão, o imperialismo. Só que aí surge outra dúvida – será que a guerra é um mal necessário “para fazer andar as coisas do mundo e do século”? – ideia fundamental para *Esaú e Jacó*.



A SEMANA

21 de abril de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Estão feitas as pazes da China e do Japão.¹

Há muitos anos apareceu aqui uma companhia de acrobatas japoneses. Eram artistas perfeitos, davam novidades, tinham ideias próprias. O efeito foi grande; representaram não sei se no teatro de S. Pedro, onde agora representam, fora de portas, uns engraxadores italianos, se no antigo Provisório, cuja história não conto, por muito sabida, mas que devia ser ensinada nas escolas para exemplo do que pode a vontade.² Lembro só que se chamava Provisório, e foi construído em cinco meses para substituir o teatro de S. Pedro, que ardera. Já isto é bastante: mas, se nos lembrarmos também que o Provisório foi tal que ficou permanente, e passou a Grande Ópera, teremos visto que a vontade é a grande alavanca... O resto acha-se nos discursos de inauguração. Também se pode achar em verso, em algum hino ao progresso, pouco mais ou menos assim:

Bate, corta, desfaz, quebra, arranca
Essas pedras que estão pelo chão;
A vontade é a grande alavanca,
Etc., etc.

Sabe-se o resto; é não perder de vista a alavanca da vontade e ir por diante derrubando pedreiras, morros, casas velhas, compondo estradas, muros, jardins, muita porta franca, muita parede branca.³ A vontade é a grande alavanca. Também se pode fazer o hino sem sentido; é mais difícil, mas uma vez que se lhe conserve a rima, tem

¹ O tratado de Shimonoseki tinha sido assinado no dia 17 de abril. Por ele, a China reconheceu a independência da Coreia, e cedia Taiwan ao Japão, além de pagar uma indenização enorme.

² O teatro São Pedro, o primeiro de grandes dimensões do Rio de Janeiro, no Rossio (atual praça Tiradentes), foi quase inteiramente destruído pelo fogo em agosto de 1851. Decidiu-se pela construção de outro, no Campo de Sant'Ana (atual praça da República), construído muito rapidamente, e aberto em março de 1852. Foi chamado de teatro Provisório, mas ficou sendo o teatro Lírico Fluminense (ou apenas teatro Lírico), de 1856 em diante, sobretudo até a inauguração do teatro São Pedro, em 1875. Era, como diz Sílvia Eleutério, a *opera house* da cidade.

³ Machado certamente se refere aqui ao assunto da modernização do Rio de Janeiro, que preocupou a cidade ao longo da década de 1890, e culminou na remodelação do centro da cidade no começo do séc. XX, o chamado “bota-abaixo”. Ver a crônica seguinte, nota 1.

vida, tem graça, ainda que lhe falte metro. Afinal, que é metro? Uma convenção. O sentido é outra convenção.

Bem; onde estávamos nós? Ah! nos japoneses. Eram exímios; a opinião geral é que eles não prestariam para mais nada, mas que, em subir por uma escada de uma maneira torta, e fazer outras dificuldades, ninguém os desbancava. Deixaram saudades. Grandes artistas tivemos de outras nações, Miss Kate Ormond, os irmãos Lees...⁴ Onde vão eles? Talvez ela tenha fundado alguma seita religiosa no Alabama; eles, se não dirigem alguma companhia de vapores transatlânticos, é que dirigem outra coisa... Tudo mudado, tudo passado. Os japoneses, não me canso de o dizer, eram exímios.

Meti-me, logo que eles se foram embora, a estudar o Japão, de longe e nos livros. O país tinha adotado recentemente o governo parlamentar, o ministério responsável, a fala do trono, a resposta, a interpelação, a moção de confiança e de desconfiança, os orçamentos ordinários, extraordinários e suplementares. Parte da Europa achava bom, parte ria; uma folha francesa de caricaturas deu um quadro representando a saída dos ministros do gabinete imperial com as pastas debaixo do braço. Que chapéus! que casacos! que sapatos! O Japão deixava rir e ia andando, ia estudando, ia pensando. Tinha uma ideia. Os povos são como os homens; quando têm uma ideia, deixam rir e vão andando. Parece que a ideia do Japão era não continuar a ser unicamente um país de curiosos ou de estudiosos, de Loti e outros navegadores.⁵ Queria ser alguma coisa mais alta, coisa que até certo ponto mudasse a face da terra.

Não me digam que a ideia era ambiciosa. Sei que sim; a questão é se a frase é ambiciosa também, e aqui é que eu vacilo, não por falta de convicção, mas de papel e de tempo. A demonstração seria longa. Contentem-se em crer, e vão seguindo, meio desconfiados, se querem. Concordo que, depois dos boatos montevidéanos e rio-grandenses, sobre revoluções, separações e saques, há lugar para duvidar um pouco das vitórias japonesas.⁶

⁴ Esta Miss Kate Ormond atuou no Great Ocean Circus, companhia americana, de Rogers and Spalding, que veio ao Rio em julho de 1862. A *Semana Illustrada* de 13 e a de 20 de agosto desse ano dão uma biografia grotescamente fictícia e cômica desta “célebre e engraçada rainha do Great Ocean Circus”. Ela teria nascido na Patagônia, foi sequestrada por saltimbancos, e tem “apenas 4 anos, 3 meses e 27 dias, porém é de um crescimento prodigioso, por ser natural da Patagônia”, etc., etc. Não pude identificar os irmãos Lees, verossimilmente outros artistas circenses.

⁵ Pierre Loti (pseudônimo de Julien Viaud; 1850-1923) foi uma das figuras mais importantes da literatura do fim do século na França, e muito conceituado até bem depois da morte. Seu romance mais famoso é *Pêcheurs d’Islande*, sobre os pescadores bretões. Especializara-se em escrever sobre viagens e culturas mais ou menos exóticas. Em 1887, publicou *Madame Chrysanthème* (Roman sur le Japon), história de um oficial da marinha que se casa, embora por pouco tempo, com uma gueixa japonesa, que depois “se consola sem dor”. Foi um texto importante na formação de atitudes perante o Japão neste período. André Messager fez dele uma ópera, em 1893, que guarda semelhança com a mais famosa *Madame Butterfly*, de Puccini, de 1904.

⁶ Em 20 de dezembro de 1894, o presidente Prudente de Moraes começara o processo que levaria à pacificação do Rio Grande do Sul, depois da guerra federalista. Entretanto, só no dia 23 de agosto de 1895 seria firmada a paz. Os jornais, naturalmente, estavam cheios de notícias e de telegramas acerca

Eu creio no Japão. Na tragédia conjugal que houve há dias na rua do Matoso, até aí acho o meu ilustre e valente Japão.⁷ Não é só porque tais peças têm lá o mesmo desfecho, mas pelo estilo dos depoimentos das testemunhas do caso. Segundo um velho frade que narrou as viagens de S. Francisco Xavier por aquelas terras, há ali diversos vocabulários para uso das pessoas que falam, a quem falam, de que falam, que idade têm quando falam e quantos anos têm aquelas a quem falam, não sabendo unicamente se há diferença de varões ou damas: o padre⁸ Lucena é muito conciso neste capítulo.⁹ Pois os depoimentos das testemunhas de cá usaram, quando muito, dois vocabulários, sendo um deles inteiramente contrário ao de Sófocles. Pão pão, queijo queijo. É claro que a justiça, sendo cega, não vê se é vista, e então não cora.

Viva o japonismo! Dizem telegramas que a ideia secreta do Japão é japonizar a China. Acho bom, mas se é só japonizar a crosta, não era preciso fazer-lhe guerra. Não faltam aqui salas, nem gabinetes, nem adornos japônicos. Os irmãos Goncourts gabam-se de terem sido na Europa os inventores do japonismo.¹⁰ Um bom leiloeiro, quando

desse processo complicado, cheio de boatos e acusações mútuas. O telegrama-fonte, sem dúvida entre outros, pode ter sido este, transcrito de *A Notícia*, da *Gazeta* de 20 de abril: “MONTEVIDEO, 18. Consta aqui que se descobriu em Porto Alegre uma conspiração contra o presidente da República. / Esta conspiração ramificava-se na cidade do Rio Grande do Sul, Pelotas e Jaguarão. / Estavam comprometidos os 3º, 11º e 29º batalhões. / Contava-se com a torpedeira *Silvado*. / [...] As cidades seriam entregues ao saque por três horas. / Alguns oficiais adeptos do governo foram convidados a tomar parte, mas recusaram-se, denunciando o plano. / Estão presos muitos oficiais de terra e mar.”

⁷ Os jornais se ocuparam deste caso de adultério e assassinato no dia 18 de abril. Como diz o cronista, as reportagens fazem dele uma “peça”, isto é, contam a história de um jeito inteiramente convencional, com o marido honrado, trabalhador e bom pai (Antônio Teixeira da Cunha Júnior), e a mulher (Adelaide Araújo da Cunha) namoradeira e sem escrúpulos. O desfecho se deu na rua do Matoso, onde o marido abateu a mulher a tiros, quase matando também a sua irmã paulista, Emília de Araújo Dias. O que interessa Machado não é o caso em si, mas o “estilo dos depoimentos das testemunhas”, que parece ter chocado o repórter da *Gazeta*: os amantes tinham ido para a hospedaria da Estrela, na rua da Carioca, obviamente lugar de encontros, onde “Emília ficou à porta com o companheiro de Álvaro, enquanto sua irmã trancava-se com o amante em um quarto. / O que de torpezas aí se passou o leitor avaliará pelo depoimento de Emília. Tudo quanto o cinismo de uma messalina de baixa classe pode imaginar, revelou Adelaide, confessando com o maior descaramento o seu crime e zombando da irmã que não quisera entregar-se ao companheiro de seu amante.” Na sua declaração, Emília diz: “Que ela declarante teve escrúpulo de entrar para o quarto com Miguel, pois lembrou-se de que nunca traiu o seu marido, o que declarou ao mesmo Rangel. / Que sua irmã demorou-se algum tempo no quarto com Álvaro, e que ao sair do mesmo perguntou-lhe o motivo por que não tivera relações com Miguel, descendo para tomar o carro, onde sua irmã entre risadas disse-lhe ‘que quem entrava numa casa daquelas (referindo-se a uma hospedaria), era para fazer alguma’. / Que em seguida pôs-se a caçoar com Miguel que fizera cruces na boca, e voltando-se novamente para ela declarante, observou-lhe que não se arriscava a passar na rua da Carioca e entrar em uma hospedaria senão para alguma coisa (...).” Parece que, além de mencionar as “hospedarias” e seus usos sabidos de todos, a expressão “fizera cruces na boca” insinua que Miguel “passara fome” (a expressão significa “resignar-se com a falta, não apanhar o que deseja, passar sem comer”, conforme Antenor Nascentes, em: *Tesouro da fraseologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966. p. 90). A insinuação obscena – que Miguel não “comera” o que desejava – é bastante clara, obscena de fato. Deve ser a isto que Machado se refere quando fala dos “dois vocabulários”.

⁸ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “Padre”.

⁹ Para o padre Lucena, ver crônica de 28 de outubro de 1894 (126), nota 12.

¹⁰ Ver crônica de 28 de outubro de 1894 (126), nota 10.

apregoa um vaso sem feições vulgares, chama-lhe japonês, e vende-o mais caro. Viva o japonismo! Quanto a mim, as pazes com a China estão feitas, e, por mais que as condições irrite a Europa, como há agora mais uma grande potência no mundo, é preciso contar com a vontade desta, e eu continuarei a ler com simpatia, mas sem fé, a propaganda do Sr. Dr. Nilo Peçanha a favor do arbitramento entre as nações. Para deslindar questões, creio que o arbitramento vale mais que uma campanha;¹¹ mas para fazer andar as coisas do mundo e do século, fio mais de Yamagata e seus congêneres.¹²



¹¹ Nilo Peçanha (1867-1924), mais tarde vice-presidente e presidente do Brasil de 1909 a 1910, e ministro de assuntos exteriores. Na imprensa, argumentava a favor da resolução de disputas internacionais pela arbitragem (v. p.ex. “O Tribunal”, n’*O Paiz*, 16 de maio de 1895).

¹² Ver crônica de 28 de outubro de 1894 (126), nota 8.

A SEMANA – 152

John Gledson

A chuva torrencial que motivou esta crônica caiu na sexta-feira, dia 26 de abril, e é tratada em tom jocoso n’*O Paiz*, por exemplo. A cena no bonde-arca é um excelente pretexto para juntar vários assuntos menores – o “recuo”, as considerações sobre a “amolação”, assunto preferido do cronista, os dois senados da Bahia, o inglês protestante e pedante, os bondes elétricos... No meio, vem o elogio do livro de contos de Coelho Neto, *Fruto proibido*.



A SEMANA

28 de abril de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Que dilúvio, Deus de Noé! Escrevo esta *semana* dentro de uma arca, esperando acabá-la, quando as águas todas houverem desaparecido. Caso fiquem, e não cessem de cair outras, concluí-la-ei aqui mesmo, e mandá-la-ei por um pombo-correio. A arca é um bonde. Noé é um Noé deste século industrial; leva-nos pagando. Fala espanhol, que é com certeza a língua dos primeiros homens.

A princípio não tive medo; cuidei que eram dessas chuvas que passam logo. Quando, porém, os elementos se desencadearam deveras, e as ruas ficaram rios, as praças mares, então supus que realmente era o fim dos tempos. As árvores retorciam-se, os chapéus voavam, toalhas de água entravam pelas casas, outras desciam dos morros, cor de barro. Carro nem tálburi disponíveis. Algum veículo particular que aparecia, ou levava o dono, ou esperava por ele. Bondes apenas, mas poucos, alagados, sem horário, quase sem cortinas. Entramos alguns em um, e o bonde começou, não a andar, mas a boiar; boiou a noite inteira, ainda agora boia.

Impossível foi dormir. Então conversamos, lemos, contamos histórias; as senhoras rezavam, as meninas riam. Um sujeito, querendo ligar o interesse municipal ao interesse humano, falou do recuo.¹ A atenção foi geral e pronta. Vinte minutos depois já ninguém queria ouvir as opiniões consubstanciadas no discurso do orador, nem as deste, nem os textos legais e outros. A palavra *amolação* começou a roçar os lábios. Notei que a maioria presente era de proprietários, e naquela situação e hora era difícil achar matéria mais deleitosa de conversação; mas o nosso mal verdadeiro, local e perpétuo é a amolação. Há anos sem febre amarela, o cólera-morbo aparece às vezes, o crupe

¹ Neste momento, havia na *Gazeta* uma série de artigos da autoria de Luís Rafael Vieira Souto, que seria um dos principais protagonistas do “bota-abaixo”, sobre o “recuo”, isto é, o recuo das fachadas de algumas casas para “alinhar” as ruas estreitas e tortas do velho Rio de Janeiro colonial. Com efeito, os artigos podem ser bastante enfadonhos apesar do óbvio interesse do assunto; falam muito da legislação europeia, sobretudo francesa, sobre a desapropriação. Um deles vem diretamente em seguida a esta crônica, no jornal. É uma boa amostra.

também e outras enfermidades, mas todas se vão, e alguns vamos com elas;² a amolação não sai nem entra; aqui mora, aqui há de morrer. O sujeito do recuo teimou, outro desafiou-o, as senhoras pediram que não brigassem.

Os homens, cavalheiros até no dilúvio, intervieram no debate e falaram de outras tantas coisas, uns do sul, outros do norte, alguns do negócio dos bichos.³ Os bichos trouxeram-nos o pensamento ao dilúvio presente e passado, ao bonde e à arca de Noé. Pediram-me a velha história bíblica. Contei-a, como podia, e perguntei-lhes se conheciam o *Fruto Proibido*.⁴ Como a fala não sai em grifo, não se pode conhecer se a pessoa repete um título ou alguma frase. Daí o gesto indecoroso de um passageiro, que entrou a assobiar a *Norma*. Citei então o nome do⁵ Coelho Neto, e disse que se tratava de um livro agora publicado.

Coelho Neto conhece a Escritura e gosta dela; mas será o seu amor daqueles que aceitam a pessoa amada, apesar de alguns defeitos, ou até por causa deles? perguntei. Toda a gente se calou, exceto um inglês, que me retorquiu que a Bíblia não tinha

² Na *Gazeta*, está “eles”, que pode ser correto (concordando com “o crupe” e “o cólera”). Aurélio tem “elas” (concordando com “as enfermidades”), o que nos parece mais lógico, e mais verossímil.

³ Aqui Machado se refere a dois assuntos candentes: o processo de pacificação no Sul, e o escândalo do jogo do bicho (n.º *O Paiz* de 22 de abril, diz-se que “o jogo acabou no Jardim Zoológico, mas continua à escândaras noutros e inúmeros lugares”). O “norte” talvez nem se refira a algo em particular.

⁴ Henrique Coelho Neto (1864-1934) foi amigo de Machado, que elogiou as suas obras cinco vezes n.º “A Semana”. Ver o verbete de Ubiratan Machado, *Dicionário de Machado de Assis*. Numa nota de 29 de abril (*Correspondência*, tomo III, p. 79), Coelho Neto agradeceu a menção.

O livro de que Machado trata aqui, *Fruto proibido*, é um de pelo menos três que Coelho Neto publicou em 1895, e de cinco de que Machado deu notícia nestas crônicas. São *Bilhetes-postais* (em 4 de novembro de 1894; crônica n. 127), *Fruto proibido* (28 de abril de 1895; crônica n. 152), *Miragem* (11 de agosto de 1895; crônica n. 167), *Rei fantasma* (8 de setembro de 1895; crônica n. 171), e finalmente *Sertão*, que trata quando “A Semana” já terminava, em 14 de fevereiro de 1897, (crônica n. 247). Não creio que outro escritor algum contemporâneo lhe mereça tanta atenção, embora o tratamento do *Livro de uma sogra*, de Aluísio Azevedo, na crônica de 29 de setembro (crônica n. 174) seja, no fundo, bem mais respeitoso e envolvido com o assunto.

Sem dúvida, Coelho Neto era uma espécie de protegido de Machado. As relações entre os dois – e as lutas que o autor maranhense teve para sobreviver no mundo das letras – entendem-se muito bem pela carta que escreveu ao “querido mestre” em 19 de agosto de 1895, quando da publicação de *Miragem* (*Correspondência de Machado de Assis*, tomo III, p. 105-106). Com efeito, estes *comptes rendues* (que não chegam a ser resenhas) às vezes têm um tom um pouco forçado, de dever cumprido.

Deles, este talvez seja o mais extenso e interessante. Também será o mais difícil de entender em alguns dos seus detalhes, a começar pelo “gesto indecoroso” de um dos passageiros do bonde flutuante, “que entrou a assobiar um trecho da *Norma*”. Entende-se o gesto, pela referência ao fruto proibido e ao pecado, mas a *Norma*? Esta ópera famosa de Vincenzo Bellini (1801-1835), de 1831, foi uma das mais populares e conhecidas do séc. XIX, e sem dúvida uma das mais “assobiadas”, mas qual trecho? De longe o mais conhecido é a ária “Casta diva”, no primeiro ato, e, pelo seu apelo à castidade da deusa invocada pela sacerdotisa Norma – e mais, levando-se em conta que ela não é nada casta, tendo dois filhos com Polião, general romano e inimigo do povo dela – pode ser a referência, mas não tenho certeza.

Da opinião de Machado sobre *Fruto proibido* (livro de difícil acesso) trato na introdução às crônicas deste ano, onde dou informações mais detalhadas sobre o livro e cito alguns trechos sintomáticos das suas tendências e qualidades. Resumindo, creio que Machado está reagindo delicadamente a uma certa “ousadia” do livro, que raia à pornografia (inspirada sem dúvida nos romances naturalistas e no decadentismo), mas simultaneamente procura – um pouco hipocritamente? – ser respeitável.

⁵ Assim na *Gazeta*. Aurélio substitui por “de”.

defeitos. Concordei com ele, mas expliquei-lhe que, amando Coelho Neto a Bíblia, escreveu um livro que a emenda, de onde se vê que não é tão cego o seu amor, que lhe não veja algumas lacunas. Mostrei-lhe então que o *Fruto Proibido* é o contrário dos capítulos II e III do *Gênesis*. Em vez de permitir o uso de toda a fruta do paraíso, menos a da árvore da ciência do bem e do mal, Coelho Neto encheu o paraíso de frutos proibidos, e disse aos homens, mais ou menos, isto:

– Dou-vos aqui um jardim, de cujas árvores não podeis comer um só fruto; mas, como é preciso que vos alimenteis, untei cada fruto com o mel do meu estilo, e ele só bastará para nutrir-vos.

Os homens obedeceram e obedecem à vontade do jovem Senhor; mas o mel está tão entranhado no fruto, e é tão saboroso, que lambe-lo e comer o outro é a mesma coisa. Deste modo eliminou a viscosa serpente, e não atirou toda a culpa para cima de Eva; guardou a maior parte para si.

Todos acharam engenhosa a ideia do autor, emendando a escritura, sem parecer fazê-lo, menos o inglês, que me perguntou se esse moço não tinha outra coisa em que ocupar o espírito. Tem outras coisas, respondi; ele mesmo confessa no prefácio que escreveu este livro para repousar de outros. É um trabalhador que acha meio de descansar carregando pedra. Compõe romances, compõe artigos, compõe contos, e ainda agora vai tomar a si uma parte da redação dos debates parlamentares...

– Sim? interrompeu-nos uma senhora, a mim e a um *padre-nosso*.⁶ Pois se se dá com ele, peça-lhe que, depois das páginas que houver de escrever em casa, recolha o seu estilo a algum vaso de porcelana da Saxônia ou vidro de Veneza, e vá sem ele aos debates. Meu marido, que lê muito (onde andaré ele a esta hora, meu Deus!), afirma que é de boa regra não confundir os gêneros. Se houver discursos proibidos, literariamente falando, não lhes ponha o mel do seu estilo; talvez que assim a virtude torne a este mundo.

Francamente, não entendi a senhora, que continuou a rezar o seu *padre-nosso*: “...seja feita a vossa vontade, assim na terra...” Eu deixei-me ir ao assunto natural da ocasião, a abertura do congresso nacional. Alguns duvidavam, por causa do dilúvio. Era impossível que deputados e senadores se reunissem debaixo de tanta água e vento. Um adversário ou inimigo pessoal do Sr. Zama censurou fortemente a este deputado, que traz a história romana na ponta dos dedos e ainda se não lembrou de dizer à Bahia, seu Estado natal, que Roma não prosperou com dois senados, mas com um, de onde lhe veio a força grande, e escrever por aí um Tito Lívio.⁷ A política, durante alguns instantes,

⁶ Assim, em itálico, na *Gazeta*. Aurélio põe em romano.

⁷ Para o deputado César Zama e seus escritos sobre a Antiguidade, ver a crônica de 11 de novembro de 1894 (128), nota 3. Para os dois senados e outras questões políticas da Bahia, ver a crônica de 7 de abril de 1895 (149), nota 10, e a crônica de 14 de abril de 1895 (150).

tomou conta da conversação. Ambos os senados⁸ tiveram defensores, e ardentes. Não faltou quem os adotasse juntos. Eu cheguei a pensar comigo, se não melhorariam as coisas havendo um terceiro senado...

Assim passamos as horas, e rompeu o dia de sábado, sempre debaixo de água. Já havia fome, porque o Noé espanhol que nos levava, não cuidara da comida, ninguém jantara, o céu continuava turvo e a água caía a jorros. Deu-nos então para dizer mal dos amigos, e afinal de nós mesmos. Raro vinham coisas estranhas ou passadas. Alguém lembrou a revolução de Santiago, província argentina, no princípio da semana, revolução em que morreu um homem e fugiu o governador.⁹ O inglês disse que não se devia chamar revolução ao movimento em que morre uma pessoa só. Qual é a semana, perguntou bufando, em que não morre alguém debaixo de um bonde elétrico? E bonde elétrico é revolução? No sentido científico, decerto; mas, como ação popular¹⁰ não. A diferença única é que o governador de Santiago desapareceu, coisa que já não faz nenhum cocheiro de bonde, para não perder dois ou três dias de ordenado sem necessidade alguma...

A fadiga era tal que ninguém contestou o inglês, e deixou-o falar enquanto quis. Todos abrimos a boca de fome e de sono. Continuamos a boiar, não sei por quanto tempo; os nossos relógios tinham parado. De repente ouvimos um clamor vago, depois mais claro e forte. Era um rapaz que berrava:

– Vinte contos! Loteria Nacional! Hoje!

Estávamos em terra.



⁸ Assim na *Gazeta*. Aurélio, por erro, tem “senadores”.

⁹ Telegrama na *Gazeta* de 23 de abril: “Notícias de Santiago del Estero anunciam que a situação nesta província é muito grave. O governador, Sr. Lagar, vendo a excitação revolucionária que reinava ao redor de si, deu sua demissão, dizendo-se até que ele fugiu para Buenos Aires, temendo ser assassinado.”

¹⁰ Aurélio acrescenta uma vírgula, que não está na *Gazeta*.

A SEMANA – 153

John Gledson

Interessante que a notícia que verossimilmente inspirou esta crônica sobre jardins só apareceu no dia anterior ao domingo da sua publicação, no sábado, 4 de maio. Será que Machado estava sem assunto (como mais ou menos diz ao elencar os “acontecimentos” da semana), e decidiu, ao topar com a estatística dos visitantes ao Jardim Botânico do Rio, construir o seu dever semanal sobre um assunto caro ao seu coração de jardineiro amador, conhecedor da história da cidade, e nostálgico da época em que não se abatiam árvores com tanta frequência? Além do mais, dá-lhe ensejo de citar o famoso final do *Paraíso perdido* (não sendo Milton uma referência habitual), e de contar uma história, ou anedota, que nada tem de transcendente, embora contada com a graça e verve de costume. O contraste óbvio é com o Jardim Zoológico, já “fechado para reformas”, e o Jardim Lotérico em que se transformara, espalhando-se pela cidade toda.



A SEMANA

5 de maio de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Antes de acabar o século, quisera dar-lhe um título; falo do nosso século fluminense. Não é de uso que os séculos se contem na vida das cidades. Roma era o mundo romano. Atenas era a civilização grega. A rigor, as cidades médias e mínimas deviam ter os seus séculos menores, cinquenta anos as primeiras e vinte e cinco as outras, – um quarteirão, como se dizia outrora das sardinhas, e creio que das laranjas também.¹ Mas a nossa boa capital, por ser a ditosa pátria minha amada, ou por diversa causa, poderia ter o seu século mais crescido que os de cinquenta anos. Vá cinquenta anos. Antes que termine este prazo, contado de 1850, procuremos ver que nome se lhe há de pôr.

Puxei pela memória, achei, tirei, comparei, fiz, desfiz, sem positivamente chegar a resultado certo até ontem. Notai que vim desde o princípio da semana. Não quis saber de boatos, nem sucessos, nem dos movimentos de mar e terra, nem da deposição e reposição do governador das Alagoas, abertura de congresso, nada, nada.² Ao cabo de muita pesquisa vã, quase desesperando³ dos meus esforços, consegui achar o nome do século. Pode ser que haja erro; mas essa parte da crítica fica para o leitor, a minha parte é crer, – crer e louvar, – não digo louvar à maneira de Garrett, que atribuía ao editor

¹ Este significado da palavra “quarteirão”, o primeiro dado pelo dicionário Houaiss, obviamente era meio obsoleto nos anos 1890.

² Durante a semana, vinham notícias de Rio Grande do Sul e de Montevideu de possíveis conflitos entre forças federalistas e legalistas; segundo um telegrama de Buenos Aires que apareceu na *Gazeta* no dia 4 de maio, as duas forças não se enfrentavam, à espera de uma pacificação: “apenas se limitam a variar de posição para não desmoralizar os soldados”; no começo da semana, o governador de Alagoas, o barão de Traipu, foi deposto, alegando-se que a sua eleição era inconstitucional. A cada dia, vinham notícias contraditórias. No fim da semana, já estava repostos; o congresso, senado e câmara, reabriu esta semana, mas sem trabalhar, pela costumeira falta de número.

³ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “desesperado”.

todas as coisas excelentes que pensava de si, e nós com ele.⁴ Não; basta um louvor discreto, meio apagado, leve e breve, um sussurro de admiração.

Que achei eu do nosso século carioca? Achei que será contado como o século dos jardins. À primeira vista parece banalidade. O jardim nasceu com o homem. A primeira residência do primeiro casal foi um jardim, que ele só perdeu por se atrasar nos aluguéis da obediência, donde lhe veio o mandado de despejo. Verdade é que, sendo meirinho não menos que o arcanjo Miguel, e o texto do mandado a poesia de Milton, segundo creem os poetas, valeu a pena perder a casa e ficar ao relento. Vede, porém, o que é o homem. O arcanjo, depois de lhe revelar uma porção de coisas sublimes e futuras, disse-lhe que tudo que viesse a saber, não o faria mais eminente; mas que, se aprendesse tais e tais virtudes (fé, paciência, amor), não teria já saudades daquele jardim perdido, pois levaria consigo outro melhor e mais deleitoso.⁵ Não obstante, o homem meteu-se a comprar muitos jardins, alguns dos quais ficaram na memória dos tempos, não contando os particulares, que são infinitos.

Sendo assim, em relação ao homem, que há a respeito do carioca, para se lhe dar ao século a denominação especial que proponho? Certo, não é só o amor das flores, em gozo sumo, que me leva a isto. É a elevação do sentimento, é a crescente espiritualidade deste amor. Nós amamos as flores, embora nos reservemos o direito de deitar as árvores abaixo, e não nos aflijamos que o façam sem graça nem utilidade.

Nos primeiros tempos do Passeio Público, o povo corria para ele, e o nome de Belas Noites, dado à rua das Marrecas, vinha de serem as noites de luar as escolhidas para as passeatas. Sabeis disso; sabeis também que o povo levava a guitarra, a viola, a cantiga, e provavelmente o namoro. O namoro devia ser inocente, como a viola e os costumes. Onde irão eles, costumes e instrumentos? Eram contemporâneos da Revolução Francesa, foram com os discursos dela. Enquanto Robespierre caía na

⁴ O escritor romântico português, João Batista de Almeida Garrett (1799-1854), muito admirado por Machado, tinha um “incomensurável pendor para o autoelogio”, muitas vezes escondendo a autoria, dizendo, por exemplo, que a sua obra “é sem dúvida a oração moderna que mais faz lembrar as declamações clássicas da velha Atenas”.

⁵ No fim do livro XII, livro final de *Paraíso perdido*, de John Milton (1608-1674), o arcanjo Miguel mostra o futuro a Adão, mas diz (v. 574ss) que tudo o que acaba de aprender não tem importância, ao lado do paraíso interno que deve levar consigo: “Only add / Deeds to thy knowledge answerable; add *faith*; / Add virtue, *patience*, temperance; add *love*, / By name to come called Charity, the soul / Of all the rest; / then wilt thou not be loth / To leave this Paradise, but shalt possess / A Paradise within thee, happier far.” (grifos meus) [Somente acrescenta / Atos comensuráveis aos teus conhecimentos; acrescenta *fé* / Acrescenta virtude, *paciência*, temperança; acrescenta *amor*, / No futuro chamado Caridade; a alma / De todo o resto. / Então, não relutarás / Em sair deste Paraíso, mas possuirás / Um Paraíso dentro de si, bem mais feliz.”] A consequência é que, no final do livro e do poema, Adão e Eva saem do Paraíso vertendo algumas lágrimas, mas que logo enxugam. Machado tinha na sua biblioteca o original inglês do poema, e uma tradução portuguesa, de Antônio José de Lima Leitão.

Convenção, ouvindo este grito: “Desgraçado! é o sangue de Danton que te afoga!”⁶ o nosso arruador cantava com ternura na guitarra:

Vou-me embora, vou-me embora,
Que me dás⁷ para levar?
Saudades, penas e lágrimas
Eu levo para chorar.

Mas reduzamos tudo aos três jardins, que me levam a propor tal título a este século da nossa cidade.

O primeiro, chamado Jardim Botânico, não tinha outrora a concorrência do Passeio Público, antes e depois de Glaziou;⁸ ficava longe da cidade, não havia bondes,⁹ apenas *ônibus*¹⁰ e diligências. O lugar, porém, era tão bonito, a grande alameda de palmeiras tão agradável, que dava gosto ir lá, por patuscada, ou com a segurança de não achar muita gente, coisa que para alguns espíritos e para certos estados era a delícia das delícias. Os monólogos de uns e os diálogos dos outros não ficaram escritos, menos ainda foram impressos; mas haveria que aprender neles. Defronte havia uma casa de comida, onde os cansados do passeio iam restaurar as forças. Também se ia ali à noite. Uma noite...

Uma noite (vá esta velha anedota) estava um amigo meu no Clube Fluminense,¹¹ jogando o xadrez, entre nove e dez horas. Era um mocinho, com uma ponta de bigode, e outra de constipação. Tinha o plano de acabar a partida, e ir deitar-se. Vieram dizer-lhe que estavam embaixo dois carros abertos, com pessoas dentro, que o mandavam chamar. De um golpe acabou a partida, e desceu.

– Leandrinho, anda ao Jardim Botânico; vamos cear.

– Não posso, estou constipado, e já tomei chá; não posso.

– Pois não ceies, mas fala só; constipação cura-se com a lua. Olha que luar!

Leandrinho subiu a um dos carros, onde iam dois amigos e uma bela moça; arranjou-se como pôde, e os carros entraram pela rua do Lavradio. Chegaram ao Jardim Botânico. A casa de comida estava fechada; abriu as portas e foi fazer ceia. Eram três as

⁶ O primeiro Passeio Público do Rio de Janeiro, planejado por mestre Valentim, foi completado em 1783. A frase “C’est le sang de Danton qui t’étouffe” teria sido pronunciada por Garnier de l’Aube quando Robespierre interrompeu momentaneamente um discurso na Convenção Nacional, no 9 termidor do ano II (1794). Danton tinha sido guilhotinado às ordens de Robespierre.

⁷ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “dão”.

⁸ Auguste François Marie Glaziou (1828-1906) veio para o Brasil em 1858, convidado por d. Pedro II, onde reformou vários jardins, inclusive o Passeio Público, que refez ao estilo mais romântico, de *jardin anglais*.

⁹ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem ponto-e-vírgula.

¹⁰ Em itálico (*omnibus*) na *Gazeta*. Aurélio põe em romano.

¹¹ O Clube Fluminense, já mencionado na crônica de 24 de fevereiro de 1895 (143), e que ficava no Rossio (praça Tiradentes), foi muito frequentado por Machado nos anos 60.

moças amadas, três os rapazes amados, e outros três apenas alegres. Um destes, o Leandrinho, quis tratar a constipação pela conversação; mas foi triste e mero desejo. O amuo de dois namorados, a rusga de outros dois, trouxeram o constrangimento à reunião. Quando veio a ceia, todos estavam aborrecidos, mais que todos o Leandrinho, que suspirava pelo momento da volta. A comida e a bebida trouxeram alguma animação; ao champanhe¹² estava quase restabelecida a alegria. Recusando tudo, comida ou bebida, Leandrinho não pôde deixar de aceitar uma ameixa seca, oferecida por uma das mãos femininas.

– Que mal lhe pode fazer esta fruta inocente?

Realmente, nenhum; Leandrinho comeu a ameixa. Ergueram-se todos da mesa, cantaram ao piano, dançaram uma quadrilha, fumaram, até que ouviram bater duas horas. Dispuseram-se à volta, e pediram a conta. Leandrinho, tonto de febre, não viu a soma total; ouviu só que, rateadas as despesas, tinha ele que entrar com a quantia de nove mil e quatrocentos.

– Não se imagina, dizia ele alguns anos antes de morrer, contando esse caso, não se imagina o meu assombro. Tive ímpeto de quebrar tudo; mas era tão sincero o aspecto dos rapazes, e a presença das moças obrigava a tanto, que não recusei a minha quota.¹³ Uma ameixa e uma febre por nove mil e quatrocentos.

Quando ele morreu, o Jardim Botânico via já crescer o número dos visitantes. Não transcrevo aqui a estatística do mês passado, para não atravancar este artigo com algarismos. Podeis lê-la nos jornais de ontem. O total das pessoas foi 2.950, a saber, 1.461 homens, 990 senhoras e 499 crianças.¹⁴ A cidade ama os jardins.

Logo depois do Jardim Botânico, surgiu o Jardim Zoológico.¹⁵ Não é possível contar a concorrência deste; tem sido enorme, e seria infinita, se lhe não fechassem as portas; mas há quem diga que é fechamento temporário, para o fim único de reformar e limpar as plantações, iniciar outras, e abrir as portas oportunamente. Não sei se a este foram também Leandrinhos, nem se lá perderam nove mil e quatrocentos; se os não perderam, é porque os ganharam.¹⁶

Terceiro jardim: é o recente Jardim Lotérico. Não ligo bem estes dois nomes; parece que há lá corridas, ou que quer que seja, pois às vezes ganha o Camelo, outras o Avestruz, ou o Burro. No dia 3 ganhou o Leão. No dia 4 até à hora em que escrevo, não

¹² Aurélio tem “champanha”.

¹³ Assim na *Gazeta*. Aurélio moderniza para “cota”. No entanto, ambas as formas são permissíveis hoje.

¹⁴ Esta notícia aparece tal qual no *Jornal do Commercio*, do sábado, dia 4 de maio, p. 3, col. 4.

¹⁵ Na verdade, o Jardim Zoológico foi fundado em Vila Isabel em 1870 pelo barão de Drummond. O Jardim Botânico fora fundado por d. João VI em 1808.

¹⁶ Para o jogo do bicho e sua relação com o Jardim Zoológico, ver a nota 7 da crônica de 10 de março de 1895 (145).

sei quem terá vencido... A cidade é sempre o homem do primeiro jardim. Tem a fé, tem a paciência, tem o amor, mas não há meio de achar um jardim em si mesma, e vai tecendo o século com outros. Creio que fiz um verso: E vai tecendo o século com outros.



A SEMANA – 154

John Gledson

Os “problemas que nos assoberbam” e as “paixões que nos agitam” da primeira frase vêm a ser o problema do Rio Grande do Sul e do fim da guerra federalista, porque “em torno dessa questão gira hoje toda a nossa vida política”, como diz Ferreira de Araújo em “Cousas políticas”, sua respeitada coluna das segundas-feiras, no dia 6 de maio. O Rio Grande nunca foi um tema preferido de Machado, e nestas crônicas vê-se que se refere a ele o mínimo possível. Prefere o tom ligeiro, e as questões de língua são um pretexto admirável para seu humor delicado. A anedota final, sobre as moças brasileiras que fingiam uma vocação religiosa para sair para Portugal é admirável. Mas aqui novamente é a língua, ou o estilo, que o preocupa. “Pagos da cadeia” (se não for chavão legal, como diz o sempre precavido autor) é um ideal machadiano: “simples, forte e elegante”, mas sobretudo conciso.

Para ajudar a compreensão, reproduzimos todas as palavras escritas para exemplificar a sua ortografia, na ortografia do texto da *Gazeta* (isto é, sem acentos, etc.).



A SEMANA

12 de maio de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

No meio dos problemas que nos assoberbam e das paixões que nos agitam, era talvez ocasião de falar da escritura fonética. O fonetismo é um calmante. Há quem o defenda convencidamente, mas ninguém se apaixona a tal ponto, que chegue a perder as estribeiras. É um princípio em flor, uma aurora, um esboço que se completará algum dia, daqui a um século, ou antes. A Academia Francesa, bastilha ortográfica, ruirá com estrondo; os direitos do som, como os do homem, serão proclamados a todo o universo. A revolução estará feita. A tuberculose continuará a matar, mas os remédios virão da *farmacia*. Talvez haja um período de transição e luta, em que as escolas se definam só pelo nome; e a *farmacia* e a *pharmacia* defendam o valor das suas drogas pela tabuleta. *Ph* contra *f*. Virá aí um problema de pacificação, como o que temos no Sul, mas muito fácil; bastará restaurar por decreto a velha *botica*, vocábulo que só se pode escrever de um modo. Todos morrerão com a mesma tisana e pelo mesmo preço.

A América segue os passos da Europa, estudando estas matérias. Na do Norte, em New York, uma associação filológica propõe grandes alterações no inglês e no francês.¹ No francês acha que é bonito ou fonético escrever *demagog*, em vez de *demagogue*, e propõe que se substitua *gazette* por *gazet*. Nós aqui poderíamos adotar já este processo, escrevendo *cacet* – em vez de *cacette*; a economia será grande, quer se trate de gente viva, quer propriamente de pau. Quanto ao inglês, a associação de² New York converte o benefício em dólares, que é ainda mais fonético: “Milhões de dólares são gastos todos os anos em escritura e impressão de letras inúteis.” Enfim leio no *Jornal do Commercio* que a associação propôs já ao Congresso uma lei que obrigue os tipógrafos a se conformarem com alterações que ela indicará ou já indicou.

O mal que vejo nessa lei, se vier, é um só; é que os partidos possam adotar cada um o seu sistema. A eleição alterará as feições do impresso. Mas também isto pode ser vantajoso no futuro; as folhas, os anais, as leis, as proclamações, e finalmente os versos

¹ Não encontrei a fonte desta notícia.

² Falta esta palavra na *Gazeta*, erro já corrigido por Aurélio.

e romances, dirão pelo aspecto das palavras o período a que pertencem, auxiliando assim a história e a crítica.

As senhoras, enquanto não principia essa guerra de escritas, vivem em paz com ortografias e nações. Sabe-se que as herdeiras americanas fornecem duquesas às velhas famílias da Europa, casando com duques de verdade.³ Todas as nações daquele continente possuem belos exemplares da moça dos Estados Unidos. Há cerca de dois meses estavam para casar, ou já tinham casado, não sei que duque ou marquês da legação francesa com uma das belas herdeiras da América. Ora, como o amor tem uma só ortografia, pode a Associação Filológica de New York lutar com a Academia Francesa, para saber como se há de escrever *love* e *amour*; o⁴ jovem casal usará da única ortografia real e verdadeira.

Essa fascinação pela Europa é vezo de mulheres. Também há dois meses casou em Tóquio, Japão, um conde diplomata, encarregado de negócios da Áustria, com uma moça japonesa. Esta⁵ é fidalga; não foi pois o gosto do título que a levou ao consórcio; foi o amor, naturalmente, e logo o desejo da Europa. Era da religião búdica, fez-se católica romana. Não tardará que chegue a Viena, onde brilhará ao lado do esposo, por mais que a matem as saudades de Tóquio.

As moças brasileiras também gostam da Europa. Já desde o princípio do século XVIII morriam por ela, recitando de coração este verso, ainda não composto:

“Eu nunca vi Lisboa e tenho pena.”⁶

Lisboa era então, para esta colônia, toda a Europa. Tinham pena de não conhecer Lisboa; mas, como ir até lá, se os pais não podiam deixar o negócio.⁷ As moças eram

³ Foram muitas as herdeiras americanas que casaram com aristocratas europeus empobrecidos, ou que se achavam tais, dos anos 1860 em diante. Chegou a um auge na década de 1890: acabara de acontecer um dos casamentos mais famosos, o de Mary Leiter, que casou com Lord Curzon e chegou a ser vice-rainha da Índia, e em novembro o mais famoso de todos, o de Consuelo Vanderbilt com o duque de Marlborough. Não foi possível identificar nem o diplomata francês, nem o austríaco que casou com a moça japonesa.

⁴ Falta este artigo na *Gazeta*. Aurélio corrige.

⁵ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “Essa”.

⁶ Verso do poema “narrativo-sentimentalista” *D. Jaime* (1862), de Tomás Ribeiro (1831-1901), poeta português da segunda geração romântica, político e diplomata. Na sua crônica de 15 de setembro de 1862 para *O Futuro*, dirigido por Faustino Xavier de Novais, Machado saudou a chegada de *D. Jaime* pelo pacote: “O poema *D. Jaime* é realmente uma obra de elevado merecimento, e Tomás Ribeiro um poeta de largo alento; a sua musa é simultaneamente simples, terna, graciosa, épica, elegíaca (...)” Curiosamente, este mesmo Tomás Ribeiro daí a pouco viria ao Brasil como embaixador de Portugal, num momento especialmente delicado nas relações entre os dois países, na esteira da revolta da Armada.

⁷ Assim na *Gazeta*. Aurélio junta um ponto de interrogação, e parece que a evidência está do seu lado, pois se trata de uma pergunta. Entretanto, pode ser facultativo esse ponto, pois a gramática do português admite que se não use o ponto de interrogação numa pergunta; trata-se da chamada “interrogação indireta”. Sobre isso, diz a *Gramática* de Evanildo Bechara: “A interrogação indireta, não sendo enunciada em entonação especial, dispensa ponto de interrogação.” (*Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 607). A verdade é que nunca saberemos qual a opinião de Machado (que às vezes é menos “lógico” e formal que Aurélio), nem podemos julgar a competência dos compositores, mas, na dúvida, decidimos manter a leitura do jornal.

inventivas, entraram a padecer de vocação religiosa, queriam ser freiras. Como nesse tempo havia mais religião que hoje, ninguém podia ir contra a voz do céu, e as nossas patricias saíam a rasgar “as salsas ondas do oceano”,⁸ como então se dizia do mar, até desembarcar em Lisboa.

O governo ficou aterrado. Tal emigração despovoava a mais rica das suas colônias. Cogitou longamente, e expediu o alvará de 10 de março de 1732 “proibindo a ida das mulheres do Brasil para Portugal, com o pretexto de ser freiras”.⁹ O pensamento do alvará era só político; mas teve também um efeito literário, conservando neste país uma das avós do meu leitor. Não bastando a proibição escrita, o alvará estabeleceu que fossem castigados os portadores de tão gracioso contrabando. Eis os seus termos: “O capitão ou mestre do navio pagará por cada mulher que trouxer 2.000 cruzados, pagos da cadeia, onde ficará por tempo de dois meses.”

Dois meses de prisão e dois mil cruzados de multa; eram duros; cessou o transporte. Nesse ato do governo da metrópole, o que mais me penetra a alma, é a frase: *pagos da cadeia*. Quem seria o oficial de secretaria que achou tal frase, se é que não era algum chavão de leis? Nasceu para escritor, com certeza. Busquem-me aí outra mais simples, mais forte e mais elegante. Os governos modernos têm a linguagem frouxa, derramada, vaga principalmente, cheia de atenções e liberalismo. Qualquer lei moderna mais ou menos diria assim: “O capitão ou mestre do¹⁰ navio, logo que se verifique o delito de que trata o artigo tal, ficará incurso na pena de dois meses e na multa de oitocentos mil-réis por cada mulher que transportar, sendo a multa recolhida ao tesouro, etc.” Comparai isto com a rudeza e concisão do alvará: *pagos da cadeia*. Quer dizer: primeiro é pegado o sujeito e metido na prisão, aí entrega os milhares de cruzados da multa, e depois fica ainda uns dois meses sossegado. Pagos da cadeia!



⁸ É quase uma citação de *Os Lusíadas*, canto III, estrofe 6, v. 5-8: “(...) Jaz a soberba Europa, a quem rodeia, / Pela parte do Arcturo e do Ocidente, / Com suas salsas ondas o Oceano, / E, pela Austral, o Mar Mediterrâneo.”

⁹ Este alvará pode ser consultado por completo no site: <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=114&id_normas=37946&acao=ver>. Quando cita o texto, Machado muda-o para simplificar e esclarecer – o original, por exemplo, reza: “sendo a principal causa desta falta [do aumento da povoação] o grande excesso, que há em virem para este Reino [isto é, Portugal] muitas mulheres com o pretexto de serem Religiosas, violentadas por seus pais, ou mães, constringendo-lhes as vontades”.

¹⁰ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “de”.

A SEMANA – 155

John Gledson

O Rio Grande do Sul era assunto quase inevitável. O conflito federalista chegava a seu clímax. As tropas rebeldes preparavam-se para invadir o estado desde o Uruguai, onde seriam finalmente derrotadas em Campo Osório (26 de junho). Neste momento, havia desacordo do lado governista, entre os mais intransigentes (sobretudo Júlio de Castilhos, o governador legalista do Rio Grande, positivista doutrinário e ferrenho, e uma parte do Partido Republicano Paulista, liderada por Francisco Glicério), e os mais moderados, entre os quais o próprio Presidente, Prudente de Moraes, que intensificava os esforços para encontrar uma paz negociada. As câmaras acabavam de voltar, e lá travava-se o debate sobre o assunto diariamente. A *Gazeta de Notícias*, na pessoa de Ferreira de Araújo, estava do lado dos moderados, como se evidencia nas suas colunas “Cousas políticas” de 6 e 14 de maio, bastante interessantes. Sem dúvida Machado compartilhava mais ou menos essas opiniões, mas na crônica, como é do seu hábito, distancia-se, primeiro pela via geográfica e histórica (Argélia, Cartago). Lança mão do mito, no caso a história do nó górdio, e as duas soluções possíveis – desatar o nó (os moderados, a favor da negociação e da anistia), ou cortá-lo (os intransigentes) – alternativa que comenta agudamente a briga política brasileira.

Sem dúvida a explicação de ter lido o livro do arqueólogo francês não é fictícia: de fato, é bem possível que as duas comissões agrárias, antiga e moderna, romana e francesa, tenham levado Machado a Cartago e à ideia da solução extrema, que certamente não compartilhava, de “cortar o nó górdio”: “Cartago delenda est”. Há outras menções meio enigmáticas a Cartago na sua obra (ver a nota 1), e resta deslindar o que possivelmente signifiquem.

Finalmente, elogia dois autores, Carlos de Laet e Alberto de Oliveira. Aprovaria Laet em parte pelo monarquismo (que não menciona, claro, mas que está implícito no título do livro dele), e Oliveira pelo verso tradicional e sensível (e também pela amizade).

Uma pena não poder consultar a página feminista de “Délia”, que deve ter atraído a simpatia de Machado.



A SEMANA

19 de maio de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

“Quando visitei a África, em 1891, fui encontrando muitos senadores e deputados, que percorriam aquela região, a fim de averiguar-lhe os recursos e as necessidades. A questão argelina tinha sido novamente levantada nas câmaras; discutira-se muito sem resultado; e, como é de uso, resolveram fazer um inquérito. Os políticos iam assim esclarecer-se no próprio território.”¹

Não citaria tão longo pedaço de um livro, senão pela utilidade que ele pode ter relativamente aos nossos costumes parlamentares. Entenda-se bem; não abri o livro para conhecer da questão argelina, mas porque o autor, arqueólogo de nomeada, convidava-me a ir ver as ruínas de Cartago. Não faltam guias sagazes para as terras cartaginesas, sem contar Flaubert, com o gênio da ressurreição, nem Virgílio com o da invenção.² Assim que, foi só o acaso que me pôs ante os olhos o trecho transcrito. Sabem que não entendo de política, nem de agronomia.

Nem tudo exigirá entre nós exame local; mas casos há em que ele pode ser útil. A questão do sul, por exemplo.

¹ Não foi possível identificar este arqueólogo francês. O interesse por Cartago era perfeitamente genuíno, e constitui um aparte curioso no mundo do autor. Por exemplo, Machado tinha na biblioteca o livro de Charles Lallemand, *Tunis et ses environs*, numa edição de 1890. Na crônica de “Bons Dias!” de 27 de fevereiro de 1889 (37), cita algumas palavras macarrônicas em “cartaginês”; e Massinissa, que figura como um dos “medalhões” na sala principal da casa de Matacavalos (cap. 2 de *Dom Casmurro*), fora aliado de Cartago, antes de pactar com os romanos. Há um paralelo histórico entre a história antiga e a moderna, que bem possivelmente inspirasse o raciocínio da crônica, pois depois da vitória na Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.) o senado romano (como os franceses contemporâneos) mandou uma comissão de senadores para ver a cidade, e determinar seu futuro. Um deles em particular, Catão o Velho, ficou tão impressionado com a riqueza da cidade, que achou que a única solução seria destruí-la, senão seria sempre uma ameaça para Roma. Daí em diante, acabava todos os seus discursos com a famosíssima frase “Cartago delenda est” (Cartago tem que ser destruída), o que acabou acontecendo depois da Terceira Guerra Púnica (150-146 a.C.).

² Gustave Flaubert (1821-1880) em *Salammbô*, (1862), reconstituição de Cartago no séc. III a.C.; e Virgílio (70-19 a.C.) no livro I da *Eneida*.

A questão do sul é o nosso nó górdio.³ Há geral acordo em acabar com ele; a divergência está no modo, querendo uns que se desate, outros que se corte. Na câmara dos deputados, aberta há oito dias, não se tem tratado de outra coisa; todos os discursos, ainda os que não querem tocar no sul, acabam nele, ou passam por ele. Não se fala tranquilo, mas ardendo, os apartes fervem, o sussurro cobre a voz dos oradores, não há acordo em suma. Tal qual a questão argelina, nas câmaras francesas.⁴

Que competência tenho eu para aconselhar alvitre? Tanto quanto para fazer caramelos. Contudo, quer-me parecer que, antes de qualquer tentativa de acordo parlamentar, não ficava mal um inquérito. Não digo rigoroso inquérito, pois que este substantivo só se liga àquele adjetivo, nos casos meramente policiais. Uma firma comercial de S. Paulo perdeu esta semana um dos seus sócios, que se retirou deixando saudades e um desfalque. O telégrafo referiu o caso, acrescentando que a polícia abriu inquérito.⁵ É a primeira vez, desde que me entendo, que vejo abrir nesses casos um simples inquérito. Tais inquéritos são sempre rigorosos. Formam estas duas palavras o complemento de um verso para a tragédia que houver de pôr em cena algum grave crime:

Crime nefando! Rigoroso inquérito!

Nos casos de ciência ou de política, os inquéritos são simples. Se tal recurso for agora adotado, podem muitos membros do Congresso ir ver as coisas do sul por seus próprios olhos, a fim de recolher informações locais e diretas. Aqui surge uma dificuldade não pequena. Se, depois de tudo visto, observado, comparado, cada um voltar com a sua opinião? Não é improvável este resultado. Geralmente, as lutas políticas são já efeito de opiniões anteriores. Os partidos formam-se pela comunhão das ideias, e duram pela constância das convicções. Se a vista de um fato, a audiência de um discurso, bastassem para mudar as opiniões de uma pessoa, onde estariam os partidos?

³ Górdio foi um rei lendário de Frígia. Durante uma luta civil nesse país, um oráculo disse que um carro lhes traria um rei. Logo apareceu Górdio, camponês, que foi feito rei. Seu carro foi levado à acrópole, em Gordium, onde foi atado a uma coluna com um nó tão intrincado que não se podia desatá-lo. Aí, outro oráculo disse que quem conseguisse desatá-lo reinaria sobre a Ásia. Chegou Alexandre o Grande, tentou várias vezes desfazê-lo, sem sucesso. Acabou cortando-o com a espada. O oráculo parece que aceitou a solução, pois Alexandre, como se sabe, acabou conquistando grande parte da Ásia.

⁴ Na câmara dos deputados acirravam-se os debates sobre a possível pacificação do Rio Grande, com acusações mútuas. Os debates continuavam nos jornais, notadamente na *Gazeta*, que apoiava os federalistas e queria anistia, e *O Paiz*, que apoiava incondicionalmente o governo de Júlio de Castilhos. Evidencia-se toda a intransigência a que o cronista se refere. Além de dar notícia dos debates, a *Gazeta* começava às vezes por um prólogo, “Na Câmara”, bastante colorido e nada imparcial. É possível que a “questão argelina” interessasse mais a Machado do que diz, pois tratava-se da exploração do país pelos “grands colons” europeus, e da imposição de um sistema político, cultural e agrônomo à população indígena muçulmana, que tinha poucos defensores, entre eles Georges Clemenceau e Jean Jaurès.

⁵ Este telegrama de S. Paulo apareceu no *Jornal do Commercio*, no dia 16 de maio, na primeira página, primeira coluna. Diz: “Desapareceu aqui Roberto Figueiredo, sócio da firma Prado Figueiredo e Cia. Consta que deixou um desfalque de perto de setenta contos. A polícia abriu inquérito e está em seu encaixo.”

Há pessoas que se despersuadem com muito pouco, e mudam de acampamento, mas é com o direito implícito de tornar ao primeiro, ou ir a outro, logo que as despersuadam da ideia nova. São casos raros de filosofia. O geral é persistir. Dai⁶ às pedras de uma muralha a faculdade de trocar de atitude, e não tereis já muralha, mas um acervo de fragmentos.

Se alguma beleza há no que acabo de dizer, é o senso comum que lha dá. São truísmos, são velhas banalidades. Renan⁷ defendeu a banalidade com tal graça, que eu, apesar de ter opinião adversa, acabei crendo nela e pu-la na minha ladainha: Santa Banalidade, *ora pro nobis*.⁸ Talvez Renan quisesse debicar-me; os grandes escritores têm dessas tentações ínfimas, mas é preciso que não sejam pedras de muralhas. E daí pode ser que as próprias pedras debiquem os homens...

As pedras valem também como ruínas. Possuo um pedacinho de muro antigo de Roma, que me trouxe um dos nossos homens de fino espírito e provado talento.⁹ Quando há muita agitação em volta de mim, vou à gaveta onde tenho um repositório de curiosidades, e pego deste pedaço de ruína; é a minha paz e a minha alegria. Orgulhoso por ter um pedaço de Roma na gaveta, digo-lhe: Cascalho velho, dá-me notícias das tuas facções antigas. Ao que ele responde que houve efetivamente grandes lutas, mais ou menos renhidas, mas acabaram há muitos anos. Os próprios pássaros que voavam então sobre elas, sem medo, ou por não estar inventada a pólvora, ou por qualquer outra causa, esses mesmos acabaram. Vieram outros pássaros, mas filhos e netos dos primeiros. Nunca dirá que entre os pardais que tem visto, nenhum fosse o próprio pardalzinho de Lésbia... E cita logo uns versos de Catulo.¹⁰

– Latinidade! exclamo; é com o nosso Carlos de Laet.¹¹ Onde estará ele?

– *Em Minas*, respondeu-me hoje o editor de um livro cheio de boa linguagem, de boa lição, de boa vontade, e também de coisas velhas contadas a gente nova, e coisas novas contadas a gente velha. Compreendi que este *Em Minas* era antes o nome do livro de Laet, que a indicação do lugar em que ele estava. Não sendo novidade, porque

⁶ Aurélio tem “Daí”, que pode ser simples erro tipográfico. Em todo caso, o sentido pede “dai”. A letra (em final da linha) está bastante apagada, mas não pode ser “d’ahi”, que é como se escrevia (como se vê no próximo parágrafo). Sem dúvida é “dae”.

⁷ No jornal está “Rénan”, aqui e mais abaixo. É um erro comum, certamente não do cronista, já presente na crônica de 9 de outubro de 1892.

⁸ Em carta a Carlos Magalhães de Azeredo, de 14 de janeiro de 1894, Machado aconselha que o jovem escritor se meta ao trabalho: “Conselho banal, mas o Renan diz que verdades banais são as eternas (...)”. Apesar desta pista, não encontrei esta opinião nas obras de Renan.

⁹ Não sei identificar este amigo.

¹⁰ O conhecido poema 2 do poeta romano Catulo (Gaius Valerius Catullus) (c.84-c.54 a.C.), endereçado ao pardal com que brinca sua amada, e em cujo lugar ele queria estar. Machado possuía um volume francês com traduções de Catullus, de Propertius e de Tibullus (v. nota 15).

¹¹ Carlos Maximiliano Pimenta de Laet (1847-1927), jornalista, polemista, católico e abertamente monarquista, admirado por Machado, que, porém, nunca privou com ele. *Em Minas*, publicado em 1894, fora escrito no exílio no interior do país durante o regime florianista. No dia 4 de junho de 1895 há na primeira página da *Gazeta* uma resenha elogiosa do livro, que dá uma boa ideia do seu conteúdo.

acabava de o ler, e trazia na memória a erudição e a graça do ilustre escritor, não disse mais nada ao meu torrão de muro romano; ele, porém, quis saber que tinha esse homem com a cidade antiga, e eu respondi que muito, e li-lhe então uma página do livro.

– Com efeito, disse o meu pedaço de muro, a língua que ele escreve, com pouca corrupção, creio que é latina.¹² Há Catulos também por esta terra?

– A ternura é a nossa corda, e o entusiasmo também. Ambos esses dotes possui este poeta,¹³ Alberto de Oliveira, segundo nos diz o mestre introdutor Araripe Júnior, do recente livro *Versos e Rimas*.¹⁴ Título simples, mas não te fies em títulos simples; são inventados para guardar versos deleitosos. Há aqui desses que te fartarão por horas; lê a *Extrema Verba, Num telhado, Metempsicose, O muro, Teoria do Orvalho*, lê o mais. Esse moço sente e gosta de dizer como sente. Canta o eterno feminino.

– Não conheço a expressão.

– É moderna; invenção do homem, naturalmente, mas uma mulher vingou-se, há dias – mulher ou pseudônimo de mulher – Délia... Não é a Délia de Tibulo, Délia apenas, que escreveu uma página na *Notícia* de sexta-feira, onde diz com certa graça que o mal do mundo vem do “eterno masculino”.¹⁵



¹² Descrição da língua portuguesa no famoso verso de *Os Lusíadas*, I, 33.

¹³ A *Gazeta*, por engano, tem ponto final. Aurélio corrige.

¹⁴ Alberto de Oliveira (1857-1937), poeta parnasiano, entre os escritores das novas gerações com quem mais simpatizava. Mencionou-o em “A nova geração” (1879), e prefaciara o seu segundo volume de poemas, *Meridionais*, em 1884. Para Araripe Júnior, ver crônica de 2 de dezembro de 1894, nota 2.

¹⁵ Délia, uma mulher casada, foi a amante do poeta romano Tibulo (Albius Tibullus) (c.55-19 a.C), que aparece no seu primeiro livro de poesia. Maria Benedita Bormann (1853-1895), a escritora que se serviu deste pseudônimo, casada com seu tio, morreu em julho deste ano de 1895. Ela publicou em vários jornais, narrativas curtas, como contos, e também romances, que depois foram publicados em forma de livro. Publicou sete romances ao todo, entre 1881 e 1894. Suas personagens eram extremamente cientes, e críticas, da opressão masculina sobre as mulheres, o que incomodou sobremaneira a maioria dos críticos, como Araripe Júnior, que um dia a acusou de ter “arroubos à la George Sand”. A ousadia de alguns destes romances atraiu acusações de “erotomania”, e de ser uma versão feminina do infame Zola. Infelizmente, o exemplar de *A Notícia* do dia 17 de maio não existe no *site* da Biblioteca Nacional, cuja coleção só começa em julho, mas existe pouco lugar a dúvidas sobre o que ela devia pensar do “eterno masculino”. Agradecemos muito à profa. Constância Lima Duarte, que além de nos fornecer a pista desta identificação, também nos deu outras informações preciosas.

A SEMANA – 156

John Gledson

Assuntos menores: um episódio no Conselho Municipal sobre as novas regras para os passageiros dos bondes. Interessa em parte pelos comentários – humorísticos embora – sobre a imprensa. Com efeito, Machado aproveita muito as reportagens das câmaras e do Conselho Municipal, sobretudo as do *Jornal do Commercio*, que as reproduzia com todos os detalhes, as brigas, os apartes etc. A tentativa de greve de alfaiates em Buenos Aires é motivo para uma fantasia cômica, semelhante a outras em que imagina a universalização de um evento trivial.



A SEMANA

26 de maio de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Sou eleitor, voto, desejo saber o que fazem e dizem os meus representantes. Não podendo ir às câmaras, aprovo este meio de fazer da própria casa do eleitor uma galeria, taquígrafando e publicando os discursos. É assim que acompanho a vida dos meus representantes, as opiniões que exprimem, o estilo em que o fazem, as risadas que provocam e os apoiados que alcançam. A publicação é a fotografia dos debates.

Entretanto, disse-se agora uma coisa no conselho municipal que absolutamente me deixou às escuras. Um intendente, – e, não havendo injúria¹ nisto, não sei por que² lhe não ponho o nome, o Sr. Cesário Machado deu este aparte: “Há carros da Companhia Carris Urbanos que podem comportar perfeitamente quatro passageiros em cada banco.” A isto replicou o Sr. Júlio Carmo: “Magros como eu, mas não gordos como V. Ex.” Explicou o Sr. Cesário Machado: “Passageiros regulares.”³ É claro que, em tais casos, não há meio de conhecer o alcance das afirmações. Se os intendentes falassem de gordura e magreza, em geral, teríamos⁴ uma ideia aproximada dos bancos; mas um deles definiu a gordura e a magreza pelos nomes das pessoas, e não conhecendo nós a gordura do Sr. Cesário, nem a magreza do Sr. Carmo, ficamos sem entender esta explicação do primeiro: “Passageiros regulares”. O regular aqui é o termo médio entre o primeiro e o segundo.

Como suprir essa lacuna e outras da publicação dos debates? Empregando a gravura. Uma gravura que nos desse no próprio texto, no lugar da troca dos apartes, as figuras dos dois intendentes, com a diferença visual da abundância e da escassez das

¹ Aqui, havia uma vírgula desnecessária na *Gazeta*, que Aurélio mantém. Entretanto, tira outra, igualmente errada, depois de “por que”.

² Aqui na *Gazeta* há uma vírgula, que Aurélio tira silenciosamente, cremos que com razão. Na verdade, devia ter tirado.

³ Este diálogo vem reproduzido no *Jornal do Commercio* do dia 23 de maio, p. 3, col. 6. O sr. Júlio Carmo [o magro] continua assim: “Há vinte e tantos anos que sou obrigado a viajar nos bondes da Carris Urbanos, e posso afirmar a V. Ex. que raro é o banco desses bondes em que podem viajar quatro pessoas, a não irem muito apertadas.”

⁴ Aqui na *Gazeta* há uma vírgula, que Aurélio tira silenciosamente.

carnes, e a competente escala métrica, poria a ideia inteiramente clara, e qualquer de nós acharia na própria ata os elementos para julgar da votação do conselho. Fora disso, palavras, palavras, palavras.⁵

A gravura pode, na verdade, prestar grandes serviços a este respeito. Falo aqui, porque já em outras partes, mormente nos Estados Unidos da América, ela é a irmã natural do texto. As folhas andam cheias de retratos, cenas, salas, campos, armas, máquinas, tudo o que pode,⁶ melhor ou mais prontamente que palavras, incutir a ideia no cérebro do leitor. Não há por essas outras terras notícia de casamento sem retrato dos noivos, nem decreto de nomeação sem a cara do nomeado. Nós podíamos ensaiar politicamente, e mais extensamente, essa parte do jornalismo.

Os discursos ilustrados teriam outra vida e melhor efeito. O pensamento do orador, nem sempre claro no texto, ficaria claríssimo. As cenas tumultuosas seriam reproduzidas. Uma das regras, que podiam ser fixas, era fazer preceder cada discurso pelo retrato do orador, com a atitude que lhe fosse própria e habitual, ou a que tivesse naquela ocasião. Também se podiam reproduzir pela gravura as figuras de retórica, e, quando conviesse, as perorações.

A amizade pessoal ou política podia favorecer assim mais um orador que outros, dando maior número de gravuras a um amigo ou correligionário. Nem contesto que um ou outro orador, sabendo desenhar, levasse por si mesmo à imprensa as imagens que lhe parecessem necessárias e dignas. O primeiro caso podia trazer inconvenientes, mas tendo cada um os seus amigos, nenhum ficaria propriamente na miséria. O segundo era legítimo. Além de auxiliar a imprensa, aquele orador que assim praticasse, faria a maior parte da sua reputação, dever que não cabe só ao homem particular, mas também ao público.

A mim poucas coisas me fortalecem tanto como ver cumprir da parte de um homem, particular ou público, esse dever humano. O verdadeiro homem público é o que não deixa esse encargo exclusivamente aos outros, mas toma uma parte, a mais pesada, sobre os seus próprios ombros. Nem de outro modo se pode servir utilmente à pátria. A pátria é tudo, a rua, a casa, o gabinete, o templo, o campo, o porão, o telhado, – mais ainda o telhado que o porão; o telhado confina com o azul, e o azul é o zimbório da felicidade...

Nem sempre o será, creio; mas os conceitos falsos, e principalmente absolutos, sendo brilhantes, parecem verdades puras. Toda a questão é expressá-los com o gesto largo e a convicção nos beiços. Imaginai que o período anterior é a conclusão de uma arenga, dita com os braços estendidos, as mãos abertas e voltadas para baixo, os

⁵ Citação (que quase não se reconhece como tal) de *Hamlet*, ato 2, cena 2 (“Words, words, words.”).

⁶ Esta vírgula não está na *Gazeta*. Aurélio a acrescenta, cremos que com razão.

polegares unidos, dando uma imagem vaga do zimbório. Imaginai isto, e dizei se o próprio teto azul não viria abaixo com palmas.

Alguns, vendo esta minha insistência, suporão que ando com o cérebro um pouco desequilibrado. Melancolia é meia demência. Ora, eu ando melancólico, depois que li que acabou a parede dos alfaiates de Buenos Aires.⁷ A elegante Buenos Aires é um ponto da terra; mas Nazaré também o era, e de lá saiu Jesus; também o era Meca, e de lá saiu Mafamede. Comparo assim coisas tão essencialmente opostas, como a fé cristã e a peste muçulmana, para mostrar que o bem e o mal do mundo podem vir de um ponto escasso. De Buenos Aires contava eu que viesse uma religião nova.

A parede dos alfaiates ia estender-se, alastrar pela América, transportar-se à Europa, e passar de lá a toda a parte do globo onde o homem veste o homem. A constância dos paredistas, o orgulho do desespero, ajudados pela ação do tempo, iriam acabando com as casacas, coletes e calças. Os criados receberiam ordem de servir em mangas de camisa. A criada obrigaria os amos à adoção da simples camisa e do resto. A natureza readquiriria assim metade dos seus direitos; era a nova religião esperada. Se não falo da costureira, é porque a natureza é só uma, e os vestidos seguiriam o rumo das casacas... A decência seria muito menor; mas que economia!



⁷ Telegramas sobre esta “parede” aparecem na *Gazeta* ao longo da semana, nos dias 20, 22 e 23. Neste dia diz: “A parede dos oficiais alfaiates diminui sensivelmente. Alguns já começaram a trabalhar. Espera-se que dentro de poucos dias todos os paredistas voltem ao trabalho.”

A SEMANA – 157

John Gledson

Nesta espécie de obituário de Saldanha Marinho, figura importante na vida de Machado, pois foi o seu chefe no *Diário do Rio de Janeiro* quando entrava para o jornalismo em 1860, Machado volta a uma obsessão sua: o momento, em julho de 1868, quando o Imperador, no seu papel constitucional de “Poder Moderador”, impôs um ministério conservador a uma câmara liberal, um momento crucial na vida, e na morte, do império, pois pôs a nu a natureza autocrática do regime. Em 1870, fundava-se o Partido Republicano, do qual Saldanha Marinho foi uma das figuras principais. Curiosamente, Machado menciona pouco ou nada os anos precedentes, em que os dois trabalharam juntos no *Diário do Rio*, nem os anos posteriores, em que Saldanha fez fama pelos ataques à Igreja sob o pseudônimo de “Ganganelli”, durante a Questão Religiosa, e teve um papel relevante na fundação da República, da qual se desenganaria; é sua a famosa frase: “esta não é a república dos meus sonhos”. O que dá unidade à crônica não é a oposição império-república (que separou os dois companheiros, e em que Machado prefere tocar muito de leve): são, primeiro, as lembranças de alguns momentos importantes na história (frustrante) do Partido Liberal (1848, 1860, 1868, 1889), dos quais 1868 foi o mais sintomático; e segundo, nesse ano, a retidão de Saldanha ao não se calar diante do “estelionato” (ver nota 2). Machado, numa posição totalmente outra, mas igualmente perigosa, não podia se dar esse “luxo”. Silenciou, e manteve seu posto burocrático. Talvez se sintam aqui os ecos do que teve de engolir nesse momento.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 216-19.



A SEMANA

2 de junho de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Quando me deram notícia da morte de Saldanha Marinho,¹ veio-me à lembrança aquele dia de julho de 1868, em que a câmara liberal viu entrar pela porta o partido conservador.² Há vinte e sete anos; mas os acontecimentos foram tais e tantos, depois disso, que parece muito mais.

¹ É interessante reproduzir a notícia da morte de Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), tal como apareceu na *Gazeta* no dia 29 de maio (ele tinha falecido à noite do dia 26). Explica certos detalhes que Machado menciona, e dá uma ideia menos pessoal, por assim dizer, da sua figura:

“Anteontem à noite faleceu aos 79 anos de idade o ilustre brasileiro Joaquim de Saldanha Marinho. / Nasceu no Recife a 4 de maio de 1816. Seu pai, Pantaleão Ferreira dos Santos, foi uma das vítimas da revolução que rebentou no ano seguinte. / Matriculou-se na faculdade de direito em 1832, formando-se a 15 de novembro de 1835. / Em 1837, nomeado promotor de Icó, embarcou para o Ceará, que considerava sua segunda pátria, e onde residiu durante anos. Foi professor de matemática no liceu, curador de órfãos, secretário do governo, inspetor de tesouraria, deputado provincial em três legislaturas, deputado geral na câmara dissolvida em 1848. / A revolução que então rebentou em Pernambuco e prometia estender-se a outras províncias do norte mostrou-lhe a conveniência de fixar-se no sul. Foi para Valença, no Estado do Rio, onde ficou até 1860, deixando as maiores simpatias na população, vinculando seu nome a melhoramentos da cidade. Diversas vezes foi eleito deputado à assembleia provincial do Rio de Janeiro. / Em março de 1860 mudou-se para esta capital, onde assumiu a redação do *Diário do Rio de Janeiro*. É este o período mais brilhante de sua vida, sempre na brecha, cercado de homens como Machado de Assis, Quintino Bocaiuva, Muzzio. A sua popularidade atingiu a proporções extraordinárias, ganhando com Teófilo Otoni, Martinho Campos e Francisco Otaviano eleições disputadíssimas contra o governo. / Mais de uma vez foi eleito por esta capital. Em 1867 o foi por sua terra natal. Duas vezes entrou em listas tríplices por Pernambuco; eleito em 1868 pelo Ceará, foi o escolhido, mas o senado anulou a eleição. / De 1865 a 1867, governou Minas Gerais, prestando muitos serviços e agenciando voluntários para a guerra do Paraguai. Em 1867, governou S. Paulo, onde deixou o maior entusiasmo, e abriu a era nova que levou aquele Estado à culminância que hoje atingiu. / Quando em 1870 organizou-se o partido republicano, foi o chefe reconhecido por todo o Brasil. / Em 1873, ao rebentar a questão religiosa, foi a verdadeira alma deste movimento. Andam reunidos em quatro volumes os artigos vibrantes e apaixonados que então escreveu nos jornais sob o pseudônimo de Ganganelli. / Em 1878 foi eleito deputado geral pelo Amazonas. / Com a proclamação da República foi nomeado para a comissão encarregada de redigir o projeto de constituição. Eleito para a constituinte pela Capital Federal, tomou depois assento no senado. Nas últimas eleições, foi reeleito senador por 9 anos.”

² No dia 14 de julho de 1868, ao cair o gabinete liberal de Zacarias de Góis, o imperador convocou os conservadores, liderados pelo visconde de Itaboraí, a formar um governo: tomaram posse na famosa sessão do dia 17 desse mês. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, só no dia 19 saiu o decreto de dissolução do gabinete, quando “a notícia já não surpreende a ninguém.” (HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, tomo II, 5.º volume, do império à república, p. 7) Era o direito do imperador, pelo Poder Moderador, de escolher os governos, mas sempre

Os liberais voltaram mais tarde, tornaram a cair e a voltar, até que se foram de vez, como os conservadores, e com uns e outros o império.

Jovem leitor, não sei se acabavas de nascer ou se andavas ainda na escola. Dado que sim, ouvirás falar daquele dia de julho, como os rapazes de então ouviam falar da Maioridade ou do fim da república de Piratinim, que foi a pacificação do sul, há meio século.³

Certo, não ignoras o que eram as recepções de ministérios ou de partidos, viste muitas delas, e a última há seis anos. Hás de lembrar-te que a câmara enchia-se de gente, galerias, tribunas, recinto. Na última recepção, em 1889, ouvi que alguns espectadores, cansados de estar em pé, sentaram-se nas próprias cadeiras dos deputados.⁴ Creio que antigamente não vinha muita gente ao recinto, mas a população da cidade era muito menor. A estatística é a chave dos costumes. Demais, não esqueças a ternura do nosso coração, a cultura da amizade, o gosto de servir, a necessidade de mostrar alguma influência, e por fim a indignação, que leva um grande número de pessoas a entrar com os ombros. Compreende-se, aliás, a curiosidade pública. O acontecimento em si mesmo era sempre interessante; depois, a certeza de que se não ia ouvir falar de impostos, dava ânimo de penetrar no recinto sagrado. Acrescentai que nós amamos a esgrima da palavra, e aplaudimos com prazer os golpes certos e bonitos.

Também houve aplausos em 1868, como em 1889, como nas demais sessões interessantes, ainda que fossem de simples interpelações –⁵ aos ministros. “As galerias não podem dar sinais de aprovação ou reprovação”, diziam sonolentemente os presidentes da câmara. A primeira vez que ouvi esta advertência, fiquei um pouco admirado; supunha que o presidente presidia, e que o mais era uma questão de polícia interior; mas explicaram-me que a mesa é que era a comissão de polícia. Compreendi então, e notei uma virtude da galeria, é que aplaudia sempre e não pateava nunca.

que mudava a “situação” (o partido no poder) criava muitos protestos, e desta vez mais do que nunca. Foi chamado de “estelionato”, e levou diretamente à fundação do Partido Republicano. A razão fundamental da queda foi a incompatibilidade entre Zacarias e o chefe do exército, o (então) marquês de Caxias. Sérgio Buarque de Holanda chama esse evento de começo do fim do império. Machado, liberal, e (recém)-funcionário público, temeu perder o posto. Por essas razões, pessoais e políticas, essa crise o fascinou, talvez como nenhuma outra. Um bom exemplo desse fascínio é o capítulo LVIII de *Quincas Borba*: “Rubião assistira à sessão em que o Ministério Itaboraí pediu os orçamentos...”

³ A Maioridade antecipada de d. Pedro II foi anunciada em julho de 1840; a República Rio-Grandense, ou República de Piratini, foi proclamada pelos rebeldes farroupilhas em 1836, e durou até 1º de março de 1845, ocasião em que o Tratado de Poncho Verde pôs fim a ela. Em *Casa velha*, Machado já liga as rebeliões nas províncias ao “golpe” de 1840. Obviamente, aqui sente-se o eco da outra pacificação do sul, em andamento.

⁴ Em 10 de junho de 1889, devia apresentar-se o governo liberal do visconde de Ouro Preto, o último do império; diz a *Gazeta* do dia 11: “Ao senado e à câmara afluíram ontem numeroso concurso de curiosos, para assistirem à apresentação do novo ministério ao parlamento. / Falava-se em revelações de alta importância a respeito da última organização, em declarações que trariam para o debate uma pontinha de escândalo, insuficiente para ferir, mas bastante para beliscar as instituições.”

⁵ Mário de Alencar suprime este travessão, que Aurélio mantém.

Ouçõ ainda os aplausos de 1868, estrepitosos, sinceros e unânimes. Os ministros entraram, com Itaboraí à frente, e foram ocupar as cadeiras onde dias antes estavam os ministros liberais. Um destes ergueu-se, e em poucas palavras explicou a saída do gabinete.⁶ Não me esqueceu ainda a impressão que deixou em todos a famosa declaração de que a escolha de Torres Homem não era *acertada*.⁷ Zacarias acabava de repeti-la no senado. Geralmente, as dissoluções dos gabinetes eram explicadas por frases vagas, e porventura nem sempre verídicas. Daquela vez conheceu-se que a explicação era verdadeira. Disse-se então que a palavra fora buscada para dar ao gabinete as honras da saída. Alguém ouviu por esse tempo, ao próprio Zacarias, naquela grande chácara de Catumbi, que “desde a quaresma sentia que a queda era inevitável”. Grande atleta, quis cair com graça.⁸

Itaboraí levantou-se e pediu os orçamentos. Foi então que desabou uma tempestade de vozes duras e vibrantes. Posto soubesse que se despedia a si mesma, a câmara votou uma moção de despedida ao ministério conservador.⁹ Um só espírito supôs que a moção podia desfazer o que estava feito; não me lembra o nome, talvez não soubesse ler em política, e daí essa credulidade natural, que se manifestou por um aparte cheio de esperanças.¹⁰

Uma das vozes duras e vibrantes foi a de Saldanha Marinho. Escolhido senador pelo Ceará, nessa ocasião, bastava-lhe pouco para entrar no senado – para esperá-lo, ao menos. O silêncio era o conselho do sábio. Diz um provérbio árabe que “da árvore do silêncio pende o seu fruto, a tranquilidade.” Diz mal ou diz pouco este provérbio,

⁶ Este ministro foi Martim Francisco Ribeiro de Andrada (filho), (1825-1886).

⁷ Ao ser escolhido um novo senador, o imperador devia escolher entre três candidatos que lhe apresentavam os partidos (a “lista tríptica”). Como essa prerrogativa cabia ao monarca, era muita ousadia criticar a sua escolha, o que fez Zacarias ao qualificar a de Francisco de Sales Torres Homem, visconde de Inhomirim (1812-1876), conservador, como “desacertada”. Enfrentando-se assim com a Coroa, garantia – muitos diziam, escolhia – a sua queda.

⁸ De fato, desde alguns meses, a situação de Zacarias tornava-se cada vez mais difícil: além da oposição dos conservadores e do senado, o próprio Partido Liberal estava dividido. Zacarias aparecia frequentemente nas caricaturas como atleta, talvez por sê-lo na realidade.

⁹ Esta moção foi proposta por José Bonifácio, o Moço (1827-1886), filho de Martim Francisco Ribeiro de Andrada: ficou tão célebre que Machado menciona o orador no mesmo capítulo LVIII referido na nota 2. Eis as suas palavras: “Requeiro que se lance na ata a seguinte declaração: / ‘A câmara viu com profundo pesar e geral surpresa o estranho aparecimento do atual gabinete, gerado fora do seu seio e simbolizando uma nova política, sem que uma questão parlamentar tivesse provocado a queda de seus antecessores. Amiga sincera do sistema representativo, e da monarquia constitucional, a câmara lamenta este fato singular, não tem e não pode ter confiança no governo.’ / Sala das sessões, 17 de Julho de 1868. – *José Bonifácio*.” (*Jornal do Commercio*, p. 1, col. 6, 18 jul. 1868)

¹⁰ Este espírito foi Francisco de Paula da Silveira Lobo (1826-1886), deputado por Pernambuco. Depois de uma votação em que todos os deputados liberais votaram contra a dissolução (que sabiam que era *fait accompli*), ele se levantou para protestar, dizendo que não deviam aceitar. Disse, entre outras coisas: “Pela minha parte, Sr. presidente, declaro, cheio da mais sincera convicção, que não devemos recear que a saída de uma tão grande crise seja a dissolução. / Não tenho perdida a fé nas instituições livres que possuímos. Uma dissolução é sempre uma medida extrema e perigosa; nas atuais gravíssimas circunstâncias do país seria uma verdadeira calamidade (...)”. (*Jornal do Commercio*, p. 2, col. 3, 18 jul. 1868)

porque a prosperidade é também um fruto do silêncio. Saldanha Marinho podia calar-se e votar, – votar contra o ministério, incluir o nome entre os que o recebiam na ponta da lança, e até menos. Crises dessas alcançam as pessoas. Também se brilha pela ausência. O senador escolhido deitou fora até a esperança. Ergueu-se, e com poucas palavras atacou o ministério e a própria coroa; lembrou 1848, a que chamou estelionato,¹¹ e deixou-se cair com os amigos. O senado anulou a eleição, e Saldanha Marinho não tornou na lista tríplice.

Caiu com os amigos. A ação foi digna e pode dizer-se rara. Para ir ao senado, não faltavam seges, nem animais seguros. Saldanha ficou a pé. Não lhe custava nada ser firme; desde que, em 1860, tornara à política pelo jornalismo, nunca soube ser outra coisa. 1860! Quem se não lembra da célebre eleição desse ano, em que Otaviano, Saldanha e Otoni derribaram as portas da câmara dos deputados à força de pena e de palavra? O *lencinho branco* de Otoni era a bandeira dessa rebelião, que pôs na linha dos suplentes de eleitores os mais ilustres chefes conservadores...¹² Ó tempos idos! Vencidos e vencedores vão todos entrando na história. Alguns restam ainda, encalvecidos ou encanecidos pelo tempo, e dois ou três cingidos de honras merecidas. O que ora se foi, separara-se há muito dos companheiros, sem perder-lhes a estima e a consideração. Mudara de campo, se é que se não restituiu ao que era por natureza.



¹¹ Em 1848, um ministério liberal fora substituído por outro conservador. Neste caso, levou à imposição de um presidente conservador em Pernambuco, o que levou à Revolta Praieira, a última das revoltas regionais do império. No debate de 17 de julho de 1868, disse pouco, com efeito: “Sr. presidente, poucas palavras tenho a proferir nesta discussão, que deve ser rápida para que a expressão desta câmara mais de pronto chegue ao governo imperial. / [...] / O estelionato de 1848 teve seu fim: deu em resultado dois diplomas de senadores, mas que aqui chegaram escritos com sangue! Pois bem! Deus preserve o Brasil e a minha província [Pernambuco] de iguais conseqüências do estelionato de 1868!” (*Numerosos apoiados. Muito bem! Muito bem!*) FONTE: *Jornal do Commercio*, p. 1, col. 7, 18 jul. 1868.

¹² Nas eleições de 1860, os liberais, liderados por Francisco Otaviano (1825-1889), Teófilo Otoni (1807-1869), e Saldanha Marinho decidiram desafiar a hegemonia conservadora, e fizeram uma grande campanha, que saiu triunfante, seu símbolo sendo o lenço branco que Machado menciona. Na crônica de 30 de outubro de 1892 (“Tempos do papa! tempos dos cardeais!”), ele lembra mais longamente o episódio, em que foi envolvido, como jornalista do *Diário do Rio de Janeiro*, editado por Saldanha Marinho.

A SEMANA – 158

John Gledson

Alguns temas preferidos: o Japão, o processo das eleições e a corrupção, e acima de tudo, uma constante destas crônicas, a imperfeição humana, concretizada na imagem da “galera magnífica” da civilização, alastrada de mariscos, que são “as guerras e outros fenômenos”. Os costumes mudam, nem sempre para pior: Machado já mencionara mais de uma vez o curioso hábito carioca de defender os fugitivos da lei (herança, sem dúvida, da escravidão): “a voz da liberdade de todos os séculos oprimidos”, como a chamaria na crônica de 24 de maio de 1896.



A SEMANA

9 de junho de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Não estudei com Pangloss; não creio que tudo vá pelo melhor no melhor dos mundos possíveis.¹ Por isso, quando acho que censurar na nossa terra, digo com os meus botões: Há de haver males nas terras alheias, olhemos para a França, para a Itália, para a Rússia, para a Inglaterra, e acharemos defeitos iguais, e alguma vez maiores. Não costumo dizer: “Olhemos para o Japão”, porque é o único país onde parece que tudo se aproxima do otimismo de Pangloss. Vede este pedacinho da proclamação do micado ao povo, depois de vencida a China: “Regozijemo-nos pelas nossas recentes vitórias, mas é ainda longo o caminho da civilização que temos de percorrer... Não nos deixemos guiar por sentimentos de amor-próprio excessivo, caminhemos modesta e esforçadamente para a perfeição das nossas defesas militares, sem cair no extremo... O governo opor-se-á a todos quantos, desvanecidos pelas nossas recentes vitórias, buscarem ofender as potências amigas do Japão, e principalmente a China...”² Que diferença entre esta e as proclamações dos outros grandes Estados! Em verdade, essa linguagem prova que o Japão é alguém; mas, ainda assim, impossível que lá não haja tratantes. Notemos uma coisa: nós não temos³ os jornais da oposição de Tóquio.

A que propósito isto? A propósito da eleição da Bahia.⁴ Li que na apuração dos votos apareceram agora centenas de eleitores inventados, contando várias paróquias três e quatro vezes mais do que tinham há um ano. O espanto e a indignação que este fato causou a algumas pessoas, foram grandes, mas a falta de memória dos nossos concidadãos não é menor. Quem pode ignorar que essa multiplicação de eleitores não é

¹ “Tout est pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles”: Voltaire (1694-1778), *Candide*, chap. 30.

² Para o fim da guerra sino-japonesa, ver crônica de 21 de abril. Não localizamos a fonte desta citação.

³ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “lemos”.

⁴ A origem deste comentário é bem provavelmente uma reportagem na primeira página da *Gazeta* do dia 5 de junho, intitulada “Cousas eleitorais”, em que se alegam muitas irregularidades. Um exemplo: “Assim é que na Conquista, localidade baiana, o eleitorado era a 1º de março de 1894 de 892 cidadãos, e nove meses depois chegava a... 3328 votantes.”

coisa nova, nem baiana? Sabe-se muito bem que a urna é um útero. Peço licença para recordar uma frase, não delicada, não cortês, mas vigorosa, que antigamente se aplicava aos casos em que era preciso aumentar as cédulas; dizia-se: emprenhar a urna. Que admira, com tal força de natalidade, que os eleitores cresçam e apareçam?

É um mal, concordo; mas não haverá males análogos em outras terras? Olhemos para a Itália. As urnas italianas não são fecundas; aí vai, porém, um extraordinário fenômeno eleitoral.

Sabemos telegraficamente o resultado total da eleição da câmara. Há uns tantos deputados governistas, uns tantos radicais, uns tantos socialistas, finalmente um pequeno número de *indecisos*.⁵ Leitor, imita o meu gesto, deixa cair o queixo. Certamente a indecisão é um estado ou uma qualidade do espírito, mas o que me abalou estes pobres nervos cansados, foi imaginar a intenção dos eleitores que os mandaram para a câmara. Compreendo que os eleitores governistas perguntassem aos candidatos se eram pelo governo, e votassem neles, e assim os outros seus colegas. Não acabo de crer que inquirissem de alguns candidatos o que eram, e, ouvindo-lhes que ainda não estavam certos disso, corressem a elegê-los deputados. Uma só coisa pode explicar o fenômeno, a indecisão dos próprios eleitores; daí a escolha de pessoas não mais decididas que eles. Pode ser; mas semelhante mal parece-me ainda maior que a simples fecundação das urnas ou a multiplicação dos algarismos. Onde não há opiniões, é útil inventá-las; mas não as ter e mandar para a câmara pessoas igualmente pobres, nem é útil, nem legítimo.

Vejamos. Qual será a situação de tais deputados, quando começarem os seus trabalhos? A indecisão, antes de fazer mal ao país, faz mal ao próprio indivíduo que a tem consigo. Como falar? Como votar? Podem falar contra e votar a favor, e vice-versa, mas isso mesmo é sair da indecisão. Já não serão indecisos, serão inconsistentes. Hamlet, indeciso entre o ser e o não ser, tem o único recurso de sair de cena; os deputados podem fazer a mesma coisa. Saiam do recinto, quando se votar. Enquanto se discutir, não falem, não deem apartes, leiam uma página de Dante, posto que a leitura seja amarga, uma vez que o poeta põe justamente os indecisos logo no princípio do inferno, almas que não deixaram memória de si e são desprezadas tanto pela misericórdia como pela justiça:

⁵ Na terça-feira, dia 4, vieram os telegramas com os resultados das eleições italianas, vitória esmagadora para o homem forte da política italiana, Francesco Crispi (1818-1901). Na *Gazeta* os resultados foram anunciados da seguinte maneira: “330 governantes, 98, opositoristas de direita e esquerda, 40 radicais, 17 socialistas e 17 sem cor política definida”.

Fama di loro il mondo esser non lassa;
Misericordia e giustizia li sdegna:
Non ragioniam di lor, ma guarda e passa.⁶

Melhor que tudo, porém, será imitar aquele personagem de uma velha comédia, que atravessa cinco atos sem saber com qual de duas moças há de casar, e acaba escolhendo uma delas, mas dizendo à parte (o que o deputado pode fazer em voz alta para que os eleitores ouçam): “Creio que teria feito melhor casando com a outra.” Assim se podem fundir a indecisão e o voto.

Dei um exemplo de defeitos que achem análogos em outras terras, sem diminuí-los⁷ da grandeza, como nos não diminuem os nossos. Nem por isso deixamos de caminhar todos na estrada da civilização, uns mais acelerados, outros mais moderados. Não vamos crer que a civilização é só este desenvolvimento da história, esta perfeição do espírito e dos costumes. Nem por ser uma galera magnífica, deixa de ter os seus mariscos no fundo, que é preciso limpar de tempos a tempos, e assim se explicam as guerras e outros fenômenos.

Um daqueles mariscos... Perdoem-me a comparação; é o mal de quem escreve com retóricas estafadas. O melhor estilo é o que narra as coisas com simplicidade, sem atavios carregados e inúteis. Vá este e seja o último. Um daqueles mariscos da galera é a desconfiança mútua dos homens e a convicção que alguns têm da patifaria dos outros. A confiança nasceu com a terra; a inocência e a ingenuidade foram os primeiros lírios. No fim do século passado dormia-se no Rio de Janeiro com as janelas abertas. Mais tarde, a polícia já apalpava as pessoas que eram encontradas, horas mortas, a ver se traziam navalha ou gazua. Afinal, começamos a ajudar a polícia; vendo que outros povos usam do revólver, para defesa própria e natural, pegamos do costume, e a maior parte da gente traz agora o seu.

Conquanto a necessidade seja triste, sai daí um melhoramento. Era costume nesta cidade, sempre que a polícia prendia alguém, entoar em volta do agente aquele belo coro da liberdade: *Não pode! Não pode!* Vai acabando o costume. Há dias, tendo um sujeito ferido ou matado a outro, foi perseguido pelo clamor público; como arrancasse a espada ao agente de polícia e usasse dela correndo, muitas pessoas

⁶ Do *Inferno* de Dante (c. 1265-1321), canto III, v. 49-51. “O mundo não deixa nenhuma fama deles / Misericórdia e justiça os menosprezam / Não falemos deles, mas olha e passa.” Há dois erros na transcrição do texto italiano no jornal. Ignoramos se têm sua origem na edição de que Machado se servia, se no próprio autor, ou nos compositores: como Aurélio, corrigimos ambos. Em vez de “li” na segunda linha estava “gli”, e na terceira, “ragionar” em vez de “ragioniam”.

⁷ Observe-se a silepse: Machado concorda o pronome com a ideia de “povos”, palavra que não está no texto. A naturalidade da expressão, entretanto, é surpreendente; ninguém percebe que a concordância deveria ser com “terras”.

correram atrás e a tiros de revólver conseguiram detê-lo e prendê-lo.⁸ O assassino ficou em sangue, verificando-se assim a sentença da Escritura: “Quem com ferro fere, perecerá pelo ferro.”⁹ Este processo de capturar à distância impedirá a fuga dos malfeitores.



⁸ Esta história apareceu, com mais detalhes, na *Gazeta de Notícias*, do dia 4 de junho de 1895, p. 2, coluna 3, sob o título “Assassinatos”.

⁹ S. Mateus 26:52.

A SEMANA – 159

John Gledson

Esta crônica foi publicada por Mário de Alencar em 1914 (às páginas 220-223) como “O autor de si mesmo”, título pelo qual ainda se conhece. Alencar fez algumas alterações no texto, que assinaei nas notas. Aurélio as corrige quase todas, voltando ao texto da *Gazeta*.

Infelizmente, não encontrei a notícia que deu origem à crônica. Como diz Machado, é uma “simples notícia de gazetilha”, e apareceria (como muitas outras do gênero) com um título genérico: “Que fera!”, “Pais perversos!”, etc. Nesta categoria havia histórias até mais chocantes do que esta, na *Gazeta* e noutros jornais. Eram o pasto diário dos leitores.

O ataque a Schopenhauer, que, como diz Machado, é o verdadeiro motivo da crônica, talvez seja duro, sem ser injusto. Como se sabe, Machado foi muito influenciado pelo “filósofo de Dantzig”, como aliás é o caso de muitos escritores. Pode ser que o profundo sarcasmo seja a reação de um admirador desapontado. Acima de tudo, Machado acreditava na necessidade da liberdade do indivíduo, “o melhor de tudo, acrescento eu, é possuir-se a gente a si mesma”, como diz no final da crônica de “Bons Dias!” de 20-21 de maio de 1888. Como pessoa, e na escrita, Schopenhauer tinha a reputação de ser agressivo e irascível. Uma das suas *bêtes noires* era o filósofo G. W. F. Hegel, cujo historicismo, segundo Schopenhauer, era uma traição à herança de Kant.



A SEMANA

16 de junho de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Guimarães chama-se ele; ela Cristina. Tinham um filho, a quem puseram o nome de Abílio. Cansados de lhe dar maus tratos, pegaram do filho, meteram-no dentro de um caixão e foram pô-lo em uma estrebaria, onde o pequeno passou três dias, sem comer nem beber, coberto de chagas, recebendo bicadas de galinhas, até que veio a falecer. Contava dois anos de idade.¹

Sucedeu este caso em Porto Alegre, segundo as últimas folhas, que acrescentam terem sido os pais recolhidos à cadeia, e aberto o inquérito.²

A dor do pequeno foi naturalmente grandíssima, não só pela tenra idade, como porque bicada de galinha dói muito, mormente em cima de chaga aberta. Tudo isto, com fome e sede, fê-lo passar um mau quarto de hora,³ como dizem os franceses, mas um quarto de hora de três dias; donde se pode inferir que o organismo do menino Abílio era apropriado aos tormentos. Se chegasse a homem, dava um lutador resistente; mas a prova de que não iria até lá, é que morreu.

Se não fosse Schopenhauer, é provável que eu não tratasse deste caso diminuto, simples notícia de gazetilha. Mas há na principal das obras daquele filósofo um capítulo destinado a explicar as causas transcendentais do amor. Ele, que não era modesto, afirma que esse estudo é uma pérola. A explicação é que dois namorados não se escolhem um ao outro pelas causas individuais que presumem, mas porque um ser, que só pode vir deles, os incita e conjuga. Apliquemos esta teoria ao caso Abílio.

Um dia Guimarães viu Cristina, e Cristina viu Guimarães. Os olhos de um e de outro trocaram-se, e o coração de ambos bateu fortemente. Guimarães achou em Cristina uma graça particular, alguma coisa que nenhuma outra mulher possuía. Cristina gostou da figura de Guimarães, reconhecendo que entre todos os homens era um homem único. E cada um disse consigo: “Bom consorte para mim!” O resto foi o

¹ Aqui, Mário de Alencar não abre novo parágrafo, erro que Aurélio repete.

² Aqui novamente, Mário de Alencar não abre novo parágrafo.

³ Machado traduz da expressão francesa “un mauvais quart d’heure”. Na *Gazeta*, está assim, sem aspas, que Mário de Alencar e Aurélio acrescentam.

namoro mais ou menos longo, o pedido da mão da moça, as formalidades, as bodas. Se havia sol ou chuva, quando eles casaram, não sei; mas, supondo um céu escuro e o vento minuano, valeram tanto como a mais fresca das brisas debaixo de um céu claro. Bem-aventurados os que se possuem, porque eles possuirão a terra.⁴

Assim pensaram eles. Mas o autor de tudo, segundo o nosso filósofo, foi unicamente Abílio. O menino, que ainda não era menino nem nada, disse consigo, logo que os dois se encontraram: “Guimarães há de ser meu pai, e Cristina há de ser minha mãe; não quero outro pai nem outra mãe; é preciso que nasça deles, levando comigo, em resumo, as qualidades que estão separadas nos dois.” As entrevistas dos namorados era o futuro Abílio que as preparava; se eram difíceis, ele dava coragem a Guimarães para afrontar os riscos, e paciência a Cristina para esperá-lo. As cartas eram ditadas por ele. Abílio andava no pensamento de ambos, mascarado com o rosto dela, quando estava no dele, e com o dele, se era no pensamento dela. E fazia isso a um tempo, como pessoa que, não tendo figura própria, não sendo mais que uma ideia específica, podia viver inteiro em dois lugares, sem quebra da identidade nem da integridade. Falava nos sonhos de Cristina com a voz de Guimarães, e nos de Guimarães com a de Cristina, e ambos sentiam que nenhuma outra voz era tão doce, tão pura, tão deleitosa.⁵

Naturalmente, houve alguma vez arrufos. Como explicá-los? Explico-os a meu modo; creio que Abílio teve momentos de Hamlet. Uma ou outra vez haverá hesitado e meditado, como o outro: “Ser ou não ser, eis a questão. Valerá a pena sair da espécie para o indivíduo, passar deste mar infinito a⁶ uma simples gota d’água apenas visível, ou não será melhor ficar aqui, como outros tantos que se não deram ao trabalho de nascer? Nascer, viver, não mais. Viver? Lutar, quem sabe?” *It is the rub*, continuou ele em inglês, nos termos do poeta, tão universal é Shakespeare, que os próprios seres futuros já o trazem de cor.⁷

Enfim, nasceu Abílio. Não contam as folhas coisa alguma acerca dos primeiros dias daquele menino. Podiam ser bons. Há dias bons debaixo do sol. Também não se sabe quando começaram os castigos, – refiro-me aos castigos duros, os que abriram as primeiras chagas, não as pancadinhas do princípio, visto que todas as coisas têm um princípio, e muito provável é que nos primeiros tempos da criança os golpes fossem

⁴ Outra vez, aqui Mário de Alencar não abre novo parágrafo. A frase é uma paródia das bem-aventuranças (S. Mateus 5:3-11).

⁵ Na edição de Mário de Alencar, não consta o parágrafo seguinte.

⁶ Este “a” falta na *Gazeta*. Aurélio corrige.

⁷ Machado cita o famoso solilóquio, “To be or not to be”, de Hamlet, no terceiro ato, primeira cena, da peça de Shakespeare. A segunda frase é de Abílio; já em “Nascer, viver, não mais”, volta a Shakespeare, mudando a frase, que em inglês é “To die, to sleep, no more”; “Viver? Lutar, quem sabe?” é eco das palavras precedentes do solilóquio: “To take arms against a sea of troubles, and by opposing, end them” – “Armar-se contra um mar de obstáculos, e, lutando, dar cabo deles”. “It is the rub” (na verdade, “ay, there’s the rub”) significa, “ah, aí está o problema” (o “rub” sendo um termo do jogo de bocha, significando um obstáculo qualquer).

aplicados diminutivamente. Se chorava, é porque a lágrima é o suco da dor. Demais, é livre, – mais livre ainda nas crianças que mamam, que nos homens que não mamam.

Chagado, encaixotado, foi levado à estrebaria, onde, por um desconcerto das coisas humanas, em vez de burros,⁸ havia galinhas. Sabeis já que estas, mariscando, comiam ou arrancavam somente pedaços da carne de Abílio. Aí, nesses três dias, podemos imaginar que Abílio, inclinado aos monólogos, recitasse este outro⁹ de sua invenção: “Quem mandou aqueles dois casarem-se para me trazerem a este mundo? Estava tão sossegado, tão fora dele, que bem podiam fazer-me o pequeno favor de me deixarem lá. Que mal lhes fiz eu antes, se não era nascido? Que banquete é este em que a primeira coisa que negam ao convidado é pão e água?”¹⁰

Nesse ponto do discurso é que o filósofo de Dantzig, se fosse vivo e estivesse em Porto Alegre, bradaria com a sua velha irritação: “Cala a boca, Abílio. Tu não só ignoras a verdade, mas até esqueces o passado. Que culpa podem ter essas duas criaturas humanas, se tu mesmo é que os¹¹ ligaste? Não te lembras que, quando Guimarães passava e olhava para Cristina, e Cristina para ele, cada um cuidando de si, tu é que os fizeste atraídos e namorados? Foi a tua ânsia de vir a este mundo que os ligou sob a forma de paixão e de escolha pessoal. Eles cuidaram fazer o seu negócio, e fizeram o teu. Se te saiu mal o negócio, a culpa não é deles, mas tua, e não sei se tua somente... Sobre isto, é melhor que aproveites o tempo que ainda te sobrar das galinhas, para ler o trecho da minha grande obra, em que explico as coisas pelo miúdo. É uma pérola. Está no tomo II, livro IV, capítulo XLIV...¹² Anda, Abílio, a verdade é verdade ainda à hora da morte. Não creias nos professores de filosofia, nem na peste de Hegel...”

⁸ Em vez de “burros”, Mário de Alencar tem “cavalos”.

⁹ A rigor, no texto de Mário de Alencar, esta palavra não faz sentido, pois omitira o parágrafo em que Abílio cita o monólogo de Hamlet.

¹⁰ Aqui, Mário de Alencar parece que não resistiu à tentação de “melhorar” o original, e, ironia das ironias, por meio da peça cujo discurso mais famoso acaba de excluir. Tem “Que banquete é este é em que o convidado é que é comido?” Certamente estas palavras são uma reminiscência – intencional? – das palavras de Hamlet no ato IV, cena 3 da peça, referindo-se ao corpo morto de Polônio, que ele acaba de matar. Quando Cláudio pergunta-lhe onde está o velho ministro, Hamlet responde que está “at supper” (jantando); onde?, pergunta o rei; Hamlet responde: “Not where he eats, but where he is eaten”. (Não onde come, mas onde está sendo comido [pelos vermes].)

¹¹ Um caso de silepse: o pronome “os” deveria concordar com “criaturas”, mas o autor preferiu concordar com a ideia de “seres”.

¹² Eis aqui uma tradução do trecho do *Mundo como vontade e representação*, livro que Machado tinha na sua biblioteca numa tradução francesa: “Pois é a geração vindoura em toda a sua determinação individual que, mediante aquelas impulsões e esforços, adquire ímpeto para a existência. Sim, ela mesma já se aviva na escolha circunspecta, determinada e obstinada da satisfação do impulso sexual, chamado amor. A inclinação crescente entre dois amantes é, propriamente falando, já a vontade vital do novo indivíduo, que eles podem e gostariam de procriar; sim, já no encontro dos seus olhares plenos de anelo acende-se a nova vida, anunciando-se como uma individualidade vindoura harmônica e bem constituída. Eles sentem o anelo para uma efetiva união e fusão num único ser, para, assim, apenas nele continuarem a viver; tal anelo se satisfaz na criança procriada por eles, na qual as qualidades hereditárias de ambos continuam a viver fundidas e unidas num único ser.” (Tradução disponível em: http://filosofia.com.br/figuras/livros_inteiros/239.txt)

E Abílio, entre duas bicadas:

– Será verdade o que dizes, Artur; mas é também verdade que, antes de cá vir, não me doía nada, e se eu soubesse que teria de acabar assim, às mãos dos meus próprios autores, não teria vindo cá. Ui! ai!



A SEMANA – 160

John Gledson

O teatro, por isso mesmo que mudou muito ao longo do século, serve para considerações sobre a passagem do tempo. Associa-se à juventude de Machado, e sobretudo ao teatro realista, no Ginásio Dramático, nos primeiros anos da década de 1860. Aqui, porém, o foco é diferente, porque as lembranças têm origem distinta, *anterior*. A peça esquecida e relembrada, que o próprio Machado acha – ou finge? – que não viu, foi das primeiras que criticou n’*O Espelho*, quando tinha vinte anos. Remonta a um gênero mais ingênuo e popular do que as peças de Augier e Dumas Fils que menciona mais tarde, *en passant*. Ou simplesmente mais “brejeiro” ou ousado, como o canção do Alcazar, posterior (com as suas meias lavadas, que reaparecem em *Dom Casmurro*, cap. 58). Estas velhas peças voltavam à cena em parte pela penúria do teatro contemporâneo, ainda não recuperado da crise da Revolta Naval. Talvez o episódio central da crônica, embora longe do teatro, seja o do realejo de Roma e Pedro Luís – o que por sua vez explica os bonecos de pau, aparentemente irrelevantes. É o apelo persistente das emoções simples para o homem culturalmente sofisticado.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 223-227.



A SEMANA

23 de junho de 1895

[Edição, apresentação de notas por John Gledson]

Não vou ao extremo de atribuir à Fênix Dramática qualquer intenção filosófica ou simplesmente histórica.¹ Não; a Fênix, como todos os teatros, publicou um anúncio. Mas o que é que não há dentro de um anúncio? Durante muitos anos acreditei que as “moças distintas, de boa educação” que pedem pelos jornais “a proteção de um senhor viúvo”, eram vítimas de ódios de família ou da fatalidade, que buscavam um resto de sentimento medieval neste século de guarda-chuvas. Como supor que eram damas nobremente desocupadas que procuravam emprego honesto? Um anúncio é um mundo de mistérios.

O que a Fênix mandou inserir nos jornais não traz mistérios. É a lista do espetáculo composto de várias partes, das quais duas especialmente fazem assunto desta meditação. A primeira é uma comédia: *Artur ou dezesseis anos depois*.² Quando li este título tive um sobressalto; depois, não sei que fada pegou em mim, pelos cabelos, e levou-me através dos anos até aos meus tempos de menino. Caí em cheio entre os primeiros bonecos que vi na minha vida: eram de pau! De pau e tinham graça. Santos bonecos, oh! bonecos do meu coração, éreis sublimes, faláveis com eloquência e sintaxe, conquanto fosse eu que falasse por vós; mas a criança tem o mau vizo de crer que tudo o que diz é perfeito. Éreis sinceros; não conheceis isto que os franceses chamam *fumisterie*, e que, pela nossa língua, poderíamos dizer (aproximadamente)

¹ A Fênix Dramática estava na rua da Ajuda, perto do morro do Castelo. Especializava-se em operetas, *vaudevilles* e peças leves. Foi demolida no bota-abaixo, em 1908. Reproduzimos, ao final da crônica, dois anúncios muito parecidos aos que Machado menciona, do dia 13 de maio de 1895, e do dia 9 de junho de 1895 – ambos d’*O Paiz*. Neles, vê-se que a cançoneta ora traz o título de *Ora brincas Mariquinhas* (primeiro anúncio), e ora o de *Ora tomas, Mariquinhas!* (segundo anúncio). A peça, por sua vez, ora se chama *Artur, ou 16 anos depois* (primeiro anúncio), ora *Artur ou depois de 16 anos* (segundo anúncio).

² *Arthur ou seize ans après*, drama *vaudeville* em dois atos, de Charles Désiré Dupeuty, Louis Marie Fontan, e Charles Joseph Locillard d’Avrigny. Estreou em Paris em 1838, teve sucesso, e foi bastante popular no Brasil desde ao menos 1847. Machado escreveu uma crítica curta da peça, então representada no teatro S. Januário, na segunda crônica teatral que publicou n’*O Espelho*, 18 de setembro de 1859.

debique. Não, bonecos da minha infância, vós não me debicáveis; nem com a sintaxe, nem sem ela.

Nesse tempo não tinha visto a comédia, que era³ pelo seu verdadeiro gênero, um *vaudeville*. Também não a vi depois, nem agora. Sei que antigamente se representou no teatro de S. Pedro de Alcântara e no de S. Francisco.⁴ A data da composição está no próprio subtítulo, moda que se perdeu, e na denominação dos atos: 1.º *O batismo do barco*; 2.º *O amor de mãe*. Ignoro os nomes dos artistas que a representavam. Podia ser a Jesuína Montani, que se fizera célebre na *Graça de Deus*, ou a Leonor Orsat,⁵ afamada na *Vendedora de Perus*, títulos que trazem a mesma data e o mesmo esquecimento.⁶ Em volta da peça agora anunciada, vi aparecer uma infinidade de sombras, como D. João viu surgir as das mulheres que o tinham amado e perdido. As velhas reminiscências têm a particularidade de trazerem a frescura antiga; eu fiquei calado e cabisbaixo.

Pedro Luís, o epigramático forrado de poeta,⁷ contou-me um dia que, estando em Roma, certa noite, ouviu tocar um realejo e não pôde sustar as lágrimas. Que os manes de meu amigo me perdoem esta revelação! Aquele espírito fino e sarcástico chorou ao som de um banal instrumento. Certo, ele não estava ao pé das ruínas da antiga Roma, pois que tais ruínas pediam antes a música do silêncio. Havia de ser em alguma rua ou hospedaria; mas demos que fossem ruínas. A linguagem natural delas é a da caducidade

³ Aurélio acrescenta uma vírgula aqui, ausente na *Gazeta* e em Mário de Alencar.

⁴ O teatro de São Pedro de Alcântara, no Rossio (agora praça Tiradentes), era o teatro mais antigo do Rio, e um dos maiores. O de São Francisco ficava perto, na rua do Cano; em 1855 passaria a se chamar Ginásio Dramático, e foi o local onde se representavam as novas peças “realistas”, francesas e brasileiras (a exemplo das duas que Machado menciona, de Augier e Dumas – ver nota 10).

⁵ Esta vírgula não está na *Gazeta*, nem no texto de Mário de Alencar. Aurélio acrescenta, cremos que com razão.

⁶ Na verdade, quem representava no *Artur* que Machado criticou foi mesmo a Jesuína Montani, como se lê na própria crônica teatral mencionada na nota 2. Diz que “o caráter sentimental e travesso de *Artur* foi bem desenhado em cenas cheias pela Sra. Jesuína Montani. A leitora, como toda a população, conhece essa atriz de mérito, que com aplauso tem pisado todos os teatros da corte.” Acerca da *Graça de Deus*, não posso deixar de citar uma carta iluminadora de Orna Levin: “...creio que ele se refere à *La Grâce de Dieu ou La Nouvelle Fanchon*, de Adolphe Philippe D’Ennery e Gustave Lemoine, datada de 1841, que foi encenada a partir de 1845 nos palcos fluminenses, primeiro por João Caetano, quando ocupou o teatro S. Francisco, e em seguida pelo ator Germano, quando esse dirigiu a Companhia Dramática Nacional sediada no teatro S. Januário, no início de 1860. O D’Ennery foi um autor de dramas muito representado ao longo do século XIX no Brasil, onde a sobrevida dessas peças de cunho melodramático tiveram enorme sucesso. Esse repertório foi repisado inúmeras vezes, por décadas, porque continuava a atrair o público comum. Embora os dramas ditos realistas fossem do agrado da geração de Machado, o sucesso certo ficava por conta dos dramas antigos, garantindo a bilheteria”; a *Vendedora de perus* foi também criticada por Machado, na crônica teatral d’*O Espelho* de 18 de dezembro de 1859. Nesse momento, já era uma composição que “todos conhecem”. Machado não a elogia: “É uma intriga de corte como as *Duas Primas*, peca porém por ter os vícios desta sem lhe ter as virtudes; tem o aparato, mas como merecimento cênico a diferença é em seu desfavor.” Nela, efetivamente, apareceu Leonor Orsat Mendes (?-1915), atriz portuguesa.

⁷ Pedro Luís Pereira de Sousa (1839-1884). Grande amigo de Machado, que o menciona diversas vezes, inclusive n’“O velho senado”, onde diz que tinha “a graça, o sarcasmo, a observação fina e aquele largo riso em que os grandes olhos se faziam maiores.” Ver o verbete de Ubiratan Machado no seu *Dicionário de Machado de Assis*.

das coisas; nada mais fácil, em dado caso, que achar nelas um pouco de nós mesmos. Revia ele os dias da meninice, as festas da roça e da cidade? Foi então que algum tocador perdido na noite entrou a moer a música do seu realejo; era a própria voz dos tempos que dava alma às reminiscências antigas; daí algumas lágrimas.

Eu, não por ser mais forte, mas talvez por não estar em Roma, não chorei quando li o título de *Artur ou dezesseis anos depois*. Nem foi porque este outro realejo me trouxesse lembranças perdidas ou que eu julgava tais. Também eu vi, na infância, tocadores que paravam na rua, moíam a música e estendiam o chapéu para receberem os dois vinténs de espórtula. Cuido que ainda hoje fazem o mesmo; os meninos é que são outros, e os dois vinténs subiram a tostão.⁸ Deus meu! eu bem sei que um trecho de música de realejo não vale os *Huguenotes*,⁹ como aquela comédia pacata e sentimental não valia o *Filho de Giboyer* nem o *Pai pródigo*,¹⁰ que nós íamos¹¹ ver, tempos depois, no Ginásio Dramático, – o teatro que há pouco chamei S. Francisco, e hoje é, se me não engano, uma loja de fazendas.

Agora a segunda parte do anúncio da Fênix, que parece dar ao todo um ar de paralelo e compensação. A segunda parte é uma cançoneta, com este título sugestivo: *Ora toma, Mariquinhas!* Não posso julgar da cançoneta, porque não a ouvi nunca; mas, se¹² como dizia Garrett, há títulos que dispensam livros,¹³ este dispensa as coplas; basta-lhe ser o que é para se lhe adivinhar um texto picante, brejeiro, em fraldas de camisa. Não são dezesseis anos, como na comédia, mas trinta anos ou mais, que decorrem daquele *Artur* a esta *Mariquinhas*. Há uma história entre as duas datas, história gaiata, ou não, segundo a idade e os temperamentos. Daí a significação do anúncio e a sua inconsciente filosofia.

Os que tiverem ido ao teatro, levados uns pela velha comédia, outros pela cançoneta nova, saíram de lá satisfeitos, a seu modo. Também pode suceder, – e isto será a glória do anúncio, – que os da cançoneta não achassem inteiramente insípido o sabor da peça velha, e que os da peça velha sentissem o vinho das coplas subir-lhes à cabeça. Esses foram pela rua abaixo, de braço dado; enquanto o moço gargareja com a ingenuidade de Artur a rouquidão da cantiga nova, o velho recompõe um pouco da vida exausta com dois trinados da cançoneta.

⁸ Dois vinténs eram 40 réis; um tostão eram 100 réis.

⁹ *Les Huguenots* (1836), de Giacomo Meyerbeer (1791-1864), uma das óperas mais aparatosas do séc. XIX, e talvez a mais popular.

¹⁰ *Le Fils de Giboyer* (1862), peça anticlerical de Émile Augier (1820-1889), que provocou grande escândalo quando foi encenada na França; o *Pai pródigo* é *Un père prodigue* (1859), de Alexandre Dumas fils (1824-1895).

¹¹ “Víamos” na *Gazeta*. Erro evidente, corrigido por Mário de Alencar e Aurélio.

¹² Assim na *Gazeta* e Mário de Alencar. Aurélio coloca uma vírgula.

¹³ “E há títulos também que não deviam ter livro, porque nenhum livro é possível escrever que os desempenhe como eles merecem.” *Viagens na minha terra* (1846), de Almeida Garrett (1799-1854), cap. 9.

A cançoneta, como gênero, nasceu no antigo Alcazar.¹⁴ A princípio as cantoras levantavam uma pontinha de nada do vestido, isso mesmo com gesto encolhido e delicado. Anos depois, nos grandes cancãs, mandavam a ponta do pé aos narizes dos cantores. O gesto era feio, mas haviam-se com tal arte que não se descompunham, posto se lhes vissem as saias e as meias, – meias lavadas. *Enfin, Malherbe vint...*¹⁵



THEATRO PHENIX DRAMATICA
CONGREGAÇÃO BENEFICENTE
GRANDE FESTA
HOJE SEGUNDA-FEIRA 13 DE MAIO HOJE
PRESENTE
organizado por uma comissão de senhoras em favor dos tres filhinhos orphãos da fatal tragedia da rua do Matoso na noite de 16 de abril.
Subindo à scena a sublime comedia-dramã em 2 actos, orçada de musica do prantado maestro Sá Soronha
ARTHUR, OU 16 ANNOS DEPOIS
A popular cançoneta
ORA BRINCAS MARIQUINHAS
Terminará o espectáculo com a comedia espirituosa costumes nacionaes em 1 acto do comedigrapho Arthur Azevedo, musica do prantado maestro F. Colas
UMA VESPERA DE REIS
MISE-EN-SCENE A CAPRICHIO, AO RIGOR DA ÉPOCA
N. B. — A comissão agradece generosamente ao corpo scenico e aos directores da Congregação Beneficente Phenix Dramatica, o seu valioso auxilio por esta festa de caridade e assim como ao respeitavel publico o seu valioso concurso, com mil votos de agradecimentos.
A Comissão.
O pequeno resto dos bilhetes acha-se à venda no bilheteiro do theatro, e na residencia da comissão à rua do Evaristo da Veiga n. 6, esq. do lado. As cadeiras tem a photographia dos beneficiados. Tocará nos intervallos uma banda de musica marcial.
Começará ás 8 1/2 horas da noite.

FONTE: *O Paiz*, p. 8, 13 maio 1895.

Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_02&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=12661.

THEATRO PHENIX DRAMATICA
Director de scena Gabriel da Luz — Regente da orchestra C. Louzada
HOJE DOMINGO 9 DE JUNHO DE 1895 HOJE
RÉCITA DA CONGREGAÇÃO BENEFICENTE
com a 5ª representação do festejado vaudeville em 2 actos, original de Duponty, Fontan e Davigni, traducção de Caetano Lopes, musica do immortal maestro portuguez Sá Soronha
ARTHUR
OU
DEPOIS DE 16 ANNOS
Denominação dos actos — 1º, O baptismo do barco; 2º, Amor de mãe — Este passa-se no palacio de lord Melvil e aquelle na costa de Portsmouth — O sympathico papel de Maria pela primeira actria Celina Bonheur — Segue-se o chistoso intermedio: O commendador Antunes, O Revmo. vigario! Ora tomas, Mariquinhas! As Incauzas da Sabina, O Fundanguessú — O espectáculo terminará com a comedia de grande successo, do repertorio do theatro portuguez, intitulada O DIABO ATRÁS DA PORTA, em que tomam parte as actrizes Maria Emilia e Georgina Vieira — Principará ás 8 1/2 em ponto — N. B. Os bilhetes de cadeiras de entrada nas galerias nobres.

FONTE: *O Paiz*, p. 10, 9 junho 1895.

Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_02&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=12893.

¹⁴ O Alcazar Lyrique, fundado em 1859 por artistas franceses, e que funcionou na rua da Vala (atual Uruguaiana) até 1880. Representava de preferência operetas e peças alegres. Tinha reputação de ser um ninho de vícios.

¹⁵ Palavras do elogio da revolução poética de François de Malherbe (1555-1628), de Nicolas Boileau (1636-1711) na *Art poétique*, chant I, v. 131-132: “Enfin Malherbe vint, et, le premier en France / Fit sentir dans les vers une juste cadence”. [“Enfim, veio Malherbe, e, primeiro na França / Fez sentir nos versos uma cadência justa”.]

A SEMANA – 161

John Gledson

A derrota das forças federalistas em Campo Osório, e a morte de Saldanha da Gama, foi um momento crucial. Já no dia 9 de julho discutem-se em Pelotas as condições de paz. Sente-se o antirrepublicanismo de Machado na admiração por Saldanha, apesar da tentativa de mediar as opiniões diferentes pela figura de Coriolano: a unanimidade estava longe de ser total. A venda de parte da Empresa Funerária por um preço alto é bom motivo para um comentário em tom humorístico e lúgubre sobre a morte e seus custos. Com toda probabilidade, é também mais uma lembrança do Encilhamento – “o ano terrível” do parágrafo final. Afinal, o conde de Herzberg era sócio-fundador do Jóquei Clube, origem da metáfora que deu nome ao *boom*.

O texto desta crônica está danificado no microfilme (parece haver um rasgão na folha de papel do jornal). Em vez de detalhar cada caso, decidimos, onde fosse necessário, valer-nos do texto de Aurélio, que sem dúvida leu o jornal em estado melhor.



A SEMANA

30 de junho de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

O destino, que conhece o desfecho de cada drama, sorri dos nossos cálculos, e choraria, se pudesse chorar, das previsões humanas. Quem volve os olhos atrás, até setembro de 1893, naquela manhã em que a cidade acordou com a notícia de que um almirante sublevara a esquadra, reconhece que estava longe de imaginar o desfecho de semelhante ato, dois anos depois, no Campo Osório. Outro almirante, tomando o comando da sublevação, foi perecer em combate na fronteira rio-grandense, e o que parecia um episódio curto da República, transformou-se em longo duelo, terrível e mortal.¹ Os acontecimentos levam os homens, como os ventos levam as folhas.

De Saldanha da Gama se pode dizer que, qualquer que seja o modo de julgar o último ato da sua vida, há um só parecer e sentimento a respeito do homem de guerra e do que ele pessoalmente valia. As folhas públicas de todos os matizes deram-lhe os funerais de Coriolano; os mais fortes adversários puderam dizer, como Tullus, pela língua de Shakespeare:

My rage is gone
And I am struck with sorrow...²

Mas, deixemos este assunto melancólico, para ir a outro não menos melancólico, é verdade, mas de outra melancolia. Muitas são as melancolias deste mundo. A de Saul

¹ Refere-se, claro, à Revolta da Armada, que eclodiu no dia 6 de setembro de 1893. Seus líderes foram o almirante Custódio José de Melo (1840-1902), e Luís Felipe de Saldanha da Gama (1846-1895), que entretanto não se juntou à revolta nos seus primórdios. Foi morto brutalmente (degolado e mutilado) na batalha de Campo Osório, no Rio Grande do Sul, onde fora juntar-se às tropas federalistas, em 24 de junho de 1895. Era militar de grande reputação, herói da Guerra do Paraguai. A notícia da sua morte chegou no dia 26. A *Gazeta* comenta o acontecimento com certo pesar, e respeito pelo morto; também diz “não falaremos daqueles que entenderam dever manifestar o seu modo de sentir bebendo champanhe e congratulando-se pelo fato [isto é, os florianistas e jacobinos]”. *O Paiz* limita-se às notícias, e à importância da morte de Saldanha, líder que revigorara a revolta no Sul.

² “Minha raiva sumiu / E fui golpeado pelo pesar.” Palavras do ato 5, cena 6, de *Coriolanus*, de Shakespeare. Coriolano, herói romano que se tinha aliado com os inimigos de Roma, os Volsci, é morto por estes, tendo cedido aos pedidos da mãe dele de não destruir a cidade de Roma. Tullus, ou Tullus Aufidius, é o chefe dos Volsci, que conspira contra ele, mas apesar de tudo admira seu rival.

não é a de Hamlet, a de Lamartine não é a de Musset.³ Talvez as nossas, leitor amigo, sejam diferentes uma da outra, e nesta variedade se pode dizer que está a graça do sentimento.

O Sr. conde de Herzberg, por exemplo, devia ser um homem melancólico, e talvez seja intensamente alegre.⁴ Não tenho a honra de conhecê-lo. Parece que a maior parte dos que travam relações com ele, fazem-no por toda a eternidade. Eu não cheguei ainda àquele apuro de maneiras que permite ser apresentado ao digno conde, nos seus próprios carros. Um coveiro de *Hamlet* diz que o ofício de coveiro é o mais fidalgo do mundo, por ter sido o ofício de Adão;⁵ mas é preciso lembrar que a Empresa Funerária não estava inventada, nem no tempo de Adão, nem sequer no de Hamlet.

Seja como for, o que é certo,⁶ é que a Empresa Funerária, por mais triste que possa ser, não é menos lucrativa. Nem há incompatibilidade entre a melancolia e o lucro; são dois fenômenos que se temperam e se completam. O poeta que comparou as lágrimas às pérolas (perdeu-se-lhe o nome, tantos são os inventores da comparação), mostrou clara e poeticamente que a riqueza pode ir com o desespero. Vamos agora ao ponto imediato e principal.

Anuncia-se que a seção da Empresa Funerária, que estava sob a direção do Sr. conde de Herzberg, foi vendida por duzentos e cinquenta contos. Quando li esta notícia, senti naturalmente aquele fenômeno que produzem todas as coisas boas deste mundo: veio-me água à boca. Depois a reflexão tomou conta de mim. Duzentos e cinquenta contos de réis! Uma seção da Empresa Funerária! Duzentos contos de réis para enterrar mortos...

³ Saul, rei de Israel, sofre de tristeza, ou melancolia, o que o faz procurar Davi, que com a sua música, afasta a depressão (ver Samuel 1, caps. 15 e 16); a melancolia de Hamlet provém, é claro, do assassinato do seu pai e do dever de vingá-lo. Os dois poetas românticos franceses, Alphonse de Lamartine (1790-1869) e Alfred de Musset (1810-1857) formam um contraste, o primeiro sendo mais convencionalmente romântico, enquanto o segundo tem uma veia humorística. Dos dois, não há dúvida sobre qual deles Machado gostava mais; Musset até influenciou no seu teatro.

⁴ O conde de Herzberg foi instrutor de cavalaria das forças imperiais, e um dos fundadores do Jockey Clube, que ainda hoje tem um prêmio com seu nome. Nasceu em Grunhubel, Alemanha, e era ex-major do exército prussiano. Não encontrei a notícia desta venda nos jornais; deles, sabe-se que o conde foi “administrador” da Empresa Funerária (que cuidava também de alguns hospícios). Deduz-se que uma parte da Empresa pertencia a ele. Parece que tinha sido monopólio durante o império, mas foi vendida nos primeiros meses da República. Herzberg participou do Encilhamento? Talvez fosse surpreendente que não participasse – certamente, o nome dele aparece como “suplente” no lançamento de uma empresa que parece típica do fenômeno: a “Companhia Industrial Santa Cruz”, com vistoso anúncio no *Jornal do Commercio* no dia 24 de fevereiro de 1891.

⁵ O coveiro no ato 5, cena 1, de *Hamlet*, critica os poderosos que podem fazer com que os suicidas sejam sepultados em terra sagrada. Segundo ele, todo mundo é igual, e “Não existe fidalgo antigo, senão jardineiros, fosseiros e coveiros. Eles mantêm a profissão de Adão.” [There is no ancient gentleman but gardeners, ditchers and grave-makers. They hold up Adam’s profession.”] A Bíblia nos diz (Gênesis 3:23) que Adão cavava a terra.

⁶ Esta vírgula, que está na *Gazeta*, foi omitida por Aurélio.

Muito se morre nesta vida, e especialmente nesta cidade.⁷ Não há, certamente, mais mortos que vivos, mas os mortos são muitos. Quanto às moléstias que os levam, crescendo com a civilização, fazem tão bem o seu ofício, que raro se dirá que matam de mentira. E tudo é preciso enterrar. Não chego a entender como outrora, e ainda neste século, chegavam as igrejas para guardar cadáveres.⁸ Os cemitérios vieram, cresceram, multiplicaram-se, e aí temos cinco ou seis dessas necrópoles, inclusive o cemitério dos ingleses, que eu já conhecia desde criança, como uma coisa muito particular.⁹ Dizia-se “o cemitério dos ingleses”, como se dizia a “constituição inglesa”, ou o “parlamento inglês” – uma instituição das ilhas britânicas.

Naturalmente, com o tempo foi-se morrendo mais, já pelas moléstias entradas, já pela população crescida, já pelos nascimentos novos.

A questão, porém, não é morrer. A questão é o preço por que se morre. Uma seção da Empresa Funerária que se pode vender por 250 contos de réis, prova que a morte no Rio de Janeiro não é mais barata que a vida. O pão é caro, mas o galão não o é menos; a carne e a belbutina correm parselhas. Os carros, que suponho constituem a seção vendida, têm o preço marcado nas colunas, nos dourados, nos animais, e parece que também no cocheiro. O chapéu deste é que é sempre o mesmo, chapéu de couro luzidio, ou matéria análoga, largo em umas cabeças, estreito em outras, pela razão talvez de que o desacordo da cabeça e do chapéu dá certo tom de melancolia ao cocheiro. Os animais variam, se o preço é magro ou gordo. Há casos em que se põe no cocheiro um pedaço de pano, casos em que não. Os anjinhos, salvo a substituição do preto pelo encarnado, são tratados com a mesma altura de preços e variação de esplendor e modéstia.

Se se morresse barato, valia a pena morrer. Comparativamente, entra-se na vida por menor preço do que se sai. É uma espécie de engodo, um convite em boas maneiras; chega-se à porta, dá-se uma pequena espórtula, entra-se e fica-se. Quando se trata de ir embora, acabada a festa, todas as portas estão tomadas, um guarda em pé, com a tabela dos preços na mão. Precisa-se saber, antes de tudo, qual é a classe em que o vivo quer ir a enterrar: “– Na minha classe; eu sou sapateiro.” O guarda sorri e responde: “– A morte não conhece classes sociais, não quer saber delas; príncipe ou sapateiro, pode ir em primeira ou terceira, uma vez que pague o preço, que é tanto.” Quem não iria como

⁷ O Rio de Janeiro tinha a reputação – justificada – de ser uma cidade insalubre e perigosa, em parte pelos surtos regulares de febre amarela, importada da África em 1850 (“as moléstias entradas”).

⁸ O primeiro cemitério “organizado em bases regulares” do Rio de Janeiro só abriu em 1839, na Praia de São Cristóvão. Só depois de 1850 os cemitérios desse tipo ficaram sendo a norma, quando o governo proibiu os enterramentos em igrejas, por motivo da primeira epidemia de febre amarela.

⁹ O Cemitério dos Ingleses, na Gamboa, foi estabelecido em terras cedidas pelo príncipe regente d. João em 1809, para que os ingleses protestantes pudessem ser sepultados separadamente. Fica perto do morro do Livramento, onde Machado nasceu e cresceu.

príncipe, se o preço fosse módico? Valia a pena de um sacrifício para ser príncipe, ainda na morte.

Não sei quem terá comprado a seção da Empresa Funerária; mas creiam que, se tivesse dinheiro, quem a comprava era eu. Para que lutar na vida, com a vida e pela vida, se a morte nos pode dar bons lucros? Vede quantas riquezas se fizeram e desfizeram no ano terrível e depois dele. Grande parte delas voltou ao seio da ilusão que as ajudou a nascer. Eram tudo obras da vida, mas a vida não é menos voraz que a morte, e devorou as mais pujantes. A morte, ao certo, com os seus carros e cocheiros, chapéu com fumo ou sem fumo, animais magros ou gordos, lutou contra os coches luxuosos da vida, as belas parelhas e as librés heráldicas, venceu-os a todos, e foi vendida por duzentos e cinquenta contos. Viva a morte! Pode não ser muito, mas é certo.



A SEMANA – 162

John Gledson

Machado não devia lamentar muito a morte de Floriano, chefe de um regime ditatorial e repressivo: por isso começa equiparando-a à morte do seu maior inimigo, Saldanha da Gama, coisa que a *Gazeta* também fez à sua maneira. Ferreira de Araújo foi a uma das missas comemorativas do almirante rebelde. Mas Machado também lança mão das amizades que tinha no campo dos republicanos históricos, no caso o mais importante deles, Quintino Bocaiuva, para mostrar respeito e imparcialidade. Principalmente, porém, quer sair do assunto, e encontra o pretexto perfeito – com o senão de celebrar o centenário com três semanas de antecipação – em José Basílio da Gama. De fato, era uma antiga admiração dele, elogiado no “Instinto de Nacionalidade” e na “Nova Geração”. Em 1875, estando, parece, meio sem rumo, pensara em escrever uma biografia do poeta; em carta de 30 de julho desse ano, pediu ajuda na tarefa a Araújo Porto-Alegre, que vivia em Lisboa.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 227-232.



A SEMANA

7 de julho de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Os mortos não vão tão depressa, como quer o adágio; mas que eles governam os vivos, é coisa dita, sabida e certa.¹ Não me cabe narrar o que esta cidade viu ontem, por ocasião de ser conduzido ao cemitério o cadáver de Floriano Peixoto, nem o que vira antes, ao ser ele transportado para a Cruz dos Militares.² Quando, há sete dias, falei de Saldanha da Gama e dos funerais de Coriolano que lhe deram, estava longe de supor que, poucas horas depois, teríamos notícia do óbito do marechal. O destino pôs assim, a curta distância, uma de outra, a morte de um dos chefes da rebelião de 6 de setembro e a do chefe de Estado que tenazmente a combateu e debelou.

A história é isto. Todos somos os fios do tecido que a mão do tecelão vai compondo, para servir aos olhos vindouros, com os seus vários aspectos morais e políticos. Assim como os há sólidos e brilhantes, assim também os há frouxos e desmaiados, não contando a multidão deles que se perde nas cores de que é feito o fundo do quadro. O marechal Floriano era dos fortes. Um de seus mais ilustres amigos e companheiros, Quintino Bocaiuva, definiu na tribuna do senado, com a eloquência que lhe é própria, a natureza, a situação e o papel do finado vice-presidente.³ Bocaiuva, que

¹ Dois ditos franceses: primeiro, “Les morts vont vite”, citação famosa da tradução francesa, de Gérard de Nerval, do poema “Lenore”, de Gottfried August Bürger (1747-1794); segundo, “Les morts gouvernent les vivants”, de Auguste Comte (1798-1857), do *Catéquisme positiviste*.

² Floriano faleceu no sábado, 29 de junho, em Barra Mansa: a sua morte foi anunciada na mesma página da crônica anterior a esta, de 30 de junho. No dia 2 de julho, o corpo foi trazido para a igreja da Cruz dos Militares, na esquina da rua do Ouvidor com a rua Primeiro de Março. No sábado, dia 6, com muita cerimônia, foi levado para o cemitério São João Batista. Interessa notar que a *Gazeta* dá, quase todas as vezes e na primeira página, notícias não só das exéquias de Floriano, como também de comemorações da morte de Saldanha da Gama – a uma das missas assistiu Ferreira de Araújo, dono da *Gazeta*. No fim da semana, começavam a extravasar detalhes sobre a morte brutal de Saldanha, cujo corpo tentaram esconder.

³ Quintino Bocaiuva (1836-1912) fora amigo de Machado desde pelo menos 1860, amizade que nunca afrouxou, apesar de Quintino ser republicano histórico. Este teve papel importante na aproximação entre civis e militares no processo que levou à mudança de regime, e foi o único civil que acompanhou Deodoro e Benjamin Constant na proclamação da República em 15 de novembro. Foi ministro do governo provisório, senador, e redator-chefe de *O Paiz* de 1885 até o início do séc. XX. N’“O velho Senado”, de junho de 1898, há uma fina descrição da sua figura. Aqui, Machado se refere a um longo e

tanta parte teve nos sucessos de 15 de Novembro,⁴ é hoje⁵ um dos remanescentes daquele grupo de homens, alguns dos quais a morte levou, outros se acham dispersos pela política, restando os que ainda une o mesmo pensamento de iniciação. A verdade é que temos vivido muito nestes seis anos, mais que nos que decorreram do combate de Aquidabã⁶ à revolução de 15 de Novembro, vida agitada e rápida, tão apressada quão cheia de sucessos.

Mas, como digo, os mortos não vão tão depressa que se percam todos de nossa vista. Ontem era um ex-chefe de Estado que a população conduzia ou via conduzir ao último jazigo. Hoje comemora-se o centenário de um poeta. Digo mal. Nem se comemora, nem é ainda o centenário. Este é no fim do mês; o que se faz hoje, segundo li nas folhas, é convidar os homens de letras para tratarem dos meios de celebrar o primeiro centenário da morte de José Basílio da Gama.⁷ Não conheço o pio brasileiro que tomou a si essa iniciativa; mas tem daqui todo o meu apoio. Não se vive só de política. As musas também nutrem a alma nacional. Foi o nosso Gonzaga que escreveu com grande acerto que as pirâmides e os obeliscos arrasam-se, mas que as *Iliadas* e as *Eneidas* ficam.⁸

importante discurso proferido no Senado no dia 28 de junho, dois dias antes da morte do marechal. Quintino fala da desorganização em que se achava o exército quando da Revolta da Armada: “que as dificuldades encontradas ao rebentar a revolta de 6 de setembro foram realmente consideráveis e assombrosas para outro qualquer espírito que não fosse o do marechal Floriano Peixoto, que a deficiência de recursos, de meios de ação de elementos bélicos era de tal ordem aflitiva e pungente que realmente ninguém poderá explicar como e de que modo se têm esgotado tantos e tantos milhares de contos liberalmente proporcionados pelo parlamento deste país; e entretanto tão mal despendidos e tão negligentemente gastos que, na hora crítica da necessidade suprema, o governo da República se encontrou completamente desapercebido de elementos de resistência ao ataque. / E, diz o orador, pode afirmar esta verdade porque esteve em contato com o governo na situação crítica em que este se achou.” O discurso é realmente interessante, e o resumo da *Gazeta* pode ser lido na primeira página do jornal do dia 29 de junho, colunas 5 e 6. Começa desculpando-se por nunca ter sido soldado e portanto faltar-lhe autoridade. Também acha que, no processo que levou ao golpe (florianista) de 23 de novembro de 1891, e que, depois dele, “houve exagero do espírito partidário e exaltação de um sentimento que pareceu sair da esfera política das vinganças e das perseguições.” Termina apelando às forças políticas do país, seja “no seio dos Estados, no seio dos partidos que se formarem, ou no seio dos grupos parlamentaristas que se organizam”, para que trabalhem todos no mesmo sentido. Resumindo, é um discurso claramente republicano, como era de se esperar, ao mesmo tempo crítico e conciliador.

⁴ Assim, com inicial maiúscula, na *Gazeta* e Mário de Alencar (a norma atual seria “novembro”). Aurélio tem “novembro”.

⁵ Falta esta palavra em Aurélio.

⁶ Batalha de 1870, também conhecida como Cerro Corá, em que morreu o ditador paraguaio, Solano López.

⁷ José Basílio da Gama viveu de 1741 a 1795. *O Uruguai* (como se escreve atualmente) é de 1769. Eis a nota a que Machado se refere, publicada na “Gazetilha” da *Gazeta* no dia 4 de julho: “São convidados todos os literatos residentes nesta capital a assistirem a uma sessão preparatória da comemoração do primeiro centenário da morte de José Basílio da Gama, autor do poema – *O Uruguai*. / A sessão terá lugar no domingo, à 1 hora da tarde, na rua do General Câmara, 77, 1º andar.” No domingo, dia da crônica, o convite foi repetido.

⁸ Não foi possível achar estas palavras na obra de Gonzaga, apesar de busca exaustiva. Achamos que Machado pode ter-se equivocado – ou ter-se baseado em fonte indireta. A ideia, no entanto, está presente nos versos de Gonzaga. É interessante ler o que escreveu Varnhagen sobre o poeta na *Revista do Instituto*

José Basílio não escreveu *Eneidas* nem *Iliadas*, mas o *Uruguai* é obra de um grande e doce poeta, precursor de Gonçalves Dias. Os quatro cantos dos *Timbiras*, escapos ao naufrágio, são da mesma família daqueles cinco cantos do poema de José Basílio. Não tem este a popularidade da *Marília de Dirceu*, sendo-lhe, a certos respeito, superior, por mais incompleto e menos limado que o ache Garrett; mas o próprio Garrett escreveu em 1826 que os brasileiros têm no poema de José Basílio da Gama “a melhor coroa da sua poesia, que nele é verdadeiramente nacional, e legítima americana.”⁹

Neste tempo em que o uso do verso solto se perdeu inteiramente, tanto no Brasil como em Portugal, Gonzaga tem essa superioridade sobre o seu patrício mineiro.¹⁰ As rimas daquele cantam de si mesmas, quando não baste a perfeição dos seus versos, ao passo que o verso solto de José Basílio tem aquela harmonia, seguramente mais difícil, a que é preciso chegar pela só inspiração e beleza do metro. Não serão sempre perfeitos. O meu bom amigo Muzzio,¹¹ companheiro de outrora, crítico de bom gosto, achava detestáveis aqueles dois famosos versos do *Uruguai*:

Tropel confuso de cavalaria,
Que combate desordenadamente.

– Isto nunca será onomatopeia, dizia ele; são dois maus versos.

Concordava que não eram melodiosos, mas defendia a intenção do poeta, capaz de os fazer com a tônica usual. Um dia, achei em Filinto Elísio uma imitação daqueles

Histórico e Geográfico: “Gonzaga tinha uma alma nobre, que pensava mais na glória imortal que nas vaidades do mundo: ‘É melhor ser lembrado / Por quantos hão de vir sábios humanos, / Que ter urcos, ter coches e tesouros, / Que morrem com os anos.’ E para essa glória póstera estava persuadido de que ‘Só podem conservar um nome ilustre / Os versos ou a história.’”

Deste ponto até as palavras “dois maus versos”, o texto do microfilme está praticamente ilegível, e de lá até o fim do texto, o papel tem rasgos e dobras que dificultam a leitura. Onde foi necessário, recorreremos ao texto de Aurélio.

⁹ No “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa” (Paris, 1826), Garrett diz o seguinte sobre José Basílio: “Justo elogio merece o sensível cantor da infeliz Lindoia que mais nacional foi que nenhum dos seus compatriotas brasileiros. O *Uruguai* de José Basílio da Gama é o moderno poema que mais mérito tem na minha opinião. Cenas naturais mui bem pintadas, de grande e bela execução descritiva; frase pura e sem afetação, versos naturais sem ser prosaicos, e quando cumpre sublimes sem ser guindados; não são qualidades comuns. Os brasileiros principalmente lhe devem a melhor coroa de sua poesia, que nele é verdadeiramente nacional, e legítima americana. Mágoa é que tão distinto poeta não limasse mais o seu poema, lhe não desse mais amplidão, e quadro tão magnífico o acanhasse tanto. Se houvera tomado esse trabalho, desapareceriam algumas incorreções de estilo, algumas repetições, e um certo desalinho geral, que muitas vezes é beleza, mas continuado e constante em um poema longo, é defeito.”

¹⁰ De fato, Gonzaga não era “patrício” de Basílio, ao menos no sentido de ser natural de Minas. Como se sabia desde 1850, quando Varnhagen publicou na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* a notícia da descoberta do documento comprobatório que encerrou a polêmica sobre o local do nascimento do poeta, Gonzaga era natural do Porto. Ou Machado esqueceu, ou usa a palavra num sentido mais lato.

¹¹ Henrique César Muzzio (1831-1874), jornalista, foi convidado, com Machado, por Quintino a entrar na redação do *Diário do Rio de Janeiro* em 1860 – ambos permaneceram nos seus postos até 1867. Salvador de Mendonça diz que “sempre andava de ponta um com o outro por mera divergência de opiniões artísticas ou literárias”: a historinha que Machado conta aqui será um exemplo. (S. de Mendonça. A gente do *Diário do Rio*, Rio de Janeiro, *O Imparcial*, 23 de março de 1913.)

versos de José Basílio da Gama, por sinal que ruim, mas o lírico português confessava a imitação e a origem.¹² Não quero dizer que isto tornasse mais belos os do poeta mineiro; mas é força lembrar o que valia no seu tempo Filinto Elísio, tão acatado, que meia dúzia de versos seus, elogiando Bocage, bastaram a inspirar a este o célebre grito de orgulho e de glória: – *Zoilos, tremei! Posteridade, és minha.*¹³

A reunião de hoje pode ser prejudicada pela grande comoção de ontem. Outro dia seria melhor. Se alguns homens de letras se juntarem para isto, façam obra original, como original foi o poeta no nosso mundo americano. Antes de tudo, seja-me dado pedir alguma coisa: excluam a polianteia. Oh! a polianteia! Um dia apareceu aqui uma polianteia; daí em diante tudo ou quase tudo se fez por essa forma. A coisa, desde que lhe não presida o gosto e a escolha, descai naturalmente até à vulgaridade; o nome, porém, fá-la-á sempre odiosa, tão usado e gasto se acha. Não lhe ponham tal designação; qualquer outra, ou nenhuma, é preferível, para coligir as homenagens da nossa geração.

No meu tempo de rapaz, era certo fazer-se uma reunião literária, onde se recitassem versos e prosas adequados ao objeto. Não aconselho este alvitre; além de ser costume perdido, e bem perdido, seria grandemente arriscado revivê-lo. Não se podem impor programas, nem se há de tapar a boca aos que a abrirem para dizer alguma coisa fora do ajuste. Uma daquelas reuniões foi notável pela leitura que alguém fez de um relatório, não sei sobre quê, mas era um relatório comprido e mal recitado. Um dos convidados era oficial do exército, estava fardado, e passeava na sala contígua, obrigando um chocarreiro a dizer que a diretoria da festa mandara buscar o oficial para prender o leitor do relatório, apenas acabada a leitura; mas a leitura, a falar verdade, creio que ainda não acabou.

Não; há vários modos de comemorar o poeta de Lindoia, dignos do assunto e do tempo. Não busquem grandeza nem rumor; falta ao poeta a popularidade necessária para uma festa que toque a todos. Uma simples festa literária é bastante, desde que

¹² Parece que o “daqueles versos” a que Machado se refere são os d’*O Uruguai*, não os dois reprovados por César Muzzio e citados por ele. Filinto Elísio, em “Os últimos adeus às musas, *Dedicados ao Senhor Alexandre Sané.*” (*Obras de Filinto Elísio*, nova edição. Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1836. t. II. p. 184-199), escreveu estes versos: “Basílio, em Canto altíloquo forceje / Cantar Freire, na América famoso; / Que serve o Rei, com honra, e valor nobre: / General muito humano, cujo peito / Mavioso e pio não consente a vista / De cadáveres frios, dessangrados, / Vítimas da ambição de injusto império.” Em rodapé, Filinto registrou: “*Vid. Uruguai, Poema.*” Esses versos correspondem aos seguintes, de Basílio da Gama (canto III, v. 6-10): “Descontente e triste / Marchava o General: não sofre o peito / Compadecido e generoso a vista / Daqueles frios e sangrados corpos, / Vítimas da ambição de injusto império.” Como se vê, a “imitação” de Filinto se arremata com a transcrição literal de um verso de Basílio da Gama. Quanto à confissão da imitação e da origem, por parte de Filinto, ela está nos próprios versos.

¹³ Numa “Ode ao Senhor Francisco Manuel de Nascimento, em resposta à Ode antecedente”, Bocage (Manuel Maria Barbosa du Bocage, 1765-1805), sob o pseudônimo arcádico de Elmano Sadino, vangloriou-se do poema de Filinto “Lendo os teus versos, numeroso Elmano”. O poema termina: “Fadou-me o grande Filinto, um vate, um nume, / Zoilos! Tremei. Posteridade! És minha.”

tenha gosto e arte.¹⁴ Oficialmente se poderá fazer alguma coisa, o nome do poeta, por exemplo, dado pelo conselho municipal a uma das novas ruas. Devo aqui notar que Minas Gerais, que tem o gosto de mudar os nomes às cidades, não deu ainda a nenhuma delas o nome de Gonzaga, e bem podia dar agora a alguma o nome de Lindoia, se o do cantor desta lhe parece extenso em demasia; qualquer ato, enfim, que mostre o apreço devido à musa deliciosa de José Basílio, o mesmo que, condenado a desterro, pôde com versos alcançar a absolvição e um lugar de oficial de secretaria.

Eu não verei passar teus doze anos,
Alma de amor e de piedade cheia,
Esperam-me os desertos africanos,
Áspera, inculta, montuosa areia.
Ah tu fazes cessar os tristes danos...¹⁵

Assim falou ele à filha do marquês de Pombal, como sabeis, e dos versos lhe veio a boa fortuna. A má fortuna veio-lhe do caráter, que se conservou fiel ao marquês, ainda depois de caído, e perdeu com isso o emprego...

Para acabar com poetas. Valentim Magalhães tornou da Europa.¹⁶ Viu muito em pouco tempo e soube ver bem. Parece-me que teremos um livro dele contando as viagens. Com o espírito de observação que possui, e a fantasia original e viva, dar-nos-á um volume digno do assunto e de si. O que se pode saber já, é que, indo a Paris, não se perdeu por lá; viu Burgos e Salamanca, viu Roma e Veneza, – Veneza que eu nunca verei, talvez, se a morte me levar antes, como diria Mr. de la Palisse,¹⁷ – Veneza, *a única*, como escrevia há pouco um autor americano.¹⁸



¹⁴ Na *Gazeta*, e em Mário de Alencar, está “e a arte”. Aurélio corrige, parece-nos que com razão.

¹⁵ Em 1769, José Basílio foi preso em Portugal por ser ex-aluno dos jesuítas, expulsos dos domínios portugueses em 1759 pelo marquês de Pombal. Não foi desterrado para Angola, como consequência do poema que Machado cita aqui, o “Epitalâmio à Excelentíssima Senhora D. Maria Amália”, de 1769, escrito para as bodas da filha do marquês.

¹⁶ Valentim Magalhães (1859-1903), amigo de Machado, que incluiu seu nome no ensaio “A nova geração”, de 1879, e acompanhou-o ao longo da carreira, restringindo-se, porém, no elogio à sua obra medíocre. Editou a revista *A Semana*, em que Machado colaborou. O livro de viagens não chegou a existir. Para mais detalhes, ver o verbete sobre o autor em *Dicionário de Machado de Assis*, de Ubiratan Machado.

¹⁷ Uma verdade óbvia, também chamada lapalissada. A frase padrão diz que “quinze minutos antes da sua morte, M. de la Palisse estava ainda vivo.” O texto está assim na *Gazeta* e em Aurélio. Mário de Alencar tem “M. de la Palisse” (Mr. era abreviatura de Monsieur – hoje grafada apenas M.).

¹⁸ Infelizmente, foi impossível identificar este autor.

A SEMANA – 163

John Gledson

Uma crônica cheia de “parênteses”, de pequenas anotações, políticas (o começo do fim da guerra federalista), literárias (outra poeta mulher, mais evidência do discreto feminismo do cronista), mais bate-boca no conselho municipal... Pairando sobre tudo, a falta de convicção na permanência da paz, nem tanto no Rio Grande do Sul, como no passado, presente e futuro. “A guerra é a mãe de todas as coisas”, é frase repetida, e fundamental, em *Esau e Jacó*. De passagem, também menciona o velho problema que tinha nos olhos, que o afetou ao longo da vida inteira.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 232-235.



A SEMANA

14 de julho de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Carne e paz foram as doações principais da semana.¹ A carne é municipal, a paz é federal, mas nem por isso são menos aprazíveis ao homem e ao cidadão, uma vez que a carne seja barata e a paz eterna. Eterna! Que paz há eterna neste mundo? A mesma paz dos túmulos é uma frase. Lá há guerra, – guerra no próprio homem, luta pela vida. Nem é raro ir cá de fora buscar o morto ao jazigo derradeiro para isto ou para aquilo,² como o célebre príncipe D. Pedro, que, uma vez rei, fez coroar o cadáver de D. Inês de Castro. O nosso João Caetano, quando queria dar alguma solenidade às representações da *Nova Castro*, anunciava que a tragédia acabaria com a cena da coroação.³ Obtinha com isto mais uma ou duas centenas de mil-réis. Não ficava mais bela a tragédia; mas o espectador gostava tanto de prolongar a sua própria ilusão!

Paz e carne. Faz lembrar os jantares de S. Bartolomeu dos Mártires: vaca e riso.⁴ Se com estas duas coisas o arcebispo não deixou de ser canonizado, esperemos que nos

¹ No dia 10 de julho, depois de vários dias de espera e de dúvida, parece que devido a razões secundárias, a Câmara Municipal aprovou um novo contrato para o fornecimento de carne para a cidade. Segundo o jornal, o contrato anterior, que em teoria dava liberdade aos criadores, de fato dava poder monopolístico aos três mais poderosos entre eles. “Neste contrato,” diz, “pela primeira vez fixa-se um limite máximo ao preço do gênero, e o preço é suscetível de baixar se o câmbio melhorar, como está melhorando.” Também nesta semana começava-se a falar da pacificação no Rio Grande do Sul. No dia 11, diz-se: “Sabemos que anteontem reuniram-se diversos chefes políticos, e, em conferência, resolveram sustentar a pacificação do Rio Grande do Sul. / Dentre os políticos presentes e que hipotecaram seu voto à pacificação, achava-se um que a condenara até há poucos dias.”

² Sem dúvida alguma Machado está se referindo de soslaio a alguns dos horrores da guerra federalista, onde cadáveres foram exumados, expostos e postumamente mutilados.

³ A *Nova Castro* do português João Batista Gomes foi uma versão tardia, de estilo classicista, da história da “rainha depois de morta”, que teve muito sucesso no palco, inclusive no Rio de Janeiro, montada por João Caetano.

⁴ São Bartolomeu dos Mártires (1514-1590) na verdade é santo muito recente – virou venerável em 1845 e foi beatificado em 2001, e canonizado pelo papa Francisco em 2019. Por isso não entendo a frase “não deixou de ser canonizado”. Será que Machado achava que tinha virado santo? – mistério para o qual tento avançar uma explicação mais tarde nesta nota. Bispo português de Braga, tinha fama de “pai dos pobres”: também teve participação importante no Concílio de Trento.

As três palavrinhas, vaca e riso, escondem uma história curiosa, e, em alguns aspectos, ainda enigmática. Começa (ao que parece), na *Vida de dom frei Bartolomeu dos Mártires*, de Frei Luís de Sousa (a primeira

canonizem também. Nem creio que haja melhor caminho para o céu. Não nego as belezas do jejum, mas o céu fica tão longe, que um homem fraco pode cair na estrada, se não tiver alguma coisa no estômago. Que essa coisa seja barata, é o que presumo sair do ato da intendência; e basta isso para ter feito uma sessão útil.

Um dos intendentos pensa o contrário; acha que só se fizeram torneios oratórios. Foi o Sr. Honório Gurgel. Ao que retorquiu o Sr. Vieira Fazenda: “Começando pelos de V. Ex.” Replicou o Sr. Honório Gurgel: “Verdadeiros jogos florais, onde o Sr. Fazenda,

edição é de 1619), onde a expressão aparece no vol. 1, cap. 22. Conta-se que frei Bartolomeu, que era arcebispo em Braga, foi visitado pelo provincial de sua ordem (a de São Domingos), em companhia do bispo de São Tomé. O motivo dessa visita era verificar se eram corretos os boatos que corriam, de que frei Bartolomeu vivia muito miseravelmente. Diz frei Luís de Sousa: “À parcimônia chamavam escasseza; à ordem e registro e moderação do gasto, mera miséria; ao trabalho contínuo e santo, vileza e desautoridade; à humildade, baixaza e ânimo apoucado.” Os visitantes não confirmaram as suspeitas. Eis o parágrafo que trata da mesa: “Esperou a família toda que houvesse extremos no gasalhado de tais hóspedes, e houve todos os que se podiam desejar de amor e boa sombra, mas a mesa não saiu dos limites ordinários, **vaca e riso** (como dizia um velho honrado do bom tempo). Só um pouco de carneiro se acrescentou por festa, e, este, em uma só figura, quero dizer assado.” (p. 130, v. I, na edição Sá da Costa, de 1946 – negrito nosso)

Duas conclusões principais – a frase já era até certo ponto tradicional (o velho honrado “do bom tempo”), e, principalmente, não significava fartura, senão uma justa suficiência.

A próxima ocorrência que descobrimos – e uma possível fonte para Machado – é de *Viagens na minha terra*, de Almeida Garrett, cuja primeira edição é de 1846, (no finalzinho do cap. 26): “Mas basta de vale, que é tarde. Olá! Venham as mulinhas, e montemos. Picar para Santarém, que no ínclito alcácer de el-rei D. Afonso Henriques nos espera um bom jantar amigo – e não é só a vaca e riso de Frei Bartolomeu dos Mártires, mas um verdadeiro jantar de amigo, muito menos austero e muito mais risonho.” Confirma-se aí que os jantares de frei Bartolomeu eram parcos, sem sinais de gula.

Na nossa crônica, parece ser este o sentido (o que não surpreende, sendo as *Viagens* uma das admirações de Machado). Entretanto, graças a uma tese sobre algumas crônicas de Bilac, vemos que a frase veio a ter outro sentido, quase oposto, o de comida abundante. Lê-se na dissertação de mestrado intitulada “As crônicas de Bilac nas revistas ilustradas *A Cigarra* (1895) e *A Bruxa* (1896-1897)”, de Fernanda Munhão Martins Silvestre, apresentada na Faculdade de Letras de Assis (SP), dois trechos que citam a mesma expressão. A primeira, que citamos (e que não é de Bilac) é de *A Cigarra* de 25 de maio de 1895, uma “nota em que é noticiado um jantar em comemoração ao lançamento da obra *Livro de uma sogra*, de Aluísio Azevedo: ‘Fausto Cardoso, no último sábado, ofereceu a Aluísio Azevedo, em regozijo pela publicação do *Livro de uma sogra*, um banquete, no Globo. Jantaram ali, numa doce convivência, Aluísio, Machado de Assis, Ferreira de Araújo, Valentim Magalhães, Arthur Azevedo, Sousa Bandeira, José Veríssimo e mais alguns homens de espírito. No dizer de Sr. Bartolomeu dos Mártires, foi jantar de muita **vaca e riso**. Não houve brindes. Em compensação, houve crítica literária, anedotas, confidências e alegria a rodo. *A Cigarra* não pôde comparecer. Mas, ainda assim, agradecendo o convite que recebeu, envia daqui saudações ao festejado romancista.’” (negrito nosso)

Note-se, além da presença de Machado (que resenhará o romance de Aluísio na crônica de 29 de setembro), que era um “banquete”, o que parece que não combina com o significado original da frase (embora o aspecto social e artístico da reunião pareça importar mais que a comida). É interessante que se fale no “Sr.” Bartolomeu, evidente contrassenso, mas bem possivelmente erro dos compositores para S., abreviatura para São (como na crônica), e erro, que a crônica repete, pois o frade, como dissemos, ainda não era santo.

Curiosidade final. Há uma crônica de Drummond, intitulada “Mensagem”, em que ele menciona a expressão: está em *A bolsa e a vida*. Cito: “Entro em férias [era o final do ano]; mas antes, quero desejar a leitores e amigos as alegrias e suavidades a que o tempo convida, inclusive aquele ‘jantar de muita **vaca e riso**’, de que falava frei Bartolomeu dos Mártires, com botelhas do fino, do legítimo; e se isso não for possível, pelo menos bons sonhos.” (negrito nosso)

É curioso que, erradamente, Drummond atribui a frase a frei Bartolomeu, e sugere que se refere a um lauto jantar, esplêndido, abundante (o que não é o caso no texto de frei Luís de Sousa).

como sempre, brilhou pela sua facúndia.” E o Sr. Vieira Fazenda: “V. Ex. está continuando a tomar tempo ao conselho com longos discursos.”⁵ É difícil crer que haja paz depois de tais remoques; mas se há leis que explicam tudo, alguma explicará este fenômeno. Pouco visto em legislação, prefiro crer que, se algum sangue correu depois daquilo, foi somente o da vaca aprovada e contratada.

Vaca e riso. Agora é o riso que se anuncia, por meio da pacificação do sul. A guerra é boa, e, dado que seja exato, como pensa um filósofo,⁶ que ela é a mãe de todas as coisas,⁷ preciso é que haja guerras, como há casamentos. A leitura de batalhas é agradável ao espírito. As proclamações napoleônicas, as descrições homéricas, as oitavas camonianas, lidas no gabinete, dão ideia do que será o próprio espetáculo no campo. A mais de um combatente ouvi contar as belezas trágicas da luta entre homens armados, e tenho acompanhado muita vez o jovem Fabrício del Dongo na batalha de Waterloo, levados ambos nós pela mão de Stendhal.⁸ O destino trouxe-me a este campo quieto do gabinete, com saída para a rua do Ouvidor, de maneira que, se adoeci de um olho, não o perdi em combate, como sucedeu a Camões. Talvez por isso não componha iguais versos. Homero, que os perdeu ambos, deixou um grande modelo de arte.

Entre parêntesis, uma patricia nossa,⁹ que não perdeu nenhum dos seus belos olhos de vinte e um anos, mostrou agora mesmo que se podem compor versos, sem quebra da beleza pessoal. Não é a primeira, decerto. A marquesa de Alorna já tinha provado a mesma coisa.¹⁰ A Sévigné,¹¹ se não compôs versos, fez coisas que os merecem, e era bonita e mãe. Não cito outras, nem George Sand, que era bela, nem George Eliot, que era feia.¹² Francisca Júlia da Silva, a patricia nossa, se é certo o que nos conta João Ribeiro, no excelente prefácio dos *Mármore*s, já escrevia versos aos

⁵ Esta briga no Conselho Municipal encontra-se na p. 3, col. 8, do *Jornal do Commercio* do dia 10 de julho (mesmo dia da aprovação do novo contrato para o fornecimento da carne [ver nota 1]). O Sr. Gurgel queria introduzir, de forma irregular, uma suspensão das leis referentes ao “recuo” dos prédios em ruas estreitas do centro da cidade, alegando que se perdera tempo em outras discussões menos importantes. Outros intendentess protestavam contra este procedimento.

⁶ Esta vírgula, ausente na *Gazeta*, está nos textos de Mário de Alencar e Aurélio.

⁷ Em *Esau e Jacó*, cap. XIV, Aires atribui esta frase a Empédocles. Na verdade, é do filósofo pré-socrático grego Heráclito de Éfeso (séc. 6 a 5 a.C.): é o fragmento 57 de *Da natureza*.

⁸ As famosas cenas de Fabrice del Dongo na batalha de Waterloo, onde na verdade ele erra em busca de uma batalha, sem nunca ter a certeza de a ter encontrado, ocupam os Capítulos 3-5 de *La Chartreuse de Parme*, de Stendhal (Marie-Henri Beyle) (1783-1842).

⁹ Esta vírgula, na *Gazeta*, está mal impressa. Talvez seja por isso que está ausente em Mário de Alencar. No texto de Aurélio, está presente, o que sem dúvida é a leitura correta.

¹⁰ Leonor de Almeida Portugal, marquesa de Alorna (1750-1839), foi poeta portuguesa e pintora de renome.

¹¹ Marie de Rabutin-Chantal, marquesa de Sévigné (1626-1696), famosa pela sua correspondência, clássico da literatura francesa. Na *Gazeta*, em Mário de Alencar e Aurélio, está “Sevigné”.

¹² George Sand (Aurore Dupin) (1804-1874), romancista romântica francesa, muito popular no séc. XIX; George Eliot (Mary Anne Evans) (1819-1880), romancista inglesa de grande renome. Na *Gazeta*, em Mário de Alencar, e Aurélio, está “Elliot”.

quatorze anos.¹³ Bem podia dizer, pelo estilo de Bernardim: “Menina e moça me levaram da casa de meus pais para longes terras...”¹⁴ Essas terras são as da pura mitologia, as de Vênus talhada em mármore, as terras dos castelos medievais, para cantar diante deles e delas impassivelmente. *Musa impassível*, que é o título do último soneto do livro, melhor que tudo pinta esta moça insensível e fria. Essa impassibilidade será a própria natureza da poetisa, ou uma impressão literária? Eis o que nos dirá aos vinte e cinco anos ou aos trinta. Não nos sairá jamais uma das choramingas de outro tempo; mas aquele soneto da pág. 74, em que “a alma vive e a dor exulta, ambas unidas”, mostra que há nela uma corda de simpatia e outra de filosofia.

Outro parêntesis. A *Gazeta* noticiou que alguns habitantes da estação de Lima Duarte pediram ao presidente da Companhia Leopoldina a mudança do nome da localidade para o de Lindoia, agora que é o centenário de Basílio da Gama. Pela carta que me deram a ler, vejo que põem assim em andamento a ideia que me ocorreu há sete dias. Eu falei ao governo de Minas Gerais; mas os habitantes de Lima Duarte deram-se pressa em pedir para si a designação, e é de crer que sejam servidos. Ao que suponho, o presidente da Companhia é o Sr. conselheiro Paulino de Sousa, lido em coisas pátrias, que não negará tão pequeno favor a tão grande brasileiro. Demais, a história tem encontros misteriosos: o filho do visconde de Uruguai honrará assim o cantor do *Uruguai*.¹⁵ É quase honrar-se a si próprio. Provemos que o lemos:

Serás lido, *Uruguai*. Cubra os meus olhos
Embora um dia a escura noite eterna,
Tu vive e goza a luz serena e pura;
Vai aos bosques...

Fechados ambos os parêntesis, tornemos à paz anunciada. Também ela é útil, como a guerra, e tem a sua hora. O mundo romano dormia em paz algumas vezes. Venha a paz, uma vez que seja honrada e útil. Não falo por interesse pessoal. Como eu não saio a campo a combater, deixo-me nesta situação que o povo chama: “ver touros de palanque”. O poeta Lucrécio, mais profundamente, dizia que era doce, estando em terra,

¹³ Francisca Júlia da Silva (1871-1920) foi poeta parnasiana, muito celebrada, inclusive por Olavo Bilac, quando saiu seu primeiro livro de poesias, *Mármore*. João Ribeiro, quando o soneto “Musa impassível” foi publicado em revista, recusou-se a acreditar que fosse de mulher. Depois, não só se convenceu, como escreveu o prefácio que Machado menciona. “Musa impassível” dá o tom do livro. Podemos citar os versos iniciais: “Ó Musa, cujo olhar de pedra, que não chora, / Gela o sorriso ao lábio e as lágrimas estanca!” A citação no texto é do poema “À noite”, que de fato está na p. 34 (e não 74) da primeira edição.

¹⁴ São as palavras de abertura da novela, que ficou sendo conhecida como *Menina e moça*, de Bernardim Ribeiro (1482-1552).

¹⁵ O conselheiro Paulino José Soares de Sousa (1834-1901), filho do importante político e diplomata Paulino Soares de Sousa, visconde de Uruguai (1808-1866), foi um dos políticos mais importantes dos últimos anos do Império, chefe do Partido Conservador, e último presidente do senado imperial. A Estrada de Ferro Leopoldina, uma das mais importantes do país, entrara em sérias dificuldades financeiras nos anos 90, e acabaria sendo vendida a uma companhia inglesa em 1898.

ver naufragar, etc.¹⁶ O resto é sabido. Carne e paz: é muito para uma semana única. Vaca e riso: não é preciso mais para uma vida inteira, – salvo o que mais vale e não cabe na crônica.



¹⁶ Palavras de *De rerum naturae*, de Lucrécio (c. 99-c. 55 a.C) (II, v. 1-4), citadas mais de uma vez por Machado (por isso talvez o “etc.”). “Suave mari magno”, as palavras iniciais, são o título de um poema seu de 1880.

A SEMANA – 164

John Gledson

A chave desta crônica talvez se encontre no último parágrafo: é curta (“de cinco dias”; menos de 900 palavras) porque a matéria é escassa, e a vontade mínima; embora a graça de sempre esteja também presente. Praticamente todo o material vem, ou de notícias encontradas na *Gazeta* do sábado em que escrevia (com a única exceção do boato de revolução em Portugal, do *Paiz* do dia anterior), da aljava do cronista (a duquesa de Devonshire e o açougueiro) ou de considerações sobre sistemas eleitorais e parlamentares – com mais uma referência ao “estelionato” de julho de 1868. A satisfação do cronista em encontrar males supostamente brasileiros noutros países mais avançados – o caso da violência em Newcastle – é patente.



A SEMANA

21 de julho de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Ontem, sábado, fez-se a eleição de um senador pelo Distrito Federal.¹ Votei; estou bem com a lei e a minha consciência. Enquanto se apuravam os votos, vim escrever estas linhas, que provavelmente ninguém hoje lerá. Não me perguntem a quem dei o voto; ao eleitor cabe também o direito de ser discreto. É até certo ponto um segredo profissional.

A coincidência da eleição aqui com a da câmara dos comuns de Inglaterra² fez-me naturalmente refletir sobre os processos de ambos os países. Não aludo aos trinta mil discursos que se fazem nas ilhas britânicas diante de eleitores que desejam ouvir o pensamento dos candidatos. Os candidatos aqui estariam prontos a dizer o que pensam; mas é incerto que as reuniões fossem concorridas. Demais, basta ler a última sessão da câmara dissolvida para conhecer a diversidade dos costumes. Quando um dos ministros deu notícia de que o gabinete estava demitido e havia sido chamada a oposição ao governo, levantou-se o *leader*³ desta, e bradou contra o gabinete liberal, por não ter dissolvido a câmara, impondo agora essa tarefa à oposição.⁴ Nós, quando tínhamos

¹ A eleição, para preencher a vaga de Saldanha Marinho, aconteceu no dia 20. Foi eleito o republicano histórico José Lopes da Silva Trovão (1848-1925). O incidente contado mais abaixo, dos mesários ausentes, é provavelmente ficcional, e inspirado na seguinte declaração das autoridades, publicada na *Gazeta* do dia 20: “Em vista das disposições citadas, parece à comissão *não ser lícito aos eleitores de umas seções votarem em outras onde não estejam alistados, ainda mesmo sob pretexto de se não haver reunido a mesa eleitoral.*”

² Em 21 de junho, caíra o governo liberal chefiado por lord Rosebery, devido a conflitos dentro do próprio partido liberal, e à oposição do próprio Rosebery à autonomia (Home Rule) irlandesa.

³ Aurélio traz “líder”, seguindo o seu costume de modernizar, neste caso e na ocorrência seguinte.

⁴ O governo de Rosebery foi derrotado na câmara dos comuns numa moção de censura contra o ministro da guerra, Henry Campbell-Bannerman. Foi a última vez na história da câmara em que caiu um governo que dispunha de maioria (alguns liberais dissidentes votaram contra o seu próprio partido). O governo conservador que seguiu não demorou em convocar eleições, que ganhou com ampla maioria – nesta semana, de fato, os telegramas davam detalhes dos resultados. No regime imperial, as mudanças de governo dependiam do imperador (a coroa); dissolvia-se a câmara, e ia-se para novas eleições, com resultado sabido de antemão. O processo delineado aqui, com certa ironia, corresponde ao célebre “estelionato” de julho de 1868, assunto da crônica de 2 de junho (157), que envolveu Saldanha Marinho.

parlamentarismo, o ato da oposição seria diverso; dir-se-iam algumas palavras duras à coroa, outras mais duras aos ministros novos, e cada qual ia cuidar do seu ofício.

Se cada país tem os seus costumes eleitorais, nem por isso a Inglaterra usa só de discursos e *meetings*; há também cabala, e grossa. Há até fraude, se é certo o que dizem telegramas de ontem, sobre haverem os governadores usado dela para impedir a eleição do *leader* liberal, do que resultaram *meetings*, discursos, e pancadaria.⁵ Antes a cabala; é legítima,⁶ natural, verdadeira seleção de espertos e ativos.

Dizem até (e para isto chamo a atenção das leitoras), dizem que as *ladies* ajudam a cabala eleitoral com grande animação. Afirmam que fazem visitas aos eleitores, entram nas pocilgas mais repugnantes, falam ao eleitor e à mulher, pegam dos filhos deles e os põem ao colo. Acrescentam que, quando saem dali, sacodem as sandálias, mas contam com o voto; e o voto é certo, porque as *ladies* do partido adverso fazem a mesma coisa, e o eleitor serve a uma delas, embora seja obrigado a roer a corda à outra. Ninguém ignora o caso da bela fidalga que concedeu um beijo a um açougueiro, à porta do açougue, para que ele votasse em Fox.⁷

Não aconselho às damas deste país o beijo aos açougueiros, nem a outros quaisquer eleitores. Sei que há muito Fox que mereceria o sacrifício: mas nem todos os sacrifícios se fazem. Entretanto, as moças podiam cabalar modestamente. Um aperto de mão, um requebro de olhos, quatro palavrinhas doces, valem mais que os rudes pedidos masculinos.

Uma coisa que as moças podiam alcançar, era o comparecimento de todos os mesários às respectivas seções, para que os eleitores votassem certos e descansados. Ontem encontrei alguns deles inquietos, por acharem uma seção vazia, sem sombra de mesa que lhes recebesse as cédulas. Disse-lhes que a doença de um, a morte de outro, uma visita, a demora do barbeiro, um carro quebrado, mil acidentes podiam explicar a

⁵ Refere-se a um telegrama publicado na *Gazeta* no sábado, dia 20, de Newcastle: “A derrota do *leader* liberal Rt. Hon.[Right Honourable] John Morley é objeto de muitos comentários. Os órgãos deste partido acusam os conservadores de terem empregado meios fraudulentos para fazer triunfar seus candidatos. / Os partidários do ex-ministro lord Rosebery fizeram esta manhã aqui uma grande manifestação para protestar contra a eleição realizada ontem. Foram pronunciados discursos muito violentos contra o atual primeiro-ministro lord Salisbury e os unionistas. Foram ouvidos gritos sediciosos, tendo a polícia que intervir e intimou-os a dissolver a reunião. Esta ordem não sendo atendida, os polícias atacaram a multidão que lançou-lhes pedras. Foram disparados tiros de revólver contra os *policemen*. Deste conflito resultaram numerosos feridos e muitos gravemente. A ordem só foi restabelecida depois que chegou uma companhia de infantaria de linha. / Os espíritos continuam sempre muito excitados. Temem-se novos conflitos.”

⁶ Esta vírgula está ausente na *Gazeta*. Aurélio a repõe.

⁷ Um caso a que Machado se referiu antes (“Bons Dias!”, 18 de novembro de 1888): Georgina Cavendish, duquesa de Devonshire (1757-1806), bela, famosa e atrevida, apoiou a candidatura do “whig” (liberal) Charles James Fox (1749-1806) desta maneira. Virou escândalo, assunto de charges, etc.

ausência dos membros da mesa, sem que daí viesse mal ao mundo, uma vez que não caía o céu abaixo. Não obstante, quiseram votar em separado na minha seção.

Não entendi a resolução, como não entendi o boato da República em Portugal (já agora desmentido oficialmente).⁸ Não tendo havido sequer um conto a que se acrescentasse um ponto, era evidente que o boato nascera aqui mesmo de coisa nenhuma. Se o fim era influir no câmbio, estava justificado. Negócio é negócio, e não sei que seja mais desonesto inventar uma revolução incorreta e uma república sem realidade, que levar-me cem mil-réis por um objeto do valor de setenta. Ao contrário, levando-me cem por setenta, perco trinta mil-réis certos, ao passo que a coroa de D. Carlos continua a pousar na real cabeça, sob a forma de um simples chapéu. Os efeitos do câmbio podem ajudar a uns, em detrimento de outros, é verdade; mas não é isso mesmo a luta pela vida?

Quer-me parecer, entretanto, que há um sindicato formado para explorar a credulidade pública. Sem nenhum intento lucrativo, é seu único objeto rir um pouco, a fim de curar a incurável melancolia dos sócios. Quinta-feira foi destinada à República de Portugal. Dizem que o boato começou às 11 horas; talvez o plano fosse caminhar um pouco e dar às 2 horas a união ibérica proclamada, e as duas línguas, espanhola e portuguesa, em marcha para uma só espanhola, e os *Lusíadas*, convertidos em poema provinciano, traduzido por ordem do ministro do Fomento. Às 3 horas, o sindicato diria que a Inglaterra, amando todos os Egitos possíveis, no que faz muito bem, teria mandado para o palácio das Necessidades um dos seus lordes temporais.⁹ Às 4 horas os janotas de Lisboa perguntariam uns aos outros, por graça e novidade: *How do you do?*

Se é isto, continuem. Uma boa organização de imaginosos e discretos pode dar alegria à cidade e ajudar a levar a cruz da vida. Se amanhã ou depois nos derem a

⁸ A *Gazeta* só se refere a este boato de passagem; *O Paiz*, na sexta-feira, dia 19, tem uma notícia na primeira página, desmentindo o boato, e parece ser esta que Machado leu. Cito algumas frases: “Para não desmentir as tradições que já fizeram esta cidade ser chamada Boatópolis; esgotados todos os recursos da bossa da mentira, no que diz respeito aos negócios locais; a fantasia dos despreocupados atirou ontem aos quatro ventos desta capital o boato de que rebentara em Portugal um movimento revolucionário, a fim de proclamar a república. / (...) E a praça, o viveiro em que proliferam os boatos, aumentou logo as proporções do caso, assegurando que o movimento já era vitorioso!... / Tudo isto se passava cedo, ali pelas 11 horas da manhã. (...) / Toda a tarde e parte da noite passaram-se nessa dúvida relativa à revolução democrática em Portugal. Em nosso escritório, de momento a momento, entravam cavalheiros a pedir-nos informações, ou soava o telefone para idênticos pedidos. / Invariavelmente respondíamos tratar-se de um simples boato – a República em Portugal substituindo a tomada de Porto Alegre pelos federalistas.”

⁹ O Palácio das Necessidades era a residência dos reis de Portugal, na Ajuda. A referência irônica ao Egito é ao imperialismo do Reino Unido, que invadira esse país em 1882 e ainda o dominava. Ainda estava fresco na memória o “Ultimato” de 1890, em que o governo britânico forçou a retirada de tropas portuguesas de uma faixa de território africano, que teria ligado as colônias de Angola e Moçambique.

entrada de Crispi para um convento, ou a conversão de Bismarck ao catolicismo,¹⁰ podem abrir uma assinatura e desde já me inscrevo por um ano.

Esta semana parece de cinco dias; mas não lhe dou mais uma hora; adeus.



¹⁰ Francesco Crispi (1818-1901), primeiro ministro da Itália neste momento, foi o “homem forte” da política italiana. De fato, tinha sido anticlerical, mas neste momento tentava reaproximar-se da Igreja, por razões políticas. Otto von Bismarck (1815-1898), o “chanceler de ferro” alemão, agora fora do poder, era protestante, e desconfiava dos católicos e do poder do papa. Entre 1871 e 1887, chefiou uma campanha contra o poder da Igreja romana no Império alemão, chamada “Kulturkampf”.

A SEMANA – 165

John Gledson

Uma crônica profundamente típica, que inverte as prioridades do jornal. Dá destaque a um caso que atraiu certa atenção, o assassinato da rua da Relação, mas com uma ironia sutil e contundente que ataca as premissas às quais a *Gazeta*, e outros jornais, se submeteram. Ao ler as notícias, com efeito, nos damos conta que este Manuel de Sousa e Silva, culpado ou não, foi condenado na base das teorias de Cesare Lombroso, figura célebre, muito acatada na época, sobre a conexão entre tatuagem e crime. O ódio machadiano contra estas teorias, bem fundamentado, tinha origens sem dúvida na sua ênfase na hereditariedade do “criminoso nato”. Por isso termina o assunto com um sarcástico comentário sobre a junção de amor e crime, que o “criminoso” teria “herdado” de Salomão. O comentário sobre Trajano – “a natureza e seus espantos” – também mostra um caráter humano menos previsível que os imaginados pelos “médicos-legistas” que acreditavam piamente nestas teorias. Já a tentativa de posse inglesa da ilha da Trindade, o grande assunto da semana, recebe um comentário mais jocoso, se bem que claramente anti-imperialista (“e ponde na cobiça um duro freio”).



A SEMANA

28 de julho de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Raramente leio as notícias policiais, e não sei se faço bem. São monótonas, vulgares, a língua não é boa; em compensação, podem achar-se pérolas nesse esterco. Foi o que me sucedeu esta semana, deixando cair os olhos na notícia do assassinato de João Ferreira da Silva.¹ Não foi o nome da vítima que me prendeu a atenção, nem o do suposto assassino, nem as demais circunstâncias citadas no depoimento das

¹ A notícia deste assassinato apareceu nos jornais do dia 22 de julho – Silva, ex-corneta da brigada policial, morador numa estalagem dos arredores, tinha sido morto a facadas perto da rua da Relação, onde o corpo foi encontrado. Nesse momento, foi arrestado Luís Torres Nogueira, que parara para ver se a vítima estava morta. No dia seguinte, porém, dia 23, depois dos depoimentos de várias testemunhas, mudaram-se as suspeitas. Faz-se necessário citar um longo trecho da *Gazeta*, que inclui a descrição das tatuagens (o trecho é contínuo: não há nada omitido entre os parágrafos, por mais casos de *non sequitur* que pareça haver): “A autoridade policial espera em breve descobrir o verdadeiro assassino para entregá-lo à ação da justiça. / Segundo trata C. Lombroso em seu livro intitulado *L’Uomo delinquente*, publicamos em seguida as tatuagens encontradas no corpo de Manuel de Sousa e Silva pelos Drs. Morais Brito e Cunha Cruz. / Manuel de Sousa e Silva, de cor branca, português, solteiro, morador à rua do Resende, nº 109. / Apresenta uma ferida incisa na região tenar, dois centímetros de extensão, dirigida de cima para baixo, de dentro para fora, na mão esquerda; apresenta, entre outras, as seguintes tatuagens: um crucifixo na face anterior do braço esquerdo; um signo de Salomão, na face externa do mesmo braço; as iniciais I. M. C. (Isaura Maria da Conceição) isto no dorso da mão do mesmo lado; no dorso da mão direita um signo de Salomão; na face anterior do antebraço, do mesmo lado um coração, com ápice para baixo, atravessado por uma seta, e um punhal em cruz; na área representada pelo coração, as iniciais M. S. S. (Manuel de Sousa e Silva); por baixo dessas iniciais, e na mesma área as iniciais S. E. S. (Sara Escaldina dos Santos); por sobre o coração, na mesma face do braço, uma estrela; sobre a estrela, uma fita com as iniciais M. S. F. (Maria da Silva Fidalga); por sobre a fita as iniciais M. J. R. C. (Maria Joaquina Rosa da Conceição); no peito, na região precordial, um coração atravessado por dois punhais em cruz. Uma figura de mulher e outra de homem, em colóquio amoroso, na face anterior do braço direito.” Na quarta-feira, diz-se que o criminoso não foi preso ainda, por estarem ainda interrogando as testemunhas. Ao mesmo tempo, requereram a presença de Sousa e Silva, “o homem tatuado de que tratamos ontem na nossa notícia.” Em seguida, sem explicação, como se se tratasse de uma coisa normal, informa que o dr. Sousa Lima, lente da Academia de Medicina, “fez uma pequena preleção aos seus alunos sobre os indivíduos tatuados de que trata o professor Lombroso”. Diz que “os desenhos de tatuagem que apresentava no corpo eram descritos pelo sábio escritor italiano em seu livro *L’Uomo delinquente*, os quais demonstravam ser uma cópia fiel dos que existiam no citado livro.” Já na quinta-feira, dia 25, anuncia-se que chegou-se à conclusão de que Sousa e Silva, que já cumprira pena há anos passados por crime de morte, era o culpado. “Pelos depoimentos das testemunhas, vê-se que o móvel do crime foram os ciúmes de *Nené* [Sousa e Silva], por causa de uma mulher.”

testemunhas, as serenatas de viola, o botequim, a bisca e outras. Uma das testemunhas, por exemplo, fala do clube dos Girondinos, que eu não conhecia, mas ao qual digo que, se não tem por fim perder as cabeças dos sócios, melhor é mudar de nome.² Sei que a história não se repete. A Revolução Francesa e *Otelo* estão feitos; nada impede que esta ou aquela cena seja tirada para outras peças, e assim se cometem, literariamente falando, os plágios. Ora, o nome de Girondinos é sugestivo; dá vontade de levar os portadores ao cadafalso. Tudo isto seja dito, no caso de não se tratar de alguma sociedade de dança.

Vamos, porém, ao assassinato da rua da Relação. O que me atraiu nesse crime foi a força do amor, não por ser o motivo da discórdia e do ato, – há muito quem mate e morra por mulheres – mas por apresentar na pessoa de Manuel de Sousa, o suposto assassino, um modelo particular de paixões contrárias e múltiplas. Foram as tatuagens do corpo do homem que me deslumbraram.

As tatuagens são todas ou quase todas amorosas. Braços e peito estão marcados de nomes de mulheres e de símbolos de amor. Lá estão as iniciais de uma Isaura Maria da Conceição, as de Sara Esaltina dos Santos, as de Maria da Silva Fidalga, as de Joaquina Rosa da Conceição. Lá estão as figuras de um homem e de uma mulher em colóquio amoroso; lá estão dois corações, um atravessado por uma seta, outro por dois punhais em cruz...

Quando os médicos examinaram este homem fizeram-no com Lombroso na mão,³ e acharam nele os sinais que o célebre italiano dá para se conhecer um criminoso nato; daí a veemente suposição de ser ele o assassino de João Ferreira. Eu, para completar o juízo científico, mandaria ao mestre Lombroso cópia das tatuagens, pedindo-lhe que dissesse se um homem tão dado a amores, que os escrevia em si mesmo, pode ser verdadeiramente criminoso.

Se pode, e se foi ele que matou o outro,⁴ não será o “anjo do assassinato”, como Lamartine chamou a Carlota Corday,⁵ mas será, como eu lhe chamo, o Eros do assassinato. Na verdade, há alguma coisa que atenua este crime. Quem tanto ama, que é

² Este inocente “Clube recreativo e familiar” encontrava-se no largo de São Domingos, nº 8. Teria tanto de político quanto os mais famosos Fenianos, nome tomado de empréstimo aos revolucionários irlandeses. Os Girondins originais foram um grupo de revolucionários rivais dos jacobinos, guilhotinados em 1793, no começo do Terror. Quem estabeleceu o termo (do “département” de que vieram muitos deles), foi Lamartine, na sua *Histoire des Girondins* (1847) – ver nota 5.

³ Cesare Lombroso (1835-1909) foi criminologista italiano, autor entre outros livros de *L'uomo delinquente* (1876), e muito influente na época, embora em boa parte desacreditado hoje. Achava que a criminalidade era hereditária, e que os criminosos podiam ser reconhecidos por certos traços e defeitos físicos, inclusive o uso excessivo de tatuagem. Como também acreditava que havia uma ligação causal entre epilepsia e criminalidade, é fácil imaginar a opinião dele que Machado tinha.

⁴ Esta vírgula falta na *Gazeta*. Aurélio a repõe.

⁵ Charlotte Corday (1768-1793), que matou o líder revolucionário Jean-Paul Marat (1743-1793) na sua banheira, foi chamada de “ange de l’assassinat” por Alphonse de Lamartine (1790-1869) na *Histoire des Girondins*, tome II, livre 44, onde há uma descrição longa do acontecimento.

capaz de escrever em si mesmo alguns dos nomes das mulheres amadas... Sim, apenas quatro, mas é evidente que este homem deve ter amado dezenas delas, sem contar as ingratas. Convém notar que traz no corpo, entre as tatuagens públicas, um signo de Salomão.⁶ Ora Salomão, como se sabe, tinha trezentas esposas e setecentas concubinas; daí a devoção que Manuel de Sousa lhe dedica. E isso mesmo explicará a⁷ vocação do homicídio. Salomão, logo que subiu ao trono, mandou matar algumas pessoas para ensaiar a vontade. Assim as duas vocações andarão juntas, e se Manuel de Sousa descende do filho de Davi, coisa possível, tudo estará mais que explicado.

A força do amor é tamanha que até aparece no conflito do Amapá. Daquela tormenta sabe-se que dois nomes sobrevivem, Cabral e Trajano.⁸ O retrato do chefe Cabral, que com tanto ardor defendeu a povoação, quando os franceses a invadiram levando tudo a ferro e fogo, está na loja Natté; mas não é dele que trato. Trajano, que os franceses alegavam ser seu, chegou à capital do Pará onde foi interrogado por mais de um *reporter*⁹ visto e ouvido com extraordinária atenção. A todos respondeu narrando as cenas terríveis. Dizem os jornais que é homem de seus cinquenta e cinco anos, inteligente, falando bem o português, com uma ou outra locução afrancesada.

Tudo narrou claramente – e tristemente, decerto, mas, acaso pensais que essas cenas de sangue são a sua principal dor? Não conheceis a natureza e seus espantos. Trajano sente mais que tudo uma caboclinha, sua mulher, que lhe fugiu. Este duro golpe penetrou mais fundo na alma dele que os outros. Não daria a pátria pela caboclinha, nem ninguém lha pede; mas, enquanto a dor lhe dói, vai confessando o que sente.

Quem sabe se o caso da ilha da Trindade é mais de amor que de navegação e posse?¹⁰ Agora que o conflito está findo ou quase findo, graças à habilidade e firmeza

⁶ A figura, formada por dois triângulos entrelaçados em forma de estrela, assemelha-se à estrela de Davi; na Antiguidade, foi usada por muçulmanos como talismã contra qualquer influência funesta. Sua origem é atribuída aos antigos persas, e o nome evoca o rei Salomão.

⁷ Esta palavra falta na *Gazeta*. Aurélio a acrescenta.

⁸ Desde o império, havia uma área extensa entre Amapá e a colônia francesa de Caiena, entre os rios Oiapoque e Araguari, que era disputada; chamava-se o Contestado Franco-Brasileiro, e os dois países a disputavam entre si. Em 1894, descobriu-se ouro na região, e os ânimos se acirraram. Os franceses atacaram a sede brasileira em Espírito Santo do Amapá em 15 de maio de 1895, matando muita gente, mas foram rechaçados pelas forças comandadas por Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, que depois virou herói nacional. Trajano, que era escravo fugido do Pará, ficou sendo delegado francês na área. Foi preso e levado para Belém. O caso foi submetido à arbitragem do presidente suíço, e resolvido a favor do Brasil em 1900. Foi um dos sucessos diplomáticos do Barão de Rio Branco.

⁹ Aurélio traz “repórter”, sem itálico e acentuado.

¹⁰ A ilha da Trindade foi o grande assunto da semana: na quarta-feira, dia 24, havia um mapa detalhado da ilha em destaque na primeira página da *Gazeta*: a ilha tinha sido ocupada há algum tempo, em segredo, por marinheiros britânicos, e era óbvio que a Inglaterra queria tomar posse dela, dizia-se que para um posto telegráfico – afinal, já possuía outras ilhas no Atlântico Sul. Em 1781, diz a notícia, os ingleses tinham ocupado a ilha, e fundou-se um estabelecimento “de pouquíssima duração”, e quando se deram

do governo, podemos conjecturar um pouco sobre este ponto, não para explicar poeticamente a ação inglesa, mas para mostrar que os corações mais duros podem ter seus acessos de ternura.

Camões chama alguns *duros navegantes* aos seus portugueses.¹¹ Nem por duros puderam esquivar-se ao amor. Um dia acharam a ilha dos Amores, que Vênus, para os favorecer, ia empurrando no mar, até encontrá-los. Os descobridores da Índia desembarcaram. As belezas da floresta, a aparição das ninfas nuas e seminuas, que iam fugindo aos intrusos, as falas deles e delas, os famintos beijos, o choro mimoso, a ira honesta, e toda a mais descrição e narração, lidas em terra, fazem extraordinariamente arder os corações. Imaginai um navio inglês, patricio de Byron, no alto mar, batido dos ventos e da miséria, e dando com uma ilha deserta e inculta. Se os tripulantes estivessem lendo as ordens do almirantado do século XVIII, podia ser que não entrassem na ilha; mas liam Camões, e exatamente o episódio da ilha dos Amores. Desceram à ilha; a imaginação acesa pela poesia mostra-lhes o que não há; dão com tranças de ouro, fraldas de camisa, pernas nuas. Um Veloso, por outro nome inglês, dá espantado um grande grito, repete o discurso do personagem de Camões, e conclui que sigam as deusas, e vejam se são fantásticas, se verdadeiras. Todos obedeceram, inclusive o Leonardo do poema, e entraram a correr pela mata e pelas águas, até que deram por si em um espaço deserto, sem fruta, sem flores, sem moças...

Ouviram alguma coisa, ao longe, a voz de um homem, que falava pela língua do poeta, ainda que em prosa diplomática. E dizia a voz estranha uma porção de coisas que eles, antes de ler Camões, deviam trazer de memória. Tornaram a bordo, não menos ardentes que desconsolados, e foram consolar-se com o imaginado episódio da ilha dos Amores; mas então já haviam passado as estrofes das ninfas nuas e seminuas; estas

conta que pertencia a Portugal, retiraram-se (obedecendo o almirantado da crônica); os portugueses mantiveram nela um destacamento militar até 1797. Já o embaixador britânico, Constantine Phipps, “disse que a ilha tinha sido ocupada por estar em abandono, que a Inglaterra se apoderava dela por ser terra sem dono; mais tarde, porém, diz que o domínio da Inglaterra sobre a ilha vem desde 1700”, quando teria entrado nela um destacamento inglês de uma missão científica – uma contradição óbvia, pois nesse caso quem a teria deixado em abandono seriam os ingleses! Os ânimos ficaram acirradíssimos, até o ponto de a *Gazeta* advertir que qualquer excesso podia prejudicar o caso legítimo brasileiro. Já no fim da semana, o governo de lord Salisbury concordava em negociar, e submeter o negócio a arbitragem; os ânimos se acalmaram, e o assunto sumiu das primeiras páginas. Seria resolvido a favor do Brasil, com a mediação de Portugal, em 1897.

¹¹ O episódio da ilha dos Amores ocupa boa parte do canto IX d’*Os Lusíadas*, da estrofe 52 até 88. As ninfas, claro, são alegóricas, e nesse sentido irrealis. Os versos citados no fim da crônica são da estrofe 93 do mesmo canto. Não achei a frase “duros navegantes”, mas, na primeira estrofe do canto VI do poema, Camões emprega a expressão “fortes navegantes”. Terá falhado a memória de Machado? Talvez seja por isso que diz que se encontra “algures”.

tenham-se casado com os navegantes e a deusa principal com o grande capitão. Os versos já não eram lascivos, mas conceituosos. Um deles lia para os outros escutarem:

E ponde na cobiça um freio duro,
E na ambição também, etc.



CRIMINOSO TATUADO

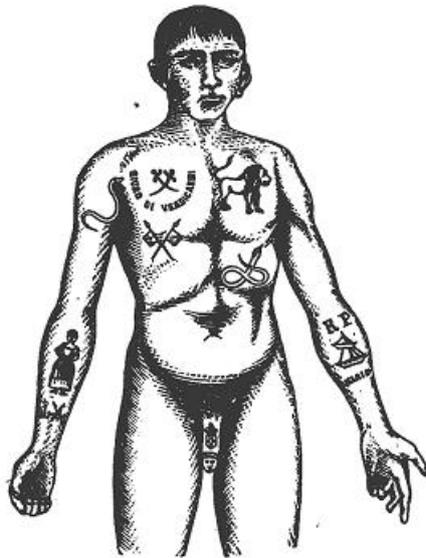


Fig. 7.

Ex-marinaio, truffatore ed omicida per vendetta,
detenuto in Alessandria.

FONTE: LOMBROSO, Cesare. *L'uomo delinquente*. Torino: Fratelli Boca, 1878. p. 76.

A SEMANA – 166

John Gledson

Novamente, esta crônica parece ser um sutil questionamento de um dos eventos mais destacados da semana: a volta de Rui Barbosa ao Brasil, depois do seu exílio durante o governo de Floriano. Quem adivinharia desta crônica que Machado tinha sérias dúvidas sobre a recepção “entusiástica e ruidosa” do grande homem? Entretanto, não deixa de dar algumas pistas, primeiro, chamando-o “o ilustre ministro do governo provisório”, quando sabemos que seu principal ato nesse governo foi abrir as comportas para a emissão de grande quantidade de papel-moeda, que levou à inflação e ao Encilhamento de 1890 e 1891, no decreto de 7 de janeiro de 1890 (ver crônica de 11 de dezembro de 1892 [34], nota 3); também ao falar de seus talentos literários, beira o elogio sem cair nele, arte em que era mestre. Será que o próprio Rui adivinharia os verdadeiros sentimentos do cronista? Os outros assuntos, José Basílio da Gama e a própria *Gazeta*, são nossos conhecidos – é interessante constatar que, segundo a última frase, Balzac já estava fora de moda.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 235-239.



A SEMANA

4 de agosto de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Antes de escrever o nome de Basílio da Gama, é força escrever o do Dr. Teotônio de Magalhães.¹ A este moço se deve principalmente a evocação que se fez esta semana do poeta do *Uruguai*. Pessoas que educaram os ouvidos de rapaz com versos de José Basílio, não tinham na memória o centenário da morte do poeta. Não as crimino por isso; seria criminar-me com elas. Também não ralho dos últimos anos deste século, tão exaustivos para nós, tão cheios de sucessos, *terra marique*.² Não há lugar para todos, para os vivos e para os mortos, principalmente os grandes mortos. Mas como alguém se lembrou do poeta, esse falou por todos, e muitos seguiram a bandeira do jovem piedoso e modesto, que mostrou possuir o sentimento da glória e da pátria.

Não se fez demais para quem muito merecia; mas fez-se bem e com alma. Que os nossos patrícios de 1995, chegando o dia 20 de julho, recordem-se igualmente que a língua, que a poesia da sua terra³ adornam-se dessas flores raras e vívidas. Se a vida pública ainda impedir que os nomes representativos do nosso gênio nacional andem na boca e memória do povo, alguém haverá que se lembre dele, como agora, e o segundo centenário de Basílio da Gama será celebrado, e assim os ulteriores. Que esse modo de viver na posteridade seja ainda uma consolação! Quando a pá do arqueólogo descobre uma estátua divina e truncada, o mundo abala-se, e a maravilha é recolhida aonde possa ficar por todos os tempos; mas a estátua será uma só. Ao poeta ressuscitado em cada aniversário restará a vantagem de ser uma nova e rara maravilha.

Tal foi uma das festas da semana, que teve ainda outras. Há tempo de se afligir e tempo de saltar de gosto, diz o *Eclesiastes*; donde se pode concluir, sem truísmo, que há

¹ A *Gazeta* tem um longo artigo na primeira página, de mais de duas colunas, sobre o poeta e o *Uruguai*, no dia 31 de julho, centenário da morte do poeta em Lisboa. Não entendo, portanto, a menção do dia 20. Mário de Alencar e Aurélio, ambos, têm 20, que é a data que a *Gazeta* dá. No dia 2 de agosto, no *Jornal do Commercio* há notícia de uma polianteia a ser publicada pela revista *República Portuguesa* sobre o poeta. Dão “sinceros encômios” a todos os envolvidos, mas “sem fazer injustiça mencionaremos o nome do jovem bacharel Teodoro (*sic*) de Magalhães, que empenhou a maior dedicação para que não passasse em olvido o primeiro centenário do laureado poeta.”

² “Por mar e terra” (latim).

³ Mário de Alencar e Aurélio acrescentam aqui uma vírgula, que nos parece desnecessária.

semanas festivas e semanas aborrecidas. No *Eclesiastes* há tudo para todos. A pacificação do sul lá está: “Há tempo de guerra e tempo de paz.” Muita gente entende que este é que é o tempo de paz; muita outra julga, pelo contrário, que é ainda o tempo da guerra, e de cada lado se ouvem razões claras e fortes. O *Eclesiastes*, que tem resposta para tudo, alguma dará a ambas as opiniões; se não fosse a urgência do trabalho, iria buscá-la ao próprio livro; não podendo fazê-lo, contento-me em supor que ele dirá aquilo que tem dito a todos, em todas as línguas, principalmente no latim, a que o trasladaram: “Vaidade das vaidades, e tudo é vaidade.”⁴

Napoleão emendou um dia essas palavras do santo livro. Foi justamente em dia de vitória. Quis ver os cadáveres dos velhos imperadores austríacos, foi aonde eles estavam depositados, e gastou largo tempo em contemplação, ele, imperador também, até que murmurou, como no livro: “Vaidade das vaidades, e tudo é vaidade.” Mas, logo depois, para corrigir o texto e a si, acrescentou: “Exceto talvez a força.”⁵ Seja ou não exata a anedota, a palavra é verdadeira. Podeis emendá-la ao curso ambicioso, se quiserdes, como ele fez ao desconsolado de Israel, mas há de ser em outro dia. Os minutos correm; agora é falar da semana e das suas festas alegres.

Uma dessas festas foi o regresso do Sr. Rui Barbosa.⁶ Coincidiu com o de Basílio da Gama; mas aquele veio de Londres, este da sepultura, e por mais definitiva que seja a sepultura, força é confessar que o autor do *Uruguai* não veio de mais longe que o ilustre ministro do governo provisório. Talvez de mais perto. A sepultura é a mesma em toda a parte, qualquer que seja o mármore e o talento do escultor, ou a simples pedra sem nome ou com ele, posta em cima da cova. A morte é universal. Londres não é universal. Londres é Londres, tanto para os que a admiram, como para os que a detestam. Um membro da comuna de Paris, visitando a Inglaterra há anos, escreveu que era um país profundamente insular, tanto no sentido moral, como no

⁴ As citações do *Eclesiastes*: cap. 3, 4 (Há tempo de se afligir...), 3, 8 (Há tempo de guerra), e 1, 2 (Vaidade das vaidades). Ainda não estava feita a paz no Rio Grande do Sul, que só se ratificaria a 23 de agosto. Alegava-se que os legalistas, liderados por Júlio de Castilhos, não queriam a paz; no dia 1º de agosto, a *Gazeta* afirma que o próprio Floriano teria elaborado uma proposta nesse sentido, já em 1893. No dia 3, ainda se desmentem boatos sobre o assunto.

⁵ Não descobri a fonte desta citação, que tem um ar schopenhaueriano (a divisão entre a superfície [vaidade] e a força, ou vontade), mas não a encontrei na obra do filósofo alemão.

⁶ Rui Barbosa voltou ao Brasil, do seu exílio na Inglaterra, no dia 29 de julho. A *Gazeta* saúda sua chegada sem meias palavras: “o eminente jornalista e jurisconsulto, cujo brilhante talento tantas vezes admiramos na defesa da liberdade, do direito, e dos oprimidos. Bem-vindo seja!” Os ensaios que publicou no *Jornal do Commercio* foram reunidos em 1896 no livro *Cartas de Inglaterra*. São ensaios políticos e ideológicos, onde proclama a sua admiração pela Inglaterra, e a sua constituição, e, no último ensaio, “As minhas conversões”, defende a sua fé cristã e (relativa) adesão à república. O ensaio “Lições do extremo oriente”, sobre o poder japonês, é em parte um ataque à atitude do regime republicano perante a marinha e o poder naval. Foi atacado pelos florianistas. Forma interessante contraste com os pontos de vista de Machado, por exemplo, na crônica de 28 de outubro de 1894 (126).

geográfico.⁷ Os que leram as cartas do Sr. Rui Barbosa no *Jornal do Commercio*, terão sentido que ele, um dos grandes admiradores do gênio britânico, reconhece aquilo mesmo na nação, e particularmente na capital da Inglaterra.

A recepção do Sr. Rui Barbosa foi mais entusiástica e ruidosa que a de Basílio da Gama; diferença natural, não por causa dos talentos, que são incomparáveis entre si, mas porque a vida ativa fala mais ao ânimo dos homens, porque o Sr. Rui Barbosa teve parte grande na história dos últimos anos, finalmente porque é alguém que vem dizer ou fazer alguma coisa. Como essa coisa, se a houver, é certamente política, troco de caminho e torno-me às letras, ainda que aí mesmo ache o culto espírito do Sr. Rui Barbosa, que também as pratica e com intimidade. Não importa; aqui, o que houver de dizer ou fazer, será bem-vindo a todos.

Outra festa, não propriamente a primeira em data ou lustre, mas em interesse cá da⁸ casa, foi o aniversário da *Gazeta de Notícias*. Completou os seus vinte anos. Vinte anos é alguma coisa na vida de um jornal qualquer, mas na da *Gazeta* é uma longa página da história do jornalismo. O *Jornal do Commercio* lembrou ontem que ela fez uma transformação na imprensa.⁹ Em verdade, quando a *Gazeta* apareceu, a dois vinténs, pequena, feita de notícias, de anedotas, de ditos picantes, apregoada pelas ruas, houve no público o sentimento de alguma coisa nova, adequada ao espírito da cidade. Há vinte anos. As moças desta idade não se lembraram de fazer agora um gracioso mimo à *Gazeta*, bordando por suas mãos uma bandeira, ou, em seda, o número de 2 de agosto de 1875. São duas boas ideias que em 1896 podem realizar as moças de vinte e um anos, e depressa, depressa, antes que a *Gazeta* chegue aos trinta. Aos trinta, por mais amor que haja a esta folha, não é fácil que as senhoras da mesma idade lhe façam mimos. Se lessem Balzac, fá-los-iam grandes, e achariam mãos amigas que os recebessem; mas as moças deixaram Balzac, pai das mulheres de trinta anos.¹⁰



⁷ Infelizmente, não sei identificar com certeza este membro da Comuna. Uma possibilidade interessante, que entretanto não nos foi possível verificar: Jules Vallès (1832-1885), romancista e jornalista, e membro importante da Comuna. Fugiu depois de 1871 para Inglaterra, onde passou o resto da década.

⁸ Assim na *Gazeta* e em Mário de Alencar. Aurélio tem “de”.

⁹ Esta nota apareceu na p. 2, col. 4, do *Jornal*, no sábado, 3 de agosto: “O vigésimo aniversário da “Gazeta de Notícias” assinalou ontem uma data muito cara ao jornalismo brasileiro. / A aparição do nosso ilustre colega em 1875 operou uma verdadeira transformação na imprensa desta cidade. / Saudando a brilhante folha que tanto concorreu para popularizar o jornalismo diário, desejamos-lhe a continuação dos mais assinalados triunfos.”

¹⁰ *La femme de trente ans* é romance de Honoré de Balzac (1799-1850), de 1842, tentativa de criar o “tipo” da mulher de trinta anos.

A SEMANA – 167

John Gledson

Crônica dedicada inteiramente à literatura, mas que tem conexões íntimas com a história, do passado e do presente. Comentando a falta de estantes, Machado indiretamente comenta os empecilhos “estruturais” à falta de livros e de leitura no país (além do afrancesamento da cultura em geral). Os dois livros que comenta – o começo de *Um estadista do império*, do amigo Joaquim Nabuco, e *Miragem*, do também amigo Coelho Neto, ambos têm seu interesse. Pertencem a dois mundos (e duas amizades) bem diferentes – *grosso modo*, do Segundo Reinado e da República – e são inteiramente contrastantes. As lembranças da primeira parte foram o embrião do famoso ensaio “O velho senado”, de 1898, publicado na *Revista Brasileira*, editada pelo também amigo José Veríssimo. Com efeito, há menções aqui, algumas delas indicadas nas notas, que são mais desenvolvidas no ensaio. São lembranças do período que Machado passou, entre 1860 e 1862, como repórter do *Diário do Rio de Janeiro* no senado, o primeiro emprego de peso que teve. Note-se que ele fala das *suas* impressões, dele, e não das de Nabuco, que só publicara o primeiro capítulo do livro. Quando o “cita”, listando alguns nomes de políticos que ele não viu, é deste primeiro capítulo.

Esta crônica foi incluída na antologia de Mário de Alencar, p. 239-243.



A SEMANA

11 de agosto de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Que pouco se leia nesta terra é o que muita gente afirma, há longos anos, é o que acaba de dizer *um bibliômano*¹ na *Revista Brasileira*.² Este, porém, confirmando a observação, dá como uma das causas do desamor à leitura o ruim aspecto dos livros, a forma desigual das edições, o mau gosto, em suma. Creio que assim seja, contanto que essa causa entre com outras de igual força. Uma destas é a falta de estantes. As nossas grandes marcenarias estão cheias de móveis ricos, vários e³ de gosto; não há só cadeiras, mesas, camas, mas toda a sorte de trastes de adorno, fielmente copiados dos modelos franceses, alguns com o nome original, o *bijou de salon*,⁴ por exemplo, outros em língua híbrida, como o *porta-bibelots*. Entra-se nos grandes depósitos, fica-se deslumbrado pela perfeição da obra, pela riqueza da matéria, pela beleza da forma.⁵ Também se acham lá estantes, é verdade, mas são estantes de músicas para piano e canto, bem acabadas, vário tamanho e muito maneiras.

Ora, ninguém pode comprar o que não há. Mormente aos noivos, nem tudo acode. A prova é que, se querem comprar cristais, metais, louça, vão a outras casas, assim também roupa branca, tapeçaria, etc.; mas não é nelas que acharão estantes. Nem é natural que um mancebo, prestes a contrair matrimônio, se lembre de ir a lojas de menor aparência, onde as compraria de ferro ou de madeira; quando se lembrasse,

¹ Mantive esta leitura, embora de fato na *Revista* o autor se chame “um bibliófilo”: lembranças importunas das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, cap. LXXII?

² Este é o terceiro número da *Revista Brasileira*, na nova série dirigida por José Veríssimo, cujo primeiro número foi anunciado na primeira crônica de 1895. Machado colaboraria apenas quatro vezes ao longo de quase cinco anos, a primeira vez em dezembro de 1895, com o conto “Uma noite”. O artigo “O ‘Livro’ Brasileiro”, de “Um bibliófilo”, que aparece às páginas 181-185, é uma queixa contra a má qualidade dos livros brasileiros, em seu aspecto físico e impressão. “É que é feio. Sim, é feio, malfeito, mal-impreso, malbrochado, mal-encadernado (quando o é), malconformado, um monstro enfim do ponto de vista da arte tipográfica, e da estética em geral.” Curiosamente, faz uma exceção parcial para os livros do Garnier brasileiro (onde Machado publicava), porque o leitor tinha a “ilusão de que ia ler um livro francês... de impressão barata.”

³ Assim na *Gazeta*. Mário de Alencar e Aurélio omitem a palavra.

⁴ Não pude descobrir que tipo de móvel era esse. Imagino algo no gênero do *porta-bibelots*, para guardar jóias (*bijoux*)?

⁵ No jornal está “firma”; Mário de Alencar e Aurélio corrigiram.

refletiria certamente que a mobília perderia a unidade. Só as grandes fábricas poderiam dar boas estantes, com ornamentações, e até sem elas.

A *Revista Brasileira* é um exemplo de que há livros com excelente aspecto. Creio que se vende; se não se vendesse, não seria por falta de matéria e valiosa. Mudemos de caminho, que este cheira a anúncio. Falemos antes da impressão que este último número me trouxe. Refiro-me às primeiras páginas de um longo livro, uma biografia de Nabuco, escrita por Nabuco, filho de Nabuco. É o capítulo da infância do finado estadista e jurista.⁶ As vidas dos homens que serviram noutra época e são os seus melhores representantes, não de interessar sempre às gerações que vierem vindo. O interesse, porém, será maior, quando o autor juntar o talento e a piedade filial, como no presente caso. Dizem que na sepultura de Chatham⁷ se pôs este letreiro: “O pai do Sr. Pitt”.⁸ A revolução de 1889 tirou, talvez, ao filho de Nabuco uma consagração análoga. Que ele nos dê com a pena o que nos daria com a palavra e a ação parlamentares, se outro fosse o regime, ou se ele adotasse a constituição republicana. Há muitos modos de servir a terra de seus pais.⁹

A impressão de que falei, vem de anos longos. Desde muito morrera Paraná, e já se aproximava a queda dos conservadores, por intermédio de Olinda, precursor da ascensão de Zacarias.¹⁰ Ainda agora vejo Nabuco, já senador, no fim da bancada da direita, ao pé da janela, no lugar correspondente ao em que ficava, do outro lado, o marquês de Itanhaém, um molho de ossos e peles, trôpego, sem dentes nem valor político.¹¹ Zacarias, quando entrou para o senado, foi sentar-se na bancada inferior à de Nabuco. Eis aqui Eusébio de Queirós, chefe dos conservadores, respeitado pela capacidade política, admirado pelos dotes oratórios, invejado talvez pelos seus célebres

⁶ No mesmo número, em três seções, publica-se boa parte do primeiro capítulo de *Um estadista do império*. Nabuco relutou antes de aceitar o convite insistente de Veríssimo – ver Magalhães Júnior, *Vida e obra de Machado de Assis*, 1981, vol. 3, p. 276-277.

⁷ No jornal está “Chataux”, Mário de Alencar tem “Chatam”, Aurélio “Chatham”.

⁸ William Pitt the Elder, Earl of Chatham (1708-1778), primeiro ministro do Reino Unido duas vezes no séc. XVIII, foi pai do ainda mais famoso William Pitt the Younger (1759-1806) que foi primeiro ministro aos 24 anos em 1783. Liderou o país durante boa parte das guerras napoleônicas.

⁹ Nabuco viria a servir à República em 1899, na questão dos limites com a Guiana Inglesa. Em 1905, seria nomeado embaixador nos Estados Unidos, onde faleceu em 1910. O comentário testemunha uma certa reconciliação do próprio Machado com o regime.

¹⁰ O marquês de Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão) (1801-1856), presidente do conselho do governo da “Conciliação”, morreu em setembro de 1856. Os conservadores, depois de três gabinetes presididos por eles, saíram do poder em 1862. Seguiu em maio desse ano um gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877), que durou apenas três dias; foi seguido pelo marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima) (1793-1870). Em janeiro de 1864, subiu novamente Zacarias, primeiro de uma série de quatro governos liberais, só interrompidos pelo famoso “estelionato” de 1868, quando subiu o conservador visconde de Itaboraá, durante a Guerra do Paraguai. A subida dos liberais em 1862 foi grandemente facilitada pela formação da Liga, um grupo de conservadores importantes que mudaram de partido: um dos mais importantes foi justamente José Tomás Nabuco de Araújo. O processo é descrito pelo seu filho no *Estadista*, no cap. V. Zacarias entrou para o senado em 1863.

¹¹ O marquês de Itanhaém (Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho) (1782-1867) era figura famosa do Primeiro Reinado e da Regência, tendo sido tutor do jovem imperador. Casou quatro vezes, da última vez com sua criada portuguesa, Maria Angelina, casamento aceito pelo imperador. N’“O velho senado” há uma descrição maravilhosa da sua figura na velhice.

amores. Uma grande beleza do tempo andava desde muito ligada ao seu nome. Perdoem-me esta menção. Era uma senhora alta, outoniça... São migalhas da história, mas as migalhas devem ser recolhidas.¹² Ainda agora leio que, entre as relíquias de Nelson, coligidas em Londres, figuram alguns mimos da formosa Hamilton.¹³ Nem por se ganharem batalhas navais ou políticas se deixa de ter coração. Jequitinhonha acabava de chegar da Europa, com os seus bigodes pouco senatoriais.¹⁴ Lá estavam Rio Branco, simples Paranhos, no centro esquerdo, bancada inferior, abaixo de um senador do Rio Grande do Sul, – como se chamava? – Ribeiro, um que tinha ao pé da cadeira, no chão atapetado, o dicionário de Moraes, e o consultava a miúdo, para verificar se tais ou tais palavras de um orador eram ou não legítimas; era um varão instruído e lhano.¹⁵ Quem especificar mais? S. Vicente, Caxias, Abrantes, Maranguape, Cotegipe, Uruguai, Itaboraí, Otoni, e tantos, tantos, uns no fim da vida, outros para lá do meio dela, e todos presididos¹⁶ pelo Abaeté, com os seus compridos cabelos brancos.¹⁷

¹² Eusébio de Queirós (1812-1868), político dos mais importantes, embora ministro só uma vez, da justiça, no governo do marquês de Olinda, que aboliu o tráfico negreiro transatlântico. Foi fundador do partido Conservador, e senador durante os últimos catorze anos da sua vida. N’“O velho senado”, Machado volta a falar neste célebre *affaire*, mas sem entrar em mais pormenores, nem, é claro, dá o nome da pessoa. Em *Salões e damas do Segundo Reinado*, Wanderley Pinho também não sabe identificá-la, e conclui “Não nos parece mais sedutora, não tem ela outro encanto – a magia do mistério – assim velada e oculta?!...” (p. 108)

¹³ A ligação entre o almirante lord Nelson e Emma, lady Hamilton, foi um dos maiores escândalos do século: encontraram-se em 1797, e a relação durou até a morte dele na batalha de Trafalgar (1805).

¹⁴ Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, visconde de Jequitinhonha (1794-1870), político liberal de ideias avançadas (entre outras coisas, já nos anos 60, advogava a Abolição sem indenização). Foi deportado para a Europa em 1824, voltando em 1831. Entrou para o senado em 1851. Machado fala mais longamente dele, do seu passado, e dos seus bigodes, em “O velho senado”.

¹⁵ José Maria da Silva Paranhos, mais tarde (1870) visconde de Rio Branco (1819-1880), foi um dos políticos e diplomatas mais destacados do Segundo Reinado, com papéis importantes já na década de 1860. Liderou o gabinete de 3 de março de 1870, que fez a Lei do Ventre Livre. Entrou para o Senado em 1862. O “Ribeiro” a que Machado se refere parece ser José de Araújo Ribeiro (1800-1879), senador entre 1849 e 1879; Machado se refere a ele de novo em “O velho senado”, tirando a dúvida sobre o nome, e acrescentando “que não falava nunca – não me lembra, ao menos.”

¹⁶ Na *Gazeta* está “precididos”, erro evidente, que Mário de Alencar e Aurélio corrigiram. Uma outra possibilidade é “precedidos”, pela confusão comum entre “e” e “i” átonos, mas o sentido parece pedir “presididos”.

¹⁷ Estes políticos: José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente (1804-1878), conservador, presidente do conselho em 1870, senador a partir de 1853; Luís Alves de Lima e Silva, duque de Caxias (1803-1880), o militar mais destacado do Segundo Reinado, e importante político conservador; Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes (1796-1865), liberal, ministro de estrangeiros no gabinete do marquês de Olinda em 1862; Caetano Maria Lopes Gama, visconde de Maranguape (1795-1864), conservador, ministro da justiça no gabinete do marquês de Olinda, senador desde 1839; João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe (1815-1889), um dos mais importantes políticos conservadores do império, tentou impedir a Abolição no governo que presidiu, entre 1885 e 1888. Senador desde 1856, Paulino José Soares de Sousa, visconde de Uruguai (1807-1864), um dos mais importantes políticos conservadores, e senador desde 1849; Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí (1802-1873), conservador, chefou o governo de 1868, após a queda de Zacarias imposta pelo imperador; Teófilo Otoni (1807-1869), ativista liberal, que se destacou nas eleições “do lenço branco”, de 1860, em que Machado tomou parte ativa. Só foi escolhido senador depois de várias tentativas, em 1864. Finalmente: Antônio Paulino Limpo de Abreu, visconde de Abaeté (1798-1883), presidente do conselho em 1858-59, senador desde 1847, e presidente do senado de 1861 a 1873.

Eis aí o que fizeram brotar as judiciosas¹⁸ páginas de *Um estadista do império*. Ouço ainda a voz eloquente do velho Nabuco, do mesmo modo que ele devia trazer na lembrança as de Vasconcelos, Ledo, Paula Sousa, Lino Coutinho, que ia ouvir, em rapaz, na galeria da câmara, segundo nos conta o filho.¹⁹ Que este faça reviver aqueles e outros tempos, contribuindo para a história do século XIX, quando algum sábio de 1950 vier contar as nossas evoluções políticas.

Como não se há de só escrever história,²⁰ aqui está Coelho Neto, romancista, que podemos chamar historiador, no sentido de contar a vida das almas e dos costumes. É dos nossos primeiros romancistas, e, geralmente²¹, dos nossos primeiros escritores; mas é como autor de obras de ficção que ora vos trago²² aqui, com o seu recente livro *Miragem*.²³ Coelho Neto tem o dom da invenção, da composição, da descrição e da vida, que coroa tudo. Não vos poderia narrar a última obra, sem lhe cercear o interesse. Parte

¹⁸ Assim na *Gazeta*. Mário de Alencar tem “primeiras”, assim como Aurélio, que deve ter copiado dele.

¹⁹ Políticos de gerações anteriores: Bernardo de Vasconcelos (1795-1850), figura importantíssima do Primeiro Reinado e da Regência, que se converteu do liberalismo ao conservadorismo; Joaquim Gonçalves Ledo (1781-1847), político liberal, com importante papel na proclamação da independência; Francisco de Paula Sousa e Melo (1791-1854), liberal, amigo do padre Feijó, e presidente do conselho em 1848; José Lino dos Santos Coutinho (1784-1836), político e médico, opôs-se a d. Pedro I, mas tornou-se seu médico particular – era homem modesto, tinha reputação de grande orador. Em *Um estadista do império*, cap. 1 (“Infância e mocidade”, p. 42), Nabuco fala do seu pai, jovem, em 1829 (com 16 anos), correndo “à galeria da Câmara para ouvir Vasconcelos, Ledo, Calmon, Francisco Paula Sousa, dom Romualdo, Lino Coutinho”.

²⁰ Assim na *Gazeta*. Mário de Alencar e Aurélio têm “história política”.

²¹ Assim na *Gazeta*. Mário de Alencar e Aurélio têm “geralmente falando”.

²² A esta oração falta o objeto direto; ele está subentendido. É claro que o leitor sabe que o cronista fala de Coelho Neto.

²³ No jornal está *Miragens*. Mário de Alencar e Aurélio corrigem. O romance tinha sido publicado em fascículos, n’*O Paiz*, sob o pseudônimo de Anselmo Ribas, mas, segundo uma reportagem na *Gazeta* no dia 5 de agosto, o texto tinha sido modificado. Foi resenhado na *Gazeta* por Olavo Bilac no dia 16 de agosto, e saudado com grande entusiasmo. Bilac cita longamente do romance, que qualifica de “livro de memórias” – “memórias da política, de história política, de vida social”. É “um livro de ontem”, diz, e Tadeu “é o Brasil”. É a história de Tadeu, que vive em Vassouras com a família. No segundo capítulo, o pai morre de acidente de carro. Tadeu quer cultivar a terra que herdou, mas sendo tísico e fraco demais, luta em vão, e acaba emigrando para o Rio de Janeiro, onde não encontra trabalho; entra para o exército. Seu chefe é Deodoro da Fonseca; estamos em 1888, e quando este é removido para Mato Grosso, Tadeu vai junto, subindo pelo Rio da Prata até Corumbá, passando pelas ruínas de Humaitá (parte 2, cap. 4). Em Corumbá, enamora-se com Maria Bárbara, uma “chinoca” (cabocla), que fica grávida (parte 2, cap. 5), fato que Tadeu descobre quando recebe ordens de voltar ao Rio. Participa nos acontecimentos de 15 de Novembro, mas tem um acesso tísico no final do dia, e tem que dar baixa. Acha emprego num botequim imundo – depois de outro acesso, decide voltar para Vassouras. O último terço do livro é uma sucessão de desastres. Descobre que a mãe vendeu a casa familiar, e vive de prostituição – a irmã, Luísa, separou-se dela e não quer mais falar com ela. O derradeiro encontro com a mãe é menos patético que sórdido – ela está bêbada, malvestida e xinga o filho. Tadeu descobre Nazário, ex-ferreiro e amigo da família, ele também bêbado e pobre, e que o acompanha nos últimos passos – morre no capítulo final. Como diz Machado, há muitas descrições de cenários do campo e da cidade, o que causa certa lentidão no desenvolvimento da ação. Sendo esta tão desastrosa (os amores em Corumbá são o único interlúdio feliz), talvez não surpreenda que, apesar do entusiasmo de Bilac, o romance não tenha tido muito sucesso. Não sei se estou enganado ao sentir um esforço por parte de Machado para fingir um entusiasmo que mal sentia.

dele²⁴ está na vista imediata das coisas, cenas e cenários. Não há transportar para aqui os aspectos rústicos, as vistas do céu e do mar, as noites dos soldados, a vida da roça, os destroços de Humaitá, a marcha das tropas, em 15 de novembro, nem ainda as últimas cenas do livro, tristes e verdadeiras. O derradeiro encontro de Tadeu e da mãe é patético. Os personagens vivem, interessam e comovem. A própria terra vive. A miragem, que dá o título ao livro, é a vista ilusória de Tadeu, relativamente ao futuro trabalhado por ele, e o desmentido que o tempo lhe traz, como ao que anda no deserto.

Não posso dizer mais; chegaria a dizer tudo. A arte dos caracteres mereceria ser aqui indicada com algumas citações; os episódios, como os amores de Tadeu em Corumbá, a impiedade de Luísa acerca dos desregramentos da mãe, a bondade do ferreiro Nazário, e outros que mostram em Coelho Neto um observador de pulso.



²⁴ Na *Gazeta* e em Mário de Alencar, está “dela”, em Aurélio “dele”. Parece-nos que Aurélio tem razão, pois é o interesse do livro que está na “vista imediata...”, não a obra, a que “dela” se referiria.

A SEMANA – 168

John Gledson

Uma série de considerações, mais ou menos ligeiras, sobre a violência, o crime, e sua história no Rio de Janeiro. O habitual realismo/ceticismo vem à tona sobretudo no caso dos criminosos que se fazem polícias, onde o adágio francês quase identifica as duas classes, gatuno e polícia. É curioso, porém, que Machado defenda, com aparente sinceridade, o júri, instituição que já satirizou algumas vezes, pela dificuldade em constituí-lo, fruto da falta de espírito público na população (e do fato de que era necessário reunir nada menos que 36 pessoas!). Mostra que, como no caso do voto, Machado continua acreditando nas instituições liberais e democráticas, mesmo em face da sua encarnação imperfeita no Brasil. Como no caso do regime imperial, acredita na evolução, e não na revolução. O último parágrafo, possivelmente também destituído de ironia, exemplifica um Machado mais duro e rigoroso.



A SEMANA

18 de agosto de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

O Sr. Herrera y Obes, ex-presidente da República Oriental do Uruguai, foi vítima esta semana de um desastre.¹ Felizmente, os últimos telegramas o dão restabelecido, ou quase restabelecido; notícia agradável aos que querem bem à nossa vizinha e aos seus homens notáveis e patriotas.

S. Ex. assistia a um concerto musical em Montevideú, quando o revólver que trazia no bolso das calças, engatilhado, disparou repentinamente e a bala foi ferir-lhe o pé. O perigo do revólver é a facilidade de o meter no bolso já engatilhado, ou por descuido, ou para mais pronto emprego, em caso de agressão. Sendo esse o perigo do revólver, é também a sua grande superioridade. Uma metralhadora exigiria a presença de um regimento; a carabina não se pode trazer na mão, e provavelmente seria mandada pôr na sala das bengalas. A velha pistola figura só nos duelos de hoje e nos *vaudevilles* de 1854. Alguns romances ainda a conservam.

Nem há que notar ao fato de se levar um revólver a um concerto. O contrário seria o mesmo que condenar-lhe o uso. Ora, se é costume andar com ele, para acudir à própria salvação, não há de a gente deixá-lo em casa, só porque vai ouvir música; entre a casa de residência e a do concerto pode haver um facínora ou um adversário.

Chamo a atenção para este fato, porque o uso do revólver, se não é nacional, é dessas importações que assimilamos com facilidade. Pessoas que reputo bem informadas, afirmam que metade dos homens que andam na rua, levam revólver consigo. Nas casas dos arrabaldes é costume adotado. Em havendo sombra de ladrão, rompem tiros de revólver de todos os lados, e o ladrão escapa, se a noite ou as pernas o ajudam.

¹ Julio Herrera y Obes (1841-1912) foi presidente do Uruguai de 1890 a 1894. Cito o telegrama que apareceu na *Gazeta* no dia 13 de agosto: “Ontem, às 11 horas da noite, o ex-presidente da república, Sr. Dr. Herrera y Obes, na ocasião em que assistia ao espetáculo que dava a companhia Ferrari, no teatro Solis, foi vítima de um desastre. O revólver que levava armado, caindo do seu bolso, disparou, ferindo-o gravemente no pé direito. A bala não foi ainda extraída. Contudo, o estado do Dr. Herrera não é grave. Foi hoje visitado por um grande número de amigos.”

Tempo houve em que esta boa cidade dormia com as janelas abertas e as portas apenas encostadas. Não se andava na rua, à noite. O painel do nosso Firmino Monteiro mostra-nos o famoso Vidigal e dois soldados interrogando um tocador de viola.² As noites eram para as serenatas, e ainda assim até certa hora. O capoeira ia surgindo; multiplicou-se; fez-se ofício, arte ou distração... De passagem, lembrarei aos nossos legisladores que andaram buscando e rebuscando circunlóquios para definir o capoeira, que um ato expedido no princípio do século, não sei se ainda por vice-rei ou se já por ministro de D. João VI, tendo de ordenar vigilância e repressão contra o capoeira, escreveu simplesmente capoeira, e todos entenderam o que era.³ Às vezes, não é mau legislar assim. Que se evitem palavras de moda, destinadas à vida das rosas... Oh! Malherbe!⁴ Não; tornemos à nossa história.

Mais tarde veio o costume salutar de apalpar as pessoas que eram encontradas na rua, depois da hora de recolher, a ver se traziam navalha ou faca. Simultaneamente, entrou o uso de apalpar as pessoas que levavam carteira no bolso, e por esta via se foi criando a classe dos gatunos. Não me tachem de espírito vil. Este assunto, se não é grande, também não é mínimo e baixo, como alguns poderão crer. Nem sempre se há de tratar das ideias de Platão. O assunto é grave e do dia. Os jornais escrevem artigos, em que dizem que a cidade está uma verdadeira espelunca de ladrões.⁵ Casas e pessoas são salteadas, carteiras levadas, cabeças quebradas, vidas arriscadas ou arrebatadas. Dizem que falta à autoridade a força precisa. Um dos artigos de anteontem afirma que metade do corpo de segurança é composto de indivíduos que já conheciam a polícia por ações menos úteis. Ora, posto que um adágio diga que “o diabo depois de velho, fez-se ermitão”, outro há que diz, pela língua francesa: *qui a bu, boira*.⁶

² “O Vidigal diante da casa de Vidinha” é quadro de 1880, de Antônio Firmino Monteiro (1855-1888), que representa uma cena das *Memórias de um sargento de milícias*, em que figura o chefe de polícia do tempo de d. João VI. Ver reprodução do quadro ao final da crônica.

³ Caso já citado na crônica de 9 de dezembro de 1894 (132), onde também diz que não sabe exatamente onde se encontra este ato.

⁴ “Rose, elle a vécu ce que vivent les roses / L’espace d’un matin” [Rosa, viveu o que vivem as rosas / o espaço de uma manhã], versos de François Malherbe (1555-1628), ultraconhecidos e citados várias vezes por Machado, frequentemente neste tom de constrangimento irônico.

⁵ A *Gazeta* não parece dar muita importância a este assunto; *O Paiz*, pelo contrário, dá praticamente todos os dias, sob a manchete “ROUBOS E FURTOS”, uma lista dos crimes ocorridos no dia anterior, às vezes protestando contra “o progresso que vai tendo entre nós a rendosa indústria da gatunice” (do dia 8 de agosto). O interessante artigo a que Machado certamente se refere apareceu n’*O Paiz* no dia 16 de agosto, na primeira página (cols. 3 e 4), intitulado “DEFESA SOCIAL”. Falando novamente da onda de roubos etc., diz que “em toda parte do mundo” os policiais são “escolhidos escrupulosamente” entre gente honesta e inteligente. No Brasil, porém, “as coisas passam-se de outro modo”: “No exército dos agentes de segurança (...), 50% no mínimo são indivíduos que antes de lhe prestarem serviços, deram-lhe muito trabalho / Com um pessoal dessa ordem, formado pelo que há de mais corrupto nas baixas camadas da vagabundagem, da capoeiragem e do vício em todas as suas expressões, não é de admirar que os ladrões, os gatunos e os salteadores encontrem quase sempre a impunidade nos garantidores da ordem e da propriedade desse jaez.”

⁶ “Quem bebeu, beberá.”

Ao que parece, trata-se de propor na câmara dos deputados uma lei que dê mais força à autoridade, contra os ladrões e malfeitores. Não sou oposto a leis, mas tenho medo a leis novas, sobre coisas que se devem presumir legisladas. Se o código não é claro, mandemos traduzi-lo. Sobretudo, receio que a lei nova elimine o júri.⁷ Esta instituição pode errar, mas é uma garantia; pode absolver mais gatunos do que convém, pode soltar um homem que dois meses antes condenou a trinta ou quarenta anos de prisão, e assim praticar outros atos que, aparentemente, façam duvidar da atenção ou da inteireza com que procede. Não é razão para destruí-la. Se erros bastassem para eliminar os seus autores, que homem viveria ainda na terra? Persigamos o salteador, mas não lhe fechemos a porta do quintal; pode ser um inocente.

Sem querer, estou falando da vida e da propriedade, e suas garantias, que é o assunto que se examina agora no Rio Grande do Sul.⁸ O mundo afinal reduz-se a isto. Tudo se pode converter à vida e à propriedade, e assim se explicam os ódios grandes e terríveis. Os médicos paulistas, que há pouco celebraram um acordo para não tratar doentes remissos, nem juízes que deram uma sentença contra um pedido de honorários, podem ter ofendido o nosso sentimentalismo, mas, em substância, praticaram uma ação forte e virtuosa.⁹ Defendem a propriedade. Os doentes que defendam a vida, pagando. O dito do padre Vieira: *morra e vingue-se* não serve a este caso.¹⁰ Doente que morre, não se vingá, enterra-se.

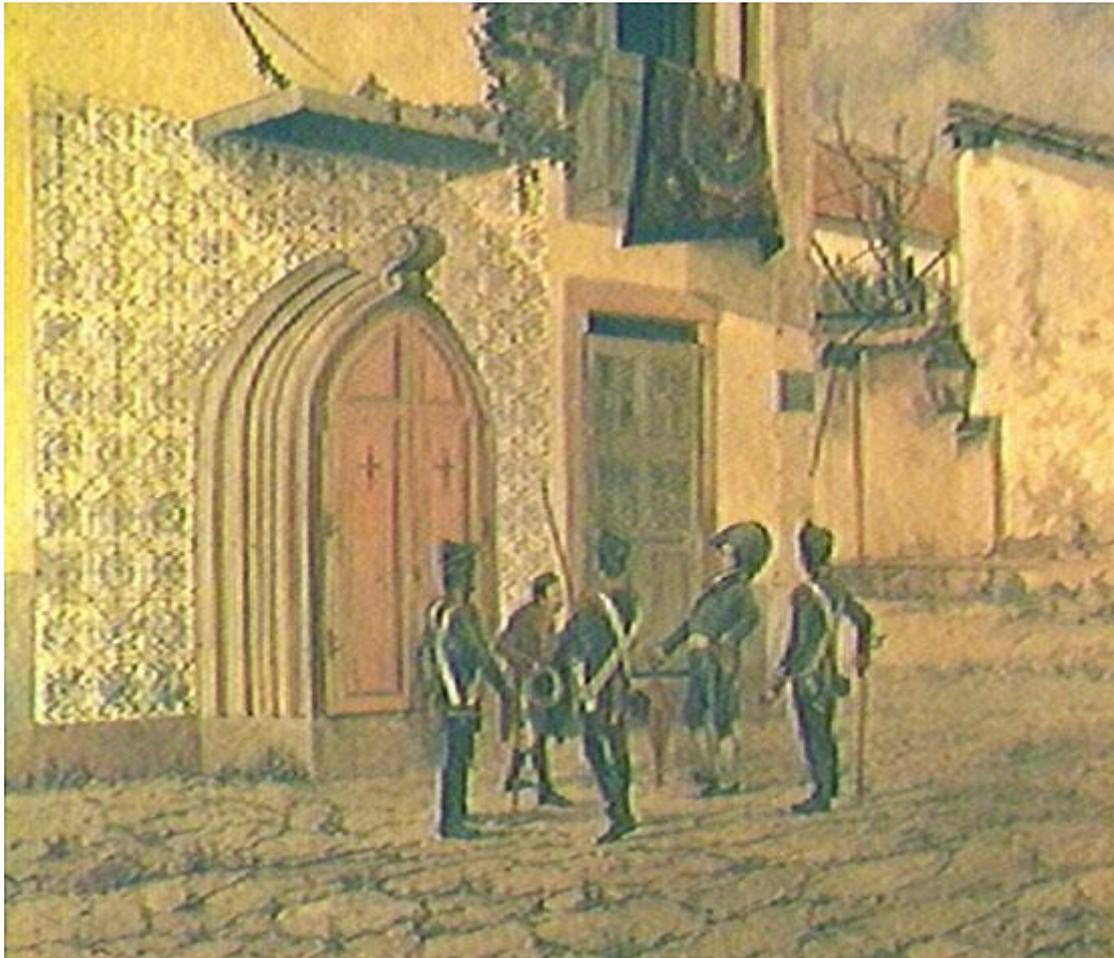


⁷ Pode-se dizer que normalmente Machado mantinha um certo ceticismo sobre esta instituição – ver, por exemplo, na crônica de 24 de agosto de 1893 (71) – “Não se pode dizer, por exemplo, que tenhamos o bacilo do júri.” Apesar disso, não creio que aqui haja ironia.

⁸ As negociações sobre a paz no Rio Grande do Sul chegavam a seu fim. Das exigências dos federalistas, enumeradas na *Gazeta* no dia 11 de agosto, a primeira é a garantia de vida e propriedade.

⁹ Este caso parece ter ocupado os jornais alguns dias. Na *Gazeta* do dia 3 de agosto, por exemplo, é o assunto de dois telegramas de São Paulo, publicados na p. 2, col. 2. Pode ser que Machado tenha lido o primeiro deles, ou outro semelhante: “Sobre a reunião da classe médica há os seguintes pormenores: os médicos resolveram, diante da atitude hostil tomada contra a classe pelo tribunal de justiça, não prestar mais serviços profissionais aos membros do tribunal e suas famílias enquanto não mudarem de opinião. Tomou a classe outras medidas aplicadas em geral para garantir os seus direitos. Deu lugar a esta resolução o fato do tribunal não aceitar arbitramento médico e ter cassado cobrança executiva em questões de honorários médicos.”

¹⁰ Palavras do “Sermão da terceira quarta-feira da quaresma”, pregado por Antônio Vieira em 1669, terceira parte. Falando do soldado que batalhou pela pátria, e que não recebeu o prêmio merecido, diz: “E se enfim se vê morrer à fome, deixe-se morrer, e vingue-se. Perdê-lo-á quem o não sustenta, e perderá outros muitos com esse desengano.”



O Vidigal diante da casa de Vidinha. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7 Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra19942/o-vidigal-diante-da-casa-de-vidinha>>. Acesso em: 14 jan. 2020. Verbete da Enciclopédia.

A SEMANA – 169

John Gledson

O assunto da paz no Rio Grande do Sul, assinada apenas na sexta-feira desta semana, era inevitável. Mesmo assim, Machado não pôde resistir a um tom cético, quase negativo. De fato, é um dos pontos fixos na sua visão da humanidade, desde, ao menos, “Na arca” (1878), de *Papéis avulsos*: quase sem precisar de pretextos, os homens são necessariamente agressivos e briguentos. Com efeito, como diz, não é um comentário político, e à parte uma referência curta mas interessante a uma discussão no senado sobre a constituição, em que seu amigo Quintino Bocaiuva mostrou a distância que os separava em relação ao federalismo, desliza para a literatura, primeiro para umas lembranças do teatro dos anos 50 e 60, depois, e sobretudo, para um elogio ao jovem amigo Carlos Magalhães de Azeredo, com quem mantinha correspondência assídua. Magalhães (como Coelho Neto, outro protegido) publicava com certa frequência na *Gazeta*.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 243-247.



A SEMANA

25 de agosto de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Pombos-correios, vulgarmente chamados telegramas, vieram anteontem do sul para comunicar que a paz está feita.¹ Tanto bastou para que a cidade se alegrasse, se embandeirasse e iluminasse. Grandes foram as manifestações por essa obra generosa; muita gente correu ao palácio de Itamarati, onde aclamou e cobriu de flores o presidente da República. Natural é que razões políticas determinassem esse ato, políticas e patrióticas;² para mim bastava que fossem humanas. *Homo sum, et nihil humanum, etc.*³ Bem sei que a guerra também é humana, por mais desumana que nos pareça; nem nós estamos aqui só para cortar, entre amigos, o pão da cordialidade. Para isso, não era preciso sair do Éden. Não percamos de vista que dos dois primeiros irmãos um matou o outro, e tinham todo este mundo por seu. Se algum dia a paz governar universalmente este mundo, começará então a guerra dos mundos entre si, e o infinito ficará juncado de planetas mortos. Vingará por último o sol, até que o Senhor apague essa última vela, para melhor se agasalhar e dormir. Sonhará ele conosco?

Felizmente, são sucessos remotos, e muita gente dormirá debaixo da terra, antes que comece a derradeira *Iliada*, sem Homero. Contentemo-nos com a paz que nos sorri agora, e alegremo-nos de ver irmãos alegres e unidos. Eu, como as letras são

¹ A notícia do tratado de paz no Rio Grande do Sul, assinado no dia 23 de agosto entre os generais Galvão de Queirós e Silva Tavares, foi saudada com grande entusiasmo. A *Gazeta* publica os retratos dos dois, e convida a população (“todas as classes sociais, todas as associações que têm sede nesta capital”) a uma grande manifestação no largo de S. Francisco de Paula. No domingo, dia da crônica, diz que as manifestações foram “gerais, inequívocas, espontâneas”, embora também aluda a uma minoria menos entusiasta: “Faça embora o desvario de espíritos irrequietos a suprema injustiça de desconhecer lamentavelmente o serviço prestado pelo brioso militar (...)” É uma alusão à oposição crescente, florianista e jacobina, ao governo de Prudente de Moraes, uma das razões pelas quais a *Gazeta* queria manifestações tumultuosas.

² Mário de Alencar e (seguindo-o?) Aurélio mudam esta frase para a seguinte versão: “Natural é que razões políticas e patrióticas determinassem esse ato.”

³ *Homo sum, humani nil a me alienum puto* (Sou homem, não considero que nada humano me seja alheio). Citação do dramaturgo romano Terêncio (Publius Terentius Afer, c. 195-159 a.C.).

essencialmente artes de paz, é natural que a saúde com particular amor. O tumulto das armas nem sempre é favorável à poesia.

De resto, a semana começou bem para letras e artes. O Sr. senador Ramiro Barcelos achou, entre os seus cuidados políticos, um momento para pedir que entrasse na ordem do dia o projeto dos direitos autorais.⁴ O Sr. presidente do senado, de pronto acordo, incluiu o projeto na ordem do dia. Resta que o senado, correspondendo à iniciativa de um,⁵ e à boa vontade de outro, vote e conclua a lei.

Não lhe peço que discuta. Discussões levam tempo, sem adiantar nada. O artigo 6º da Constituição está sendo discutido com animação e competência, sem que aliás nenhum orador persuada os adversários.⁶ Cada um votará como já pensa. Talvez se pudesse fazer um ensaio de parlamento calado, em que só se falasse por gestos, como queria um personagem de não sei que peça de Sardou, achando-se só com uma senhora. Sardou? Não afirmo que fosse ele, podia ser Barrière ou outro; foi uma peça que vi há muitos anos, no extinto teatro de S. Januário, crismado depois em Ateneu Dramático, também extinto, ou no Ginásio Dramático, tão extinto como os outros.⁷ Tudo extinto; não me ficaram mais que algumas recordações da mocidade, brevemente extinta.

Recordações da mocidade! Não sei se mande compor estas palavras em redondo, se em itálico. Vá de ambas as formas. *Recordações da mocidade*.⁸ Na peça deste nome, já no fim, quando os rapazes dos primeiros atos têm família e posição social, alguém lembra um ritornelo, ou é a própria orquestra que o toca à surdina; os personagens fazem um gesto para dançar, como outrora, mas o sentimento da gravidade presente os

⁴ Ramiro Barcelos (1851-1916) era senador pelo Rio Grande do Sul, e era também poeta e jornalista. Esta lei, chamada lei “Medeiros e Albuquerque” em homenagem ao seu autor, só seria promulgada em 1º de agosto de 1898.

⁵ Assim na *Gazeta* e em Mário de Alencar. Aurélio omite a vírgula.

⁶ Este artigo da constituição de 1891 regulava as condições em que o governo federal podia intervir nos estados, e foi discutido em detalhe no senado esta semana. O nó da questão aparece no fim de um discurso de Quintino Bocaiuva no dia 21 de agosto. Citando da coluna “Congresso Nacional” da *Gazeta* no dia 22: “No projeto que se discute vê o orador que o que os seus defensores querem é mais ou menos, por uma reconstituição institucional, chegar ao mesmo sorites do senador Nabuco [isto é, a centralização das decisões políticas no governo central]: querem a uniformidade no plano de construção política do Estado; querem a preponderância do elemento parlamentarista; querem os governos comissários e parlamentaristas; querem por fim estabelecer esta uniformidade política e administrativa, de modo que os governos dos Estados obedeçam à preocupação e ao sentimento da maioria do parlamento, e, unidos ao presidente da República, possam instituir o regímen de uniformidade quase claustral ou monástico no seio desta nação.” Nos debates, longos e complicados, que se estenderam até o dia 27 de agosto, aduziam-se muitos exemplos de outros estados federativos.

⁷ Não identifiquei esta peça. Os dramaturgos são Victorien Sardou (1831-1908) e Théodore Barrière (1821-1877). Os teatros: o teatro São Januário, terceiro teatro do Rio na juventude de Machado, ficava na praia de dom Manuel, perto do morro do Castelo. Mudou o nome para Ateneu Dramático em 1862, voltou ao nome original em 1863, e foi demolido em 1868. O Ginásio Dramático, tão associado ao teatro realista e à juventude de Machado, foi extinto antes de 1889, mas não se sabe quando.

⁸ Sem dúvida trata-se da peça *Les souvenirs de jeunesse* (1852) de Lambert-Thiboust (1826-1867) e Alfred Delacour (1815-1883), que foi encenada no Ginásio Dramático em 1857 e 1858.

reprime e todos mergulham outra vez nas suas gravatas brancas. É o que te sucede,⁹ quinquagenário que ora lê os livros de todos esses rapazes que trabalham, escrevem e publicam. É o ritornelo das gerações novas; ei-lo que te recorda o ardor agora tépido, os risos da primavera fugidia, os ares da manhã passada. Bela é a tarde, e noites há belíssimas; mas a frescura da manhã não tem parêntese na galeria do tempo.

Eis aqui um, Magalhães de Azeredo, que a diplomacia veio buscar no meio dos livros que fazia. Dante, sendo embaixador, deu exemplo aos governos de¹⁰ que um homem pode escrever protocolos e poemas, e fazer tão bem os poemas, que¹¹ ainda saiam melhores que os protocolos.¹² O nosso Domingos de Magalhães foi diplomata e poeta. Não conheço as suas notas, mas li os seus versos, e regalei-me em criança com o *Antônio José*, representado por João Caetano, para não falar no *Waterloo*, que mamávamos no berço, com a *Canção do exílio* de Gonçalves Dias.¹³

Este outro Magalhães – Magalhães de Azeredo,¹⁴ é dos que nasceram para as letras, governando Deodoro; pertence à geração que mal chegou à maioridade, e toda se desfaz em versos e contos.¹⁵ Compõe-se destes o livro que acaba de publicar com o título de *Alma Primitiva*. Não te enganes; não suponhas que é um estudo – por meio de histórias imaginadas – da alma humana em flor. Nem serás tão esquecido que te não

⁹ Na *Gazeta* e na antologia de Mário de Alencar, falta esta vírgula, que Aurélio supre.

¹⁰ Este “de” não está na *Gazeta*, mas está nos textos de Mário de Alencar e Aurélio. Com certa hesitação, decidimos adotar a versão corrigida.

¹¹ A *Gazeta*, por engano, tem “um” em lugar de “que”. Mário de Alencar e Aurélio corrigem.

¹² Foi quando agiu como diplomata a serviço de Florença, em 1300, que Dante (1265-1321) foi condenado à morte pelos guelfos na sua cidade natal; passou o resto da vida no exílio.

¹³ Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) representou o Brasil em vários países durante uma longa carreira diplomática. *Antônio José ou o poeta e a Inquisição* estreou em 1838, e foi das primeiras peças em que João Caetano desempenhou o papel central, na Companhia Nacional. Quando Machado era rapaz, nos anos 1850, o ator ainda dominava o teatro no Rio de Janeiro; “Napoleão em Waterloo” é poema de *Suspiros poéticos e saudades* (1836).

¹⁴ Assim na *Gazeta* e em Mário de Alencar. Aurélio acrescenta um segundo travessão, numa tentativa, que nos parece desnecessária, de “normalizar” a pontuação.

¹⁵ Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963), poeta jovem e amigo de Machado, que carteava com ele desde 1889, ingressara na diplomacia depois de passar uma temporada de exílio em Minas durante o regime de Floriano. A volumosa correspondência entre ambos está publicada, e reapareceu (com excelentes notas) na edição da *Correspondência* da Academia Brasileira de Letras. Em carta de 2 de setembro, desde Montevideu, onde servia como diplomata, Magalhães agradece efusivamente esta notícia-resenha, queixando-se que não recebera outra reação a seu livro – de fato, já se queixara em carta de 17 de julho que o livro não saía. De qualquer maneira, *Alma primitiva* foi publicada na segunda metade de agosto, e anunciada na *Gazeta* no dia 21. Uma nota a esta carta na edição mencionada (tomo III, p. 111) nos informa: “O livro (Cunha e Irmão, agosto, 1895) compõe-se de 15 contos, todos com dedicatória, e 14 datados. O conto ‘De Além Túmulo’, escrito em São João del-Rei, com data de 10/10/1893, é dedicado a Machado de Assis.” Alguns dos contos foram publicados na *Gazeta*: “Alma primitiva” em 6 e 7 de fevereiro de 1894, “Perfil” em 13 de maio de 1895, “A agonia do negro” (cena de brutalidade, como “A escrava”, mencionado por Machado) em 30 de maio de 1895, “Na vida real” em 24 de junho de 1895, “O morto” em 1º de agosto de 1895, “Um descendente de heróis” em 7 de agosto de 1895. “Uma escrava” apareceu no primeiro número da *Revista Brasileira* de 1895, p. 128-136 e 220-222. *Alma primitiva* foi mencionado (com certa distância, e uma alusão à “delicadeza quase feminina” do estilo) por Ferreira de Araújo no dia 5 de setembro, em sua coluna “Às quintas”, e resenhado, elogiosamente, por Mário de Alencar no dia 11 do mesmo mês.

lembra a novela aqui publicada; história de amor, de ciúme e de vingança, um quadro da roça, o contraste da alma de um professor com a de um tropeiro. Tal é o primeiro conto; o último, *Uma escrava*, é também um quadro da roça, e a meu ver, ainda melhor que o primeiro. É menos um quadro da roça que da escravidão. Aquela D. Belarmina, que manda vergalhar até sangrar uma mucama de estimação, por ciúmes do marido, cujo filho a escrava trazia nas entranhas, deve ser neta daquela outra mulher que, pelo mesmo motivo, castigava as escravas, com tições acesos pessoalmente aplicados... Di-lo não sei que cronista nosso, frade naturalmente; mais recatado que o frade, fiquemos aqui. São horrores, que a bondade de muitas haverá compensado; mas um povo forte pinta e narra tudo.

Não é o conto único da roça e da escravidão, nem só dele se compõe este livro variado. Creio que a melhor página de todas é a do *Ashavero*,¹⁶ quadro terrível de um navio levando o cólera-morbo, pelo oceano fora, rejeitado dos portos, rejeitado da vida. É daqueles em que o estilo é mais condensado e vibrante.

Não cuides, porém, que todas as páginas deste livro são cheias de sangue e de morte. Outras são estudos tranquilos de um sentimento ou de um estado, quadros de costumes ou desenvolvimento de uma ideia. *De além-túmulo* tem o elemento fantástico, tratado com fina significação e sem abuso. O que podes notar em quase todos os seus contos é um ar de família, uma feição mesclada de ingenuidade e melancolia. A melancolia corrige a ingenuidade, dando-lhe a intuição do mal mundano; a ingenuidade tempera a melancolia, tirando-lhe o que possa haver nela triste ou pesado. Não é só fisicamente que o Dr. Magalhães de Azeredo é simpático; moralmente atrai. A educação mental que lhe deram auxiliou uma natureza dócil. Os seus hábitos de trabalho são, como suponho, austeros e pacientes. Duvidará algumas vezes de si? O trabalho dar-lhe-á a mesma fé que tenho no seu futuro.



¹⁶ *Ashavero*, na *Gazeta*, e em Mário de Alencar, que será a ortografia do título do conto (que não descobri). Aurélio tem *Ahasverus*. O *Vocabulário onomástico da língua portuguesa* (1999), da Academia Brasileira de Letras, dá *Aasvero* como a versão principal moderna deste nome.

A SEMANA – 170

John Gledson

No início da sua crônica semanal, “Às quintas-feiras”, Lulu Sênior (o pseudônimo mais frequente de Ferreira de Araújo, o dono da *Gazeta*) citou o telegrama que Machado menciona, sobre o missionário inglês antropófago. Em nota cito um pouco do que diz, trecho em parte humorístico, em parte com uma mensagem anti-imperialista.

A reação de Machado é bem diferente, também humorística até certo ponto, mas no meio da crônica, inesperadamente, parte para umas lembranças bem téticas (e brasileiras): o que choca quase tanto quanto a história que conta, é o evidente interesse do cronista nesses acontecimentos. Podemos imaginar a cara dos leitores e leitoras, acostumados às amenidades mais ou menos irônicas ou sarcásticas da sua crônica dominical. Machado evidentemente guardou o recorte do jornal mineiro de dezembro de 1890, em que essa parte da crônica se baseia. Mas, do começo ao fim, não é tanto a selvageria dos criminosos que lhe interessa: é a civilização que pode abrigá-los no seu seio. A “Lynch law” do sul dos Estados Unidos é outro exemplo, ou, noutro nível, os desmandos do Encilhamento, “o ano terrível (1890-91) em que se perdeu e ganhou tanto dinheiro que não pude ler mais nada”. Assistimos não ao progresso inevitável (“a nobre missão do progresso e da cultura”), mas aos “primeiros sinais de um terrível e próximo retrocesso”?

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 247-251.



A SEMANA

1º de setembro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Aquilo que Lulu Sênior disse anteontem a respeito do professor inglês que enforcaram em Guiné trouxe naturalmente a cor alegre que ele empresta a todos os assuntos.¹ As pessoas que não leem telegramas não viram a notícia; ele, que os lê, fez da execução do inglês e dos autores do ato uma bonita caçoadá. Nada há, entretanto, mais temeroso nem mais lúgubre.

Não falo do enforcamento, ordenado pelas autoridades indígenas. Eu, se fosse autoridade de Guiné, também condenaria o professor inglês, não por ser inglês, mas por ser professor. Enforcaram o homem, e não há de ser a simples notícia de um enforcado que faça perder o sono nem o apetite. A descrição do ato faria arrepiar as carnes, mas os telegramas não descrevem nada, e o professor foi pendurado fora da nossa vista. Nem mais teremos aqui tal espetáculo; o desuso, e por fim a lei acabaram com a força para sempre, salvo se a lei de Lynch² entrar nos nossos costumes; mas não me parece que entre.

Quanto ao crime que levou o professor inglês ao cadafalso africano, não é ainda o que mais me entristece e abate. Dizem que comeu algumas crianças. Compreendo que o matassem por isso. É um crime hediondo, naturalmente; mas há outros crimes tão hediondos, que, ainda afligindo a minh'alma, não me deixam prostrado e quase sem vida. Demais, pode ser que o professor quisesse explicar aos ouvintes o que era canibalismo, cientificamente falando. Pegou de um pequeno e comeu-o. Os ouvintes,

¹ A história do missionário inglês ocupa a primeira parte da crônica “Às quintas”, de Lulu Sênior (Ferreira de Araújo), que apareceu no dia 29 de agosto (p. 1, ao pé da página). A substância do que diz é um ataque ao imperialismo britânico: “[os britânicos] vão é vender miçanga e peças de chita, e apanhar ouro e brilhantes, obrigando ainda o negro a trabalhar para eles. O missionário, não, esse é um desinteressado, que vai ensinar o preto a ir para o céu. No caso deste missionário inglês, não se lhe pode gabar a escolha do caminho, mas como todos vão ter a Roma, no fim dá certo.” Mas, conclui: “E daí pode bem ser que seja história de telégrafo, a do missionário que come crianças. Não ver que houve erro de interpretação, e que os pequenos que o padre comeu estão todos vivos e são.”

² A “Lynch law”, que surgiu no sul dos Estados Unidos após a Guerra Civil, foi “lei” num sentido extrajudicial – os brancos enforcavam e às vezes queimavam negros, para manter o estado de subjugação dos ex-escravos.

sem saber onde ficava a diferença entre o canibalismo científico e o vulgar, pediram explicações; o professor comeu outro pequeno. Não sendo provável que os espíritos de Guiné tenham a compreensão fácil de um Aristóteles, continuaram a não entender, e o professor continuou a devorar meninos. É o que em pedagogia se chama “lição das coisas”.³

Se assim fosse, deveríamos antes lastimar o sacrifício que fez tal homem, comendo o semelhante, para o fim de ensinar e civilizar gentes incultas. Mas seria isso? Foi o amor ao ensino, a dedicação à ciência, a nobre missão do progresso e da cultura? Ou estaremos vendo os primeiros sinais de um terrível e próximo retrocesso? Vou explicar-me.

Em 1890, foi descoberto e processado em Minas Gerais um antropófago.⁴ Um só já era demais; mas o processo revelou outros, sendo o maior de todos o réu Clemente,

³ O ensino “pelas coisas e não pelas palavras” foi muito difundido no fim do século XIX – em 1886 Rui Barbosa traduziu um dos manuais mais populares, as *Primeiras lições de coisas*, do americano Norman Allison Calkins.

⁴ Esta notícia apareceu no diário *A Ordem*, de Ouro Preto, em 31 de dezembro de 1890, e foi copiado n’*O Pharol*, de Juiz de Fora, no dia 2 de janeiro de 1891. Parece que foi num desses jornais que Machado a leu, pois não a encontrei nos jornais do Rio de Janeiro. A citação é um pouco longa, mas é interessante comparar o “original” com a crônica, para ver os ajustes que Machado fez (entre outros, errou [ou inventou?] o nome da mãe dos dois meninos comidos, que denomina Manuela):

“**Cenas de canibalismo.** – Do digno juiz municipal de Grão-Mogol, Dr. Belisário da Cunha Melo, recebemos a seguinte horrível comunicação:

‘Um fato extraordinário leva-me hoje à sua presença. Tenho em mãos o processo de um antropófago! No termo de Salinas (sujeito à minha jurisdição), Clemente de tal matou e comeu seis pessoas: – dois homens, duas mulheres e duas crianças foram vítimas deste monstro!... Clemente tinha um companheiro, Basílio de tal, que ajudava-o em suas medonhas e incríveis atrocidades: foi esta a sua última vítima, sendo também morto e comido por ele!

Na ocasião da prisão de Clemente, foi este encontrado preparando a carne de Basílio, em sua casa foram achados braços, pernas e crânios das outras vítimas deste canibal.’

Relativamente a tão monstruosos fatos, que fazem estremecer de horror, damos abaixo, em sua íntegra, o auto de perguntas feito ao monstro. É documento deficientíssimo para se conhecer o estado mental do miserável, mas suficiente para autenticar a triste realidade de fatos tão horripilantes.

Eis o auto:

(*Cópia*). – Auto de perguntas ao detido Clemente, filho de Josefa. – Aos dois dias do mês de dezembro, do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa, nesta cidade de Santo Antônio de Salinas, em casas da residência do cidadão capitão Aureliano Caldeira Brant, delegado de polícia em exercício, aí presente o detido Clemente, filho de Josefa, comigo escrivão da delegacia, o juiz fez ao referido Clemente as perguntas seguintes: Qual o seu nome, filiação, idade, estado, profissão ou modo de vida e naturalidade? Respondeu chamar-se Clemente, filho natural de Josefa de tal, de vinte e dois anos de idade, solteiro, lavrador e natural desta freguesia. Perguntado se era exato que ele respondente tinha assassinado algumas pessoas para comer? Qual o número de pessoas que assassinou? Os nomes destas e em que época praticou estes assassinatos? Respondeu que era exato, e é, ter ele assassinado a seis pessoas para comê-las. Que há dois meses mais ou menos matou a Maria de tal, a qual, estando dormindo nas margens [do] Jundiá, esmagou-lhe o crânio com uma pedrada e no mesmo lugar fez fogo, assou o cadáver e comeu, de companhia com uma mulher de nome Francisca, que o ajudou a comer a carne de Maria; duas semanas depois ele respondente matou a sua companheira Francisca à mão de pilão e comeu-a, e concluída esta, ele foi à casa da mãe de Francisca e trouxe um filho desta de nome Vicente e estando este dormindo ele matou-o e comeu. Depois deste dia, estando ele respondente em outra casa desabitada naquela vizinhança, aí apareceu um outro irmão de Vicente de nome Elesbão que ele igualmente matou com um cacete e comeu-o; depois ele respondente de companhia

apresentado ao juiz municipal de Grão-Mogol, Dr. Belisário da Cunha e Melo, ao qual estava sujeito o termo de Salinas, onde se deu o caso.⁵

Não era este Clemente nenhum vadio, que preferisse comer um homem a pedir-lhe dez tostões para comer outra coisa. Era lavrador, tinha vinte e dois anos de idade. Confessou perante o subdelegado haver matado e comido seis pessoas, dois homens, duas mulheres e duas crianças. Não tenham pena de todos os comidos. Um deles, a moça Francisca, antes de ser comida por ele, com quem vivia maritalmente, ajudou-o a matar e a comer outra moça, de nome Maria. Outro comido, um tal Basílio, foi com ele à casa de Fuão Simplício, onde pernoitaram; e estando o dono a dormir, os dois hóspedes com uma mão de pilão o mataram, assaram e comeram. Mas tempos depois, um sábado, 29 de novembro de 1890, levado de saudades, matou o companheiro Basílio, e estava a comer-lhe as coxas, tendo já dado cabo da parte superior do corpo, quando foi preso. Os dois meninos, comidos antes, chamavam-se Vicente e Elesbão, e eram irmãos de Francisca, filhos de Manuela. Por que escapou Manuela? Talvez por não ser moça. Oh! mocidade! Oh! flor das flores! A mesma antropofagia te prefere e busca. Aos velhos basta que os desgostos os comam.

Importa notar que o inventor da antropofagia, no termo de Salinas, não foi Clemente, mas um tal Leandro, filho de Sabininha, e mais a mulher por nome Emiliana. Propriamente foram estes os que mataram um menino, e o levaram para casa, e o esfolaram e assaram; mas, quando se tratou de comê-lo, convidaram amigos, entre eles Clemente, que confessou ter recebido uma parte do defunto. A informação consta do interrogatório. Não tive outras notícias nem sei como acabou o processo. Hão de

com Basílio de tal, dirigiram-se à casa de Simplício com o fim de aí pernoitarem, e chegando o dono da casa nesta noite, quando dormia, ele respondente munuiu-se de uma mão de pilão e convidou o seu companheiro Basílio para matarem a Simplício, e de fato ele desfechou em Simplício a mão de pilão e matou-o, concluindo a morte lançaram-no ao fogo e o comeram. Disse mais que no sábado passado (29 de novembro) estando seu companheiro Basílio, à noite, raspando raízes de ananás para comer, ele respondente deu-lhe uma facada no estômago, depois sangrou-o no pescoço e morto assou a parte superior do corpo, depois a inferior, e quando foi preso estava comendo as carnes das coxas de Basílio. Disse mais que, quem deu princípios a comer carne humana, fora Leandro, filho de Sabininha, que, andando neste termo no lugar denominado Córrego Fundo, em procura de jatobá juntamente com sua mulher de nome Emiliana, lá encontrando um menino desconhecido mataram-no e deixaram o morto no lugar, e trazendo para casa um saco de jatobá, aí deixaram e chamaram a Antônio, vulgo Pagão, e foram ao lugar do assassinato trazendo para a casa o morto em varão, esfolaram-no e depois de retalhada a carne e cozida, todos da casa comeram, fazendo ele respondente parte na comida. Mais tarde aparecendo a mãe do menino que eles haviam comido, esta disse que o seu filho chamava-se Manuel, e a mãe de Manuel chama-se Maria e mora no Baixão. E nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que deu-se por findo o presente auto de perguntas que depois de lhe ser lido e achá-lo conforme, assina-se a seu rogo o cidadão Secundo Avelino Cardoso, por ele não saber ler nem escrever, com o juiz; do que tudo dou fé. Eu, Domingos Pereira de Oliveira, escrivão que o escrevi. – *Aureliano Caldeira Brant. – Secundo Avelino Cardoso.*”

Talvez valha a pena mencionar que, segundo uma notícia de *A Ordem* de 30 de abril de 1891, as cenas de canibalismo continuavam no norte de Minas. Insinua-se que são uma decorrência da fome e da miséria da região.

⁵ Cidades do norte de Minas Gerais, na região de Montes Claros.

lembrar-se que esse foi o ano terrível (1890-91) em que se perdeu e ganhou tanto dinheiro que não pude ler mais nada. Comiam-se aqui também uns aos outros, sem ofensa do código – ao menos no capítulo do assassinato.

A conclusão que tiro do caso de Salinas e do caso de Guiné é que estamos talvez prestes a tornar atrás, cumprindo assim o que diz um filósofo, – não sei se Montaigne, – que nós não fazemos mais que andar à roda.⁶ Há de custar a crer, mas eu quisera que me explicassem os dois casos, a não ser dizendo que tal costume de comer gente é repugnante e bárbaro, além de contrário à religião; palavra de civilizado, que outro civilizado desmentiu agora mesmo em Guiné. Não esqueçam a proposta de Swift, para tornar as crianças irlandesas, que são infinitas, úteis ao bem público. “Afirmou-me um americano, disse ele, meu conhecido de Londres e pessoa capaz, que uma criança de boa saúde e bem nutrida, tendo um ano de idade, é um alimento delicioso, nutritivo e são, quer cozido, quer assado, de forno ou de fogão.”⁷ É escusado replicar-me que Swift quis ser apenas irônico. Os ingleses é que atribuíram essa intenção ao escrito pelo sentimento de repulsa; mas os próprios ingleses acabaram de provar na África a veracidade e (com as restrições devidas à humanidade e à religião) o patriotismo de Swift.

Talvez o deão e o americano se hajam enganado em limitar às crianças de um ano as qualidades de sabor e nutrição. Se tornarmos à antropofagia, é evidente que o uso irá das crianças aos adultos, e pode já fixar-se a idade em que a gente ainda deva ser comida: quarenta a quarenta e cinco anos. Acima desta idade, não creio que as qualidades primitivas se conservem. Como é provável que a atual civilização subsista em grande parte, é naturalíssimo que se façam instituições próprias de criação humana, ou por conta do Estado, ou de acordo com a lei das sociedades anônimas. Penso também que acabará o crime de homicídio, pois que o modo certo de defesa do criminoso será, logo que estripe o seu inimigo ou um rival, ceá-lo com pessoas de polícia.

Horrível, concordo; mas nós não fazemos mais que andar à roda, como dizia o outro... Que me não posso lembrar se foi realmente Montaigne, pois iria daqui pesquisar o livro, para dar o texto na própria e deliciosa língua dele! Os franceses têm um estribilho que se poderá aplicar à vida humana, dado que o seu filósofo tenha razão:

⁶ Esta “citação” já aparecera na crônica de 4 de fevereiro de 1894 (89): “Montaigne é de parecer que não fazemos mais que repisar as mesmas coisas e andar no mesmo círculo”. Não pudemos localizá-la: aqui ficamos sabendo que Machado também não. Talvez seja apócrifa.

⁷ Citação de *Uma proposta modesta para impedir que as crianças dos pobres da Irlanda sejam um fardo para os pais ou para o país, e para fazer com que sejam um benefício ao público*, do grande satírico anglo-irlandês Jonathan Swift (1667-1745), também conhecido como Dean Swift, pois tornou-se deão da catedral (anglicana) de São Patrício, Dublin. Machado tinha na sua biblioteca uma tradução francesa dos *Opuscles humoristiques*, de 1859, além de outras obras do autor em inglês. O original do trecho citado: “I have been assured by a very knowing American of my acquaintance in London, that a young healthy child well nursed is at a year old a most delicious, nourishing and wholesome food, whether stewed, roasted, baked or boiled (...).”

Si cette histoire vous embête,
Nous allons la recommencer.⁸

Os portugueses têm este outro, para facilitar a marcha, quando são dois ou mais que vão andando:

Um, dois, três;
Acerta o passo, Inês,
Outra vez!

Estrilhos são muletas que a gente forte deve dispensar. Quando voltar o costume da antropofagia, não há mais que trocar o “amai-vos uns aos outros”, do Evangelho, por esta doutrina: “Comei-vos uns aos outros.” Bem pensado, são os dois estrilhos da civilização.



⁸ Estrilho paródico da canção francesa “Il était un petit navire”, que Machado cita em várias ocasiões.

A SEMANA – 171

John Gledson

São divagações sobre o passado, através de um número do *Arquivo Municipal*, quando a vida era supostamente mais simples, mais barata, e até havia mais justiça. Acabamos no Egito antigo, no segundo romance que Coelho Neto publicara em pouco tempo, pela mesma editora. Não sei se erro ao sentir certa impaciência, ou pelo menos um constrangimento, desta vez mais do que no caso de *Miragem*, apenas quatro semanas atrás. O romance histórico interessava a Machado como gênero; admirava *Salammbô*, e lera no original (pelo menos em parte) o romance de Ebers que menciona. Os “elogios” do parágrafo final soam bem frouxos.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 251-255.



A SEMANA

8 de setembro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Não me falem de anistias, nem de chuvas, nem de frios, nem do naufrágio do *Britânia*, nem do eclipse da lua que dizem ter havido no princípio da semana.¹ Há pessoas que trazem de cor os eclipses. Também eu fui assim, graças aos almanaques. Um dia, porém, vendo que o sol e a lua, posto que primitivos, eram ainda os melhores almanaques deste mundo, acabei com os outros. A economia é sensível; mas nem por isso ando com os olhos no céu. Tendo tropeçado tanta vez, como o sábio antigo, sigo o conselho da velha e não tiro os olhos do chão:² é o mais seguro gesto para não cair no poço.

Vós, que me ledes há três anos ou mais, duvidareis um pouco desta afirmação. Sim, é possível que me tenhais visto com os olhos no firmamento, à cata de alguma estrela perdida ou sonhada. Não o vejo, mas não tenho tempo de me reler, nem já agora rasgo o que aí fica, para dizer outra coisa. Farei de conta que isto é uma retificação, à maneira dos escrivães e outros oficiais, como esta que leio no último número do *Arquivo Municipal*: “Proveu mais o dito ouvidor-geral que dos primeiros efeitos desta câmara se faça um tinteiro de prata, na forma do outro que *acabou*, digo na forma do outro que *serve*.”³ Com um simples *digo* se põe o contrário.

Esse *Arquivo* não traz só velhos documentos, mas também lições e boas regras. No dito auto de correição, que se fez ali pelos fins do primeiro terço do século passado, emendou-se muita lacuna e cortou-se muita demasia. “Proveu mais o ouvidor, que

¹ Discutia-se acaloradamente a anistia para os revoltosos da Guerra Federalista, assunto deixado pendente no tratado de paz; nas discussões no senado “as galerias estavam literalmente cheias”. O *Britânia* foi um pacote inglês que encalhou nas rochas do parcel chamado das “Feiticeiras”, na baía de Guanabara, no dia 5 de setembro.

² A história do astrônomo que, de tanto fitar as estrelas, caiu num poço, aparece no diálogo *Teeteto* de Platão. Tem tido vários protagonistas e autores. Está associada a Tales de Mileto, cuja celebridade lhe proveio de haver previsto um eclipse solar ocorrido em 585 ou 610 a.C. Segundo a lenda, foi uma criada dele – a “velha”? – que espalhou a notícia da sua queda.

³ Foi impossível consultar os números relevantes do *Arquivo Municipal* do Rio de Janeiro para localizar estas citações.

porquanto há grandes queixas do mal que se cobram os foros dos bens do Conselho, por serem dados alguns a pessoas poderosas, e outros a pessoas eclesiásticas, mandou que daqui em diante se não deem mais a semelhantes pessoas, senão dando fiadores chãos e abonadores...” Os próprios governadores não escaparam a este terrível ouvidor-geral, que também mandou “que por nenhum caso de hoje em diante se dê mais a nenhum governador desta praça ajuda de custo para casas nem para outros efeitos alguns, das rendas da câmara, com pena de os pagarem os oficiais da câmara e de não entrarem mais no governo desta República.” Enfim, até mandou que se contratasse um letrado, o licenciado Bento Homem de Oliveira, com o ordenado de trinta e dois mil-réis por ano.

Trinta e dois mil-réis por ano! Bom tempo, ah! bom tempo! Apesar da nobreza da terra, não vivia ainda nem morria a marquesa de Três Rios, que só com médicos despendeu (dizem as notícias de S. Paulo) cerca de quinhentos contos.⁴ Bom tempo, ah! bom tempo em que se taxava o preço a tudo, e o regimento dos alfaiates marcava para um colete, uma véstia e um calção (um terno diríamos hoje) a quantia de quatro mil-réis. O torneiro de chifre (ofício extinto) tinha no seu regimento que um tinteiro grande de escrivão com tampa custasse quatrocentos réis, e um dito grande com *sua poeira*, quatrocentos e oitenta réis. Que era *sua poeira*? Talvez a areia que ainda achei, em criança, antes que o mata-borrão servisse também para enxugar as letras. Usos, costumes, regras e preços que se foram com os anos.

Com os séculos foram ainda outras coisas, e não só desta terra, como de alheias, – o Egito, para não ir mais longe. Há dois Egitos: o atual, que, não sendo propriamente ilha, é uma espécie de ilha britânica,⁵ – e o antigo, que se perde na noite dos tempos. Este é o que o nosso Coelho Neto põe no *Rei Fantasma*.⁶ Não conheço um nem outro; não posso comparar nem dizer nada da ocupação inglesa nem da restauração Coelho

⁴ A marquesa de Três Rios, d. Maria Hipólita dos Santos Silva (1824-1894), tinha casado com o marquês em 1876. Falecera em São Paulo em 19 de outubro de 1894. Esta notícia apareceu na *Gazeta* de 6 de setembro, com a manchete **385.000\$000!**: “A *Opinião*, folha quinzenal que se publica em São Paulo, deu em seu número de 1º do corrente as contas apresentadas por serviços médicos prestados ao marquês e à marquesa de Três Rios, já falecidos. / Os herdeiros impugnaram estas contas, que estão em poder do juiz dos inventários, e cujo resumo é o seguinte: [dá a lista das contas de 5 médicos, somando os 385 contos].”

⁵ A Grã-Bretanha dominava o Egito desde 1882, quando invadira o país, que teoricamente fazia parte do império otomano. Não é a primeira vez que Machado se refere a este caso famoso de imperialismo.

⁶ Infelizmente, nos foi impossível consultar um exemplar deste romance, e assim verificar os detalhes no fim da crônica. Brito Broca, em seu ensaio “Coelho Neto, romancista” (*Ensaio da mão canhestra*, p. 179-198, na p. 187), conta que também não o achou, mas faz alguns comentários curiosos e interessantes: “No mesmo ano em que publica *Miragem* dá-nos *O Rei Fantasma*, romance imaginário do Egito antigo, e que deve ser colocado ao lado de *O Rajá do Pendjab*, de 1898. Li há muito tempo essas obras, cujas primeiras edições logo se esgotaram, e que nunca foram reeditadas. *O Rei Fantasma*, conheci-o, aliás, em um exemplar velhíssimo, do clube da minha cidade natal. Embora conserve ainda mais ou menos vivas as impressões da leitura, cuidei de renová-las, procurando os referidos volumes na Biblioteca Nacional. Mas só lhes encontrei as fichas, o que me impediu de verificar se possuem alguma importância na obra de Coelho Neto. Acredito que não; foram dois romances escritos em folhetins, com o objetivo essencial de divertir o público. Em *O Rei Fantasma*, a possível inspiração de Flaubert não obstou a Coelho Neto apresentar-nos um Egito puramente decorativo e de opereta.”

Neto. Tenho que a restauração sempre há de ter sido mais difícil que a ocupação; mas fio que o nosso patrício haverá estudado conscienciosamente a matéria.

É certo que o autor, no prólogo do livro, afirma que este é tradução de um velho papyrus,⁷ trazido do Cairo por um estrangeiro que ali viveu em companhia de Mariette. O estrangeiro veio para aqui em 1888, e com medo das febres meteu-se pelo sertão, levando os papyrus, os anúbis,⁸ mapas e cachimbos. Aí o conheceu, aí trabalharam juntos; morto o estrangeiro, Coelho Neto cedeu a rogos e deu ao prelo o livro.

Conhecemos todos essas fábulas. São inventos que adornam a obra ou dão maior liberdade ao autor. Aqui, nada tiram nem trocam ao estilo de Coelho Neto, nem afrouxam a viveza da sua imaginação. A imaginação é necessária nesta casta de obras. A de Flaubert deu realce e vida a *Salammbô*,⁹ sem desarmar o grande escritor da erudição precisa para defender-se, no dia em que o acusaram de haver falseado Cartago.¹⁰ Quando o autor é essencialmente erudito, como Ebers, preocupa-se antes de textos e indicações; pegai na *Filha de um rei do Egito*, contai as notas, chegareis a 525.¹¹ Ebers nada esqueceu; conta-nos, por exemplo, que o mais velho de dois homens que vão na barca pelo Nilo “passa a mão pela barba grisalha, que lhe cerca o queixo e as faces, mas não os lábios”, e manda-nos para as notas, onde nos explica que os espartanos não usavam bigodes.

Não sei se Coelho Neto iria a todas as particularidades antigas; mas aqui está uma de todos os tempos,¹² que lhe não esqueceu, e trata-se de barca também, uma que chega à margem para receber o rei: “os remos arvorados gotejavam...” Não tenho com que analise ou interroge o autor do *Rei Fantasma* acerca dos elementos do livro. Sei que este interessa, que as descrições são vivas, que as paixões ajudam a natureza exterior e a estranheza dos costumes. Há quadros terríveis; a cena de Amani e da concubina tem grande movimento, e o suplício desta dói ao ler, tão viva é a pintura da

⁷ A *Gazeta* grafa “papyrus”, forma que Mário de Alencar mantém. Aurélio tem “papírus” (modernamente seria “papiro”). São formas alatinadas, que não estão nos dicionários – como parece ser escolha do cronista, preferimos manter a sua versão.

⁸ Anúbis é um deus do Egito antigo, que era representado (em estatuetas) sob a forma de uma figura humana com cabeça de chacal ou de cachorro.

⁹ A *Gazeta* e Mário de Alencar têm *Salamambô*. Aurélio corrige.

¹⁰ Gustave Flaubert publicou seu romance histórico, passado em Cartago no segundo século a.C., em 1862. Foi atacado por supostas inexatidões históricas; duas vezes o autor se defendeu, contra Sainte-Beuve e Guillaume Froehner.

¹¹ Georg Moritz Ebers (1837-1898) foi egiptólogo e romancista histórico, situando seus romances mais famosos no Egito antigo. O primeiro foi *Eine ägyptische Königstochter*, de 1864, que Machado tinha em sua biblioteca, numa edição de 1875, em três volumes, no original. Fez muito sucesso, e foi muito traduzido. Machado já mencionou o autor na crônica de “Bons Dias!” de 14 de junho de 1889 (44), falando da “alucinação erudita da vida e do movimento que parou”. O trecho que Machado cita ocorre no primeiro capítulo do primeiro volume. Citando no original: “ordnete mit der Hand seinen dichten grauen Bart, der Kinn und Wangen, aber nicht die Lippen umgab”. A nota 5, apensa na palavra Lippen (lábios), explica: “Die Spartaner pflegten keine Schnurrbärte zu tragen” (Os espartanos não costumavam levar bigodes).

¹² “todos tempos”, na *Gazeta* e em Mário de Alencar. Aurélio corrige.

moça, agarrada aos ferros e fugindo aos leões. O mercado de Peh'n¹³ e a panegíria de Ísis são páginas fortes e brilhantes.



¹³ Assim na *Gazeta* e em Mário de Alencar. Aurélio tem Peh'u. É possível que tenha lido mal o texto do jornal. Sem consultar *O rei fantasma*, não temos como saber.

A SEMANA – 172

John Gledson

Esta cena do preto “alienado” lembra um pouco os últimos capítulos de *Quincas Borba*, em que Rubião anda à toa pelo centro da cidade, vítima das chacotas das crianças. De trágico torna-se satírico, porém, ao acompanhar a viagem imaginária do coitado (do preto, e também do cronista) pelo centro da cidade, em que “vê” um Rio de Janeiro rico, de ruas largas e bondes e estações confortáveis; o câmbio está em alta, mais até do que estava durante o império, há dinheiro nos cofres da municipalidade, etc. A polícia o leva da rua 1º de Março, ao longo da rua da Assembleia até o largo da Carioca, e de lá à secretaria da polícia, à rua do Lavradio. Solto, e imaginando-se grão-duque da Toscana, volta para o centro, através da praça Tiradentes e da rua do Ouvidor, à Câmara dos Deputados, que funcionava, desde os tempos do Primeiro Reinado, na Cadeia Velha, na rua 1º de Março, no local do atual Palácio Tiradentes. De lá, é uma caminhada mais comprida, de volta à praça da República, onde estava a Intendência (ou Câmara) Municipal, para a apoteose final.



A SEMANA

15 de setembro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Um dia destes, indo a passar pela guarda policial da rua Sete de Setembro, fronteira à antiga capela imperial,¹ dei com algumas pessoas paradas e um carro de polícia. De dentro da casa saía um preto, em camisa, pernas nuas, trazido por duas praças. Abriam a portinhola do carro e o preto entrou sem resistência, sentou-se e olhou placidamente para fora. Uma das praças recebeu o ofício de comunicação, e o carro partiu.

– Que crime cometeu este preto? perguntei a um oficial.

– É um alienado.

Grande foi o abalo que me deu esta simples resposta. Esperava um maníaco ou gatuno, que tivesse lutado e perdido as calças. Sempre era alguém. Mas um pobre homem doido, que daí a pouco estaria no hospício, era um desgraçado sem personalidade, um organismo sem consciência. E fiquei triste, fiquei arrependido de haver passado por ali, quando a cidade é assaz grande e todos os caminhos levam a Roma. Às vezes basta um sucesso desses para estragar o dia e eram apenas dez horas da manhã. Não podia andar sem ver um carro, duas pernas nuas, duas praças que as metiam no carro... Desviava os olhos, dobrava uma esquina, mas aí vinham as praças e as pernas. A visão perseguia-me.

De repente, bradou-me uma voz de dentro: “Mas, desgraçado, examinaste bem aquele preto? Sabes qual é a sua loucura?” A princípio não dei atenção a esta pergunta, que me pareceu tola, porquanto bastava que as ideias dele não fossem reais para serem a maior desgraça deste mundo; a curiosidade de saber o que efetivamente pensava o alienado, fez-me entrar no cérebro do infeliz. Qualquer outro acharia já nisto um princípio de alienação mental; mas a presunção que tenho de imaginar as coisas que andam na cabeça dos outros, e acertar com elas algumas vezes, deu-me ânimo para a tentativa.

¹ A antiga Capela Real e Imperial, no cruzamento entre as ruas Primeiro de Março e Sete de Setembro, desde 1892 era Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro; hoje voltou a ser a Igreja de Nossa Sra. do Carmo.

Lembrou-me que o preto, posto que sem calças, não era precisamente um *sans-culotte*.² Tinha um ar mesclado de sobranceira e melancolia. Não se opusera à entrada no carro, nem tentou sair, não falou, não resmungou. Os olhos que deitou para fora eram, como acima disse, plácidos. Suponhamos que ele acreditava ser o grão-duque da Toscana. Tanto melhor se já não há os ducados; era a maior prova da força imaginativa do homem.³

Assim, em vez de ser levado em carro de polícia, ia metido no esplêndido coche ducal, tirado por duas parelhas de cavalos negros. A rua da Assembleia, por onde subiu, apareceu-lhe larga e limpa, com vastas calçadas, e muitas senhoras nas janelas dando vivas a Ernesto XXIV; era provavelmente o nome deste grão-duque póstumo. No largo da Carioca fizeram-lhe parar o coche, diante da bela estação da Companhia⁴ de Carris do Jardim Botânico. Uma porção de senhoras, abrigadas da chuva, à espera dos bondes, saudaram respeitosamente a Sua Alteza. Sem sair do coche, Ernesto XXIV admirou o edifício, não só pelo estilo arquitetônico, como pelo conforto interior.

Chegado à rua do Lavradio, apeou-se à porta da secretaria da polícia.⁵ Tapetes, em vez de pontas de cigarros, receberam os pés do grão-duque, conduzido para o salão dos embaixadores, enquanto redigiam uma alocução. Cansado de esperar, ordenou que lhe levassem a alocução onde o achassem, e saiu a pé. Na praça Tiradentes viu a própria estátua na de Pedro I, e admirou a semelhança da cabeça, não menos que o brio do gesto. Depois de fazer a volta do gradil, foi convidado por uma comissão a entrar e repousar na estação dos bondes de Vila Isabel;⁶ aceitou e não gostou menos deste edifício que do do largo da Carioca. Achou até que os bancos de palhinha da⁷ Vila Isabel eram preferíveis aos bancos da companhia Jardim Botânico, estofados e forrados de couro de Córdoba. Ao sair, deixou paga a passagem de mil pessoas indigentes.

Já então muito povo o acompanhava. Descendo a rua do Ouvidor, não deixou de notar que era excessivamente larga.

² Na *Gazeta* está “*sans culotte*”, sem hífen. Aurélio tem *sans-culotte*, que é a forma correta. *Sans-culottes* eram os homens do povo que participaram na Revolução Francesa, chamados assim, depreciativamente, pelos nobres, que usavam calções até os joelhos (*culottes*), por causa das calças compridas que vestiam. Machado interpreta, como comumente acontece, como significando “sem calças” ou “nus da cintura para baixo”.

³ O grão-ducado da Toscana foi extinto em 1860. Nunca houve um grão-duque Ernesto, muito menos 24 deles.

⁴ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “companhia”, talvez para regularizar com “companhia Jardim Botânico” mais abaixo. Mas o título mais “formal” reforça a ironia, no contexto da parada suja e aberta à chuva que sem dúvida era a realidade.

⁵ A chefatura da polícia estava na rua do Lavradio, esquina da rua do Senado, perto da praça Tiradentes.

⁶ Eram estes bondes que levavam a população para o Jardim Zoológico e o jogo dos bichos: eram notoriamente atulhados e sujos.

⁷ Assim na *Gazeta* (ou seja “da [linha de] Vila Isabel”); Aurélio tem “de”.

– Uma rua destas, disse Ernesto XXIV, não pode exceder de duzentos metros de largura.⁸ Também não pode ter uns cinco ou seis metros, como se fosse um beco dos Barbeiros ilustrado.⁹ Não é que os becos estejam fora da civilização; ao contrário, toda civilização começa, moralmente, por um beco. Mas os becos, estreitos em demasia, servem antes ao mexerico, ao boato, à crítica mofina, etc. Com um piscar de olhos de uma calçada à outra indica-se uma senhora ou um cavalheiro que passa, e a facilidade do gesto convida à murmuração. Há mais a desvantagem de se atopetar depressa e com pouco. Não se dirá isto da rua do Ouvidor; mas assim tão larga, que mal se distinguem as pessoas de um para outro lado, traz perigo diverso e perde talvez na beleza...

Falando e andando, ordenou que o conduzissem à câmara dos deputados. A multidão o levou até lá, entre aclamações. A mesa, logo que soube da presença do grão-duque, mandou recebê-lo, e daí a pouco sentava-se Sua Alteza na tribuna do corpo diplomático. De pé, a câmara inteira saudou com vivas o ilustre hóspede, e, a um gesto deste, continuou a discussão de um projeto relativo ao câmbio.¹⁰ “Desta tribuna, senhores...” continuou o orador; e Ernesto XXIV, guiando o binóculo que lhe dera um camarista, viu efetivamente o orador no alto da tribuna. A lei que se discutia, proposta pelo dito orador, tinha por objeto fazer baixar o câmbio, cuja alça afigurava-se a alguns antes um mal que um bem. E o orador citava anedotas pessoais:

– Tudo que se vendia por alto preço, há dois meses, longe de ficar nele, como presumiam ignorantes, vai baixando de um modo, não direi vertiginoso, mas rápido. Ontem deixei de comprar um chapéu alto por 5\$000; perguntando ao chapeleiro que razão tinha para pedir tão¹¹ vil preço por um objeto importado e quando o câmbio estava abaixo do par, explicou-me que a elevação do câmbio a 34 permitia-lhe comprar barato os objetos do seu uso, e não seria justo nem econômico exigir agora por um chapéu mais do que lhe custavam as calças e as gravatas. (*Apoiados e não apoiados*).¹² UMA VOZ. – E por que não comprou V. Ex. o chapéu? – Respondo ao nobre deputado que por um motivo superior ao meu próprio entendimento. (*Nenhum rumor*). Sinto, receio, assombra-me a possibilidade de ver tudo a decrescer tanto no preço, que se dê nova crise econômica, ainda não vista nem prevista.

Indo a entrar em votação o projeto, Ernesto XXIV deixou a câmara e procurou a intendência municipal. Achou o edifício sólido e asseado. Os empregados estavam

⁸ Falava-se muito neste momento do “recuo” das fachadas das casas do centro velho do Rio, no processo de modernização da cidade que levaria ao “bota-abaixo” (ver também crônica de 28 de abril de 1895 [152], nota 1). A rua do Ouvidor, estreita como era, era o lugar por excelência dos boatos e dos flertes. Ver, por exemplo, o conto “Capítulo dos chapéus”.

⁹ O beco dos Barbeiros é uma passagem estreita entre a rua do Carmo e a Primeiro de Março.

¹⁰ O câmbio estava ainda estagnado em baixa, ao redor dos 10 $\frac{3}{4}$ pence por mil-réis. Nem no império chegou perto dos 34 – o “normal” era 27 pence.

¹¹ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “tal”.

¹² Na *Gazeta*, não se fecha o parêntese. Aurélio corrige.

alegres com o pagamento adiantado que lhes fizeram dos vencimentos de três meses.¹³ Estranhando este costume, ouviu do prefeito que ele se perdia na noite dos tempos e explicava-se pelo excesso de dinheiro que havia nas arcas da prefeitura. Pagas todas as dívidas do município, calçadas e reformadas as ruas, desentulhada a praia da Glória de um princípio de ponte que ali ficou, e a enseada de Botafogo de um esboço de muro com que se queria alargar a praia,¹⁴ seria desastroso suspender tão velho uso de fazer adiantamentos aos empregados em proveito de quê? Em proveito do bolor, que é o que dá no dinheiro parado.

– Sim, confesso que...

Não pôde acabar. Cerca de cem mil pessoas vieram aclamar o gentil grão-duque da Toscana, que honrava assim as nossas plagas. Ernesto XXIV ouviu e proferiu discursos, recebeu uma taça de ouro, com dizeres de brilhantes, cinco moças bonitas entre dezessete e vinte anos, para seus amores, sapatos envernizados, anéis, uma comenda...

Quando acabei essas e outras imaginações, perguntei a mim mesmo se o alienado da rua Sete de Setembro era tão infeliz como supusera. Que é para ele uma esteira, um cubículo e um guarda? coxins, um palácio e moças bonitas. Talvez o que presumes serem moças, palácio e coxins não passe de um guarda, uma esteira e um cubículo.



¹³ Os empregados do município não eram pagos por muito tempo. Esporadicamente, apareciam protestos nos jornais.

¹⁴ Já mencionada mais de uma vez n'“A Semana” (p. ex. crônica de 11 de dezembro de 1892 [34]), esta “ponte” fizera parte de um plano malsucedido de aterrar uma parte da baía, produto dos desvarios do Encilhamento. Não sei a qual muro Machado se refere na praia de Botafogo: foi por esta época que começaram as obras que facilitariam a passagem para a Urca.

A SEMANA – 173

John Gledson

“O coração lembrado e grato”: as palavras que Machado aplica a Tomás Coelho, a quem deveu a sua primeira importante promoção na burocracia, em 1876, poderiam também aplicar-se a Francisco Otaviano, morto há seis anos, e que lembra em seguida na ocasião do falecimento da sua viúva. A sua posição de dependência de ambos sem dúvida aumentava estes sentimentos, quanto mais quando havia, como nestes dois casos, respeito e admiração mútuos. O comentário sobre as árvores da rua do Cosme Velho é curioso e até divertido; o cronista que se diverte às custas dos bondes elétricos, e opõe-se em termos gerais às mudanças na cidade, muda de atitude quando se trata do seu próprio trajeto para o centro. E não esconde o interesse pessoal, apesar de não ser acionista da “Botanical Garden”: os bondes de que se trata “não passam *até aqui* do largo do Machado”. É interessante que, apesar de ser testemunha direta, Machado segue (e rebate) os argumentos e exemplos da reportagem da *Gazeta*.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 255-258.



A SEMANA

22 de setembro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

A semana acabou com um tristíssimo desastre. Sabeis que foi a morte do conselheiro Tomás Coelho, um dos brasileiros mais ilustres da última geração do império.¹ Não é mister lembrar os cargos que exerceu naquele regímen, deputado, senador, duas vezes ministro, na pasta da guerra e da agricultura. Se o império não tem caído, teria sido chefe de governo, talhado para esse cargo pela austeridade, talento, habilidade e influência pessoal.

Os que o viram de perto poderão atestar o afinco dos seus estudos e a tenacidade dos seus trabalhos. Unia a gravidade e a afabilidade naquela perfeita harmonia que exprime um caráter sério e bom. No mundo econômico exerceu análoga influência à que tinha no mundo político. A ambos, e a toda a sociedade deixa verdadeira e grande mágoa. Nem são poucos os que devem sentir palpitar o coração lembrado e grato.

A morte de Tomás Coelho, em qualquer circunstância, seria dolorosa; mas o repentino dela tornou o golpe maior. Às 5 horas da tarde de sexta-feira subiu a rua do Ouvidor, tranquilo e conversando; mais de um amigo o cortejou, satisfeito de o ver assim. Nenhum imaginava que quatro horas depois seria cadáver.

Outro óbito, não de homem político, mas que faz lembrar um varão igualmente ilustre, começou enlutando a semana. Há alguns anos que se despediu deste mundo um

¹ Tomás José Coelho de Almeida (1838-1895) foi ministro da agricultura em 1876, e Machado deveu-lhe a importante promoção a chefe de seção. Já na crônica de 20-21 de maio de 1888 de “Bons Dias!”, referira-se a ele (então ministro da guerra) como “homem justo, da tribo de Campos” (onde era dono de engenho). Era uma admiração mútua; Coelho compareceu à cerimônia em que Machado foi promovido a oficial da Ordem da Rosa, em 1888. A notícia da sua morte súbita, de síncope cardíaca, na casa de um amigo, aparece na *Gazeta* de sábado, 21 de setembro. Era diretor do Banco da República, e do Banco do Brasil sob o antigo regímen; era também, notoriamente, monarquista. Entre outras coisas diz a notícia: “A sua administração em qualquer das pastas assinalou-se pelos melhores serviços, sendo que entre os seus colegas a sua palavra e o seu conselho eram sempre ouvidos com grande acatamento.” A notícia do enterro vem no mesmo dia da crônica: houve mais de 300 carruagens. Entre os muitos presentes estava Machado de Assis.

dos seus atenienses: Otaviano.² Aquele culto e fino espírito, que o jornal, que a palestra, e alguma vez a tribuna, viram sempre juvenil, recolhera-se nos últimos dias, flagelado por terrível enfermidade. Não perdera o riso, nem o gosto, tinha apenas a natural melancolia dos velhos. Amigos iam passar com ele,³ para ouvi-lo somente, ou para recordar também. Os rapazes que só tenham vinte anos não conheceram esse homem que foi o mais elegante jornalista do seu tempo, entre os Rochas, e Amarais, quando apenas estreava este outro que a todos sobreviveu com as mesmas louçanias de outrora: Bocaiuva.⁴

A casa era no Cosme Velho. As horas da noite eram ali passadas, entre os seus livros, falando de coisas do espírito, poesia, filosofia, história, ou da vida da nossa terra, anedotas políticas, e recordações pessoais. Na mesma sala estava a esposa, ainda elegante, a despeito dos anos, espartilhada e toucada, não sem esmero, mas com a singeleza própria da matrona. Tinha também que recordar os tempos da mocidade vitoriosa, quando os salões a contavam entre as mais belas. O sorriso com que ouvia não era constante nem largo, mas a expressão do rosto não precisava dele para atrair a D. Eponina as simpatias de todos.

Um dia Otaviano morreu. Como as aves que Chateaubriand via⁵ irem do Illyssus⁶, na emigração⁷ anual,⁸ despediu-se aquela, mas sozinha, não como os casais de

² Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889) foi outra figura importante na vida de Machado, pois foi das primeiras amizades fortes e influentes que fez na literatura e no jornalismo, já em 1859. Era mulato, como Machado, e desempenhou papéis importantes na política e na diplomacia: a literatura, porém, era o seu amor principal; fez muitas traduções, de línguas clássicas e modernas. A sua admiração por Machado foi sólida: em maio de 1881, disse em carta que “de nossos contemporâneos és o príncipe”. Quando morreu, Machado dedicou-lhe uma nota relativamente curta mas muito comovida na *Gazeta* (29 de maio de 1889).

³ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “iam passar com ele algumas horas”. As duas palavras finais são uma correção silenciosa, e sem dúvida errada, do editor, que achava que “passar” não podia passar sem complemento. Mário de Alencar não estranha, e reproduz o texto do jornal.

⁴ Três jornalistas: Justiniano José da Rocha (1812-1862), jornalista célebre das primeiras décadas do Segundo Reinado, e autor do importante panfleto *Ação, reação, transação*; “Amaral” parece ser Ângelo Tomás do Amaral (1822-1911), que adquiriu o *Jornal da Tarde* em 1869, e convidou Machado a participar; Quintino Bocaiuva (1836-1912), como se sabe, foi grande amigo de Machado desde jovem, apesar das divergências políticas. Neste momento, era redator-chefe de *O Paiz*, o grande rival da *Gazeta*.

⁵ Na *Gazeta* está claramente “via”. Mário de Alencar e Aurélio, ambos têm “viu”. O imperfeito até traduz melhor o espírito, se não a gramática, da citação de Chateaubriand (“je les vis souvent”).

⁶ Está assim na *Gazeta*. Modernamente seria “Ilisso”. Parece claro que Machado, como no caso de “papyrus” na crônica de 8 de setembro (171), preferiu esta versão alatinada da palavra, em “us”, que preferimos manter. Mário de Alencar tem “Illyssus”; Aurélio, Ilíssus.

⁷ Notando que o jornal tem “imigração” (“immigração” na ortografia da época), Aurélio diz que é provavelmente lapso de autor. Estará com a razão, dado o sentido da frase como um todo (“irem”, “despediu-se”). Mário de Alencar tem “imigração”.

⁸ Citação da primeira parte do *Itinéraire de Paris à Jérusalem* (1811), de François-René de Chateaubriand (1768-1848), das mais repetidas por Machado. Em seu capítulo “As repetições de Machado de Assis”, em *Machado de Assis desconhecido* (p. 205-207), Raimundo Magalhães Júnior lista pelo menos seis casos, que vão de 1863 (n.º *O Futuro*) até 15 de novembro de 1896 (onde menciona o *Itinéraire*), passando por *Memórias póstumas* (primeiro capítulo), e pelo poema “herói-cômico”, *O Almada*. O rio, na Antiguidade,

arribação. D. Eponina ficou, mas acaba de sair também deste mundo. Morreu e enterrou-se quarta-feira.⁹ Quantas se foram já, quantas ajudam o tempo a esquecer-las, até que a morte as venha buscar também! Assim vão umas e outras, enquanto este século se fecha e o outro se abre, e a juventude renasce e continua. Isso que aí fica é vulgar, mas é daquele vulgar que há de sempre parecer novo como as belas tardes e as claras noites. É a regra também das folhas que caem... Mas, talvez isto vos¹⁰ pareça Millevoye em prosa; falemos de outro Millevoye sem prosa nem verso.¹¹

Refiro-me às árvores do mesmo bairro do Cosme Velho, que, segundo li, já foram e têm de ser derrubadas pela Botanical Garden. A *Gazeta* por si, e o *Jornal do Commercio*, por si e por alguém que lhe escreveu, chamaram a atenção da autoridade municipal para a destruição de tais árvores, mas a Botanical Garden explicou que se trata de levar o bonde elétrico ao alto do bairro, não havendo mais que umas cinco

corria fora dos muros de Atenas. O próprio Chateaubriand usa a imagem mais de uma vez. Eis aqui a passagem original: ele está contrastando a secular migração das cegonhas com a mutabilidade das coisas humanas (em Atenas naquele momento, a superposição de três culturas, a antiga, a muçulmana, e a cristã):

“Cette mobilité des choses humaines est d’autant plus frappante qu’elle contraste avec l’immobilité du reste de la nature. Comme pour insulter à l’instabilité des sociétés humaines, les animaux n’éprouvent ni bouleversements dans leurs empires ni altérations dans leurs mœurs. J’avais vu, lorsque nous étions sur la colline du Musée, des cigognes se former en bataillon et prendre leur vol vers l’Afrique. Depuis deux mille ans elles font ainsi le même voyage; elles sont restées libres et heureuses dans la ville de Solon comme dans la ville du chef des eunuques noirs. Du haut de leurs nids, que les révolutions ne peuvent atteindre, elles ont vu au-dessous d’elles changer la race des mortels; tandis que des générations impies se sont élevées sur les tombeaux des générations religieuses, la jeune cigogne a toujours nourri son vieux père. Si je m’arrête à ces réflexions, c’est que la cigogne est aimée des voyageurs; comme eux, ‘elle connaît les saisons dans le ciel’. Ces oiseaux furent souvent les compagnes de mes courses dans la solitude de l’Amérique; je les vis souvent perchés sur les wigwum du sauvage; en les retrouvant dans une autre espèce de désert, sur les ruines du Parthénon, je ne pus m’empêcher de parler un peu de mes anciens amis.” [Esta mutabilidade das coisas humanas é tanto mais impressionante no seu contraste com a imobilidade do resto da natureza. Como para insultar a instabilidade das sociedades humanas, os animais não sofrem nem convulsões nos seus impérios nem alterações nos seus costumes. Tinha visto, quando estávamos sobre a colina do Museu, várias cegonhas formar-se em batalhão e levantar voo em direção à África. Há dois mil anos fazem assim a mesma viagem; permaneceram livres e felizes na cidade de Sólon como na do chefe dos eunucos negros. Do alto dos seus ninhos que as revoluções não podem atingir, elas viram embaixo delas mudar a raça dos mortais; enquanto as gerações ímpias elevaram-se sobre as tumbas das gerações religiosas, a jovem cegonha sempre nutriu seu velho pai. Se me detenho nestas reflexões, é que a cegonha é querida dos viajantes; como eles, “conhece as estações do céu”. Estes pássaros foram muitas vezes os companheiros de minhas jornadas na solidão da América; vi-os muitas vezes pousados sobre as tendas do selvagem; achando-os numa outra espécie de deserto, sobre as ruínas do Partenon, não pude deixar de falar um pouco de meus velhos amigos.]

⁹ D. Eponina de Almeida Rosa tinha sido uma das belezas do seu tempo, e reputada amante de d. Pedro II, que a tuteava nas suas cartas. Em carta de 22 de setembro para Salvador de Mendonça, Machado fala desta morte, e diz: “Morreu quarta-feira, e uma só folha, creio, deu notícia da sua morte, sem uma só palavra, a não ser o nome do marido. Assim se vão as figuras de outrora!”

¹⁰ A *Gazeta* tem “nos”, e é seguida por Mário de Alencar. Aurélio tem “vos”, que faz melhor sentido (o “n” e o “v” são também facilmente confundíveis na escrita).

¹¹ Charles-Hubert Millevoye (1782-1816), poeta francês, “estrela pálida e doce”, segundo Sainte-Beuve, autor de várias elegias, das quais a mais famosa é “La chute des feuilles”, que conta a história de um jovem doente que morre num bosque outonal.

árvores destinadas à morte.¹² Achei a explicação aceitável. Os bondes de que se trata não passam até aqui do largo do Machado. As viagens são mais longas do que antes, é certo, mas não é por causa da eletricidade; são mais longas por causa dos comboios de dois e três carros, que param com frequência. A incapacidade de um ou outro dos chamados motorneiros é absolutamente alheia à demora. Pode dar lugar a algum desastre, mas a própria companhia já provou, com estatísticas, que os bondes elétricos fazem morrer muito menos gente que o total dos outros carros.

Demais, é natural que nas terras onde a vegetação é pouca, haja mais avareza com ela, e que em Paris se trate de salvar o Bois de Boulogne e outros jardins. Nos países em que a vegetação é de sobra, como aqui, podem despir-se dela as cidades. Uma simples viagem ao sertão leva-nos a ver o que nunca hão de ver parisienses. Assim respondo à *Gazeta*, não que seja acionista da companhia, mas por ter um amigo que o é. Nem sempre os burros hão de dominar. Se os do Ceará nos deram o exemplo de jornadas ao lado da estrada de ferro, concorrendo com ela no transporte da carga, foi com o único fito de defender o carrancismo. Burro é atrasado e teimoso; mas os do Ceará acabaram por ser vencidos.¹³ O mesmo há de acontecer aos nossos. Agora, que a vitória da eletricidade no Cosme Velho e nas Laranjeiras devesse ser alcançada poupando as árvores, é possível; mas sobre este ponto não conversei com autoridade profissional.

¹² Na *Gazeta* do dia 18 de setembro (quarta-feira), p. 1, col. 5. aparece esta notícia, sob a manchete “ÀS ARMAS!”: “É caso para revolução, se os vândalos que têm andado aí pela cidade a devastar árvores, atacam agora as do Cosme Velho. Desta vez é a companhia do Jardim Botânico, que quer instalar nesse lugar, um dos mais formosos do Rio de Janeiro, a horrenda caranguejola com que enfeia as ruas para por elas passarem os seus bondes elétricos, esmagando pernas. / Até hoje, pode-se dizer que o público ainda não tirou proveito algum de tal melhoramento, que se tem aproveitado a alguém é unicamente à companhia. As viagens nada ganharam com essa rapidez, porque se os carros andam três vezes mais depressa, em compensação, graças aos comboios, param três vezes mais, e no fim dá certo, é sempre o mesmo passo de tartaruga; isto sem contar as interrupções, mais frequentes que com a tração animal. / (...) Elas [as árvores] não são só úteis para o saneamento do lugar, são de uma beleza incomparável, ao do Cosme Velho, e só bárbaros podem pensar em destruí-las para pôr em seu lugar os postes e arames desgraciosos dos já célebres elétricos. / Nós não temos quem cuide de aformosear a cidade pela arte, mas ao menos não devemos consentir que nos privem das belezas naturais em proveito de uma empresa particular. / Dizem-nos que os moradores do lugar opuseram-se à devastação; têm razão às carradas, e devem opor-se até pela força. É uma barbaridade e uma barbaridade inútil destruir aquilo que se não pode fazer de novo. / Ainda há pouco publicamos notícia dos esforços que faz a comissão da exposição universal de 1900 em Paris para não tocar nas árvores, e no entanto trata-se de coisa muito mais importante e grandiosa que a instalação dos elétricos; mas é que em Paris tem-se a noção do útil e do belo, e isto aqui não diremos que é um país de botocudos, para não injuriar os botocudos.” No sábado, dia 21 (p. 2, col. 5) vem a notícia de que a companhia quer deitar abaixo apenas cinco árvores (e árvores *velhas*, insistem). No *Jornal do Commercio*, o assunto também aparece nessa quarta-feira (p. 3, col. 6), na reportagem sobre a sessão do Conselho Municipal, em que o sr. Herédia de Sá diz que os moradores da rua reclamam contra o abuso que está cometendo a companhia, que, “para colocar as suas redes elétricas, tem estragado de uma maneira extraordinária os arvoredos existentes naquela rua”; e diz ainda o orador: “O grande bosque existente na parte terminal da rua Cosme Velho é de grande vantagem para a higiene...”

¹³ Não encontrei a notícia que deu origem a este comentário.

Ao menos conto que não terão posto abaixo alguma das árvores da chácara de D. Olímpia, naquele bairro, – a mesma que o Sr. Aluísio Azevedo afirma ter escrito o *Livro de uma sogra*, que ele acaba de publicar, e que eu vou¹⁴ acabar de ler.¹⁵



¹⁴ Na *Gazeta*, e em Mário de Alencar está assim. Aurélio omite o “eu”.

¹⁵ Ver a crônica seguinte.

A SEMANA – 174

John Gledson

Ao longo da primeira parte desta crônica, sente-se a presença de um conflito ou agitação, obliquamente referida, mas que para o leitor contemporâneo seria mais do que óbvia – a briga sobre a anistia, completa ou condicional, dos revoltosos gaúchos e outros; os detalhes desta “briga sobre a paz” estão na nota 8. As citações de Renan mostram um pouco do pensamento de Machado sobre o assunto, que combina com o de Ferreira de Araújo, embora mais “abstrato”, visando à inevitabilidade do conflito nos negócios humanos. É evidente a ligação com o enredo de *Esau e Jacó*. As reflexões sobre a loucura condizem com um dos temas ocasionais destas crônicas, a complexidade da natureza humana. É interessante que na resenha de *O livro de uma sogra*, Machado focalize menos os comentários sobre o matrimônio – embora enfatize com Balzac que se trata de uma instituição humana, não natural – e mais o aspecto estético do livro e o estatuto da narração. Adivinha-se talvez a gestação de *Dom Casmurro*. Em novembro de 1896, publicaria na *Revista Brasileira* “Um agregado”, versão primitiva de alguns dos primeiros capítulos do romance. Já em carta a Magalhães de Azeredo de 26 de maio de 1895, fala nos começos da composição de um romance que muito verossimilmente será *Dom Casmurro*, ainda sem título.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 258-263.



A SEMANA

29 de setembro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Quando a vida cá fora estiver tão agitada e aborrecida que se não possa viver tranquilo e satisfeito, há um asilo para a minha alma, – e para o meu corpo, naturalmente.

Não é o céu, como podeis supor. O céu é bom, mas eu imagino que a paz lá em cima não estará totalmente consolidada. Já lá houve uma rebelião; pode haver outras. As pessoas que vão deste mundo, anistiadas ou perdoadas por Deus, podem ter saudades da terra e pegar em armas. Por pior que a achem, a terra há de dar saudades, quando ficar tão longe que mal pareça um miserável pontinho preto no fundo do abismo. Oh! pontinho preto¹ que foste o meu infinito (exclamarão os bem-aventurados), quem me dera poder trocar esta chuva de maná pela fome do deserto! O deserto não era inteiramente mau; morria-se nele, é verdade, mas vivia-se também; e uma ou outra vez, como nos povoados, os homens quebravam a cabeça uns aos outros, – sem saber por quê, como nos povoados.

Não, devota amiga da minha alma, o asilo que buscarei, quando a vida for tão agitada como a desta semana, não é o céu, é o Hospício dos Alienados. Não nego que o dever comum é padecer comumente, e atacarem-se² uns aos outros, para dar razão ao bom Renan, que pôs esta sentença na boca de um latino: “O mundo não anda senão pelo ódio de dois irmãos inimigos.”³ Mas, se o mesmo Renan afirma, pela boca do mesmo latino, que “este mundo é feito para desconcertar o cérebro humano”, irei para onde se recolhem os desconcertados, antes que me desconcertem a mim.

Que verei no hospício? O que vistes quarta-feira numa exposição de trabalhos feitos pelos pobres doidos, com tal perfeição que é quase uma fortuna terem perdido o

¹ Assim na *Gazeta* e em Mário de Alencar. Aurélio insere uma vírgula.

² A *Gazeta* tem “atacaram-se”, erro corrigido por Mário de Alencar e Aurélio.

³ Duas citações do final de *Le Prêtre de Nemi* (1885), “drame philosophique” de Ernest Renan (1823-1892): “Le monde ne marche que par la haine de frères ennemis” (*sic*, sem “dois”), e “Le train du monde est fait pour détraquer le cerveau humain” (um pouco antes na mesma fala, na verdade de “diversas vozes” do povo de Alba Longa, “latino” [de Latium], mas inimigo de Roma).

juízo. Rendas, flores, obras de lã, carimbos de borracha, facas de pau, uma infinidade de coisas mínimas, geralmente simples, para as quais não se lhes pede mais que atenção e paciência.⁴ Não fazendo obras mentais e complicadas, tratados de jurisprudência ou constituições políticas, nem filosofias nem matemáticas, podem achar no trabalho um paliativo à loucura, e um pouco de descanso à agitação interior. Bendito seja o que primeiro cuidou de encher-lhes o tempo com serviço, e recompor-lhes em parte os fios arrebatados da razão.

Mas não verei só isso. Verei um começo de Epimênides,⁵ uma mulher que entrou dormindo, em 14 de setembro do ano passado, e ainda não acordou. Já lá vai um ano. Não se sabe quando acordará; creio que pode morrer de velha, como outros que dormem apenas sete ou oito horas por dia, e ir-se-á para a cova, sem ter visto mais nada. Para isso, não valerá a pena ter dormido tanto. Mas suponhamos que acorde no fim deste século ou no começo do outro; não terá visto uma parte da história, mas ouvirá contá-la, e melhor é ouvi-la que vivê-la. Com poucas horas de leitura ou de oitiva, receberá notícia do que se passou em oito ou dez anos, sem ter sido nem atriz, nem comparsa, nem público. É o que nos acontece com os séculos passados. Também ela nos contará alguma coisa. Dizem que, desde que entrou para o hospício, deu apenas um gemido, e pôe algumas vezes a língua de fora. O que não li é se, além da⁶ tal letargia, goza do benefício da loucura. Pode ser; a natureza tem desses obséquios complicados.

Aí fica dito o que farei e verei para fugir ao tumulto da vida. Mas há ainda outro recurso, se não puder alcançar aquele a tempo: um livro que nos interesse, dez, quinze, vinte livros. Disse-vos no fim da outra *semana* que ia acabar de ler o *Livro de uma sogra*.⁷ Acabei-o muito antes dos acontecimentos que abalaram o espírito público. As

⁴ Vários jornais têm reportagens na quinta-feira, 26 de setembro, sobre esta visita ao Hospício (agora Palácio Universitário, na Praia Vermelha) de três ministros e muitas pessoas da alta sociedade; faz-se o elogio das instalações, e da generosidade no tratamento dos loucos. Delas, é provável que Machado tenha lido mais de uma – a da *Gazeta*, do *Paiz*, do *Jornal do Commercio*, ou de outros jornais. Eis um breve exemplo da reportagem da *Gazeta*: “Nessa exposição veem-se bem trabalhadas flores artificiais, crochet, rendas, crivo e trabalhos de lã, destacando-se uma coroa brasileira feita a bico de pena e carimbos de borracha feitos a canivete.” A história da mulher dormida aparece em todas as reportagens que lemos. Eis a versão da *Gazeta*: “foi-nos mostrado uma doente de nome Teodora, de 24 anos presumíveis, que ali se acha há mais de um ano, em profundo sono, sendo alimentada artificialmente. / Essa doente foi levada para o hospício dormindo, e até hoje ainda não despertou dessa letargia. / Faz os movimentos que se lhe ordenam, mas com os olhos fechados e sentada em uma cadeira. Os médicos diagnosticaram sono patológico, letargia histérica.” Certos detalhes, porém, a data de entrada (14 de setembro), o gemido (“Ai, meu Deus”) e o fato de pôr a língua de fora não aparecem na *Gazeta*, e foram colhidos provavelmente n’*O Paiz*, cuja reportagem está na p. 2, cols. 2 e 3, onde constam esses detalhes.

⁵ Poeta e profeta cretense, do século VI a.C. Segundo uma lenda, o pai mandou-o procurar uma ovelha perdida, entrou numa caverna e dormiu 57 anos.

⁶ Assim na *Gazeta*, e em Mário de Alencar. Aurélio tem “de”.

⁷ *O livro de uma sogra*, de Aluísio Azevedo (1857-1913), acabava de ser publicado, e foi muito discutido nos jornais, criando polêmica. Este comentário talvez seja dos mais simpáticos. Como diz José Veríssimo numa resenha mais comprida e mais negativa: “O primeiro livro brasileiro que conheço, em que o casamento é posto em questão e discutido nos seus elementos e nos seus efeitos.” Faz parte de uma tendência mais geral na literatura, inspirada em parte pela obra de Tolstói e o teatro de Ibsen, de falar

letras também precisam de anistia.⁸ A diferença é que, para obtê-la, dispensam votação. É ato próprio; um homem pega em si, mete-se no cantinho do gabinete, entre os seus livros, e elimina o resto. Não é egoísmo, nem indiferença; muitos sabem em segredo o que lhes dói do mal político; mas, enfim, não é seu ofício curá-lo. De todas as coisas humanas, dizia alguém com outro sentido e por diverso objeto, – a única que tem o seu fim em si mesma é a arte.⁹

Sirva isto para dizer que a fortuna do livro do Sr. Aluísio Azevedo é que, escrito para curar um mal, ou suposto mal, perde desde logo a intenção primeira para se converter em obra de arte simples. D. Olímpia é um tipo novo de sogra, uma sogra *avant la lettre*. Antes de saber com quem há de casar a filha, já pergunta a si mesma (pág. 112) de que maneira “poderá dispor do genro e governá-lo em sua íntima vida conjugal.”¹⁰ Quando lhe aparece o futuro genro, consente em dar-lhe a filha, mas pede-lhe obediência, pede-lhe a palavra, e, para que esta se cumpra, exige um papel em que Leandro avise à polícia que não acuse ninguém da sua morte, pois que ele mesmo pôs termo a seus dias; papel que será renovado de três em três meses. D. Olímpia declara-lhe, com franqueza, que é para salvar a sua impunidade, caso haja de o mandar matar.

menos do adultério e mais do casamento em si e de seus males. Apesar de falar bastante abertamente do que Machado chama de “particularidades fisiológicas” (i.e., da sexualidade, menstruação, gravidez, parto etc.), o livro, o último de Azevedo, antes de desistir da literatura e dedicar-se à diplomacia, abandona o naturalismo: os “processos anteriores” aos quais Machado se refere, e a que se opunha totalmente. O mais interessante talvez seja o comentário que o livro, “escrito para curar um mal, ou suposto mal, perde desde logo a intenção primeira para se converter em obra de arte simples.” Machado nota o que outros críticos, inclusive Veríssimo, não notaram, que o grosso do livro está escrito por D. Olímpia, a sogra, o que pode deslocar o foco do enredo e da “doutrina” do livro para a narradora, “um tipo novo de sogra” – é este deslocamento que opera essa “conversão” em obra de arte.

⁸ A anistia para os rebeldes rio-grandenses era o grande assunto da semana, comentada longamente por Ferreira de Araújo nas “Cousas políticas” da segunda-feira, e debatida na câmara, sobretudo na quarta-feira, dia 25, “apinhadas as galerias, repletas as tribunas, invadido o recinto por uma onda de curiosos”. Tratava-se de decidir se a anistia devia ser completa ou condicional (proibindo os revoltosos de voltar ao exército por dois anos; também perderiam o salário por esse período). Na verdade, a querela servia para dividir os que apoiavam Prudente de Moraes (a favor da anistia completa), e os (ex-)florianistas, do Partido Federal Republicano, liderados por Francisco Glicério, mais intransigentes. Nesse sentido, a leitura de “Cousas políticas” é instrutiva. Entre outras coisas, diz: “Se o governo do Sr. Prudente de Moraes não durar, por efeito de lutas políticas partidárias, os quatro anos do período legal, o partido republicano federal [que tinha apoiado sua eleição, em março de 1894] edificou na areia, e o serviço prestado ao país perde noventa e nove por cento do seu valor.” Depois da votação da câmara (contra a anistia completa, e a favor da condicional) na quarta-feira, dia 25, houve manifestações agressivas, e quase briga, fora do congresso – Francisco Glicério teria sido ameaçado com um revólver, e fugiu para dentro. A *Gazeta* lamenta esses acontecimentos, dizendo que se devem respeitar os resultados das votações, embora estivesse contra eles. No dia seguinte, 26, houve intenso bate-boca na câmara, e teve que ser suspensa a sessão.

⁹ Não pude localizar esta citação com certeza. Machado a usa, com as mesmas palavras textuais, na crônica de 8 de janeiro de 1893 (38), onde a atribui a “um estético”. O fato de citar duas vezes sem atribuição pode até significar que ele mesmo não conhecesse a origem exata das palavras. Exprime, porém, um dos fundamentos essenciais da estética de Immanuel Kant (1724-1804): só uma obra de arte tem “Zweckmässigkeit ohne Zweck”, ou seja, tem as qualidades de algo feito para um determinado fim, mas de fato não está feita para nenhum fim em particular.

¹⁰ Assim na *Gazeta* e em Mário de Alencar. Aurélio coloca o ponto fora das aspas.

Leandro aceita a condição; talvez tenha a mesma impressão do leitor, isto é, que a alma de D. Olímpia não é tal que chegue ao crime.

Cumpra-se, entretanto, o plano estranho e minucioso, que consiste em regular as funções conjugais de Leandro e Palmira, como a famosa sineta dos jesuítas do Paraguai.¹¹ O marido vai para Botafogo, a mulher para as Laranjeiras. Balzac estudou a questão do leito único, dos leitos unidos, e dos quartos separados; D. Olímpia inventa um novo sistema, o de duas casas, longe uma da outra. Palmira concebe, D. Olímpia faz com que o genro embarque imediatamente para a Europa, apesar das lágrimas dele e da filha. Quando a moça concebe a segunda vez, é o próprio genro que se retira para os Estados Unidos. Enfim, D. Olímpia morre e deixa o manuscrito que forma este livro, para que o genro e a filha obedeçam aos seus preceitos.

Todo esse plano conjugal de D. Olímpia responde ao desejo de evitar que a vida comum traga a extinção do amor no coração dos cônjuges. O casamento, a seu ver, é imoral. A mancebia também é imoral. A rigor,¹² parece-lhe que, nascido o primeiro filho, devia dissolver-se o matrimônio, porque a mulher e o marido podem acender em outra pessoa o desejo de conceber novo filho, para o qual já o primeiro cônjuge está gasto; extinta a ilusão, é mister outra. D. Olímpia quer conservar essa ilusão entre a filha e o genro. Posto que raciocine o seu plano, e procure dar-lhe um tom especulativo, de mistura com particularidades fisiológicas, é certo que não possui noção exata das coisas, nem dos homens.

Napoleão disse um dia, ante os redatores do código civil, que o casamento (entenda-se monogamia) não derivava da natureza, e citou o contraste do ocidente com o oriente. Balzac confessa que foram essas palavras que lhe deram a ideia da *Fisiologia*.¹³ Mas o primeiro faria um código, e o segundo enchia um volume de observações soltas e estudos analíticos. Diversa coisa é buscar constituir uma família

¹¹ Esta sineta fez fama em 1867, quando Zacarias de Góis e Vasconcelos, então presidente do conselho, aludiu ao suposto costume dos padres jesuítas, nas suas “reducciones” no Paraguai, de agitar uma sineta para “regular as funções de reprodução”. Para mais detalhes, ver a nota 3 da crônica de 6 de janeiro de 1895 (136).

¹² A *Gazeta* e Mário de Alencar têm “A vigor”, erro que Aurélio corrige.

¹³ A *Fisiologia do casamento*, de Honoré de Balzac (1799-1850), é uma obra dos anos 1820 (isto é, de um homem jovem). Começa assim: “Le mariage ne dérive point de la nature. – La famille orientale diffère entièrement de la famille occidentale. – L’homme est le ministre de la nature, et la société vient s’enter sur elle. – Les lois sont faites pour les mœurs, et les mœurs varient.’ / Le mariage peut donc subir le perfectionnement graduel auquel toutes les choses humaines paraissent soumises. / Ces paroles, prononcées devant le Conseil d’État par Napoléon, lors de la discussion du Code civil, frappèrent vivement l’auteur de ce livre; et, peut-être, à son insu, mirent-elles en lui le germe de l’ouvrage qu’il offre aujourd’hui au public.”

[“O casamento não deriva absolutamente da natureza. – A família oriental difere totalmente da família ocidental. – O homem é o ministro da natureza, e a sociedade vem se enxertar nela. – As leis são feitas pelos costumes, e os costumes variam.’ / O casamento pode então passar pelo aperfeiçoamento gradual ao qual todas as coisas humanas parecem submetidas. / Estas palavras, pronunciadas diante do Conselho de Estado por Napoleão, quando da discussão do Código civil, tocaram vivamente o autor deste livro; e talvez, sem que ele soubesse, plantaram nele o germen da obra que hoje ele oferece ao público.”]

sobre uma combinação de atos irreconciliáveis, como remédio universal, e algo perigosos. D. Olímpia, querendo evitar que a filha perdesse o marido pelo costume do matrimônio, arrisca-se a fazer-lho perder pela intervenção de um amor novo e transatlântico.

Tal me parece o livro do Sr. Aluísio Azevedo. Como ficou dito, é antes um tipo novo de sogra que solução de problema. Tem as qualidades habituais do autor, sem os processos anteriores, que¹⁴ aliás, a obra não comportaria. A narração, posto que intercalada de longas reflexões e críticas, é cheia de interesse e movimento. O estilo é animado e colorido. Há páginas de muito mérito, como o passeio à Tijuca, os namorados adiante, o Dr. César e D. Olímpia atrás. A linguagem em que esta fala da beleza da floresta e das saudades do seu tempo é das mais sentidas e apuradas do livro.



¹⁴ Assim na *Gazeta* e Mário de Alencar. Aurélio insere uma vírgula.

A SEMANA – 175

John Gledson

Esta crônica parece dominada por um tema central à série inteira: a “globalização”, aqui representada pelos telegramas que vinham nas primeiras páginas dos jornais. As notícias internacionais, cada vez mais variadas e detalhadas, chegavam com rapidez e abundância crescentes. Nesta, como noutras crônicas, levam a uma visão de desastre apocalíptico, bastante comum nos cenários do “fim do século”. Nas palavras da crônica de 23 de dezembro de 1894 (134): “Andará a terra com dores de parto, e alguma coisa vai sair dela, que ninguém espera nem sonha?”

As notícias vêm divididas entre locais (o naufrágio do *Uruguai*, o incêndio da fábrica da Companhia de Luz Esteárica) e internacionais, mas outro assunto, aludido “de passagem” (e no clímax genial da crônica), liga as duas. Quando a notícia dos “autos desaparecidos” (ver nota 3) apareceu, no dia em que Machado escrevia a crônica anterior a esta (sábado, 28 de setembro), parece claro que a “armazenou”, porque dava seguimento inesperado a uma referência bem anterior, de agosto de 1893, e que evocava uma obsessão contínua desta série, o Encilhamento, e uma das suas figuras mais escandalosas, o conde Sebastião de Pinho, o “salteador” aludido.

Como se quisesse dar a si mesmo e ao leitor um descanso no meio destas turbulências, Machado escapa, com a mais tênue das justificações (pelo menos até segunda ordem), para uma lembrança do passado, dos primeiros anos da década de 1860, quando se juntou ao movimento para a renovação do teatro brasileiro, e ao grupo de artistas de vários gêneros que se envolveram nele. Pode ser que haja mais a ser descoberto sobre esta passagem meio estranha, com a citação francesa que dificilmente (?) seria reconhecida pelos seus leitores, mas temos informação suficiente para identificar seu ambiente e significado.

O jornal microfilmado está um pouco gasto ou mutilado ao longo da primeira coluna da crônica. Em geral, combinando-se com a leitura de Aurélio, isto não cria dificuldades. Ao pé da página, porém, falta a maior parte das últimas sete linhas, da

citação espanhola (“Passeava-se el Rey Moro”) em diante até “falam”; a segunda coluna começa por “dela com saudades”.



A SEMANA

6 de outubro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Quem põe o nariz fora da porta, vê que este mundo não vai bem. A Agência Havas¹ é melancólica. Todos os dias enche os jornais, seus assinantes, de uma torrente de notícias que, se não matam, afligem profundamente. Ao pé delas, que vale o naufrágio do pacote alemão *Uruguai*, em Cabo Frio?² Nada. Que vale o incêndio da fábrica da companhia Luz Esteárica? Coisa nenhuma. Não falo do desaparecimento de uns autos célebres,³ peça que está em segunda representação, à espera de terceira,

¹ A Agência Havas foi a primeira agência de imprensa francesa, fundada em 1835, e dominava as notícias telegráficas que encabeçavam as primeiras páginas dos melhores jornais.

² A notícia do naufrágio do *Uruguai* em Cabo Frio, numa viagem de Buenos Aires a Hamburgo, apareceu nos jornais do dia 2 de outubro (*O Paiz*, p. 2, col. 4); os sobreviventes foram resgatados pela canhoneira inglesa *Beagle*, que os trouxe ao Rio de Janeiro. A notícia do incêndio, “de grande intensidade e violência”, na fábrica de velas e produtos graxos em S. Cristóvão, pertencente à Cia. Luz Esteárica, apareceu nos jornais do mesmo dia 2 de outubro (*O Paiz*, p. 1, col. 5).

³ A primeira referência que Machado fez a este assunto está na crônica de 13 de agosto de 1893 (69), onde diz que “Alguma notícia que vi, como o arrombamento de um cartório e o desaparecimento de uns autos, é por ouvi-la contar.” Refere-se, elipticamente, a um dos muitos escândalos decorrentes do Encilhamento, e que envolvia o conde Sebastião de Pinho, banqueiro português (ver ilustração ao final da crônica). Na nota 3 a essa crônica, expliquei: “No dia 7 [de agosto], tinham sido roubados de um cartório os autos que continham o depoimento das testemunhas do sumário de culpa do Conde Sebastião de Pinho e outros, no processo da Empresa Industrial e Colonizadora do Brasil.” O assunto volta à tona, então, mais de dois anos depois, no *Jornal do Commercio* de sábado, 28 de setembro de 1895 (p. 2, col. 3), num item intitulado “Autos desaparecidos”, que passo a citar, e que, com seus detalhes quase cômicos, dá ideia da corrupção de que se tratava: “Em junho de 1892 a Empresa Industrial Colonizadora do Brasil remeteu ao Dr. subprocurador do Distrito Federal os documentos legais indispensáveis para aquela autoridade denunciar, como efetivamente denunciou, o Conde de Sebastião de Pinho por crimes cometidos como incorporador das empresas ‘Terras, Colonização e Norte e Oeste do Brasil’ (*sic*), de cuja fusão resultou a empresa acima declarada. / Com grandes delongas e protelações correu este processo os seus termos legais, sob a fiscalização do juiz, hoje desembargador Miranda Ribeiro, tendo sido o réu duas vezes preventivamente preso e solto por acórdão do Supremo Tribunal Federal, havendo por essas ocasiões agitadíssimas questões na imprensa. / Quando aquele processo-crime, depois de quase dois anos se achava em termos de pronúncia, desapareceram os autos do cartório do escrivão Ferreira Leite. Restaurados eles, depois da suspensão do escrivão por 15 dias, começou a servir no feito o escrivão Cabral Velho, dando-se as mesmas delongas e correndo o processo de juiz em juiz até que, depois de haver agora o Dr. subprocurador do Distrito Federal opinado pela pronúncia de Pinho, desapareceram ontem novamente do cartório de Cabral os autos. / Muitas são as vezes que sobre este escandaloso processo, tão protelado, se tem chamado pela imprensa a atenção do Conselho do Tribunal Civil e

porque não é propriamente um drama, embora haja nela um salteador ou coisa que o valha, como nas de Montépin;⁴ é um daqueles mistérios da Idade Média, ornado de algumas expressões modernas sem realidade, como esta: – *Ce pauvre Auguste! On l'a mis au poste. – Dame, c'est triste, mais c'est juste. – Ce pauvre Auguste!*⁵ Expressão sem realidade, pois ninguém foi nem irá para a cadeia, por uns autos de nada.

Foi o Chico Moniz Barreto, violinista filho de poeta,⁶ que trouxe de Paris aquela espécie de mofina popular, que então corria nas escolas e nos teatros. Lá vão trinta anos! Talvez poucos franceses se lembrem dela; eu, que não sou francês, nem fui a Paris, não a perdi de memória por causa do Chico Moniz Barreto, artista de tanto talento, discípulo de Allard,⁷ um rapaz que era todo arte, brandura e alegria. A graça principal estava na prosódia das mulheres do povo em cuja boca era posto esse trecho de diálogo, – e que o nosso artista baiano limitava⁸ suprimindo os *tt* às palavras: – *Ce*

Criminal. / Este fato está oficialmente conhecido do Presidente do Tribunal Civil e Criminal, pela comunicação que acaba de fazer o escrivão do feito, e esperamos que desta vez se tomem as devidas medidas de repressão, para desagravo da justiça e da moralidade pública.”

⁴ Xavier Henri Aymon Perron, conde de Montépin (1823-1902), foi romancista e dramaturgo dos mais populares do séc. XIX. Escreveu inúmeros romances folhetinescos, muitos deles publicados na *Gazeta* e noutros jornais.

⁵ Não encontramos a fonte desta citação: deve originar de um texto cômico ou satírico (uma mofina é um texto difamatório, geralmente publicado em jornal, embora aqui, parece, figurasse nos teatros e nas escolas...). Significa “– Coitado desse Augusto! Foi para a cadeia! – Bem, é triste mas é justo! – Coitado desse Augusto!” Deduzo o significado da segunda frase em parte do contexto da crônica, e da frase seguinte dela. “Delegacia” é um significado frequente da palavra francesa “poste (de police)”.

⁶ Trata-se de um dos filhos de Francisco Moniz (ou Muniz) Barreto (1804-1868), baiano, e que foi, segundo Sacramento Blake (vol. III, p. 56) “um dos maiores poetas do Brasil, como repentista não me consta que alguém o excedesse.” É mais difícil encontrar informações detalhadas sobre o filho. As mais interessantes, e porventura as mais relevantes, referem-se a 1862, quando este voltou da França. Cito do *Diário do Rio de Janeiro* (jornal em que Machado trabalhava) de 10 de junho (p. 1, col. 3) desse ano. “O Sr. Francisco Muniz Barreto Júnior, violinista, cuja chegada a esta corte já anunciamos, pretende apresentar-se ao público no dia 18 do corrente na cena do Ateneu Brasileiro. / O Sr. Muniz Barreto escolheu para estreia três peças: *Uma fantasia e concerto*, composição do seu professor de Paris, o Sr. Allart (*sic*), dedicado a sua Majestade Fidelíssima; a fantasia *Souvenir de Bellini*, e uma terceira sobre motivos da *Favorita*, composição do mesmo professor. / Essas peças serão executadas nos intervalos da comédia de Émile Augier *Os descarados*, representada pela companhia dramática.” Desta notícia, junto com as pistas dadas pela própria crônica, podemos deduzir que Moniz Barreto fazia parte do grupo de artistas que atuavam em torno do Teatro do Ginásio, e que propagavam o teatro realista francês, sendo Augier um dos seus autores mais traduzidos (a peça mencionada é sem dúvida *Les Effrontés*, de 1861). Jean-Michel Massa, na sua *Juventude de Machado de Assis* (p. 318-319), trata de um sarau literário, organizado em 22 de novembro de 1863, para homenagear a partida de Artur Napoleão, que foi também um “festival” para Machado de Assis. Ele cita as *Memórias* do célebre pianista (e amigo de Machado) em que se diz que na parte musical concorreram Schramm, Muniz (*sic*) Barreto na rabeça (...).” No *Diário do Rio de Janeiro* de 27 de março de 1870 (p. 1, col. 4), o mesmo nome, desta vez Moniz Barreto, aparece junto com o mesmo companheiro Napoleão, e a mesma “rabeça”. Com toda certeza trata-se de Chico, mas foi difícil achar outras informações sobre ele.

⁷ Parece que Machado se refere a Jean-Delphin Alard (1815-1888), violinista e professor de violino de grande reputação, autor de uma *École du violon*.

⁸ Assim na *Gazeta*. Aurélio, talvez porque não entendesse o texto, mudou o verbo para “imitava”, e acrescentou uma vírgula: “imitava, suprimindo (...)”. Creio que “limitava” é a leitura certa: limitava, talvez, justamente, ao suprimir os *tt*. Esta leitura também combina com a falta de vírgula no texto do jornal.

pauvr' Auguss'! On l'a mis au poss'! – Dam' c'est triss' mais c'est juss'! – Ce pauvr' Auguss'! Pobre frase! pobres mulheres! Foram-se como os tais autos e o veto, *le ress'!*

Mas tornemos ao presente e à Agência Havas. São rebeliões sobre rebeliões, Constantinopla e Cuba, matança sobre matanças, China e Armênia.⁹ Os cristãos apanham dos muçulmanos, os muçulmanos apanham de outros religiosos, e todos de todos, até perderem a vida e a alma. Conspirações não têm conta; as bombas de dinamite andam lá por fora, como aqui as balas doces, com a diferença que não as vendem nos bondes, nem os vendedores sujam os passageiros. Os ciclones, vendo os homens ocupados em se destruírem, enchem as bochechas e sopram a alma pela boca fora, metendo navios no fundo do mar, arrasando casas e plantações, matando gente e animais. Tempestades terríveis desencadeiam-se nas costas da Inglaterra e da França e despedaçam navios contra penedos. Um tufão levou anteontem parte da catedral de Metz. A terra treme em vários lugares. Os incêndios devoram habitações na Rússia. As simples febres de Madagascar abrem infinidade de claros nas tropas francesas. Pior é o cólera-morbo; mais rápido que um tiro, tomou de assalto a Moldávia, a Coreia, a Rússia, o Japão e vai matando como as simples guerras.¹⁰

Na Espanha, em Granada, os rios transbordam e arrastam consigo casas e culturas. Granada, ai, Granada, que fazes lembrar o velho romance

Passeavase el Rey Moro
Por la ciudad de Granada...¹¹

⁹ Os telegramas frequentemente trazem notícias de distúrbios em Constantinopla e na Armênia – entre a população armênia (cristã) e os turcos, que culminaram no genocídio de 1915 – e da insurreição em Cuba contra o domínio espanhol, que acabaria na independência da ilha. Na China, a Grã-Bretanha ameaçava mandar sua frota “para obter da China a punição do governador de Se-chueng e de outros mandarins e indígenas cúmplices nos massacres das missões religiosas inglesas.” (*O Paiz*, 29 de setembro, p. 1, col. 4).

¹⁰ Não é possível, nem interessa, identificar “o” telegrama que provocou cada alusão ou comentário, porque os telegramas, tendo a mesma fonte (a Havas), repetem-se, no todo ou em parte, de jornal a jornal. Onde a ligação é, ou parece, direta, cito de um dos jornais, sem excluir a possibilidade de que talvez a notícia tivesse sido haurida noutro. No dia 3, no *Jornal do Commercio*, p. 1, col. 8, noticia-se que uma “terrível tempestade” desencadeara-se no Canal da Mancha, no dia 2. Segundo telegrama do dia 5 (*O Paiz*, p. 1, cols. 3 e 4), a catedral de Metz “ficou com grande porção da parte superior arrancada”; em Majaisk (Rússia) um incêndio destruiu “trinta habitações, entre as quais importantes casas comerciais” (*O Paiz*, 4 de outubro, p. 1, col. 3). Em Madagascar, a invasão francesa para impor um protetorado chegava ao seu fim; a terça parte do exército francês morreu vítima de doenças tropicais, principalmente a malária. Há vários telegramas esta semana a esse respeito. Os surtos de cólera também aparecem em vários lugares: por exemplo em Iași (Moldávia – Jassy, no jornal), na *Gazeta*, dia 5, p. 1; em Kiev e na Volínia (*O Paiz*, dia 30 de setembro, p. 1, col. 3, conforme telegrama de Viena).

¹¹ No original espanhol vem, de costume, “Paseábase el Rey Moro...” Infelizmente, neste caso não dispomos do texto da *Gazeta*, já que o jornal microfilmado estava rasgado, e seguimos a leitura de Aurélio. Em telegrama de Granada, do *Jornal do Commercio* do dia 3, p. 1, col. 3, lê-se: “As tempestades repetem-se nesta província desde oito dias. / A maior parte dos rios transbordaram, inundando grande extensão de terreno e numerosas localidades. / As que têm mais sofrido são: Rinos [?], Güéjar, Alhama, Jayena e Moraleda (...). / Muitos agricultores estão completamente arruinados. / Esta inundação devastou tudo.” Os versos citados são os iniciais do “Romance de la pérdida de Alhama”, anônimo; o último rei mouro da cidade recebe a notícia que implica a perda do último reduto árabe na península em 1492, e lamenta-se no célebre estribilho “Ay de mi Alhama”. Poema popular, muito do gosto romântico, foi traduzido para o inglês por lord Byron.

romance ou balada, que narra o transbordamento do rio cristão, arrancando aos mouros o resto da Espanha. Relede os poetas românticos, que chuparam até o bagaço a laranja mourisca, e falam dela com saudades. Relede o magnífico introito do *Colombo* do nosso Porto Alegre: *Jaz vencida Granada...*¹² Nem reis agora são precisos, pobre Granada, nem poetas te cantam as desgraças; basta a Agência Havas. Os jornais que chegarem dirão as coisas pelo miúdo, com aquele amor da atração¹³ que fazem as boas notícias.

Não é mais feliz a Itália com o banditismo que renasce, à maneira velha, tal qual o cantaram poetas e disseram novelistas.¹⁴ Uns e outros esgotaram a poesia dos costumes; agora é a polícia e o código. Parece que a grande miséria, filha das colheitas perdidas, cresce ao lado do banditismo e do imposto.

Na Hungria dá-se um fenômeno interessante;¹⁵ desordeiros clericais respondem aos tiros das tropas com pedradas e bengaladas, e há mortos de parte a parte, mortos e feridos.¹⁶ É que a fé também inspira as bengalas. Eis aí rebeldes dispostos a vencer; não se lhes há¹⁷ de pedir que desarmem primeiro, se quiserem ser anistiados.¹⁸ Desarmar de quê? A bengala não é sequer um apoio, é um simples adorno de passeio; pouco mais que os suspensórios, apenas úteis. Úteis, digo, sem assumir a responsabilidade da afirmação. Não conheço a história dos suspensórios, sei, quando muito, que César não usava deles, nem Cícero, nem Pôncio Pilatos. Quando eu era criança, toda gente os

¹² Parte do terceiro verso do poema épico *Colombo* (1866), de Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879), que começa assim: “Troam na Ibéria os hinos da vitória / Que Fernando e Isabel do Mouro houveram. / Jaz vencida Granada! A cruz guerreira / Da moderna cruzada resplandece (...)” Machado publicou uma apreciação do poema quando apareceu, na “Semana literária” do *Diário do Rio de Janeiro*, em 5 de junho de 1866. A apreciação foi feita antes da chegada do livro ao Rio de Janeiro, baseava-se apenas na leitura de fragmentos já divulgados em jornais e revistas; tratava-se, na verdade, de um anúncio de que o poema estava a caminho do Brasil, que já havia sido impresso (em Viena – embora Machado tenha dito, na resenha dele, que o livro havia sido impresso em Berlim).

¹³ Na *Gazeta* está, na ortografia da época, “tracção”. Aurélio tem “atração”.

¹⁴ Na *Gazeta* do dia 30 de setembro, p. 2, col. 5, na seção “Cartas de Itália”, noticia-se que, por consequência da instabilidade política, “Há um banditismo mais bem organizado do que o que assolou os campos de Itália em 1860-61, – mais audacioso, mais bem armado... e menos político.” Outros telegramas dizem que “As tempestades e as secas têm-lhes [às colheitas do sul e do nordeste do reino] causado estragos enormes. (...) / A emigração vai aumentando cada dia de uma maneira assustadora.” (*O Paiz*, 4 de outubro, p. 1, col. 3 – telegrama de Roma). Uma parte dessa emigração foi para o Brasil.

¹⁵ Assim na *Gazeta*; Aurélio tem dois-pontos.

¹⁶ Na Hungria, o governo tentava limitar o poder da Igreja, estabelecendo o casamento civil. Segundo telegrama n’*O Paiz*, de 5 de outubro (p. 1, col. 4), grupos de habitantes que percorriam o país, excitados por emissários clericais, “manifestaram-se nas ruas, proferindo gritos de morra aos ministros. / A tropa carregou sobre os manifestantes, mas estes resistiram a pedradas e bengaladas, resultando de parte a parte mortes e ferimentos.”

¹⁷ Assim na *Gazeta*; Aurélio tem “dá”.

¹⁸ Uma referência irônica à grande querela do momento, entre os que apoiavam Prudente de Moraes e queriam uma anistia ampla para os rebeldes federalistas, e os republicanos mais intransigentes, liderados por Francisco Glicério, que insistiam no desarmamento dos rebeldes antes de qualquer acordo – condição impraticável, segundo Ferreira de Araújo na sua coluna “Cousas políticas”, da segunda-feira, 30 de setembro.

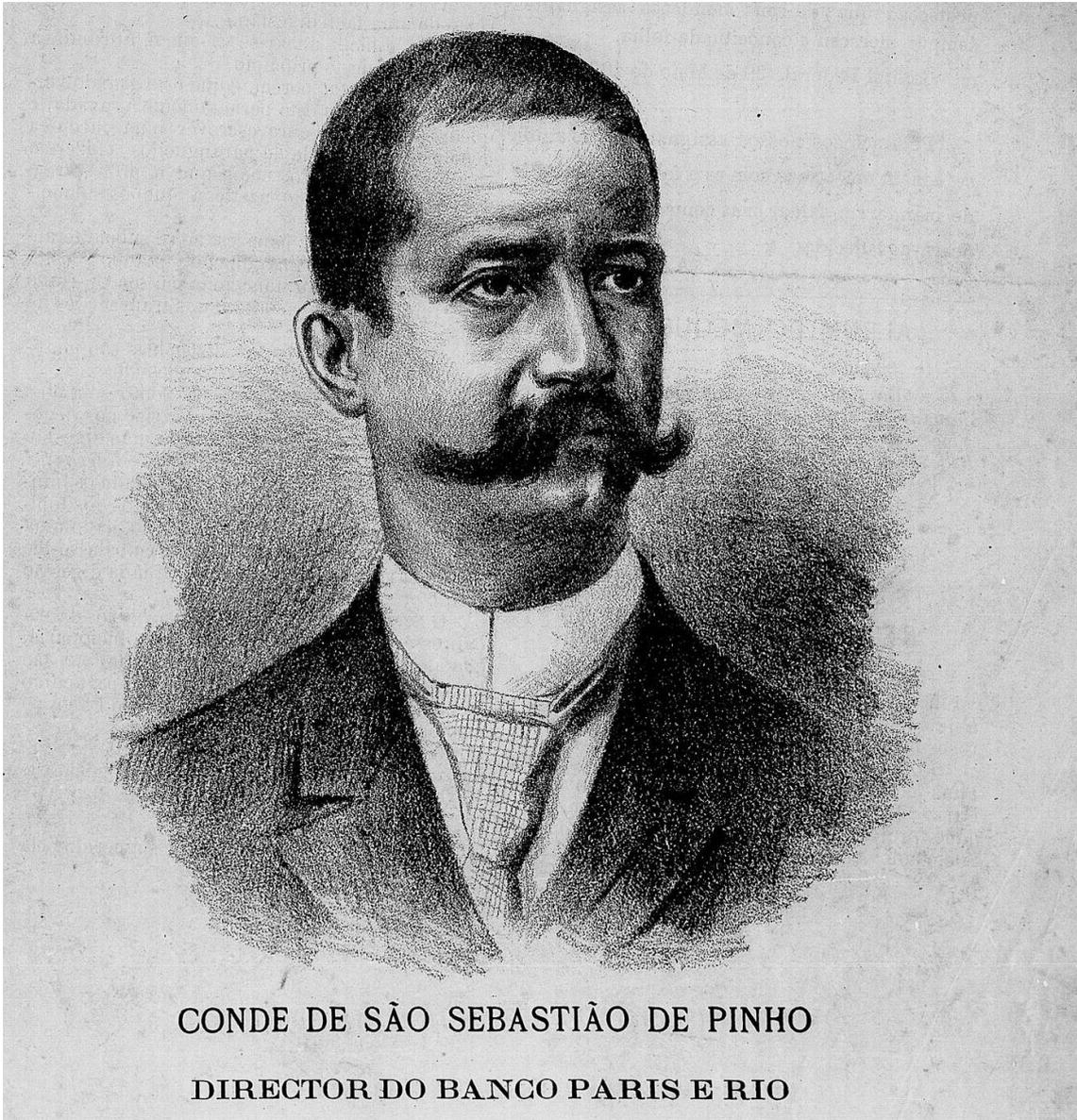
trazia; mais tarde, não sei por que razão, elegante ou científica, foram proscritos. Vieram anos, e os suspensórios com eles, diz-se que para acabar com o mal dos coses. Talvez se vão outra vez com o século, e tornem com o centenário da batalha de Waterloo.¹⁹

Assim vai o mundo, meu amigo leitor; o mundo é um par de suspensórios. Comecei dizendo que ele não me parece bem, sem esquecer que tem andado pior, e, para não ir mais longe, há justamente um século.²⁰ Mas a razão do meu receio é a crença que me devora de que o mal estava acabado, a paz sólida, e as próprias tempestades e moléstias não seriam mais que mitos, lendas, histórias para meter medo às crianças. Por isso digo que o mundo não vai bom, e desconfio que há algum plano divino, oculto aos olhos humanos. Talvez a terra esteja grávida. Que animal se move no útero desta imensa bolinha de barro, em que nos despedaçamos uns aos outros? Não sei; pode ser uma grande guerra social, nacional, política ou religiosa, uma deslocação de classes ou de raças, um enxame de ideias novas, uma invasão de bárbaros, uma nova moral, a queda dos suspensórios, o aparecimento dos autos.



¹⁹ Última batalha de Napoleão, ocorrida em 1815. A previsão de volta dos suspensórios era, então, para 1915...

²⁰ É muito provável que o cronista pense na Revolução Francesa, na verdade um processo que durou de 1789 até pelo menos 1795. Nesse ano, já estava extinto o Terror, e morto Robespierre, mas continuavam distúrbios e rebeliões, por exemplo na Vendeia e na Bretanha. Em outubro, começou a ascensão de Napoleão, ao reprimir uma rebelião monarquista em Paris, momento que alguns historiadores identificam como o fim da Revolução.



FONTE: *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 525, p. 1, 29 maio 1891.

Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709670&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=3210>>.

A SEMANA – 176

John Gledson

As duas “lições” que Machado propõe são cada uma à sua maneira típicas do seu jeito de lidar com a imprensa. Pega dois itens; o primeiro (um italiano louco que monta na estátua de d. Pedro I) foi noticiado com certo destaque em alguns jornais: ele usa a cena para apontar uma moral sua, uma desconfiança (liberal?) com relação à multidão, com seus instintos facilmente maleáveis e sanguíneos. A outra lição vem de um pequeno item sem destaque da *Gazeta da Tarde* (jornal a que se refere pouco), mas que quadrava muito bem a uma “lei” ou modelo, que amava. Podemos chamá-la de “lei da equivalência das janelas”, definida assim nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, cap. 51: “o modo de compensar uma janela fechada é abrir outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência.” É um jeito sutil de perdoar ou justificar falhas ou pecados, estabelecendo (falsas) equivalências que põem “virtudes” e “vícios” num mesmo saco. Reaparece em *Dom Casmurro*, cap. 58, onde uma associação aleatória com a linha do trem permite que um pensamento, trivial mas pouco caridoso, seja “compensado” por outra ação, caridosa se bem que também trivial. Ao depositar o dinheiro roubado na respeitável Caixa Econômica, Policarpo também fazia uma lavagem moral?

O comentário inicial, óbvio demais para ser uma “lição”, é igualmente interessante, embora de outro jeito. O deputado Érico Coelho era um conhecido jacobino, nome dado aos florianistas fiéis à memória do finado vice-presidente – eram nacionalistas, com uma tendência à xenofobia. Segundo sua historiadora, Suely Robles Reis de Queiroz, foi neste momento, em setembro de 1895, que começaram a ocupar a atenção do público (ver *Os radicais da República*, p. 16). O ataque do cronista (pois disso se trata, por leve e indireto que seja) é profundamente característico. Por mais revolucionário que Coelho pretenda ser, acaba conformando-se a estereótipos nacionais bastante deprimentes – o empreguismo, o favor. O exemplo de Tocqueville (que vale a

pena ler no seu contexto original), com sua graça, calha tão bem ao caso que podemos perguntar-nos se foi uma das motivações para esta parte da crônica.



A SEMANA

13 de outubro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Estudemos; é o melhor conselho que posso dar ao leitor amigo; estudemos. É domingo; não tens que ir ao trabalho. Já ouviste a tua missa, apostaste na vaca (antigo)¹ e almoçaste entre a esposa e os pequenos. Em vez de perder o tempo em alguma leitura frívola, estudemos.

Temos duas lições e podíamos ter sete ou oito; mas eu não sou professor que empanzine a estudantes de boa vontade. Demais, há lições tão óbvias que não vale a pena encher delas um parágrafo. Por exemplo, a declaração que fez o Sr. deputado Érico Coelho, esta semana, ao apresentar o projeto do monopólio do café.² Declarou S. Ex., incidentalmente, que já na véspera fora solicitado para, no caso de passar o monopólio,

¹ O jogo do bicho (ou dos bichos, como se dizia) passava por uma transformação. Em março e abril de 1895, quando fazia escândalo, Machado tratara repetidamente do assunto – para um resumo dos acontecimentos, ver a nota 7 da crônica de 10 de março de 1895 (145). Expulso do portão do Jardim Zoológico, o jogo instalara-se no centro da cidade, sobretudo, ao que parece, na rua do Ouvidor. À medida que isso acontecia, o próprio jogo mudava, com a invenção do sistema de números que correspondiam aos animais (à vaca correspondiam os números 97 a 00), vigente ainda hoje. Parece que se trocavam os animais, e que surgiam novos “sistemas” que mudavam as identidades – talvez para confundir as autoridades, que perseguiam o jogo teoricamente ilegal? Na primeira página da *Gazeta* de 19 de outubro, cols. 2-3, há um artigo sobre as últimas transformações do jogo, e que termina assim: “Hão de ver porém que ainda desta vez a coisa não acaba. Ontem não houve jogo nos grandes *bookmakers*, mas daqui a poucos dias leremos de novo nos *Avisos do Sport* do nosso provector colega do *Jornal do Commercio*: Jardim Lotérico: Moderno: Elefante. Antigo: gato. [ênfase minha]” Uma consulta rápida a esta coluna do respeitável jornal revela que a referência é exata. Vêm cada dia dois animais, um “moderno”, outro “antigo”.

² Érico Marinho da Gama Coelho (1849-1922) foi médico e deputado pelo estado do Rio de 1891 a 1899. O projeto de monopolizar o comércio do café em mãos da União foi apresentado à câmara em 7 de outubro, sendo noticiado no dia seguinte. Era um projeto nacionalista, e Coelho era abertamente jacobino (“não perde ocasião de afirmar o seu jacobinismo”, diz o *Jornal do Brasil* no dia 8); achava que depois da Abolição e da República, faltava esta medida para libertar o Brasil financeiramente (ver *O Paiz*, 8 de outubro, p. 2, cols. 1 e 2). As reportagens do discurso, curtas em geral, variam muito segundo a cor política do jornal (os paulistas, claro, eram radicalmente opostos ao projeto), mas não achei entre elas nenhuma que se refira a esta reação dos deputados. Pode ser que se explique através deste trecho da reportagem do *Jornal do Brasil* (8 de outubro, p. 2, col. 4): “[Coelho] diz que o brasileiro ganhou foros de não servir mais que para bacharel, médico ou empregado público, porque sofre a guerra do estrangeiro que além de tudo não se assimila.” Talvez fosse o contexto da anedota e da reação que Machado comenta.

arranjar alguns empregos. Os deputados riram, mas deviam chorar, pois naturalmente não lhes acontece outra coisa com ou sem projetos.

A confissão do Sr. Érico Coelho faz lembrar o que sucedeu com Lamartine, chefe do governo revolucionário de 1848. Um cozinheiro foi empenhar-se com um deputado para empregá-lo em casa de Lamartine, “presidente da República”, disse o homem.³ – “Mas ele ainda não é presidente”, observou o deputado. Ao que retorquiu o cozinheiro que, se ainda não era, havia de sê-lo, e *devia ir já tratando da cozinha*.⁴ Cozinheiros do monopólio de café, se advertísseis que Lamartine não foi eleito, mas outro, consideraríeis que o mesmo pode suceder ao monopólio de café. Quando não seja o mesmo, e a lei passe, é provável que passe daqui a um ou dois anos. Uma lei destas

³ Alphonse de Lamartine (1790-1869): poeta romântico francês dos mais importantes, e político liberal. Foi um dos líderes da revolução de 1848, que derrubou a monarquia de Louis Philippe. Chegou a ser ministro de assuntos exteriores da Segunda República, de fevereiro a maio de 1848; demitiu-se da Comissão Executiva do mesmo regime em junho, depois das sangrentas “journées de juin”. A eleição referida na crônica é certamente a de dezembro de 1848, quando foi candidato à presidência da República, obtendo 0,26% dos votos. Com 74%, venceu Luís Napoleão, mais tarde Napoleão III.

⁴ Machado está citando um trecho dos *Souvenirs* de Alexis de Tocqueville (1805-1859), que tratam da revolução de 1848 e suas sequelas. Vale a pena citar o parágrafo inteiro, para dar o contexto (o “le” referido é Champeaux, deputado “amigo” do poeta): “Je le trouvais d’ordinaire accablé de solliciteurs, car en France la mendicité politique est de tous les régimes, elle s’accroît par les révolutions mêmes qui sont faites contre elle, parce que toutes les révolutions ruinent un certain nombre d’hommes, et que parmi nous un homme ruiné ne compte jamais que sur l’État pour se refaire. Il y en avait de toutes sortes, tous attirés par ce reflet de puissance dont l’amitié de Lamartine illuminait très passagèrement Champeaux. Je me souviens entre autres d’un certain cuisinier, homme peu illustre dans son métier, à ce qu’il me semblait, qui voulait absolument entrer au service de Lamartine, devenu, disait-il, le président de la République. “Mais il ne l’est pas encore, lui criait Champeaux. – S’il ne l’est pas, repartait l’autre, comme vous l’assurez, il va l’être et il doit déjà s’occuper de sa cuisine.” Pour se débarrasser de l’ambition obstinée de ce marmiton, Champeaux lui promit de placer son nom sous les yeux de Lamartine, dès que celui-ci serait président de la République, et ce pauvre homme s’en fut fort satisfait, rêvant sans doute aux splendeurs bien imaginaires de sa condition prochaine.”

[“Encontrava-o normalmente perseguido por solicitantes, porque na França a mendicância política é de todos os regimes, cresce até por causa das revoluções feitas contra ela, pois todas as revoluções arruinam um certo número de homens, e entre nós um homem arruinado só conta com o Estado para se refazer. Havia-os de toda espécie, todos atraídos por esse reflexo de poder com que a amizade de Lamartine iluminava passageiramente Champeaux. Lembro-me entre outros de um certo cozinheiro, homem pouco ilustre na sua profissão, ao que me parecia, que queria porque queria entrar para o serviço de Lamartine, feito, dizia ele, presidente da República. “Mas não o é ainda, exclamava Champeaux. – Se não o é, replicava o outro, como me assegurais, há-de sê-lo e deve ir já tratando da sua cozinha.” Para se livrar da ambição obstinada deste ajudante de cozinha, Champeaux prometeu-lhe que colocaria seu nome sob os olhos de Lamartine, assim que este fosse presidente da República, e o coitado do homem foi embora todo satisfeito, sonhando sem dúvida com os esplendores bem imaginários de sua condição futura.”]

Esta citação interessa por vários motivos. Primeiro, pelo retrato e pelo contexto do pedinte/dependente, figura das mais importantes para Machado, que estava no processo de criar o epítome da espécie, José Dias. Segundo, porque é, que eu saiba, a única citação de Tocqueville na obra de Machado. Não há obra dele no que resta da biblioteca do autor, onde há muitos outros historiadores dessa geração. E, terceiro, porque parece que é uma leitura recente de Machado – estas memórias não foram publicadas em vida de Tocqueville, e só apareceram em 1893. Os *Souvenirs de Alexis de Tocqueville*, publicados pelo Comte de Tocqueville (filho? neto?), editados por Calmann-Lévy, podem ser lidos em fr.wikisource.org. A citação é do capítulo VI da segunda parte, p. 165 do original.

pede longos estudos, longos cálculos, longas estatísticas. O melhor é continuardes a cozinha das casas particulares.

A primeira das nossas duas lições refere-se, não propriamente ao italiano que trepou à estátua de Pedro I e lá de cima arengou ao povo,⁵ mas às circunstâncias do caso. Ninguém sabe o que ele disse, por falar na língua materna, e nós só entendermos italiano por música. O que sabemos, nós que lemos a notícia, é que, apesar da hora (dez e meia da noite),⁶ mais de quatrocentas pessoas se ajuntaram logo na praça Tiradentes, e intimaram ao homem que descesse. A ele acontecia-lhe o mesmo que aos de baixo; não entendia a língua. Vários planos surdiram para fazê-lo desmontar o cavalo, – pedradas, um tiro, o corpo de bombeiros, mas nenhum foi adotado, e o tempo ia passando. Afinal um sargento do exército e uma praça de polícia treparam à estátua, e, sem violência, com boas maneiras e muitas cautelas, desceram o pobre doido.

Ora, enquanto ocorria tudo isto, e as ideias voavam de todos os lados, alguns propuseram o alvitre de linchar o homem; e, com efeito, tão depressa ele pousou no chão, ergueram-se brados no sentido daquele julgamento sumário e definitivo. Outros, porém, opuseram-se, e o projeto não teve piores consequências.

Este é o ponto da lição. Aqui temos um grupo de pessoas,⁷ todas as quais, particularmente, repeliriam com horror a ideia de linchar a alguém, antes defenderiam a vítima. Juntas, porém, estavam dispostas a linchar o homem da estátua. Que o contágio da ideia é que produzia esse acordo de tantos, é coisa natural e sabida. Aquilo que não nasce em trinta cabeças separadas, brota em todas elas, uma vez reunidas, conforme a

⁵ Machado se baseou numa notícia que apareceu no *Jornal do Commercio* do dia 8 de outubro (p. 1, col. 6). Outros jornais trazem a mesma notícia (a *Gazeta* não está entre eles), mas por vários detalhes podemos ter certeza de ser esta a origem. Vem a manchete “SERÁ DOIDO?” (que talvez atraísse o interesse do cronista), e a notícia a seguir: “Um indivíduo de nacionalidade italiana, trajando camisa e calça de algodão branco, às 10 ½ horas da noite de ontem, teve a infeliz lembrança de subir à estátua equestre de D. Pedro I, na praça Tiradentes, indo montar no cavalo que ali se acha, de onde começou ora a falar ora a assoviar. / Imediatamente aglomerou-se naquela praça mais de 400 pessoas, que protestaram contra o ato do referido indivíduo, ao qual intimaram para descer. / Como ele a nada atendesse, naturalmente por desconhecer o nosso idioma, foram se exaltando os ânimos das pessoas presentes, pretendendo uns arremessar pedras ou dar um tiro no indivíduo, outros que se chamasse o oficial do corpo de bombeiros para retirar dali o indivíduo por meio do esguicho da água e finalmente outros que se deveria linchar o homem logo que ele descesse da estátua, havendo então quem protestasse energicamente contra tal opinião, por isso que não estávamos em um país de bárbaros. / Cerca das 11 ½ horas subiram à estátua, até o grupo dos índios que ali existe, o soldado da brigada policial Sebastião Pereira da Costa, e um 2º sargento do 24º batalhão de infantaria, os quais a muito custo conseguiram convencer o indivíduo a descer. / Amparando-o de modo a evitar que o indivíduo caísse, trouxeram-no para baixo e o conduziram para a 4ª delegacia policial urbana, ouvindo-se nessa ocasião alguns gritos de mata! mata! / Ao delegado da circunscrição declarou o indivíduo chamar-se Domenico Maruchi [*sic* – noutros jornais vem Marucci ou Maruggi], de 23 anos de idade, marinheiro, e ter chegado há três dias a esta Capital. / Segundo nos pareceu, Domenico sofre das faculdades mentais. / A autoridade policial mandou recolhê-lo ao xadrez. / O Sr. Dr. Lafayette das Chagas, 2º delegado auxiliar, apresentou-se no lugar com algumas praças, a fim de conter o povo quando descesse da estátua o referido indivíduo.” Numa curta notícia do dia seguinte, informa-se que Marucci foi levado de volta ao Hospital de Alienados, de onde saíra três dias antes.

⁶ Esta vírgula não está na *Gazeta* – Aurélio a repõe.

⁷ Na *Gazeta* faltam algumas letras, e saiu “pes o ,”. Esta leitura, de Aurélio, é sem dúvida a certa.

ocasião e as circunstâncias. Motivos diversos,⁸ sem excluir o sentimento da justiça e a indignação do bem, podem dar azo a ações dessas, coletivas e sangrentas. Começo a distrair no sermão. Vamos à questão principal.

A principal questão, no caso da estátua⁹ é o abismo entre o ato e a pena. O homem não tinha cometido nenhum crime público nem particular. Subiu ao cavalo de bronze, no que fez muito mal, devia respeitar o monumento; mas, enfim, não era delito de sangue que pedisse sangue. A probabilidade de ser doido podia não acudir a todos os espíritos, excitados pelo atrevimento do sujeito; se pudesse acudir, todos rogariam¹⁰ antes ao céu que ele fosse descido sem quebrar os ossos, a fim de que, recolhido novamente ao Hospício dos Alienados, recebesse segunda cura, tendo saído de lá curado, três ou quatro dias antes.

Esse contraste é que merece particular atenção. A familiaridade com a morte é bela, nos grandes momentos, e pode ser grandiosa, além de necessária. Mas, aplicada aos eventos miúdos, perde a graça natural e o poder cívico, para se converter em derivação de maus humores. É reviver a prática dos médicos de outro tempo, que a tudo aplicavam sanguessugas e sangrias. Quem nunca esteve com o braço estendido, à espera que as bichas caíssem de fartas, e não viu esguichá-las ali mesmo para lhes tirar o sangue que acabavam de sugar, não sabe o que era a medicina velha. Não havia que dizer, se era necessária; mas o uso vulgarizou-se tanto que o mau médico, antes de atinar com a doença, mandava ao enfermo esse viático aborrecido. Às vezes, o mal era um defluxo. Que é a loucura senão uma supressão da transpiração do espírito?

A segunda lição que devemos ou deves estudar é a que se segue.

Um gatuno furtou diversas joias e quatrocentos mil-réis. O Sr. Noêmio da Silveira, delegado da 7ª circunscrição urbana, moço inteligente e atilado, descobriu o gatuno e o furto.¹¹ Até aqui tudo é banal. O que não é banal, o que nos abre uma larga janela sobre a alma humana, o que nos põe diante de um fenômeno de alta psicologia, é que o gatuno tão depressa furtou os quatrocentos mil como os foi depositar na caixa econômica. Medita bem, não me leias como os que têm pressa de ir apanhar o bonde; lê e reflete. Como é que a mesma consciência pode simultaneamente negar e afirmar a

⁸ Na *Gazeta*, falta esta vírgula, em fim de linha, que Aurélio acrescenta.

⁹ Aurélio acrescenta aqui uma vírgula, o que não deixa de ser correto. Entretanto, a ausência dela nesta circunstância é bem um costume de Machado; portanto, mantemos a leitura do jornal.

¹⁰ Na *Gazeta* está “negariam”, que não faz sentido; será erro dos compositores. Esta correção é de Aurélio.

¹¹ A notícia em que Machado se baseou está (sem destaque nem manchete) na primeira página da *Gazeta da Tarde* de 7 de outubro, p. 1, col. 7: “Queixou-se ao sr. dr. Noêmio da Silveira, delegado da 7ª circunscrição, o sr. Henrique das Chaves Justiniano, morador à Rua do Riachuelo n. 144, de que foram subtraídos de sua casa seis botões de peito de camisa, cravejados de brilhantes e de outras pedras preciosas e a quantia de 400\$000. / A autoridade respectiva deu busca no quarto do criado da casa de nome Policarpo Antônio, encontrando as joias prostadas (*sic*) em um fogão velho. / Interrogado Policarpo confessou o crime, declarando haver depositado os 400\$000 na Caixa Econômica. / Que criado *fiel*...”

propriedade? Roubar e gastar está bem; mas pegar do roubo e ir levá-lo aonde os homens de ordem, os pais de família, as senhoras trabalhadeiras levam os soldos do salário e os lucros adventícios, eis aí o que me parece extraordinário. Não me digas que há viciosas que também vão à caixa econômica, nem que os bancos recebem dinheiros duvidosos. Ofício é ofício, e eu trato aqui do puro furto.

Assim é que, o empregado da caixa, vendo esse homem ir frequentemente levar uma quantia, adquire a certeza de ser pessoa honesta e poupada, e quando for para o céu, e o vir lá chegar depois, testemunhará em favor dele ante S. Pedro. Ao contrário, se lá estiver algum dos seus roubados, dirá que é um simples ratoneiro. O porteiro do céu, que negou três vezes a Cristo¹² e mil vezes se arrependeu, concluirá que, se o homem negou a propriedade por um lado, afirmou-a por outro, o que equivale a um arrependimento, e metê-lo-á onde estiverem as Madalenas de ambos os sexos.

Se eu houvesse de definir a alma humana, em vista da dupla operação a que aludo, diria que ela¹³ é uma casa de pensão. Cada quarto abriga um vício ou uma virtude. Os bons são aqueles em quem os vícios dormem sempre e as virtudes velam, e os maus... Adivinhaste o resto; poupas-me o trabalho de concluir a lição.¹⁴



¹² A negação de Cristo por s. Pedro e seu arrependimento são contados nos quatro Evangelhos: Mateus 26, Marcos 14, Lucas 22, e João 18.

¹³ Esta palavra falta em Aurélio.

¹⁴ Na *Gazeta*, há um espaço onde devia estar o artigo “a”, que Aurélio também acrescentou.

A SEMANA – 177

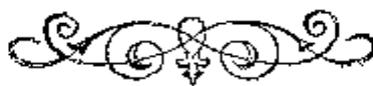
John Gledson

Começamos por um elenco de celebridades internacionais que nunca poriam os pés no Brasil, a começar pelo papa! Ao lado delas, a visita da famosa anarquista francesa Louise Michel parece até verossímil. Estava acostumada a *tournées* de conferências – e estrelas europeias como Sarah Bernhardt foram à América Latina mais de uma vez. Michel, de fato, numa mistura de gêneros de que Machado gosta, é “a diva da anarquia”. Lembramos que “todas as crenças se confundem neste fim de século sem elas”.

Esta fantasia satírica tem suas raízes, se não me engano, num projeto sério da *Gazeta de Notícias*, justamente do jornalista que dá as boas-vindas à Michel, Luís de Castro. As “reportagens fluminenses” a que o cronista alude eram uma série de entrevistas com gente importante e às vezes polêmica, que discutiam assuntos controversos do momento, desde as “carnes verdes” até o monarquismo. O jornal lhes dava destaque considerável. A forma da entrevista, ou, como se dizia ainda, “*interview*”, era de importação americana (junto com a figura do *reporter*, que Luís de Castro encarna e satiriza) e que pretende tratar assuntos sérios numa conversa mais “pessoal” e divertida.

Aqui é onde a sátira machadiana começa a morder, porque, em vez de camaradas revolucionários, Michel se encontra com os membros do Instituto Histórico e Geográfico, eminentemente respeitáveis, e, cúmulo da incongruência, com a União de Proprietários, de nome completo bastante constrangedor (ver nota 10). A entrevista é um desencontro absurdo, como não podia deixar de ser, em que se zomba de Michel (“Que é comprar?”, “Que é vender?”, “Que são contratos?”, etc.), e dos proprietários ignorantes e pão-duros. Não surpreende o intérprete perder-se nas traduções, nem, talvez, o cronista se fartar da sua própria ficção.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 263-268.



A SEMANA

20 de outubro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Vamos ter, no ano próximo, uma visita de grande importância. Não é Leão XIII, nem Bismarck, nem Crispi, nem a rainha de Madagascar, nem o imperador da Alemanha, nem Verdi, nem o marquês Ito, nem o marechal Iamagata.¹ Não é terremoto nem peste. Não é golpe de Estado nem câmbio a 27.² Para que mais delongas? É Luísa Michel.³

Li que um empresário americano contratou a diva da anarquia para fazer conferências nos Estados Unidos e na América do Sul. Há ideias que só podem nascer na cabeça de um norte-americano. Só a alma *yankee*⁴ é capaz de avaliar o que lhe renderá uma viagem de discursos daquela famosa mulher, que Paris rejeita e a quem

¹ Uma lista interessante: o papa Leão XIII, famoso sobretudo pela encíclica *De Rerum Novarum* (1891), que abordou as relações entre o capital e o trabalho; o ex-chanceler do Império Alemão (destituído pelo imperador Guilherme II em 1890), conhecido como “o chanceler de ferro”; Francesco Crispi, homem forte da política italiana, e primeiro ministro nesse momento; a rainha Ranavalona III, que lutou para manter Madagascar livre da colonização francesa, e que então estava a ponto de perder o trono, sendo exilada para a ilha de Réunion; Giuseppe Verdi, a figura máxima da ópera italiana, que apoiou a unificação da península; e duas figuras máximas da expansão e do militarismo japoneses.

² A taxa de câmbio (um mil-réis valia 27 *pence*) durante a monarquia, quando se manteve comparativamente estável. Nesse momento estava a um terço desse valor.

³ Louise Michel (1830-1905) foi anarquista francesa, célebre sobretudo pelo seu papel na Comuna de Paris, de 1871; era conhecida como a “*vierge rouge*”, a virgem vermelha. Foi exilada na Nova Caledônia, no Pacífico, mas voltou à França em 1880, onde continuou suas atividades, exilando-se depois na Inglaterra. Ficou muito popular nos últimos anos do século, e viajava pela Europa fazendo discursos e conferências sobre a revolução anarquista. Havia certa curiosidade sobre a sua vida privada: *A Família*, revista feminina carioca, em janeiro de 1894, descreve o apartamento simples que habitava em Londres, falando do seu amor pelos animais, etc. Esta visita proposta ao Rio é, certamente, uma fantasia cômica, e o empresário americano, para quem *Time is money*, um estereótipo conveniente. Chamá-la de “diva anarquista” e levá-la ao Hotel dos Estrangeiros faz parte desta comédia; o fato é, porém, que Michel recebeu doações de Sarah Bernhardt (ver, p. ex. *Jornal do Commercio*, 4 de outubro de 1892, p. 2. col. 4), diva verdadeira que fez *tournées* na América Latina, e é assunto de uma crônica bastante comparável a esta, no dia 16 de julho de 1893 (65).

⁴ Assim na *Gazeta*. Aurélio moderniza: “ianque”.

Londres dá a hospedagem que distribui a todos, desde os Bourbons até os Barbès.⁵ De momento, não posso afirmar que Barbès estivesse em Londres; mas, ponho-lhe aqui o nome, por se parecer com Bourbons e contrastar com eles nos princípios sociais e políticos. Assim se explicam muitos erros de data e de biografia: necessidades de estilo, equilíbrios de oração.⁶

Desde que li a notícia da vinda de Luísa Michel ao Rio de Janeiro tenho estado a pensar no efeito do acontecimento. A primeira coisa que Luísa Michel verá, depois da nossa bela baía, é o cais Pharoux, atulhado de gente curiosa, muda, espantada. A multidão far-lhe-á alas, com dificuldade, porque todos quererão vê-la de perto, a cor dos olhos, o modo de andar, a mala. Metida na caleça com o empresário e o intérprete, irá para o hotel dos Estrangeiros, onde terá aposentos cômodos e vastos. Os outros hóspedes, em vez de fugirem à companhia, quererão viver com ela, respirar o mesmo ar, ouvi-la falar de política, pedir-lhe notícias da comuna e outras instituições.

Dez minutos depois de alojada, receberá ela um cartão de pessoa que lhe deseja falar: é o nosso Luís de Castro que vai fazer a sua reportagem fluminense.⁷ Luísa Michel ficará admirada da correção com que o representante da *Gazeta de Notícias* fala francês. Perguntar-lhe-á se nasceu em França.

– Não, minha senhora, mas estive lá algum tempo; gosto de Paris, amo a língua francesa. Venho da parte da *Gazeta de Notícias* para ouvi-la sobre alguns pontos; a entrevista sairá impressa amanhã, com o seu retrato. Pelo meu cartão, terá visto que somos xarás: a senhora é Luísa, eu sou Luís. Vamos, porém, ao que importa...

⁵ Bourbons: a família real francesa. Alguns de seus membros se exilaram em Londres depois da Revolução de 1789; e Armand Barbès (1809-1870), figura típica dos revolucionários da primeira metade do século XIX, idealista, corajoso, várias vezes encarcerado. Exilou-se na Holanda durante o Segundo Império de Napoleão III.

⁶ Na prosa machadiana, aqui e ali, encontramos tiradas que compõem uma poética (toda dele) da criação literária. Esta é uma dessas passagens. Bourbons e Barbès coincidem nas consoantes, mas divergem nas vogais; estas são mais abertas – liberais, modernas, avançadas – em Barbès. Provavelmente, essas considerações revelam não só sua concepção da arte literária (esta crônica é uma peça de ficção); elas contêm, também, ressonâncias de seu pensamento histórico e político.

⁷ Luís Joaquim de Oliveira Castro (1863-1920). Tinha passado uma parte da juventude na França, e publicou em 1891 um livro em francês sobre o Brasil: *Le Brésil vivant*. Trabalhava na *Gazeta* como crítico artístico e musical (era wagneriano entusiasta), e assinaria, de 1896 em diante, no mesmo jornal, uma coluna chamada “Artes e manhas”. A fama dele nesse momento se devia a uma série de entrevistas, publicadas com destaque na *Gazeta*, com o título “Reportagem Fluminense”, que tinha começado no *Commercio de S. Paulo*, jornal monarquista, onde trabalhou antes. Era uma tentativa conscientemente “moderna” de discutir assuntos candentes, como o imposto sobre a renda (que não existia ainda), o protecionismo, o péssimo serviço dos correios, as “carnes verdes”, etc., e em consequência incitava cartas iradas nos apedidos. Por isso mesmo, às vezes recorria ao anonimato (“um ex-ministro de Estado”), etc. As pessoas entrevistadas abertamente, como Cândido Barata Ribeiro, ex-prefeito do Rio de Janeiro, ou Joaquim Nabuco (sobre o monarquismo, no dia 12 de novembro), tinham uma importância polêmica, de campos políticos opostos – o que condizia com o novo gênero –, mas eram também sérias e provocadoras, uma tentativa de abrir um debate verdadeiro, apesar de Castro ser abertamente antijacobino, e ligado aos monarquistas.

Acabada a entrevista, chegará um empresário de teatro, que vem oferecer a Luísa Michel um camarote para a noite seguinte. Um poeta irá apresentar-lhe o último livro de versos: *Dilúvios sociais*. Três moças pedirão à diva o favor de lhes declarar se vencerá o carneiro ou o leão.

– O carneiro, minhas senhoras; o carneiro é o povo, há de vencer, e o leão será esmagado.

– Então não devemos comprar no leão?

– Não comprem nem vendam. Que é comprar? Que é vender? Tudo é de todos. Oh! esqueçam essas locuções, que só exprimem ideias tirânicas.

Logo depois virá uma comissão do Instituto Histórico, dizendo-lhe francamente que não aceita os princípios que ela defende, mas, desejando recolher documentos e depoimentos para a história pátria, precisa saber até que ponto o anarquismo e o comunismo estão relacionados com esta parte da América. A diva responderá que por ora, além do caso Amapá,⁸ não há nada que se possa dizer verdadeiro comunismo aqui. Traz, porém, ideias destinadas a destruir e reconstituir a sociedade, e espera que o povo as recolha para o grande dia. A comissão diz que nada tem com a vitória futura, e retira-se.

É noite: a diva quer jantar,⁹ está a cair de fome; mas anuncia-se outra comissão, e por mais que o empresário lhe diga que fica para outro dia ou volte depois de jantar, a comissão insiste em falar com Luísa Michel. Não vem só felicitá-la, vem tratar de altos interesses da revolução; pede-lhe apenas quinze minutos. Luísa Michel manda que a comissão entre.

– Madama, dirá um dos cinco membros, o principal motivo que nos traz aqui é o mais grave para nós. Vimos pedir que V. Ex. nos ampare e proteja com a palavra que Deus lhe deu. Sabemos que V. Ex. vem fazer a revolução, e nós a queremos, nós a pedimos...

– Perdão, venho só pregar ideias.

– Ideias bastam. Desde que pregue as boas ideias revolucionárias, podemos considerar tudo feito. Madama, nós vimos pedir-lhe socorro contra os opressores que nos governam, que nos logram, que nos dominam, que nos empobrecem: os locatários.

⁸ O “caso” a que Machado se refere aqui não parece ser acontecimento recente, mas uma situação de rivalidade entre a França e o Brasil que continuava sem resolução (como o caso da ilha da Trindade e as pretensões da Inglaterra, a que às vezes era comparada). Na crônica de 28 de julho de 1895 (165) fala-se em dois líderes do conflito, e na nota 8 a essa crônica, dá-se um resumo da história, que em 1900 levou à incorporação do futuro estado do Amapá no território brasileiro. O “comunismo” talvez seja só uma referência à situação caótica no lugar, então chamado “Contestado Franco-Brasileiro”.

⁹ Aqui, no microfilme da *Gazeta*, há um sinal pouco distinto, difícil de interpretar, se é que representa alguma coisa. Mário de Alencar e Aurélio colocam ponto e vírgula. Dada a proximidade de outro ponto e vírgula, e a impossibilidade de ler o sinal indistinto, julgamos esta solução mais provável.

Somos representantes da União dos Proprietários.¹⁰ V. Ex. há de ter visto algumas casas, ainda que poucas, com uma placa em que está o nome da associação que nos manda aqui.

Luísa Michel, com os olhos acesos, cheia de comoção, dirá que, tendo chegado agora mesmo, não teve tempo de olhar para as casas; pede à comissão que lhe conte tudo. Com que então os locatários?...

– São os senhores deste país, madama. Nós somos os servos; daí a nossa União.

– Na Europa é o contrário, observa;¹¹ os locatários, os proletários, os refratários...

– Que diferença! Aqui somos nós que nos ligamos, e ainda assim poucos, porque a maior parte tem medo e retrai-se. O inquilino é tudo. O menor defeito do inquilino, madama, é não pagar em dia; há-os que não pagam nunca, outros que mofam do dono da casa. Isto é novo, data de poucos anos. Nós vivemos há muito, e não vimos coisa assim. Imagine V. Ex....

– Então os locatários são tudo?

– Tudo e mais alguma coisa.

Luísa Michel, dando um salto:

– Mas então a anarquia está feita, o comunismo está feito.

– Justamente, madama, é a anarquia...

– Santa anarquia, *caballero*, – interromperá a diva, dando este tratamento espanhol ao chefe da comissão, – santa, três vezes santa anarquia! Que me vindes pedir, vós outros, proprietários? que vos defenda os aluguéis? Mas que são aluguéis? Uma convenção precária, um instrumento da¹² opressão, um abuso da força. Tolerado como a

¹⁰ O nome completo desta organização era “Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Estalagens e Casas de Alugar Cômodos”, com sede na rua do Lavradio 17. Do que se deduz dos jornais, era uma companhia respeitável e sólida. Nesse momento, estava envolvida na questão do “recuo”, o alargamento das ruas (ver as crônicas de 28 de abril de 1895 [nota 1] e 15 de setembro de 1895 [nota 8]), insistindo nos seus direitos de indenização, etc. Neste contexto, vale a pena citar parte de uma carta de 1894, reproduzida no *Jornal do Commercio* de 17 de abril de 1895 (p. 4, col. 6), amostra nada surpreendente das suas atitudes perante os movimentos “de esquerda”, como hoje diríamos, defendendo seus direitos. A carta é de Francisco Alves Soares Bastos, secretário da Sociedade União: “Direito consagrado na lei constitucional, que garante a propriedade em toda a sua plenitude, porque se não formos ciosos do que nos pertence, do mesmo modo que nos pretendem tirar-nos um metro de terreno sem indenização, amanhã, se a experiência for bem sucedida, virá mais a exigência de dez centímetros, depois mais dez, mais vinte, mais cinquenta, e daí a nossa fortuna ficará pertencendo ao Estado. / Daí ao socialismo pouco falta. E do socialismo ao anarquismo é só um passo.”

¹¹ Aqui, o texto da *Gazeta* tem “observa a / os locatários”: o traço representa o fim de uma coluna, e o começo de outra. Mário de Alencar tem “observa aos locatários”, solução impossível por ser um contrassenso. Reproduzimos aqui a versão de Aurélio, que interpreta o “a” do jornal como ponto e vírgula, sem nota explicativa. Confesso que não me satisfaz. Mais provável é que faltem algumas palavras, uma linha talvez no fim da página, e o “a” qualificasse um substantivo – “mulher”, por exemplo, ou até “virgem vermelha”! Na impossibilidade de saber, tivemos de nos resignar à solução de Aurélio.

¹² Assim na *Gazeta* e em Mário de Alencar. Aurélio tem “de”.

tortura, a fogueira e as prisões, os aluguéis têm de acabar como os demais suplícios. Vós estais quase no fim. Se vos ligais contra os locatários, é que a vossa perda é certa. O governo é dos inquilinos. Não são já os aristocratas que têm de ser enforcados: sereis vós:

*Çà ira, çà ira, çà ira,
Les propriétaires à la lanterne!*¹³

Não entendendo mais que a última palavra, a comissão nem espera que o intérprete traduza todos os conceitos da grande anarquista; e, sem suspeitar que faz impudicamente um trocadilho ou coisa que o valha, jura que é falso, que os proprietários não põem lanternas nas casas, mas encanamentos de gás. Se o gás está caro, não é culpa deles, mas das contas belgas¹⁴ ou do gasto excessivo dos inquilinos. Há de ser engraçado se, além de perderem os aluguéis, tiverem de pagar o gás. E as penas d'água? as décimas?¹⁵ os concertos?

Luísa Michel aproveita uma pausa da comissão para soltar três vivas à anarquia e declarar ao empresário americano que embarcará no dia seguinte para ir pregar a outra parte. Não há que propagar neste país, onde os proprietários se acham em tão miserável e justa condição que já se unem contra os inquilinos; a obra aqui não precisava discursos. O empresário, indignado, saca do bolso o contrato e mostra-lho. Luísa Michel fuzila impropérios. Que são contratos? pergunta. O mesmo que aluguéis, – uma espoliação. Irrita-se o empresário e ameaça. A comissão procura aquietá-lo com palavras inglesas: *Time is money, five o'clock...* O intérprete perde-se nas traduções. Eu, mais feliz que todos, acabo a semana.



¹³ Famosa canção da Revolução Francesa. No original: “*Les aristocrates à la lanterne!*”

¹⁴ Desde 1876, a concessão dos serviços de gás na capital do Império era da empresa belga Société Anonyme du Gaz – SAG; só em 1910 a Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company Limited (a Light) passou a deter o controle do capital da SAG.

¹⁵ As penas d'água eram uma taxa fixa para abastecimento de água, independente da quantidade consumida; as décimas, um tributo municipal sobre o valor das casas (que muita gente deixava de pagar).



Louise Michel

Esta imagem provém do [Wikimedia Commons](#), um acervo de [conteúdo livre](#) da [Wikimedia Foundation](#) que pode ser utilizado por outros projetos.

- [Ver imagem original no Wikimedia Commons](#) para mais informações.

A SEMANA –178

John Gledson

Desde a década de 1860, Machado, sempre cético em assuntos religiosos, fora inimigo ferrenho do espiritismo. Este aparece em várias crônicas, muitas vezes como alvo de zombaria, com piadas sobre reencarnação, etc.; às vezes, como na última crônica de “Bons Dias!”, Machado é mais agressivo, acusando a seita de ser uma “fábrica de loucos, que não pode subsistir”. A morte de Inês exemplifica isso mesmo. O fenômeno não só subsistiu, porém; nos primeiros anos da República, cresceu e floresceu (testemunha disso é o número de publicações listadas). Esse aumento de respeitabilidade está refletido nos depoimentos dos dois declarantes, a médium e o presidente – falam da sua popularidade entre todas as classes sociais, e insistem na natureza puramente religiosa – “meramente evangélica” – de suas sessões, quando é evidente que o que atrai as pessoas são os supostos poderes sobrenaturais e curativos dos oficiantes. Claro que Machado sabe da sua desonestidade – “minha finória” como chama a médium. Mas reconhece também a sua sofisticação – ou sofística – ao defender-se e disfarçar-se, evidente na sua exploração do conflito (óbvio e bem conhecido) entre o Código Penal (de 1890) e a Constituição (de 1891), entre o espiritismo como superstição e como religião.

A crônica termina com uma resenha de *Alma alheia*, de Pedro Rabelo. Machado parece lisonjeado e constrangido pela imitação (meio desajeitada) da “maneira” dele, e escapa profetizando-lhe um glorioso futuro – que não se realizou, já que Rabelo morreu relativamente jovem.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 268-272.



A SEMANA

27 de outubro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Conversávamos alguns amigos, à volta de uma mesa, eram 5 horas da tarde, bebendo chá. Cito a hora e o chá para que se compreenda bem a elegância dos costumes e das pessoas. Suponho que os ingleses é que inventaram esse uso de beber chá às 5 horas. Os franceses imitaram os ingleses, nós estávamos vendo se¹ imitando os franceses, há de haver alguém que nos imite. Os russos,² esses bebem chá a todas as horas; o *samovar* está sempre pronto. Os chineses também, e podem crer-se os homens mais finamente educados do mundo, se a nota da educação é beber chá em pequeno, como diz um adágio desta terra de café.³ Creio que chegam à perfeição de mamá-lo.

Bebíamos chá e falávamos de coisas e loisas.⁴ Foi na quarta-feira desta semana. Abriu-se um capítulo de mistérios, de fenômenos obscuros⁵ e concordávamos todos com Hamlet, relativamente à miséria da filosofia.⁶ O próprio espiritismo teve alguns minutos de atenção. Saí de lá envolvido em sombras. Um amigo que me acompanhou pôde distrair-me falando do plano que tem (aliás secreto) de ir ler Teócrito,⁷ debaixo de alguma árvore da Hélade. Imaginem que é moço, como a antiguidade, ingênuo e bom, ama e vai casar. Pois com tudo isso, não pôde mais que distrair-me; apenas me deixou, as sombras envolveram-me outra vez.

¹ Aurélio acrescenta aqui uma vírgula que não está na *Gazeta* nem em Mário de Alencar.

² Esta vírgula falta na *Gazeta*, em fim de linha. Aurélio a repõe.

³ Segundo José Pereira da Silva, a frase feita “Tomar chá em criança” deve ser interpretada com o “chá” entendido como “chá de casca de vaca”, ou seja, com o sentido de que só tem boa educação quem apanha com relho (feito de couro de vaca) na infância.

Cf. <<http://www.filologia.org.br/pereira/textos/aorigemdasfrases.htm>>; HOUAISS, 2001, verbete “chá” – locuções.

⁴ A locução “cousas e lousas” (como vem na *Gazeta de Notícias*, que sempre grafa “cousa” – palavra que modernizamos) pode, alternativamente, ser grafada “coisas e loisas” – ambas as formas estão registradas no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001).

⁵ Aurélio acrescenta aqui uma vírgula que não está na *Gazeta* nem em Mário de Alencar.

⁶ Alusão à frase de *Hamlet* (ato I, cena v): “Há mais coisas no céu e na terra, Horácio, / do que as sonhadas na tua filosofia.” A citação é tão famosa e repetida por Machado que nem precisa citar as palavras.

⁷ Poeta grego (da Sicília) (c. 300-260 a.C.). Reputado criador do gênero pastoral ou bucólico.

Então, lembrei-me do caso daquela Inês, moradora à rua dos Arcos n. 18,⁸ que achou a morte, assistindo a uma sessão da Associação Espírita, rua do Conde d'Eu.⁹ Pode muito bem ser que já te não lembres de Inês, nem da morte, nem do resto. Eu mesmo, a não ser o chá das 5, é provável que houvesse esquecido tudo. Os acontecimentos desta cidade duram três dias, - o bastante para que um hóspede cheire

⁸ Assim na *Gazeta* e Mário de Alencar; n.º em Aurélio.

⁹ Quatro jornais pelo menos, o *Jornal do Commercio*, a *Gazeta*, *O Paiz*, e o *Jornal do Brasil* interessaram-se por este caso; todos explicitamente críticos do espiritismo. A notícia da morte e suas circunstâncias, com o depoimento de Paulina, apareceu no sábado, 19 de outubro, e o depoimento do sr. Abalo no dia seguinte. Machado leu ambos. São esses depoimentos que atraem o interesse de Machado, e nos limitamos a transcrevê-los, como os reproduzem os jornais com variações mínimas – não importa saber qual jornal Machado leu. O primeiro, de Paulina, vem do *Jornal do Commercio*, 19 de outubro, p. 2, col. 5: “Paulina Maria Ferreira, brasileira, 33 anos de idade, solteira, moradora na Travessa da Paz n. 21, diz que é o *medium* da Associação Espírita da rua do Cond'Eu (*sic*) n. 146 e por isso está presente a todas as sessões e toma parte em todos os atos que nela se praticam; / Que é extraordinária a concorrência de pessoas, das quais umas comparecem por mera curiosidade e outras com fim de obterem medicamentos que são prescritos pelo presidente da associação, Manuel de Sousa Abalo, de comum acordo com ela declarante, e que consistem na repetição de várias rezas e no uso de água pura; / Que a sessão de ontem começou às 8 ½ horas da noite, sendo presente à abertura da sessão a falecida, que lá chegou já adoentada; / Que os padecimentos de Inês foram sempre se agravando, vindo a falecer, segundo lhe disseram, às 5 horas da manhã, na sala contígua à da sessão da Associação Espírita, à rua do Conde d'Eu n. 146; / Que sabe, por ouvir dizer, que muito antes de Inês falecer, Margarida de tal mandou chamar um carro para conduzir para sua casa, mas que o cocheiro recusando-se a receber Inês, por causa do seu estado, foi ela conduzida por Margarida, pela comunicação interna que existe entre os prédios ns. 144 e 146, para a casa de Antônio Tomás da Rocha; / Que só teve notícia da morte de Inês ao chegar à casa de Antônio Tomás da Rocha, hoje às 8 ½ horas da manhã, onde costuma esperar a hora para a sessão espírita durante o dia; / Que Inês não era sócia da Associação, onde foi ontem pela primeira vez; / Que ela declarante é quem recebe os Espíritos e transmite os seus pensamentos aos membros da associação, fazendo saber, outrossim, os meios a empregar para a cura das moléstias. / Que há cerca de quatro para cinco anos exerceu as funções de *medium* da associação, já tendo sido processada em maio do ano próximo findo, em cumplicidade com Manuel de Sousa Abalo, Antônio Tomás da Rocha e outros.”

De *O Paiz*, 20 de outubro, p. 2, col. 1 (sob o título “DUCHAS, DUCHAS!”): “Abalo declarou morar na rua Itapiru n. 117; / Que na noite de anteontem, como de costume, dirigiu-se, às 7 ½ horas da noite, à casa da rua Frei Caneca 146, sede da associação de que é presidente, e deu começo às práticas do seu culto; / Que a sala achava-se repleta de assistentes, calculadamente cerca de 150 pessoas, e que pouco depois soube que Inês, que se achava em uma outra sala, tinha sido acometida de um ataque que transformou-se em sonambulismo. / Depois de terminada a sua prática, às 9 ½ horas, ele retirou-se, não sem ter declarado que era inconveniente a presença às práticas de pessoas sujeitas a ataques, por isso que não queria ter a reponsabilidade de qualquer consequência. / Que também foi *apreciar* o ressonar de Inês e interrogar a pessoa que a acompanhou se aquela enfermidade era periódica em Inês, recebendo resposta afirmativa; / Que no entanto ignora o nome da pessoa a quem interrogou; / Que depois de se retirarem os assistentes, apenas ficaram ao lado de Inês quatro pessoas; / Que, não obstante as solicitações constantes que lhe têm sido feitas por inúmeras pessoas para tratá-las e até para fazer-lhes o diagnóstico, respondeu sempre que ali só se trata do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, e não da cura de doentes; / Que tem uma faculdade extraordinária de curar toda e qualquer enfermidade apenas com o poder de sua palavra e com um Padre-Nosso; / Que esse poder de *medium* curador apenas se revela para com aqueles que não são descrentes e mofadores; / Que se ele pudesse escrever o que fala, o seu poder seria incomparável, e que todos quantos assistem às suas práticas são desde logo considerados sócios da associação; / Que ele, declarante, e outros membros da associação, por esta delegacia foram processados pela prática do espiritismo; / Que ele, se bem que saiba da disposição do art. 157 do código penal, exerce o espiritismo de acordo com a disposição do art. 72 da Constituição; / Que a associação funciona há mais de três anos e conta em seu seio pessoas de todas as classes sociais.”

mal, segundo outro adágio.¹⁰ A primeira notícia abala a gente toda, é a conversação do dia; a segunda já acha os espíritos cansados; a terceira enfastia. Cessam as notícias, e o acontecimento desaparece, como uns simples autos¹¹ e outras feitura humanas.

Inês, assistindo à prática do Sr. Abalo, que é o presidente da associação, teve um ataque nervoso que, segundo os depoimentos, se transformou em sonambulismo. Transferida pelos fundos da casa n. 146 para a casa n. 144, ali morreu às 5 horas da manhã. Paulina, que é o *medium*¹² da associação, depôs que Inês nunca antes assistira a tais sessões, e que já ali chegara, meio adoentada. Outras pessoas foram ouvidas, entre elas o presidente Abalo, que fez declarações interessantes. Insistia em que as práticas ali são meramente evangélicas, e entrou em minudências que reputo escusadas ao meu fim.

O meu fim é mais alto. Não quero saber se Inês faleceu do ataque, nem se este foi produzido pela prática evangélica do presidente, que aliás declarou na ocasião ser coisa desacertada levar àquele lugar pessoas sujeitas a tais crises. Também não quero saber se todas as moléstias, como diz o *medium*, são curáveis com um pouco d'água e um padre-nosso (medicina muito mais cristã que a do padre Kneipp,¹³ que exclui a oração) ou se basta este mesmo padre-nosso e a palavra do presidente; ambas as afirmações se combinam, se atendermos a que a melhor água do mundo é a palavra da verdade. Outrossim, não indago se o presidente Abalo, como inculca, teria “um poder incomparável, caso chegasse a escrever o que fala”. É ponto que entende com a própria doutrina espírita.

A questão substancial, e posso dizer única, é a liberdade. O presidente Abalo e o *medium* Paulina confessaram já ter sido processados, com outros membros da associação, por praticarem o espiritismo. O primeiro acrescentou que, se bem conheça o art. 157 do código penal, exerce o espiritismo de acordo com a disposição do art. 72 da Constituição.¹⁴

Os entendidos terão resposta fácil; eu, simples leigo, não acho nenhuma. Deixo-me estar entre o código e a Constituição, pego de um artigo, pego de outro, leio, releio e tresleio. Realmente, a Constituição, mãe do código, acaba com a religião do Estado, e

¹⁰ “O hóspede e a pesca aos três dias fedem.” Refrão comum em várias línguas.

¹¹ Para os autos desaparecidos, ver crônica de 6 de outubro, nota 3.

¹² Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “médium”, em romano, na crônica inteira. A palavra era exclusivamente masculina naquele tempo. Decidimos seguir a regra e o texto de Machado, reservando a regra atual, segundo a qual a palavra é de dois gêneros, segundo o sexo da pessoa, para nossos comentários.

¹³ O padre bávaro Sebastian Kneipp (1821-1897) foi o defensor mais famoso da hidroterapia, ou cura pela água, que virou verdadeira mania nas últimas décadas do século XIX; tinha clientes famosos – Darwin e o papa Leão XIII, entre outros.

¹⁴ O art. 157 do Código Penal de 1890 reza: “Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública: / Penas – de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.” O art. 72 da Constituição de 1891, por sua parte, diz: “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.”

não lhe importa que cada um tenha a que quiser. Desde que a porta fica assim aberta a todos, em que me hei de fundar para meter na cadeia o espiritismo? Responder-me-ás que é uma burla; mas onde está o critério para distinguir entre o Evangelho lido pelo presidente Abalo, e o lido pelo vigário da minha freguesia? Evangelho por Evangelho, o do meu vigário é mais velho, mas uma religião não é obrigada a ter cabelos brancos. Há religiões moças e robustas. Curar com água? Mas o já citado padre Kneipp não faz outra coisa, e o código, se ele cá vier, deixá-lo-á curar em paz. Quando o *medium* Paulina declara que recebe os espíritos, e transmite os seus pensamentos aos membros da associação, eu se fosse código, diria ao *medium* Paulina: Uma vez que a Constituição te dá o direito de receber os espíritos e os corpos, à escolha, fico sem razão para autuar-te, como mereces, minha finória; mas não te exponhas a tirar algum relógio aos associados, que isso é comigo.

O espiritismo é uma religião, não sei se falsa ou verdadeira; ele diz que verdadeira e única. Presunção e água benta cada um toma a que quer, segundo outro adágio. Hoje tudo vai por adágios. Verdadeiros ou não, escrevem-se e publicam-se inúmeros livros, folhetos, revistas e jornais espíritas. Aqui na cidade há uma folha espírita ou duas. Não se gasta tanto papel, em tantas línguas, senão crendo que a palavra que se está escrevendo é a própria verdade. Admito que haja alguns charlatães; mas o charlatanismo,¹⁵ bem considerado, que outra coisa é senão uma bela e forte religião, com os seus sacerdotes, o seu rito, os seus princípios e os seus crédulos, que somos tu e eu?

Também há religiões literárias, e o Sr. Pedro Rabelo, no prólogo da *Alma Alheia*, alude a algumas e condena-as, chamando-lhes igrejinhas.¹⁶ O Sr. Pedro Rabelo, porém, não é código, é escritor, e se acrescentar que é escritor de futuro, não será modesto, mas dirá a verdade. Digo-lha eu, que li as oito narrativas de que se compõe a *Alma Alheia*, com prazer e cheio de esperanças. *A Barricada* e o *Cão* são os mais conhecidos, e, para mim, os melhores da coleção. *A Curiosa* é mais que curiosa: é uma

¹⁵ Esta vírgula não está na *Gazeta* (em fim de linha), nem em Mário de Alencar. Aurélio a acrescenta.

¹⁶ Pedro Rabelo (1868-1905), poeta, contista e jornalista, foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Quem notou que tinha um estilo “antes imitativo” foi José Veríssimo: “Esta imitação, que às vezes chega a ser quase um *decalque* ou uma paródia, é por ora a feição proeminente do Sr. Pedro Rabelo”. O autor imitado, ou o principal deles era, justamente, Machado de Assis, como talvez se ressentisse do tom da frase da crônica que fala de “um autor”. *A Alma alheia* é uma coletânea de 8 contos e uma “Abertura”, que Machado chama de prólogo. É nesta abertura que fala da “disparidade do estilo, uma dessemelhança de processos, que se por um lado redundam em benefício para o volume, com o tirar-lhe a monotonia que pudera ter, por outro lhe prejudicam uma certa unidade de forma que, porventura, fora para desejar.” De fato, este prólogo é um ataque (defensivo?) ao ambiente literário da capital. Critica a predominância de grupos literários que se imitam e se louvam, e a que Rabelo chama de “igrejinhas” – entre outras coisas, atribui-lhes a “ausência de produção” – uma característica deles neste momento. Em alguns contos, há uma visível imitação da “maneira” de Machado: “Mana Minduca” é uma história do tempo que passa, de duas pessoas que se apaixonaram, mas encontrando-se doze anos depois se desiludem, com uns ecos de “Dona Paula” talvez, “Caso de adultério”, é isso mesmo, contado em tom irônico, que lembra “Missa do galo”, mas é muito menos sutil. Dos quatro contos que Machado menciona, erra o título de dois (devem ser *Cão!* e *Curiosa*...).

predestinada. *Mana Minduca...* Mas, para que hei de citar um por um todos os contos? Basta dizer que o Sr. Pedro Rabelo busca uma ideia, uma situação, alguma coisa que dizer, para transferi-la ao papel. Tem-se notado que o seu estilo é antes imitativo, e cita-se um autor, cuja maneira o jovem contista procura assimilar. Pode ser exato em relação a alguns contos; ele próprio acha que há diversidade no estilo desta (*disparidade* é o seu termo), e explica-a pela natureza das composições. Bocage escreveu que *com a ideia convém casar o estilo*, mas defendia um verso banal criticado pelo padre José Agostinho.¹⁷ A explicação do Sr. Pedro Rabelo não explica o seu caso, nem é preciso. No verdor dos anos é natural não acertar logo com a feição própria e definitiva, bem como seguir a um e a outro, conforme as simpatias intelectuais e a impressão recente. A feição há de vir, a própria, única e definitiva, porque o Sr. Pedro Rabelo é daqueles moços em quem se pode confiar.



¹⁷Machado cita de memória, e mal, um verso de “Pena de Talião” de Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805): “Coa matéria convém casar o estilo / Levante-se a expressão, se é grande a ideia: / Se é negra a ideia, a locução negreje, / E tênue sendo, se atenua a frase.” O poema é um ataque ao poeta rival, padre José Agostinho de Macedo, parte de uma polémica entre os dois. Bocage diz: “Citas um verso mau, mil bons não notas. / Citas um verso mau, que não transforma / em matos os jardins?” O verso de Bocage criticado por Macedo foi “Se Lísia baquear baqueia o mundo”, que pertence ao “Elogio” – “Aos anos do mesmo senhor [d. João, príncipe regente de Portugal, o futuro d. João VI], recitado no Teatro da rua dos Condes em 13 de maio de 1801. Macedo fez a seguinte crítica ao verso, negando a existência do verbo “baquear”: “E dado que se encontre (o que eu te nego) / Em algum dos autores, que escreveram / Cá desde Castanheda ao mau Piloto / Do Comboio das petas, e mentiras / o verbo baquear dele ignorante, / Da queda o efeito pela queda toma.” (isto é, o baque era, ou devia ser, o efeito da queda, não a queda em si). Bocage responde, em “Pena de Talião”: “Ignora o baquear que é verbo antigo, / Dos Sousas, dos Arrais sãmente usado” (*i.e.*, frei Luís de Sousa e frei Amador Arrais). De fato, o verbo não era novo no tempo de Bocage, datando-se ao menos de 1566.

A SEMANA – 179

John Gledson

De 1891 em diante, ao longo da década de 1890, o Brasil sofreu uma crise financeira contínua; o mil-réis, instável, valia ao redor de 10 *pence sterling*, mais ou menos o terço do seu valor durante o império, com consequências desastrosas para a população, que dependia de gêneros alimentícios importados (trigo, charque, azeite...). Vários fatores contribuíam para a enorme dívida nacional, inclusive duas guerras civis (a Revolução Federalista e a Revolta da Armada). Para Machado, porém, havia um pecado original, o Encilhamento, o tema que aparece com mais insistência nestas crônicas, seja em comentários passageiros ou em crônicas inteiras, como o famoso “Sermão do diabo” de 4 de setembro de 1892 (20). O orçamento “calamitoso” que comenta, portanto, não era exatamente novidade, e pode ser por isso que só foi reproduzido inteiro no *Jornal do Commercio* – apenas o jornal de língua inglesa, *The Rio News*, informa os detalhes mais importantes.

Para Machado, esta dívida é o pano de fundo da década. A melhor solução, claro, é fingir que não existe. Os dois exemplos a que se refere, um discurso do irmão do presidente, atacando a excessiva cessão de pensões a pessoas “merecedoras”, e o lançamento contínuo de companhias mais que duvidosas, mostram que os velhos (e os novos) costumes custam a morrer. Um dos seus motivos preferidos destes anos, que poderíamos intitular, como o conto de *Relíquias de casa velha* (1906), “Suje-se gordo!”, aparece aqui também – melhor acumular muitas dívidas, porque, nas palavras empregadas para uma crise mais recente, você se faz “too big to fail”. Ou, nas palavras do maltrapilho de *Esau e Jacó*, “que vivia de dívidas”, “Paga o que deves, vê o que te não fica” (cap. 23).

A última parte da crônica, depois de uma transição talvez meio forçada, e que depende da ideia de algarismos, focaliza a moda de alguns atores representarem vários papéis numa só peça, com rapidíssimas mudanças de roupa. O exemplo mais brilhante, o italiano Leopoldo Fregoli, que até deu nome a uma síndrome psicológica, tinha se

apresentado no Rio recentemente. Com uma delicadeza tipicamente oblíqua, Machado se distancia de tal virtuosismo.



A SEMANA

3 de novembro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Não sei por onde comece, nem por onde acabe. Ante mim tudo é confuso, os fatos giram, cavalgam outros fatos, sobem ao ar e descem à terra, como estão fazendo as pedras e lavas do vulcão Llaima.¹ Alguns deles começam, mas não acabam mais, como o parecer da comissão do orçamento, apresentado ao senado esta semana.² Só os algarismos desse documento...

¹ Llaima é um dos vulcões mais ativos do Chile, a menos de 700 km ao sul de Santiago. Neste momento, tem início uma série de erupções que durariam até 1896. A notícia vem num telegrama de Valparaíso no *Jornal do Commercio* do dia 2 de novembro (p. 1, col. 3): “Está em erupção o vulcão Llaima, que lança por duas crateras a um tempo, lavas e grande quantidade de enormes pedras. Por ora, não há perigo nenhum para as localidades circunvizinhas.”

² Este “Parecer da Comissão de Finanças do Senado” foi publicado no *Jornal do Commercio* no dia 31 de outubro: é um resumo da situação financeira do Brasil. O autor principal foi o senador Leite e Oiticica, e, tecnicamente, o texto era apenas um “parecer”, uma proposta que esperava a aprovação do senado. É longo (ocupa página e meia do jornal), e cheio de “algarismos”; sem dúvida, como diz o cronista, é fastidioso de ler, e a situação, chamada de “calamitosa”, do país não era exatamente novidade. Talvez seja por isso, e pela sua natureza quase oficial, que não se menciona nem se cita noutros jornais (que eu saiba), com a exceção do *Rio News*, jornal de língua inglesa, semanal, que deu um extenso resumo em 5 de novembro. Cito alguns trechos do *Jornal* para dar uma ideia do documento. Falando do orçamento do país (p. 1, col. 1), diz: “(...) o fato de ser a quase totalidade desta verba absorvida pela dívida do Estado, este fato acusa o progresso em que a dívida pública aumenta, capaz de assustar qualquer cidadão deste país, por melhor crente que seja ele na grande riqueza e no futuro do Brasil.”; “(...) a Nação tem de empregar quase todo o seu orçamento de fazenda improdutivamente [isto é, em pagar os juros da dívida]”. A soma enorme citada no fim desse trecho (p. 1, col. 3) é feita de seis partes: dívida externa, dívida interna fundada, ouro, papel-moeda, dívida flutuante, e “dívida de fiança que a União está pagando em prestações e juros na forma dos créditos especiais do orçamento”. Cito alguns trechos da Conclusão (p. 2, col. 4): “Chegando ao fim deste parecer, longo, minucioso e quiçá fastidioso, a comissão de finanças julga ter-se desempenhado do dever que a sua responsabilidade lhe impunha. / (...) O Governo continua a executar a deliberação tomada de aceitar o legado de sérias dificuldades recebido a 15 de novembro de 1894 e põe à prova o seu patriotismo no sentido de restabelecer as finanças do país, como alcançou o conagraçamento da família brasileira [*i.e.*, a paz no Rio Grande do Sul]. / Coincide a apresentação do presente parecer com a era da paz iniciada há poucos dias e levada a efeito pela boa vontade, prudência, critério e patriotismo do atual chefe supremo da República dos Estados Unidos do Brasil. A confissão das nossas faltas, dos erros cometidos no ensaio da nova forma de governo, a franqueza com que os poderes públicos vêm, perante o povo a cujos destinos presidem, penitenciar-se dos erros cometidos por todos, nesta fase inicial da República, são a prova pública e o compromisso de honra assumido à face da Nação Brasileira (...). / Será necessário talvez pedir novos sacrifícios à Nação para acudir à despesa que a comissão avolumou com a cifra exata que o orçamento deve exigir; mas devem

Tenho visto muito algarismo na minha vida, variando de significação, segundo o tamanho e a matéria. Vivi por aqueles tempos diluvianos,³ em que a gente almoçava milhares de contos de réis, jantava dezenas de milhares, e ainda lhe ficava estômago para uns duzentos ou trezentos contos. Os que morreram logo depois, terão gozado muito pouco este mundo. Para falar francamente, arrependo-me hoje de não ter inventado qualquer coisa, um paladar mecânico, horas baratas, fósforos eternos, calçamento uniforme para as ruas, cavalos e cidadãos, uma de tantas ideias que acharam dinheiro vadio, e quando um homem não o tinha em si, ia buscá-lo à algibeira dos outros, que é a mesma coisa. A minha esperança é que tais dias não morreram inteiramente, mas a minha tristeza é que, quando eles convalescerem e vierem alumiar outra vez este mundo, provavelmente estarei fora dele. Se alguma coisa merecem os meus pecados, peço a Deus a vida precisa para nesses dias futuros incorporar uma companhia, receber vinte por cento das entradas, levantar um empréstimo para fazer a obra, não fazer a obra, fazer as malas e fazer a viagem do céu com escala pela Europa.

Pois, senhores, nem por ter visto tantos e tamanhos algarismos pude ler friamente os do parecer da comissão. Já o Sr. senador Moraes e Barros⁴ havia chamado a nossa atenção para a simples conta total da dívida, que, se não anda na memória de todos os brasileiros, não é por falta de algarismos; será antes por falta de memória. Mas a memória, apesar dos pesares, não vale a imaginação, e há um meio seguro de não doerem as dívidas, é imaginar que são poucas, e essas poucas fecundíssimas, não as pagando a gente, porque não quer, e ainda por se não prejudicar. Que é pagar uma dívida? É suprimir, sem necessidade urgente, a prova do crédito que um homem merece. Aumentá-la é fazer crescer a prova.

todos compreender quanto tais sacrifícios serão compensados com o equilíbrio do orçamento e resgate do papel-moeda de curso forçado, a causa predominante da depreciação inqualificável da moeda. (...) / Por efeito dessa depreciação, que chega ao extremo quase de 300%, todos os gêneros necessários à vida se acham extraordinariamente elevados de preço; em consequência do apreço da nossa moeda fiduciária esperada, se as duas medidas acima forem perseverantemente executadas, a baixa do preço dos gêneros dar-se-á, e o alívio daí resultante compensará as exigências do fisco para obter tão valiosos resultados.”

³Este parágrafo inteiro refere-se, é claro, ao Encilhamento, um dos temas a que Machado volta sempre nestas crônicas. Já na crônica de 11 de fevereiro de 1894 (90) fala “no tempo do dilúvio (1890-1891)”, “em que havia aqui um homem que acordou um dia com vinte mil contos; foi o que me disseram. Uma semana depois afirmaram que tinha trinta mil, e dois dias mais tarde, quarenta, cinquenta, sessenta mil contos de réis.” As invenções ridículas, as companhias miríficas e desonestas, são outros aspectos desta loucura coletiva. Ver também a introdução à edição das crônicas de 1892-1893, p. 19-22.

⁴Manuel Moraes e Barros (1836-1902) era irmão mais velho do presidente Prudente de Moraes, deputado federal desde 1891, e senador por São Paulo de 1895 a 1902. Machado se refere a um discurso em que atacou a excessiva concessão de pensões, dada a situação econômica do país. Uma reportagem vem no *Jornal do Commercio*, 28 de outubro, p. 1, cols. 2-3: “Ainda há poucos dias, em seguida a um discurso do Sr. Moraes e Barros, invocando o patriotismo de seus colegas e exortando-os a lembrarem-se da cifra de um milhão e oitocentos mil contos de réis de nossa dívida pública quando tivessem de votar pensões, o Senado concedeu nada menos de três importando em alguns contos de réis, e depois dessas já fez outra concessão idêntica.”

A comissão, – ou o relator, se é certo que o parecer é apenas um projeto, segundo li, mas já me disseram que afinal fica sendo o parecer de todos, – a comissão diz muita coisa sobre dívidas, despesas, juros, depósitos, emissões, amortizações, e outros atos e fenômenos, mas tudo tão compacto, que não me atrevo a entrar por eles. Os algarismos mal dão passagem aos olhos; é um mato cerrado, alguns com espinhos agudíssimos, outros tão folhudos que cegam inteiramente. Com dez sinais árabes, é incrível o que se pode variar na despesa e na correspondente escrituração. O parecer tem a vantagem de já trazer tudo somado, de maneira que não há necessidade de andar procurando a quanto sobem quatro parcelas de quinhentos; ele mesmo conclui que são dois mil. Se a conta não é redonda, o serviço torna-se inestimável. Vai um homem somar as seis grandes porções da dívida, há de acabar cansado, aborrecido e incerto; mas o parecer, somando tudo, dá este total, que é o mesmo recomendado pelo Sr. senador Moraes e Barros à memória dos seus concidadãos: 1.888.475:667\$000.

Melhor é desviar os olhos, descansar a cabeça e ir a outra parte. Não digo que nos falte confiança; é necessário tê-la, e basta aplicar a nós o lema italiano: *Brasilia farà da sè*.⁵ Confiança e circunspeção.⁶ Mas o pior é que tudo o que ora me cerca, são algarismos, e os mais deles grandes. Vede este quadro de títulos e ações, organizado pelo *Jornal do Commercio* e publicado hoje, dia de finados:⁷ é uma vertigem de capitais, de emissões,⁸ de valores nominais e efetivos. Pegue deste banco: 10.000:000\$000 de capital. Cada ação? 200\$000. Entrada? 150\$000. Última venda? 600rs.; ou, por extenso, para evitar erros, seiscentos réis, menos de duas patacas, quando havia árvore das patacas.⁹ A partida é sempre numerosa, como sucede às tropas que marcham para a guerra; são dez mil, vinte, trinta, cem mil. A volta é diminuída; faz lembrar o final de uma das *óperas do judeu*:

⁵A frase original em italiano é “Italia farà da sè” (“A Itália fará por si mesma”, sem ajuda): é um lugar comum da época, citada mais de uma vez por Machado. São palavras de Carlos Alberto, rei do Piemonte, em 1848, nos primórdios do Risorgimento; disse que a Itália conseguiria sua independência sem ajuda estrangeira: o que não aconteceu.

⁶ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “circunspeção”.

⁷ Esta “vertigem de capitais”, a lista dos capitais, ações, etc. de uma multidão de companhias e bancos, ocupa a p. 6 do *Jornal do Commercio* de sábado, 2 de novembro, dia em que Machado escrevia esta crônica. O banco a que se refere pode ser o Banco V. A. do Brasil de Crédito Real, com algarismos que parecem conferir com os da crônica. Pode ser que tenha atraído a atenção sempre desconfiada do cronista por não dar nenhuma informação nos itens “Fundo de Reserva” e “Dividendo”. A “última venda” será o preço do último lote de ações vendidas, um preço ínfimo. A pataca, moeda antiga, valia 320 réis.

⁸ Assim na *Gazeta*. Aurélio tira a vírgula.

⁹A árvore das patacas, *Dillenia indica*, é uma planta de origem indiana, trazida ao Brasil no tempo de d. João VI. A história acerca dela, que explica a sua fama no Brasil e em Portugal, e a sua associação ao Brasil, é esta: “Conta-se que o imperador Dom Pedro I, por brincadeira, escondia moedas (patacas) nas flores da *Dillenia indica*. Com o tempo as flores se fechavam, mantendo a moeda dentro do fruto. O imperador pegava um desses frutos e o abria diante de todos, dizendo que no Brasil o dinheiro nascia até em árvores.”

Tão alegres que fomos,
Tão tristes que viemos.¹⁰

Sim, é melhor ir a outra parte, repito; mas aonde? Parece que o teatro é um bom lugar de distração; a verdade, porém, é que aí mesmo esperam-me algarismos tremendos. Não me refiro ao orçamento do teatro municipal, que o prefeito acaba de sancionar.¹¹ Não é quantia de escurecer a vista; mas responda o público às boas intenções. Não me refiro ao orçamento; refiro-me ao número de papéis dos atores.

Quando eu ia ao teatro, os atores não representavam mais de um papel em cada peça; às vezes, menos. Caso havia em que os papéis eram dados por metade, um terço, um quinto. Nunca me esqueceu uma atriz (cujo nome perdi de memória) que chegou ao mínimo de uma só frase. Resmungava enfasiadamente as outras; aquela era o cavalo da batalha da noite. Apertada pelo pai, tinha que negar não sei que carta ou que quer que era, denúncia de namoro. Deixava o pai de lado, vinha à frente, fitava a plateia, esticava o braço, levantava o dedo, e bradava, sublinhando: “Eu, papai, nunca tive um namorado só na minha vida!” Compreende-se a intenção da moça, contrária à do autor, mas muito mais acertada, porque a plateia ria a bandeiras despregadas. O contrário da *Dalila*.¹² Ria o público, os bancos riam, as arandelas riam, só eu não ria, por haver já desaprendido de rir.

Aqui temos agora uma peça em que a atriz Palmira,¹³ que nunca vi nem ouvi, representa não menos de vinte e quatro papéis. Entre a simples frase da outra e estes vinte e quatro papéis, há um abismo e um mundo. É o menos que posso dizer: mil

¹⁰ Palavras da ópera *Vida do grande D. Quixote de la Mancha e do gordo Sancho Pança*, ato II, cena VIII, de Antônio José da Silva (1705-1739), “o judeu”. No original “tão tristes que tornamos”. Palavras já citadas na crônica de 10 de maio de 1885, de “Balas de estalo”.

¹¹ Em 1894, já Artur Azevedo propôs a construção de um teatro municipal, a ser pago por contribuições públicas. É esta a lei que acabou de ser aprovada. Entretanto, apesar de ter sido cobrada uma taxa para as obras, a construção só começou em 1905, sendo concluída em 1909.

¹² Peça de Octave Feuillet (1821-1890), de 1857. Machado a resenhou longamente, resumindo o enredo melodramático, em 13 de abril de 1860, no *Diário do Rio de Janeiro*. Esta crítica está reproduzida em *Machado de Assis: do teatro – textos críticos e escritos diversos* (org. João Roberto Faria), p. 229-233. Ao longo dos anos, Machado se referiu à peça ao menos quatro vezes nas crônicas, em 1864, 1885, 1889, e agora em 1895. O poema “Prelúdio”, que abria *Falenas*, na primeira edição, tem seu argumento baseado na peça – à qual o poeta faz também uma alusão em “Pálida Elvira”, no mesmo livro. Não são só recordações pessoais. As peças de Feuillet, embora “passadas de moda”, ainda voltavam à cena – sobretudo as duas mais populares, *Romance de um moço pobre* e *Dalila* – esta última reapareceu no teatro Variedades, vendida como “assombrosa novidade”, em abril de 1896 (ver, por exemplo, *Gazeta de Notícias*, 17 de abril de 1896, p. 6, cols. 2-3). As duas peças foram até filmadas no séc. XX.

¹³ Palmira Bastos (1875-1967), atriz portuguesa de muita fama e sucesso, estava ainda em começo de carreira (estreada com 15 anos). Naquele momento, entre outras peças, ela aparecia na “querida e sempre desejada” revista *Tim tim fim de século*, no teatro Recreio Dramático. Nos anúncios (ver, por exemplo, o *Jornal do Commercio* de 20 de novembro, p. 10, cols. 5-6), destaca-se que ela desempenhará 24 papéis. Eram comuns na época as peças com uma infinidade de personagens, especialmente as “revistas de ano” – o que obrigava um mesmo ator a atuar em diversos papéis. Nas revistas de Artur Azevedo, a lista delas (das personagens) ocupava diversas páginas.

abismos, mil mundos não são demais. Fregoli¹⁴ revelou-nos o modo de ver uma infinidade de pessoas, em cinco minutos, pessoas e vozes, que as tinha todas. Palmira, sem as vozes, dará os papéis, mas não ficaremos aqui. Outros artistas virão, com o duplo e o triplo dos papéis, e o quántuplo dos aplausos. Não se conclua que execramos as individualidades únicas, nem que amamos os que são propriamente multicores. É ser temerário; concluamos antes, que a variedade deleita.



¹⁴ Leopoldo Fregoli (1867-1936): ator italiano, famosíssimo por seu virtuosismo, que consistia em interpretar numerosos papéis numa só peça. Estava ainda no começo da carreira quando fez uma visita ao Rio de Janeiro em 1895, com a companhia de zarzuelas Valentim Garrido. Assim se anuncia a sua fama em 25 de março de 1895 na *Gazeta* (p. 2, col. 6): “Fregoli está atualmente em Madrid representando com extraordinário êxito a comédia *El camaleonte* em que representa com raro talento os papéis do marido enganado, da esposa infiel, do amante e do criado, personagens que figuram na comédia.” Fez enorme sucesso. Estreou no teatro Lírico no dia 18 de setembro, partindo para Lisboa no dia 9 de outubro.

A SEMANA – 180

John Gledson

Começamos por um lugar-comum do fim de século – por isso mesmo, o cronista recusa pedir alvissaras: os casamentos entre ricas herdeiras americanas e aristocratas europeus arruinados, que faziam as delícias dos jornais e revistas. Sente-se uma certa satisfação do cronista ao localizar um caso oposto, com menos destaque, o de Pauline von Kirbach, encontrado, justamente, numa notícia sobre um congresso socialista na Alemanha.

Voltamos então a um assunto que fascinava Machado em mais de um ponto de vista – o Japão, com seu poder crescente, seu expansionismo militar, e sua curiosa imitação de instituições e hábitos europeus. A questão da possível imigração de japoneses já surgira numa crônica de 1894 (28 de outubro [126]). Depois da mudança significativa assinalada por Prudente de Moraes em maio de 1895 (ver nota 9), abandonava-se a velha esperança de trazer chineses (“os chins”, como se dizia) para substituir a mão de obra escrava. Agora, a reputação do país e a de seus cidadãos vão de mãos dadas. Talvez os japoneses sejam mais “civilizáveis”, se adaptem melhor? Talvez até não sejam todos “rústicos”, para adotar o eufemismo do cronista.

Mais próximo de casa, também os chilenos se dedicam a imitar as instituições europeias. Mas o parlamentarismo local parece que encontrou dificuldades próprias, que Machado finge (?) não entender. Pode ser que a luta entre parlamentos e presidentes, inerentes às repúblicas, e de trágicas consequências recentes nesse país, não seja assim tão fácil de resolver.



A SEMANA

10 de novembro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Três pessoas estavam na loja Crashley,¹ rua do Ouvidor, um moço, um mocinho e eu. Víamos, em gazeta inglesa, os retratos do duque de Marlborough e de Miss Consuelo Vanderbilt, que vão casar.² A noiva é riquíssima, o noivo nobilíssimo, vão unir os milhões aos brasões, e a Europa à América; não é preciso lembrar que a jovem Vanderbilt é filha do famoso ricoço americano.

Um de nós três, o moço, declarou francamente que não acreditava nos milhões da donzela. A quantia maior em que acredita é um conto de réis; não descrê de dois, acha-os possíveis; dez parecem-lhe invenção de cérebro escaldado. O mocinho já creu em vinte e sete contos,³ mas perdeu essa fé ingênua e pura. Eu, por amor do ocultismo, creio em tudo que escapa aos olhos e aos dedos. Sim, creio nos oitenta mil contos da linda Vanderbilt, assim como creio nos séculos de nobreza de Marlborough.

Uma revista célebre (vá por conta de Stendhal) opinou no princípio deste século que “há só um título de nobreza, é o de duque; marquês é ridículo; ao nome de duque todos voltam a cabeça.”⁴ Se é assim, o noivo inglês paga bem o dote da noiva

¹ Crashley and Co., livraria de língua inglesa, estabelecida havia muitos anos à rua do Ouvidor, n. 67.

² Este casamento, emblemático da assim chamada “Gilded Age” (Era dourada) americana, aconteceu no dia 6 de novembro. Consuelo Vanderbilt (1877-1964), de 18 anos, era filha de William Kissam Vanderbilt e bisneta de Cornelius Vanderbilt, o fundador da imensa fortuna da família, baseada em estradas de ferro, entre outras coisas. O (nono) duque de Marlborough, Charles Spencer-Churchill (1871-1934) era o herdeiro de um dos títulos mais famosos da Inglaterra, que remontava ao primeiro duque, célebre por suas vitórias na Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714). Herdou um título falido, e procurou uma noiva riquíssima. Por seu lado, Consuelo foi forçada pela mãe ambiciosa, a casar com o duque. Como dote, o pai pagou \$2.500.000, além de conceder ações nas suas companhias. Era assunto de interesse geral (ver, p. ex., a enumeração dos detalhes do dote, na *Gazeta* de 8 de novembro p. 1, col. 6). Consuelo abandonou o marido em 1906, divorciando-se dele em 1921. Na crônica (e em Aurélio), vem escrito “Wanderbilt”, mas mesmo nos jornais da época, onde o nome aparece com frequência, Vanderbilt é a ortografia aceita.

³ Esta “crença” em 27 contos parece um eco do valor do mil-réis antes do Encilhamento (27 *pence*, como na crônica anterior). A perda calamitosa do valor da moeda brasileira é a causa da perda de fé.

⁴ A origem desta citação, e a explicação das palavras “vá por conta”, é que Machado evidentemente a encontrou em *Le rouge et le noir* (1830), de Stendhal (Marie-Henri Beyle, 1783-1842), onde serve de

americana, paga de sobra. As ricas herdeiras americanas amam os nobres herdeiros europeus; não há um ano que um duque francês desposou uma rica patriciana de miss Consuelo.⁵ Deste modo, sem bulha nem matizada, unem a democracia à aristocracia e fazem nascer os futuros duques do próprio seio que os aboliu. A nobreza europeia está assim enxertada de muito galho transatlântico. Naturalmente a observação é velha, não peço alvíssaras.

Peço alvíssaras por esta outra que fiz no dia seguinte àquele em que estivemos na loja Crashley, na rua do Ouvidor. Lendo uma correspondência de Breslau, acerca do congresso socialista, dei com a notícia de fazer parte da assembleia, entre outras senhoras, uma de quarenta anos, que, aos vinte e cinco, em 1880, renunciou o título de duquesa para se fazer pastora de cabras.⁶ É nada menos que filha do duque de Wurtemberg e da princesa Matilde de Schamburg de Lippe. O governo wurtemberguês, para que ela não ficasse só com o nome de Paulina, deu-lhe o de Kirbach (*von Kirbach*).

A minha observação consiste no contraste das duas moças, uma que nasce duquesa e bota fora o título, outra que nasce sem título e faz-se duquesa. Pastora de cabras, pastora de dólares. Que querias tu ser, carioca do meu coração? A poesia pede cabras, a realidade exige dólares; pede⁷ as duas espécies, multiplica os dólares pelas cabras, e não mandes embora o primeiro duque que te aparecer. Vai com ele à igreja da Glória, agora que deu à sua triste torre uma cor de rosa ainda mais triste,⁸ casa, embarca, vai a Breslau, não digo para fazer parte do congresso socialista; há muita outra coisa que ver em Breslau, duquesa.

epígrafe ao capítulo XXX, “Un ambitieux”. No “original” francês: “Il n’y a plus qu’une seule noblesse, c’est le titre de duc; marquis est ridicule; au mot duc on tourne la tête.” A ironia, sempre presente em Stendhal, é evidente, pois o capítulo começa com “Le marquis de la Mole...” e nos informa que este está intrigando para ser feito duque. É quase certo que Machado não conhecia o original: *The Edinburgh Review*, que, sobretudo na sua terceira versão editorial, que durou de 1802 a 1929, foi muito influente, de tendência liberal (Whig, para usar o termo da época), e promovia o romantismo. Foi muito importante para Stendhal quando esteve na Itália, depois da queda de Napoleão. “Je suis tout *Edinburgh Review*” diz, numa carta.

⁵ Não conseguimos identificar com certeza este duque nem a sua esposa. Pode ser que Machado se refira a Anna Gould, que casou com Boniface de Castellane no dia 14 de março de 1895 – mas este era apenas marquês...

⁶ Não localizamos esta correspondência de Breslau, capital da Silésia, então parte do Império Alemão, agora Wrocław, na Polônia. Pode ser que Machado a tenha lido num jornal europeu. As informações que dá são todas, ou quase todas, exatas. Pauline von Kirbach (1854-1914) era filha de Eugen Erdmann von Württemberg e a Princesa Mathilde von Schaumberg-Lippe. Renunciou à sua herança, de fato, mas para casar com um médico, dr. Melchior Willim, com quem teve três filhos. A história da “pastora de cabras”, de que não encontrei referência, deve ter origem na fonte que Machado leu. Uma matéria diz que Pauline era excêntrica, e costumava andar pela cidade de Breslau seguida de vários animais, inclusive cabras. Era ativista socialista de longa data, e figura sobressalente no congresso que Machado menciona, ocasião importante em que esteve presente Wilhelm Liebknecht (ver crônica de 22 de abril de 1894 [100]), e que aconteceu entre 8 e 12 de outubro de 1895.

⁷ Na *Gazeta* está “pende”, que não faz sentido. Aurélio propõe “funde”. Esta solução, em que este segundo “pede” estaria no imperativo, me parece mais provável, em parte por ser um erro de revisão mais compreensível.

⁸ Não descobri nenhuma referência a esta transformação cafona da velha igreja.

Os japoneses, com quem acabamos de celebrar um tratado de comércio,⁹ não leram decerto a *Revista de Edimburgo*; se a tivessem lido, teriam decretado os seus duques; por ora estão nos condes e marqueses. Verdade é que um cronista lusitano do século XVI diz que eles tinham por esse tempo títulos vários e diferentes – “como cá os duques, marqueses e condes.”¹⁰ Questão de tradução, mas justamente o que me falta é a notícia dos vocábulos originais e seus correspondentes. Entretanto, não é fora de propósito que eles, assim como aperfeiçoaram a pólvora dos chins e deram-lhes agora com ela,¹¹ assim também aperfeiçoem as herdeiras ricas, e ninguém sabe se algum bisneto de Marlborough chegará a desposar alguma Vanderbilt de Tóquio.

Que as moças daquelas terras, como os homens, assimilam facilmente os costumes peregrinos, é fato velho e revelho. Não há muitos dias, estávamos à porta do Laemmert¹² dois dos três da loja Crashley... Não digo os nomes dos outros, por não lhes ter pedido licença, mas eles que o confirmem aos seus amigos, e os amigos destes aos seus, e assim se farão públicos. Estávamos à porta do Laemmert, quando vimos sair duas parisienses; mintu: duas japonesas. Realmente, salvo o tipo, eram duas parisienses puras. Se vísseis a graça com que deram o braço aos cavalheiros que iam com elas, as botinas que calçavam, os tacões das botinas, o pisar leve e rápido...¹³ Os tacões diziam claramente que não carregavam o peso da Ásia, que as duas moças eram como aquelas borboletas de papel que os seus avós faziam avoçar no teatro, com o simples movimento do leque. E foram-se, e perderam-se rua acima.

⁹ Este tratado “de comércio, navegação, paz e amizade” foi assinado pelo ministro brasileiro em Paris, sr. Piza e Almeida, no dia 5 de novembro (ver *Gazeta de Notícias*, 6 de novembro, p. 1, col. 3). Faz parte de uma aproximação ao Japão, o novo poder do Extremo Oriente, e que levaria à imigração japonesa, iniciada em 1907. Na sua mensagem presidencial de 4 de maio de 1895, Prudente de Moraes diz: “Julguei conveniente suspender as disposições tomadas para a negociação do tratado de amizade e comércio com a China, e destinada principalmente a facilitar a emigração para o Brasil, e resolvi ao mesmo tempo procurar um acordo para igual fim com o Japão, esperando realizá-lo sem enviar àquele país uma custosa embaixada.” (*Jornal do Commercio*, 5 de maio, p. 2, col. 3.)

¹⁰ Este cronista é o padre João de Lucena (1550-1602), pregador e missionário jesuíta português, autor de uma história da vida do padre Francisco Xavier, livro que Machado tinha na sua biblioteca, e que inclui muitas informações sobre os países do Extremo Oriente. Já foi citado nas crônicas de 18 de setembro de 1892 (22), e 28 de outubro de 1894 (126). Diz o padre Lucena: “Quanto à nobreza em nenhuma parte se lhe tem igual respeito, e podemos-la dividir em três estados, no dos Iacatás, ou Reis soberanos; no dos senhores de título, a que chamam Tonos, e são diferentes, e vários como cá os Duques, Marqueses, Condes; e no dos fidalgos particulares.” (LUCENA, João de. *História da vida do padre Francisco de Xavier, e do que fizeram na Índia os mais religiosos da Companhia de Jesu*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1600. p. 484.) [“Do modo de governo, e polícia dos Japões.” Cap. VI. do livro sétimo da vida do padre Francisco de Xavier.]

¹¹ Na Guerra Sino-Japonesa (ver, entre outras, as crônicas de 28 de outubro de 1894 [126] e 21 de abril de 1895 [151]).

¹² A loja da Livraria Laemmert estava, desde 1868, à rua do Ouvidor n. 68, muito perto da Crashley, do outro lado da rua estreita. “Na rua do Ouvidor, um homem, que está à porta do Laemmert, aperta a mão do outro que fica à porta do Crashley, sem perder o equilíbrio.” (crônica de 13 de agosto de 1893 [69])

¹³ Este andar rápido das japonesas, devido às saias longas e justas que vestiam, era supostamente característico.

Vamos tê-las agora às dúzias, se o tratado, que o Sr. Piza negociou, admitir que venham mulheres e uma pequena porcentagem de moças da cidade. Mas ainda que venham só as rústicas, é gente que, com pouco, fica cidadã. Vamos tê-las modistas, estudantes, professoras. Nas escolas não se limitarão a ensinar português, ensinarão também o seu idioma natal, e, graças à facilidade que temos em aprender e ao amor das belezas estranhas, acabaremos por escrever na língua do micado. Há quem jure que algumas pessoas não falam em outra; mas é opinião sem grande fundamento. É certo que, no meio da linguagem oratória, aparecem locuções, frases, alguma sintaxe estranha, mas, além de se não poder afirmar que sejam todas do Japão, sucede que muitas são claramente do Café Riche,¹⁴ - e, por serem de café, têm a desculpa nacional.

Venham os professores,¹⁵ e digam-nos a história e os costumes do parlamento de Tóquio, a fim de que possamos explicar como é que um sistema que entrou tão bem no Japão está prestes a dar com o presidente do Chile em terra.¹⁶ Não chego a entender as dificuldades deste presidente. Que, durante alguns dias, os chefes de gabinete possíveis não mostrem grande vontade de subir ao leme do Estado, vá; não é natural, mas, um pouco de artifício dá graça à alma humana, e particularmente à alma política. Já lá vão semanas e semanas, e não há meio de alcançar um grupo de cinco a seis pessoas que governem a República. Não esqueçamos que o Chile fez uma revolução para restaurar o

¹⁴ O Café Riche (fundado por uma madame Riche) era um restaurante de luxo, situado no Boulevard des Italiens, frequentado por literatos e artistas famosos. Parece que Machado está satirizando as pretensões “orientalistas” e cosmopolitas dos simbolistas, com a sua sintaxe arrevesada.

¹⁵ Assim na *Gazeta*. Aurélio sugere que deve ser “professoras”. Entende-se a proposta, mas como o jornal faz perfeito sentido, preferimos manter a sua leitura.

¹⁶ Desde pelo menos o dia 21 de outubro, os telegramas de Santiago e Valparaíso repetem, com pequenas variações, que “a crise ministerial continua”, e que sr. Oswaldo Regio [ou MacIvor, dr. Eulogio Altamirano, Castellón...] “está tentando organizar um gabinete”, sem sucesso. No dia 7 de novembro, vem a notícia, que talvez fosse o que despertou a reação de Machado, de que “não será para admirar que o Presidente [Jorge] Montt dê sua demissão” (*Gazeta de Notícias*, p. 1, col. 2). Para entender as referências ao assunto, temos que retroceder até setembro de 1891, quando, depois de uma guerra civil, o presidente José Manuel Balmaceda tinha sido deposto, suicidando-se pouco depois. Balmaceda tinha tentado reforçar os poderes do presidente, e limitar os do congresso (ou parlamento). A seguir, foi instaurado um regime parlamentar, dominado pela oligarquia do país, que durou até os anos 20. São as brigas dentro dessa oligarquia que causam a demora. Os paralelos com o Brasil, com o contraste entre o regime de Floriano e o de Prudente de Moraes, eram claros, embora no Brasil a oligarquia não escolhesse a via parlamentarista para estabelecer seu domínio. Joaquim Nabuco publicou o livro *Balmaceda* em abril de 1895: nele, resenhando um livro chileno que faz a apologia de Balmaceda, Nabuco (defensor do Império, e do monarquismo constitucional e parlamentar) critica os argumentos do autor (e, implicitamente, os defensores de Floriano). Para Machado (amigo de Nabuco, e que simpatizava com suas ideias, embora com o ceticismo que sempre o caracteriza) o que interessa é um ponto nevrálgico dos sistemas republicanos, e da oposição entre os regimes presidencialista e parlamentarista. Se o presidente ficar atrelado à vontade do parlamento, qual a razão de haver duas fontes de poder? – mas uma só fonte de poder aproxima-se da ditadura... A mesma preocupação, com o mesmo “paradoxo” de o presidente demitir-se por pressões ou desentendimentos com o parlamento (na França e na Argentina), aparece nas crônicas de 20 e 27 de janeiro (138 e 139, ver notas 13 e 3, respectivamente), e 17 de fevereiro (142). No fundo, trata-se do mesmo problema implícito no Poder Moderador do Império.

sistema parlamentar. Se há de acabar por não ter ministros, Montt deixa a presidência, para não fazer de Balmaceda... Não é claro.

Claro é ainda o princípio da crônica, o caso do duque de Marlborough e da próxima duquesa; tão claro como o da princesa Colona,¹⁷ que é também filha de um banqueiro americano, casada há alguns anos. Rimei acima milhões com brasões; posso agora empregar a toante espanhola, e rimar *capitães* com *capitais*,¹⁸ mas podem acusar-me de trocadilho, e eu prefiro ficar calado a fazer um *calembour*,¹⁹ - *calembour* sem g, meus bons amigos da revisão.



¹⁷ Não foi possível identificar esta princesa, cujo nome vem escrito Collona na *Gazeta* (Colona em Aurélio); pensei que talvez se tratasse dos Colonna, antiga família romana, mas esta hipótese também não trouxe uma solução.

¹⁸ A identidade das duas palavras “rimadas” fica mais evidente no jornal, onde, na ortografia da época, se escrevia “capitães” e “capitais”. A “rima toante espanhola” (“asonancia” em espanhol) é aquela em que só tem que haver identidade na última vogal tônica das duas palavras. Aqui, essa identidade depende da não percepção da diferença entre vogais nasais e não nasais pelos falantes nativos de espanhol.

¹⁹ Trocadilho é *calembour* em francês: a palavra francesa também foi adotada em português, às vezes escrita “calembur”. “Calembour” é um erro tão frequente que até foi dicionarizado, por exemplo no Novo Dicionário Houaiss. Deve ter origem nos numerosos nomes de lugar que terminam em “bourg” (burgo). A julgar pelas ocorrências na imprensa carioca da década de 1890, a versão errada era mais comum.

A SEMANA – 181

John Gledson

“Agora começam as festas”, diz o cronista, depois de dois (dos três) parágrafos de abertura curiosamente – gratuitamente – agressivos. Isto é, só agora, seis anos depois do estabelecimento da República, podemos começar a comemorar. A frase tem um certo veneno, porque sublinha o fato de que nos anos anteriores, as tensões políticas tinham impedido quaisquer festejos nos dias 15 de novembro – em 1891, estávamos entre dois golpes, em 1892, já no regime florianista, estava presente a tensão que no ano seguinte levou à Revolta da Armada; em 1894 o ex-presidente recusou-se a aparecer na posse de Prudente de Morais, o primeiro presidente civil.

Esta crônica nos oferece uma visão resumidíssima mas fascinante destes anos, do ponto de vista do cronista. Qual tem sido o progresso do novo regime (se houve algum)? Decerto, Machado era extremamente cético em relação à questão. Era monarquista, embora as esperanças de uma restauração estivessem cada vez mais remotas. A doença que proclama alto e bom som na abertura é uma expressão metafórica desta antipatia? Pode ser: certamente é um bom pretexto para ter-se ausentado das cerimônias, e talvez pelo tamanho da crônica, relativamente curta.

As duas festas que menciona, o baile para celebrar o aniversário de Deodoro, no dia 5 de agosto de 1890, e o juramento da constituição pelos novos presidente e vice-presidente, no dia 26 de fevereiro de 1891, são significativas – e é interessante saber que Machado esteve presente em ambas. Sabemos disso porque, no primeiro caso, a *Gazeta* nos informa, no segundo, porque ele mesmo no-lo diz em primeira pessoa (“tive ocasião de observar”, “comparei”). Através de ambas, mostra sua opinião sobre os dois chefes que presidiram a primeira república. Obviamente, Deodoro é a figura mais simpática, e o baile ilustra a euforia do novo regime (no meio do Encilhamento). O retrato de Floriano é claramente o menos atraente, mas devemos precaver-nos contra achar aqui um caso do bem e do mal. Não é só a fama de conquistador em série do generalíssimo – “ou conhecia-as todas?” (será por isso que houve relativa ausência de mulheres – inclusive d. Carolina – na festa?) –, é a falta de respeito numa ocasião solene, que Machado desaprova. Deixa ao leitor julgar ou opinar – um caso evidente de diplomacia.

No fim da crônica, sinto a presença próxima de um ensaio famoso, de um dos autores que Machado mais admirava – amava? –, Ernest Renan. A fama de “Qu’est ce qu’une nation?”, de 1882, cresceu muito nos últimos anos. Uma de suas ideias centrais e mais influentes é o papel necessário do *olvido* na construção de uma nação: “Or l’essence d’une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié bien des choses”, “Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido uma porção de coisas”. Talvez aí se resuma muito da atitude de Machado perante os acontecimentos de 1889 a 1895.

A *Gazeta de Notícias* deste dia reproduzida no microfilme foi rasgada, e falta um trecho considerável da crônica, desde “aprumo” no sexto parágrafo até “felicitações” no oitavo. Felizmente, dispomos de duas leituras baseadas no texto do jornal, a de Aurélio e a de Mário de Alencar – nas p. 272-275 da sua antologia, em que a crônica vem com a data equivocada: “19 de Novembro.”



A SEMANA

17 de novembro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Tal é o meu estado, que não sei se acabarei isto. A cabeça dói-me, os olhos doem-me, todo este corpo dói-me.¹ Sei que não tens nada com as minhas mazelas, nem eu as conto aqui para interessar-te; conto-as, porque há certo alívio em dizer a gente o que padece. O interesse é meu; tu podes ir almoçar ou passear.

Vai passear, e observa o que são línguas. Se eu escrevesse em francês, ter-te-ia feito tal injúria, que tu, se fosses brioso, e não és outra coisa, lavarias com sangue.² Como escrevo em português, dei-te apenas um conselho, uma sugestão; irás passear deveras para aproveitar a manhã. Reflete como os homens divergem, como as línguas se opõem umas às outras, como este mundo é um campo de batalha. Reflete, mas não deixes de ir passear; se não amanhecer chovendo, e a neblina cobrir os morros e as torres, terás belo espetáculo, quando o sol romper de todo e der ao terceiro dia das festas da República o necessário esplendor.³

Não tendo podido ver as outras, vi todavia que estiveram magníficas; a grande parada militar, os cumprimentos ao Sr. presidente da República, a abertura da exposição, os espetáculos de gala, as evoluções da esquadra, foram cerimônias bem escolhidas e bem dispostas para celebrar o sexto aniversário do advento republicano. Ainda bem que se organizam estas comemorações e se convida o povo a divertir-se. Cada instituição precisa honrar-se a si mesma e fazer-se querida, e para esta segunda parte não basta exercer pontualmente a justiça e a equidade. O povo ama as coisas que o alegram.

¹ Machado sofria dos olhos e de dores de cabeça; se queixa em outras ocasiões (p. ex. na crônica de 10 de março de 1895 [145]) e no início de 1896 teve que entrar em licença para tratamento de saúde. A crônica também é curta (cem palavras menos que a norma, mais ou menos).

² “Va te promener” em francês, normalmente dito em tom ríspido, quer dizer “Vai embora”, “Fora daqui”.

³ As festas do dia 15 de novembro estão descritas com certo detalhe, com um plano das evoluções da esquadra na baía de Guanabara, na primeira página da *Gazeta*, e de outros jornais, no dia 16.

Agora começam as festas.⁴ Deodoro estava perto do 15 de Novembro,⁵ e tratava-se de organizar a nova forma de governo. Era natural que as festas fossem escassas e menos várias que as deste ano. Certamente, o chefe do Estado era amigo das graças e da alegria. Não foi ainda esquecido o grande baile dado em Itamarati⁶ para festejar o aniversário natalício do marechal. Encheram-se os salões de fardas, casacas e vestidos. Gambetta advertiu um dia que *la République manquait de femmes*.⁷ Compreendia que, numa sociedade polida como a francesa, as mulheres dão o tom ao governo. As de lá tinham-se retraído; depois apareceram outras, supponho. Cá houve o mesmo retraimento; nomes distintos e belas elegantes eliminaram-se inteiramente.⁸ Mas nem foram todas, nem cá se vive tanto de salão.

De resto, como disse acima, Deodoro era amigo das graças; acabaria por chamar as senhoras em torno do governo. Um dia, por ocasião da promessa de cumprir a Constituição, tive ocasião de observar⁹ uma ação que merece ser contada.¹⁰ Foi a

⁴ Isto é, neste ano – nos outros aniversários, desde a fundação (*i.e.*, o 15 de Novembro referido na frase seguinte), a situação política fora tão tensa e incerta que as festas foram impossíveis.

⁵ Assim na *Gazeta* e em Mário de Alencar – Aurélio tem “novembro”.

⁶ Este baile, em 5 de agosto de 1890, para celebrar o 63º aniversário do presidente, foi um acontecimento. É interessante ler, na primeira página da *Gazeta de Notícias* do dia 7, o comentário do jornal, que explicitamente contrasta esta festa mundana em grande estilo com a vida mais retraída da “corte” no império. Esta matéria tem três partes: uma introdução, de que citaremos alguns trechos, o *menu* (todo em francês, extensíssimo e luxuoso), e a lista dos convidados, sempre com a desculpa de ter possivelmente omitido alguém. Lá consta o nome do “comendador Machado de Assis” (a comenda era da Ordem da Rosa, condecoração imperial que recebera em 1888); em contraste com alguns outros, o nome vem sozinho, sem a esposa. Aqui vão alguns dos trechos mais significativos: “PALÁCIO ITAMARATY / O baile / O cronista podia limitar-se a dizer que a sociedade fluminense raras vezes tem assistido a uma festa tão brilhante e em que se mostrasse tão acentuada a linha de um completo bom-tom, excepcional em ocasiões destas, porque nós ainda não temos certo hábito de mundo oficial, e porque em matéria de festas de corte guardávamos apenas as tradições deslumbrantes da coroação e do casamento das princesas [1840 e 1865]. Disto, que pode não ser um defeito, nem nós temos a culpa, nem a corte a tinha; e basta evocar os hábitos de concentração e estudos que caracterizaram a vida do ex-imperador, as tendências de sua virtuosíssima esposa para o aconchego do lar doméstico, tendências que ela transmitiu pelo sangue e pela educação para a herdeira do trono, basta isso para que se recorde hoje, como se compreendia ontem, que os solitários salões do paço imperial se abrissem apenas para as conferências políticas, para as palestras íntimas, para os cortejos cheios de convenções, e, muito raramente, para pequenas *soirées* musicais, muito íntimas, muito em família. / (...) / Por isso este baile do chefe do Estado nos causou uma impressão de surpresa. Nós tínhamos tradições de festas tumultuárias, em que a nota principal era a da aglomeração; em que se davam ataques em regra à pastelaria e aos gelados; (...) em que volutas brancas do fumo de charutos entravam pelos salões repletos de senhoras, assim como entram, sem a menor cerimônia, pelas portas dos camarotes nas representações de teatro lírico. / A festa de anteontem foi, entretanto, um contraste formal dessas tradições, e há de constituir, na crônica desta nova fase por que passa nosso espírito, o período inicial de uma sociabilidade que não tínhamos, e que nos tornava vistos aos olhos de quanto observador estrangeiro por aqui andava, sob um aspecto muito *gauche*.”

⁷ Machado já citou esta frase, em português, na crônica de 18 de novembro de 1894 (129). Aparentemente era uma “fórmula famosa”. Léon Gambetta (1838-1882), político carismático, foi um dos fundadores da Terceira República francesa.

⁸ Por discordar do novo regime, por recear do novo mundanismo, ou por desconfiar das galanerias dos militares?

⁹ Como nota Aurélio, Mário de Alencar aqui tem “observei um gesto que merece ser contado” em vez de “tive ocasião de observar uma ação que merece ser contada.”

¹⁰ Parece certo que Machado esteve mesmo presente a esta cerimônia, pelo uso da primeira pessoa (“tive ocasião de observar”, “comparei”), que aconteceu no dia 26 de fevereiro de 1891, e vem noticiada no dia

primeira e única vez que vi o palácio de S. Cristóvão transformado em parlamento, e mal transformado, porque os congressistas, acabada a constituinte, mudaram-se para as antigas casas da cidade. Pouca gente; mais nas tribunas que no recinto, e no recinto mais cadeiras que ocupantes. Anunciou-se que o presidente chegara, uma comissão foi recebê-lo à porta, enquanto o presidente do Congresso, - atual presidente da República, - descia gravemente os degraus do estrado em que estava a mesa para recebê-lo. Assomou Deodoro, cumprimentou em geral e guiou para a mesa; em caminho, porém, viu na tribuna das senhoras algumas que conhecia, - ou conhecia-as¹¹ todas, - e, levando os dedos à boca, fez um gesto cheio de galanteria, acentuado pelo sorriso que o acompanhou. Comparai o gesto, a pessoa, a solenidade, o momento político, e concluí.

Eu comparei tudo - e comparei ainda o presidente e o vice-presidente. Aquele proferia as palavras do compromisso com a voz clara e vibrante, que reboou na vasta sala. Desceu depois com o mesmo¹² aprumo, e saiu. A entrada do vice-presidente teve igual cerimonial, mas diferiu logo nas palmas das tribunas, que foram cálidas e numerosas, ao contrário das que saudaram a chegada do primeiro magistrado. O marechal Floriano caminhou para a mesa, cabeça baixa, passo curto e vagaroso, e quando teve de proferir as palavras do compromisso, fê-lo em voz surda e mal ouvida.

Tal era o contraste das duas naturezas. Quando o poder veio às mãos de Floriano, pelas razões que todos vós sabeis melhor que eu, pois todos sois políticos, vieram os sucessos do princípio do ano,¹³ que se prolongaram e desdobraram até à revolta de setembro¹⁴ e toda a mais guerra civil, que só agora achou termo, neste primeiro ano do governo do Sr. Dr. Prudente de Moraes.

O corpo diplomático acentuou anteontem esta circunstância, por boca do Sr. ministro dos Estados Unidos, no discurso com que apresentou ao honrado presidente da

seguinte. Depois de votada a Constituição, aconteceu, “num estado de grande exaltação”, a eleição para o primeiro presidente da República. Deodoro ganhou, por 127 votos contra 97 de Prudente de Moraes. Floriano, em quem se tinha pensado como candidato militar contra Deodoro, foi eleito vice-presidente. Neste momento, crescia a oposição a Deodoro, em parte por seu apoio ao barão de Lucena, ministro da Fazenda desde janeiro; este desgaste na sua popularidade cresceu até o golpe de 3 de novembro de 1891, em que tentou firmar-se no poder, e o “contragolpe” de 23 do mesmo mês, em que Floriano o substituiu. Entende-se o contraste entre as duas figuras. Os jornais dão versões ligeiramente diferentes da cerimônia, dependendo das suas posições políticas, pró-Deodoro ou pró-Floriano. A *Gazeta* (antiflorianista) diz que “tanto o Sr. Generalíssimo Deodoro da Fonseca quanto o Sr. General Floriano Peixoto foram recebidos com estrondosos aplausos pelas galerias.” Continua, numa cena que Machado nota: “Ao passar pela tribuna das senhoras, estas atiram flores sobre o generalíssimo, com aplausos de todos. S. Ex. cumprimenta-as comovido, enviando ósculos de agradecimento.” *N’O Paiz*, jornal mais “republicano” e florianista, do mesmo dia, a reportagem acrescenta que, quando o marechal entrou, “as galerias prorrompem em vivas a S. Ex. e à república. E das galerias e do recinto fez-se ouvir uma entusiástica salva de palmas.”

¹¹ Aurélio diz que a *Gazeta* aqui tem, por engano, “conhecidas”. Infelizmente, errou ao transcrever o erro, pois a *Gazeta* tem “conhecias”. Mário de Alencar corrige: “conhecia-as”.

¹² Daqui em diante, falta o texto da crônica na *Gazeta*.

¹³ Machado se refere aos movimentos antiflorianistas dos primeiros meses de 1892; entre outros acontecimentos, o “Manifesto dos treze generais” de 6 de abril, e a tentativa de golpe no dia 10 do mesmo mês.

¹⁴ *i.e.*, a Revolta de Armada, que eclodiu no dia 6 de setembro de 1893.

República as suas felicitações¹⁵ e de seus colegas.¹⁶ O governo que terminou há um ano, só pôde cuidar da guerra; o que então começou, devolvendo a paz aos homens, pôde iniciar de vez as festas novembrinas... *Novembrinas* saiu-me da pena, por imitação das festas *maias* dos argentinos, que são a 25 de maio, data da independência; mas não há mister nomes para fazer festas brilhantes; a questão é fazê-las nacionais e populares.

São obras de paz. Obra de paz é a exposição industrial que se inaugurou sexta-feira, e vai ficar aberta por muitos dias, mostrando¹⁷ ao povo desta cidade o resultado do esforço e do trabalho nacional, desde o alfinete até à locomotiva. Depressa esquecemos os males, ainda bem. Isto que pode ser um perigo em certos casos, é um grande benefício quando se trata de restaurar a nação.



¹⁵ Aqui recomeça o texto na *Gazeta*.

¹⁶ O discurso protocolar do embaixador americano Thomas Thompson, decano do corpo diplomático, está reproduzido na *Gazeta*, p. 1, col. 3.

¹⁷ A *Gazeta* tem “mostando”.

A SEMANA – 182

John Gledson

Começamos com danças, moças e saracoteios. O cronista desaprova a “mistura de gêneros” exemplificada pelos discursos inaugurais do Cassino Brasileiro, e junto com eles o nacionalismo (a condição de ser brasileiro) que parece ter sido sua verdadeira motivação. O espiritismo e seus perigos (“é uma fábrica de idiotas e alienados, que não pode persistir”, como disse na crônica de 29 de agosto de 1889) são novamente objetos de um ataque irônico. Uma rápida transição – e uma mistura descarada de assunto (“Dançar é viver. A guerra, que também é vida...”) – leva-nos a uma questão de política internacional, que pode parecer estranhamente familiar no séc. XXI. A intolerância religiosa do império otomano foi objeto frequente de ataque na Europa “liberal”, e o problema dos cristãos armênios, que culminaria nos massacres de 1915, já testava a vontade europeia de intervir. O assunto interessa Machado menos, porém, que um problema do continente americano – a tendência dos Estados Unidos de interferir nos assuntos dos outros países do novo como do velho continente. A doutrina Monroe (de 1823) mudara de defensiva a ofensiva, e à afirmação da hegemonia dos EUA nas Américas. Assim, em vez do Cassino Brasileiro do começo, teremos o “Grande Cassino Americano”. Será isto a simples expansão da liberdade – a “velha liberdade inglesa” – como sempre a entendíamos? Aprenderemos “o que nos falta para conhecer toda a liberdade”? As coisas não são tão simples. Voltamos às moças do princípio, e a uma delas que não está a fim de saracotear – ao contrário, quer ser freira, coisa que no Império lhe fora proibida. A liberdade pode ser a escolha de não ser livre.



A SEMANA

24 de novembro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Inaugurou-se mais uma sociedade recreativa, o Cassino Brasileiro.¹ A sessão foi presidida pelo Sr. visconde de S. Luís do Maranhão, que proferiu discurso eloquente, segundo leio nas folhas públicas. Após ele, falaram outros sócios, e terminado o debate, o presidente levantou² a sessão, declarando inaugurado o Cassino Brasileiro.

Que faria o leitor, se fosse sócio, logo que se levantou a sessão? Pegaria do chapéu para sair. Faria mal. Acabada a sessão inaugural, começaram imediatamente as danças, que só acabaram na manhã seguinte. Isto prova ainda uma vez o que não precisa de prova, a saber, que nós amamos a dança sobre todas as coisas, e ao nosso par como a nós mesmos.³ Daí este caso novo de ser a própria sessão inaugural a noite do primeiro baile. Nos anais da Terpsícore⁴ carioca não há outro exemplo. Faz lembrar o velho uso das câmaras, em que o mesmo minuto que vê aprovar a eleição de um membro, vê aparecer o membro, jurar ou obrigar-se, e sentar-se. As senhoras fizeram aqui de membro eleito; vestidas e toucadas, esperavam apenas que o presidente levantasse a sessão. Tais haveria que achassem o discurso do Sr. visconde pouco eloquente; e os outros aborrecidíssimos. Em verdade, não se pode fazer crer a uma dama, que tem a sua tabela de quadrilhas, valsas e polcas, e já alguns pares inscritos, que as sessões inaugurais se façam com discursos. Um, dois, três gestos, vá; aclamações no fim, sim, senhor; mas discursos, explicações de estatutos...

¹ Sob o título de “Cassino Brasileiro”, a notícia da inauguração dessa “associação recreativa”, com “três magníficos salões” para danças, ocorrida na noite de 16 de novembro, vem na *Gazeta de Notícias* (p. 1, cols. 4-5) do dia 18 (segunda-feira), com os detalhes (dos discursos de abertura) dados por Machado; o presidente do “club” era o sr. Rocha Pinto. Segundo a notícia, após os discursos, “afinal o Sr. visconde de São Luís [que presidiu a sessão] declarou inaugurado o Cassino.”

² Essa palavra tem aqui o sentido (derivado) de “pôr fim”.

³ Agora é a dança. Em outra ocasião, Machado dissera a mesma coisa da música. Na crônica de 9 de setembro de 1894 (*A Semana* – 119), em que fala do suicídio do maestro e empresário Mancinelli, escrevera: “Verificou-se ainda uma vez a supremacia da música em nossa alma. [...] A verdade é que nós amamos a música sobre todas as coisas e as prima-donas como a nós mesmos.”

⁴ Terpsícore é a musa da dança.

Sim, esquecia-me dizer que houve explicação,⁵ de um dos artigos dos estatutos, feita pelo presidente, e não sei se também por outros oradores. Trata-se de uma condição para ser sócio. A explicação era desnecessária, pois cada reunião de homens tem o direito de estabelecer as cláusulas que quiser, sem que se possa atribuí-las (como disse o Sr. visconde) a sentimentos menos liberais. “A sociedade era recreativa, concluiu S. Ex., e portanto não podia admitir em seu seio ânimos eivados de tais sentimentos.”⁶ Perfeitamente pensado, mas inutilmente dito, pela razão que dei acima, e porque as moças esperavam.

Não é de ânimo liberal, – nem conservador, – deixar que os ombros das moças, os lindos braços, o princípio do seio, fiquem vadios nas cadeiras, enquanto os homens trocam arengas. Estou certo que um orador prefere a sua oração à mais bela espádua de moça; mas assim como nem Salomão em toda a sua glória se cobriu jamais como⁷ os lírios do campo (lede S. Mateus),⁸ assim também nem Demóstenes⁹ com toda a sua eloquência falou melhor que uma espádua de moça, – espádua desembainhada, notai bem, porque, como se lê no mesmo evangelista, não se deve esconder a luz debaixo de um alqueire...¹⁰ Mas aqui estou eu a profanar o sermão da montanha, por amor da estética. Deixemos este Cassino, e mais as suas espáduas nuas e discursos enfeitados.

Que se dance, é a nossa alma, a nossa paixão social e política. A própria moça que esta semana enlouqueceu, dizem que por efeito do espiritismo,¹¹ é um caso antes de coreografia que de patologia. A loucura é uma dança das ideias. Quando alguém sentir que as suas ideias saracoteiam, arrastam os pés, ou dão com eles nos narizes umas das outras, desconfie que é a polca ou o cançã da demência. Recolha-se a uma casa de saúde. Não se podem atribuir tais efeitos ao espiritismo. A prova de que não foi ele que fez enlouquecer a moça, é que, não há dois meses, morreu outra moça em plena sessão

⁵ Aurélio suprime essa vírgula, sem anotar.

⁶ A “condição para ser sócio” do Cassino era “ser brasileiro”. Essa informação consta da notícia da *Gazeta*, mencionada na nota 1. Machado, entretanto, parece citar textualmente o discurso do presidente do “club” (que não localizamos) ou da sessão, embora este tenha falado de improviso e parafraseado o outro. Dizia a notícia: “... isto não importava exclusivismo nem tendências partidárias, porque em uma associação recreativa a política era de todo incabível.”

⁷ Assim na *Gazeta*; Aurélio traz “com”.

⁸ Mt 6:28-29.

⁹ Demóstenes (384-322 a.C.): célebre orador e político ateniense.

¹⁰ Mt 5:15. A Bíblia de Jerusalém traz, em nota, a seguinte explicação (que se não encontra nos dicionários da língua portuguesa): “Na Antiguidade, o alqueire era um pequeno móvel de 3 ou 4 pés. Assim, aqui se trataria apenas de esconder a lâmpada debaixo desse móvel (mais ou menos como em Mc 4:21p se fala em ‘debaixo de uma cama’), e não de apagá-la, cobrindo-a com um alqueire moderno (i.é., com uma medida).”

¹¹ *O Apóstolo*, jornal católico, crítico do espiritismo, de 22 de novembro, p. 1, traz a notícia, de que transcrevemos um trecho: “Uma moça de 20 anos de idade, casada, moradora da Prainha n. 157, entrou a assistir sessões espíritas; no dia 18 deste mês, na reunião do grupo espírita que se denomina Maria de Nazareth, que funciona na rua do General Câmara n. 317, a moça, que se chama D. Maria Ferreira Chaves, se foi pouco a pouco impressionando com as manifestações diabólicas a tal ponto que perdeu completamente a razão.”

espírita.¹² Se a doidice brotasse da doutrina e da prática, essa outra não teria simplesmente morrido; teria dançado a valsa das ideias.

Dançar é viver. A guerra, que também é vida, é um grande bailado, em que os pares se perdem comumente na noite dos tempos, fartos de saracotear. Muçulmanos e cristãos dançam agora ao som da Bíblia e do Corão, com tal viveza, que não só as potências da Europa estão para tirar pares, mas os próprios Estados Unidos da América atam a gravata branca e calçam as luvas.¹³ É o que nos diz o cabo, e eu creio no cabo, não menos que na Agência Havas,¹⁴ que a toda notícia grave põe este natural acréscimo: “O sucesso está sendo muito comentado”.¹⁵ Não o pôs acerca da intervenção americana nos negócios turcos;¹⁶ é verdade que a notícia vinha de Washington, não da Europa, onde se comentará a nova afirmação desta grande potência, que de americana se faz universal.

Pelo que li ontem no *Jornal do Commercio*, o capitão Mahan publicou agora um artigo sobre a doutrina de Monroe e seus corolários.¹⁷ O principal fim é mostrar que a

¹² Sobre essa morte, ver crônica “A Semana – 178”, de 20 de outubro de 1895.

¹³ Alusão aos conflitos entre cristãos e muçulmanos no Império Otomano. Este assunto é central nesta crônica – constitui sua faceta internacional.

¹⁴ O meio de comunicação por cabo submarino foi instalado no Brasil por Irineu Evangelista de Sousa, o visconde de Mauá; a correspondência telegráfica entre o Brasil e a Europa teve início em 1874. Sobre a agência Havas, ver a crônica “A Semana – 175”, de 6 de outubro de 1895, assim como o texto de apresentação dela.

¹⁵ Veja-se este telegrama (da Agência Havas), que vem na *Gazeta*, de 14 de maio de 1895, p. 2, col. 2: “S. Petersburgo, 13 – O jornal *Novosti*, órgão oficial, publica um novo artigo no qual insiste para que as potências exijam da Inglaterra a solução da questão do Egito. Este artigo é muito comentado.” Ou este, de 8 de agosto de 1895, p. 1, col. 1: “Londres, 7 – O discurso pronunciado em Chester pelo Sr. Gladstone, sobre a questão da Armênia, é muito comentado aqui. Etc.” Há outros, como o de Berlim, 13, publicado em 14 de agosto de 1895, p. 1, col. 1, sobre as disputas coloniais na África entre Alemanha e Inglaterra.

¹⁶ Telegrama (da Agência Havas) publicado no *Jornal do Commercio* de 22 de novembro, p. 1: “WASHINGTON, 21 de novembro – À vista da gravidade que assume a situação na Turquia, o Governo dos Estados Unidos decidiu associar-se à manifestação naval das grandes potências da Europa, no intuito de fazer cessar os abusos que se estão dando naquele país. Consta que os navios que devem compor a esquadra já receberam ordem de se aprontar para seguir para as águas do Bósforo.” As notícias dos conflitos na região diziam respeito ao massacre de populações armênias. As potências europeias pressionavam a Turquia, em busca de uma solução. Em 17 de novembro, na *Gazeta de Notícias*, p. 1, um telegrama de Viena (da Agência Havas), datado do dia 16, dizia: “O governo austríaco ordenou a partida para o Bósforo de quatro dos melhores navios de sua esquadra, a fim de se reunirem aos vasos de guerra das outras potências europeias que resolveram intervir na solução da questão do Oriente.” No dia 18, no mesmo jornal, p. 1, havia este outro, de Nápoles: “Partiu ontem à tarde para o Oriente a esquadra italiana, depois de haver o comandante-chefe recebido instruções secretas do governo, devendo fazer função no Bósforo com os navios das outras potências que intervirão nos negócios da Turquia.” Evidentemente, não era só a questão dos massacres de armênios; as potências europeias tinham importantes interesses econômicos na região.

¹⁷ A notícia da publicação desse artigo no *Harper's Magazine* vem no *Jornal do Commercio* (p. 1, cols. 7-8) do dia 23 de novembro. A doutrina Monroe foi exposta pelo presidente americano James Monroe, em mensagem ao Congresso americano em 1823. Inicialmente foi uma doutrina de defesa da autonomia das nações americanas em relação à Europa; mais tarde tornou-se instrumento da expansão e da influência americana no continente. A perspicácia de Machado vê isso bem claramente: “Nesse tempo (meio século), em que teremos aprendido o que nos falta para conhecer toda a liberdade, etc.” é uma afirmação evidentemente irônica. O capitão Mahan (Alfred Thayer Mahan, 1840-1914), oficial naval americano, foi

grande República, para efetuar a sua suserania e proteção a todas as repúblicas da América Central e Meridional, precisa ter uma esquadra adequada aos seus novos destinos. A esquadra se fará, e se tu viveres ainda meio século, verás que tudo estará mudado. Haverá então um Cassino, maior que o Cassino Brasileiro, inaugurado nas Laranjeiras, um grande Cassino Americano, onde estaremos com as nossas fortes espáduas nuas, e a tabela das valsas e quadrilhas. Notai que as quadrilhas de salão já são americanas.

Nesse tempo, em que teremos aprendido o que nos falta para conhecer toda a liberdade, não se ouvirão gritos como os que ora soltam no sul, porque uma moça de Porto Alegre saiu da casa paterna para se meter a freira. As folhas dizem que é fanatismo religioso; pode ser, mas eu acrescento que é um ato de liberdade. Gasparina tem vinte e quatro anos, e desde os quinze pensava já em ir para o convento.¹⁸ Talvez fosse a leitura do *Hamlet* que lhe deu tal resolução: “Faze-te monja; para que queres ser mãe de pecadores?”¹⁹ Gasparina não fez como Ofélia, obedeceu. Se ainda vivesse o aviso ministerial de 1855,²⁰ era impossível a Gasparina tomar sequer o véu do noviciado; mas o aviso perdeu-se. Agora há plena liberdade, e liberdade não é só o que nos dá gosto. O pai de Gasparina correu ao convento, viu de longe a filha, pediu-lhe que tornasse a²¹ casa, onde a mãe enferma poderia morrer com a notícia do seu ato; ela respondeu-lhe naturalmente com o reino do céu. As freiras admitiram que a noviça

uma figura de grande importância neste período, na corrida armamentista que acabou na Grande Guerra. Seu livro de 1890, *The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783*, argumentava que o poder das grandes nações dependia sobretudo da sua frota naval, e teve um imenso efeito sobre vários políticos, inclusive o Kaiser Wilhelm II, que ordenou que cada navio tivesse um exemplar a bordo.

¹⁸ Esta notícia, com os detalhes que aparecem na crônica (exceto pela referência à “mãe enferma” – o que sugere que Machado leu a notícia também em outro jornal), vem na *Gazeta* de 22 de novembro, p. 1, col. 8, transcrita de “jornais de Porto Alegre”. Observe-se que Machado usa a ironia para com a “liberdade” para saltar ao assunto seguinte.

¹⁹ *Hamlet*, de Shakespeare, act III, scene 1. Diz Hamlet a Ofélia: “Get thee to a nunnery. Why wouldst thou be a breeder of sinners?” (SHAKESPEARE, William. *Hamlet, Prince of Denmark*. London: Penguin Books, 1975. p. 83) Pérciles Eugênio da Silva Ramos, em nota a sua tradução de *Hamlet*, registra: “*Convento, nunnery*. Adams e Wilson veem no termo implicação de *conventilho*.” (SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1965. p. 189, nota 328)

²⁰ Sem dúvida, Machado se refere a este Aviso do Ministério da Justiça: “Circular. – 1ª Seção – Ministério dos Negócios da Justiça, Rio de Janeiro em 19 de maio de 1855. S. M. o Imperador há por bem cassar as licenças concedidas para a entrada dos Noviços nessa Ordem Religiosa até que seja resolvida a Concordata que à Santa Sé vai o Governo Imperial propor. Deus Guarde V. P. Revma. – José Tomás Nabuco de Araújo. – Sr. Provincial dos Religiosos Franciscanos da Corte. (Na mesma conformidade aos de mais Ordens Religiosas do Império.)” Na conta desse ato ao Parlamento, consta que a admissão de noviços aos conventos era “uma especulação e não vocação e habilitação para a vida monástica.” Joaquim Nabuco (o filho), escreveu: “...a reforma projetada não era a invenção de um reformador leigo, inspirava-se nos precedentes da Igreja”. (*Um estadista do Império*, H. Garnier, 1900, v. I, p. 307) Machado já escrevera sobre um desses “precedentes”, a “especulação” da admissão de noviças à vida religiosa no período colonial – na época, era esse o único meio de elas conseguirem se passar da colônia a Lisboa. (ver a crônica de 12 de maio deste ano; A Semana – 154)

²¹ Na *Gazeta* vem “à”. Aurélio normaliza e comenta em rodapé: “Na *Gazeta de Notícias* o *a* vem acentuado, em desacordo com a boa norma, comumente seguida pelo autor.”

deixasse o convento, se o bispo tal mandasse. O bispo fez o que eu faria, se fosse bispo, e até sem o ser²²: negou o consentimento.

Liberdade é liberdade. Vede a velha liberdade inglesa.²³ Agora mesmo, na Índia, um inglês cristão fez-se muçulmano. Cumpridas as cerimônias, recebeu o nome de Abdul-Hamid.²⁴ Consentiram-lhe que continuasse vestido como dantes, mas aconselharam-lhe que, para distintivo externo, fizesse uso do *fez*.²⁵ Parece que adotou o fez. Cristão antes, muçulmano agora, ficou sempre inglês, que é o que se não renega ou abjura: – escolhe o verbo, segundo fores amigo ou adversário da Grã-Bretanha; eu por mim agradeço à mão²⁶ de Shakespeare este termo de comparação com a nossa Ofélia de Porto Alegre. Adeus.



²² Assim na *Gazeta*; Aurélio traz “sem ser”.

²³ A referência à “liberdade inglesa” tem traço de ironia: tratava-se, por metonímia, da noção de liberdade das nações colonialistas. Veja-se, por exemplo, o que diz aos chefes indígenas o general Andrade (antes de vencê-los pelas armas), no poema *O Uruguai*, de Basílio da Gama: “O rei [de Portugal] é vosso pai: quer-vos felices. / Sois livres, como eu sou; e sereis livres, / Não sendo aqui, em outra qualquer parte. / Mas deveis entregar-nos estas terras. / Ao bem público cede o bem privado. / O sossego de Europa assim o pede. / Assim o manda o rei.” (*O Uruguai*, canto 2º, v. 133-139)

²⁴ Abdul-Hamid era o nome do sultão que comandou o Império Otomano entre 1876 e 1909, quando foi deposto pela Revolução dos Jovens Turcos. Encontram-se alguns casos de britânicos convertidos ao islamismo neste período, inclusive alguns aristocratas. Não encontramos referência a este caso.

²⁵ Assim, em itálico na *Gazeta*; Aurélio põe em redondo. Barrete utilizado por turcos e povos do Oriente Médio e da África, que se tornou conhecido pelo nome da cidade marroquina de Fez, onde era fabricado.

²⁶ Na *Gazeta* vem “mãe”. Aurélio corrige.

ÍNDICES

ÍNDICES (atualizados até v. 4, n. 7)

TEXTOS DE MACHADO DE ASSIS, PELOS TÍTULOS:

- [A Antônio Martins Marinhas] – v. 4, n. 7, p. 31 e p. 73.
- A + B (12 set. 1886) – v. 3, n. 6, p. 7 e p. 33.
- A + B (16 set. 1886) – v. 3, n. 6, p. 11 e p. 41.
- A + B (22 set. 1886) – v. 3, n. 6, p. 15 e p. 49.
- A + B (28 set. 1886) – v. 3, n. 6, p. 17 e p. 57.
- A + B (4 out. 1886) – v. 3, n. 6, p. 21 e p. 65.
- A + B (14 out. 1886) – v. 3, n. 6, p. 25 e p. 73.
- A + B (24 out. 1886) – v. 3, n. 6, p. 29 e p. 81.
- A Caridade – v. 3, n. 5, p. 17 e p. 67.
- A Ch. F., filho de um proscrito – v. 1, n. 1, p. 13 e p. 33.
- A jovem cativa – v. 3, n. 5, p. 19 e p. 71.
- A nova geração – v. 2, n. 4, p. 7 e p. 39.
- A S. M. I. – v. 1, n. 1, p. 17 e p. 41.
- A saudade – v. 2, n. 4, p. 37 e p. 83.
- A Semana – 84 (1º de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 25.
- A Semana – 85 (7 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 30.
- A Semana – 86 (14 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 36.
- A Semana – 87 (21 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 40.
- A Semana – 88 (28 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 46.
- A Semana – 89 (4 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 50.

- A Semana – 90 (11 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 54.
- A Semana – 91 (18 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 59.
- A Semana – 92 (25 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 65.
- A Semana – 93 (4 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 70.
- A Semana – 94 (11 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 76.
- A Semana – 95 (18 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 83.
- A Semana – 96 (25 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 88.
- A Semana – 97 (1º de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 94.
- A Semana – 98 (8 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 98.
- A Semana – 99 (15 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 102.
- A Semana – 100 (22 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 108.
- A Semana – 101 (6 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 120.
- A Semana – 102 (13 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 126.
- A Semana – 103 (20 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 132.
- A Semana – 104 (27 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 138.
- A Semana – 105 (3 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 145.
- A Semana – 106 (10 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 150.
- A Semana – 107 (17 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 156.
- A Semana – 108 (24 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 162.
- A Semana – 109 (1º de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 168.
- A Semana – 110 (8 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 172.
- A Semana – 111 (15 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 178.
- A Semana – 112 (22 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 184.
- A Semana – 113 (29 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 190.
- A Semana – 114 (5 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 194.
- A Semana – 115 (12 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 199.
- A Semana – 116 (19 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 204.
- A Semana – 117 (26 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 210.
- A Semana – 118 (2 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 216.
- A Semana – 119 (9 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 220.
- A Semana – 120 (16 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 226.

- A Semana – 121 (23 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 232.
- A Semana – 122 (30 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 238.
- A Semana – 123 (7 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 242.
- A Semana – 124 (14 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 248.
- A Semana – 125 (21 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 254.
- A Semana – 126 (28 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 261.
- A Semana – 127 (4 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 266.
- A Semana – 128 (11 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 272.
- A Semana – 129 (18 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 278.
- A Semana – 130 (25 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 282.
- A Semana – 131 (2 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 288.
- A Semana – 132 (9 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 294.
- A Semana – 133 (16 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 300.
- A Semana – 134 (23 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 306.
- A Semana – 135 (30 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 312.
- A uma menina – v. 1, n. 1, p. 23 e p. 53.
- Abertura pelo Sr. Machado de Assis, Presidente – v. 1, n. 1, p. 9 e p. 25.
- Alpujarra – v. 3, n. 5, p. 49 e p. 123.
- As ondinas – v. 3, n. 5, p. 35 e p. 97.
- As rosas – v. 3, n. 5, p. 41 e p. 105.
- As ventoinhas – v. 3, n. 5, p. 47 e p. 119.
- Aspiração – v. 3, n. 5, p. 23 e p. 79.
- [Carta do Gatinho preto] – v. 4, n. 7, p. 33 e p. 77.
- [Carta-prefácio] – v. 4, n. 7, p. 25 e p. 59.
- Cleópatra – v. 3, n. 5, p. 27 e p. 85.
- Errata da primeira edição das *Poesias completas* (1901) – v. 1, n. 1, p. 55.
- Fé – v. 3, n. 5, p. 15 e p. 63.
- Gabriela da Cunha – v. 1, n. 1, p. 19 e p. 45.
- Lúcia – v. 3, n. 5, p. 7 e p. 55.
- Monte Alverne – v. 3, n. 5, p. 45 e p. 113.

- No álbum de Carlos Gomes – v. 4, n. 7, p. 27 e p. 61.
- No limiar – v. 3, n. 5, p. 21 e p. 75.
- [Notas de leitura] – v. 4, n. 7, p. 35 e p. 79.
- O dilúvio – v. 3, n. 5, p. 11 e p. 59.
- O espelho – v. 4, n. 7, p. 17 e p. 45.
- O Progresso – v. 1, n. 1, p. 11 e p. 29.
- Os arlequins – v. 3, n. 5, p. 31 e p. 91.
- Os dous horizontes – v. 3, n. 5, p. 43 e p. 109.
- Pensamentos de Machado de Assis (recolhidos e organizados por Letícia Malard) – v. 2, n. 3, p. 11.
- [Por ora sou pequenina] – v. 4, n. 7, p. 29 e p. 67.
- Saudades – v. 1, n. 1, p. 21 e p. 49.
- Souvenir d'exil (tradução de Machado de Assis) – v. 1, n. 1, p. 15 e p. 37.
- Versos a Corina – III (Fragmento) – v. 3, n. 5, p. 53 e p. 127.

POESIAS DE MACHADO DE ASSIS, PELOS PRIMEIROS VERSOS:

- A mulher é um cata-vento, – v. 3, n. 5, p. 47 e p. 119.
- Aí vão cinco quadrinhas – v. 4, n. 7, p. 31 e p. 73.
- Ao som da tua voz a mocidade acorda, – v. 1, n. 1, p. 11 e p. 29.
- As orações dos homens – v. 3, n. 5, p. 15 e p. 63.
- Beijam as ondas a deserta praia; – v. 3, n. 5, p. 35 e p. 97.
- Caía a tarde. Do infeliz à porta, – v. 3, n. 5, p. 21 e p. 75.
- César! fulge mais luz nas saudações do povo, – v. 1, n. 1, p. 17 e p. 41.
- Desabrochas ainda; tu és bela – v. 1, n. 1, p. 23 e p. 53.
- Do sol ao raio esplêndido, – v. 3, n. 5, p. 11 e p. 59.
- Ela tinha no rosto uma expressão tão calma – v. 3, n. 5, p. 17 e p. 67.
- Enfim! sobre esta cena, a tua e nossa glória, – v. 1, n. 1, p. 19 e p. 45.
- Filha pálida da noite, – v. 3, n. 5, p. 27 e p. 85.
- Fiz promessa, dizendo-te que um dia – v. 3, n. 5, p. 37 e p. 101.

- Flor a abrir, entre nós, surge agora um infante; – v. 1, n. 1, p. 15 e p. 37.
- Il est beau. Dans son front où la grâce rayonne, – v. 1, n. 1, p. 13 e p. 33.
- Jaz em ruínas o torrão dos mouros; – v. 3, n. 5, p. 49 e p. 123.
- Maria Duplessis – v. 3, n. 5, p. 37 e p. 101.
- Meiga saudade! – Amargos pensamentos – v. 2, n. 4, p. 37 e p. 83.
- Morreu! – Assim baqueia a estátua erguida – v. 3, n. 5, p. 45 e p. 113.
- Musa, depõe a lira! – v. 3, n. 5, p. 31 e p. 91.
- Nós estávamos sós; era de noite; – v. 3, n. 5, p. 7 e p. 55.
- Para os filhos do céu gêmeas nasceram – v. 4, n. 7, p. 27 e p. 61.
- Por ora sou pequenina – v. 4, n. 7, p. 29 e p. 67.
- Que valem glórias vãs? A glória, a melhor glória, – v. 3, n. 5, p. 53 e p. 127.
- Recebe, ó Braga, o meu canto – v. 1, n. 1, p. 21 e p. 49.
- “Respeita a fouce a espiga que desponta; – v. 3, n. 5, p. 19 e p. 71.
- Rosas que desabrochais, – v. 3, n. 5, p. 41 e p. 105.
- Sinto que há na minh’alma um vácuo imenso e fundo, – v. 3, n. 5, p. 23 e p. 79.
- Um horizonte, – a saudade – v. 3, n. 5, p. 43 e p. 109.

TEXTOS ATRIBUÍDOS A MACHADO DE ASSIS:

- A hebreia – v. 2, n. 4, p. 89.
- A Portugal – v. 2, n. 4, p. 85.
- O Réquiem de Verdi – v. 2, n. 4, p. 93.

OUTROS TEXTOS RELACIONADOS A MACHADO DE ASSIS:

- Amor – v. 2, n. 4, p. 97.
- A missa de Réquiem – v. 2, n. 4, p. 99.
- Embirração – v. 3, n. 5, p. 131.
- O verso alexandrino – v. 3, n. 5, p. 135.
- Machado de Assis (Notícia não assinada, publicada em *A Semana*, 9 out. 1886) – v. 3, n. 6, p. 89.

AUTORES TRADUZIDOS POR MACHADO DE ASSIS:

- Chénier, André
 - A jovem cativa – v. 3, n. 5, p. 19 e p. 71.
- Dumas Filho, Alexandre
 - Maria Duplessis – v. 3, n. 5, p. 37 e p. 101.
- Girardin, Mme. Émile de
 - Cleópatra – v. 3, n. 5, p. 27 e p. 85.
- Heine, Heinrich
 - As ondinas – v. 3, n. 5, p. 35 e p. 97.
- Mickiewicz, Adam
 - Alpujarra – v. 3, n. 5, p. 49 e p. 123.
- Musset, Alfred de
 - Lúcia – v. 3, n. 5, p. 7 e p. 55.
- Ribeyrolles, Charles
 - Souvenir d'exil – v. 1, n. 1, p. 15 e p. 37.

ARTIGOS E OUTROS TEXTOS, PELOS TÍTULOS:

- “A + B” (1886) – v. 3, n. 6, p. 5.
- “A + B”: enigma e interpretação – v. 3, n. 6, p. 111.
- A errata das *Poesias completas* (edição de 1901), de Machado de Assis, e seu destino – v. 1, n. 1, p. 75.
- A escolarização de textos machadianos em livros didáticos: edição e análise de “O espelho” – v. 4, n. 7, p. 107.
- A poesia que Machado de Assis publicou em *Crisálidas*, mas não incluiu em suas *Poesias completas* – v. 3, n. 5, p. 5.
- A pontuação no conto “O espelho”, de Machado de Assis – v. 4, n. 7, p. 141.
- A Semana – 84 (1º de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 23.
- A Semana – 85 (7 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 29.
- A Semana – 86 (14 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 35.
- A Semana – 87 (21 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 39.
- A Semana – 88 (28 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 45.

- A Semana – 89 (4 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 49.
- A Semana – 90 (11 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 53.
- A Semana – 91 (18 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 57.
- A Semana – 92 (25 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 63.
- A Semana – 93 (4 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 69.
- A Semana – 94 (11 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 75.
- A Semana – 95 (18 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 81.
- A Semana – 96 (25 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 87.
- A Semana – 96 (25 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 87.
- A Semana – 97 (1º de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 93.
- A Semana – 98 (8 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 97.
- A Semana – 99 (15 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 101.
- A Semana – 100 (22 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 107.
- A Semana – 101 (6 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 119.
- A Semana – 102 (13 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 125.
- A Semana – 103 (20 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 131.
- A Semana – 104 (27 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 137.
- A Semana – 105 (3 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 143.
- A Semana – 106 (10 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 149.
- A Semana – 107 (17 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 155.
- A Semana – 108 (24 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 161.
- A Semana – 109 (1º de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 167.
- A Semana – 110 (8 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 171.
- A Semana – 111 (15 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 177.
- A Semana – 112 (22 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 183.
- A Semana – 113 (29 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 189.
- A Semana – 114 (5 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 193.
- A Semana – 115 (12 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 197.
- A Semana – 116 (19 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 203.

- A Semana – 117 (26 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 209.
- A Semana – 118 (2 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 215.
- A Semana – 119 (9 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 219.
- A Semana – 120 (16 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 225.
- A Semana – 121 (23 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 231.
- A Semana – 122 (30 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 237.
- A Semana – 123 (7 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 241.
- A Semana – 124 (14 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 247.
- A Semana – 125 (21 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 253.
- A Semana – 126 (28 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 259.
- A Semana – 127 (4 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 265.
- A Semana – 128 (11 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 271.
- A Semana – 129 (18 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 277.
- A Semana – 130 (25 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 281.
- A Semana – 131 (2 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 287.
- A Semana – 132 (9 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 293.
- A Semana – 133 (16 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 299.
- A Semana – 134 (23 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 305.
- A Semana – 135 (30 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 311.
- “A Semana” 1894: uma introdução ao terceiro ano de publicação da série – v. 1, n. 2, p. 321.
- A voluptuosidade da dor de Estêvão: o pessimismo galhofeiro em *A mão e a luva*, de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 83.
- Abertura – v. 1, n. 1, p. 5.
- Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 177.
- Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 2, n. 4, p. 169.
- Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 315.
- Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 3, n. 6, p. 151.
- Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 4, n. 7, p. 207.

- Abreviaturas utilizadas em “Pensamentos de Machado de Assis” recolhidos e organizados por Letícia Malard – v. 2, n. 3, p. 153.
- Além de “O espelho” – v. 4, n. 7, p. 13.
- Algumas palavras sobre as “Notas de leitura” e critérios da edição, In: [“Notas de leitura”] – v. 4, n. 7, p. 79.
- Arte sem paixão: aproximações entre a prosa inicial de Machado de Assis e o teatro realista brasileiro – v. 2, n. 4, p. 121.
- Caminhos da pesquisa – v. 2, n. 4, p. 5.
- Carvalho Júnior: ódio às “belezas de missal” – v. 2, n. 4, p. 141.
- Contribuições à bibliografia de Machado de Assis – v. 4, n. 7, p. 185.
- Cronologia – v. 1, n. 2, p. 317.
- Edição da série de crônicas “A + B” – v. 3, n. 6, p. 99.
- Edição dos versos alexandrinos de Machado de Assis: poemas anteriores a *Crisálidas* (1864) e não incluídos nesse livro – v. 1, n. 1, p. 65.
- Edições de Machado de Assis: por quê, para quê? – v. 1, n. 1, p. 131.
- Editar Machado de Assis na contemporaneidade: comentários acerca da edição de “A nova geração” – v. 2, n. 4, p. 105.
- Este número – v. 1, n. 1, p. 7.
- Índices (v. 1, n. 1) – v. 1, n. 1, p. 173.
- Índices (atualizados até o v. 1, n. 2) – v. 1, n. 2, p. 347.
- Índices (atualizados até o v. 2, n. 4) – v. 2, n. 4, p. 159.
- Índices (atualizados até o v. 3, n. 5) – v. 3, n. 5, p. 303.
- Introdução à edição da “Abertura, pelo Sr. Machado de Assis, Presidente” – v. 1, n. 1, p. 59.
- Introdução às notas – v. 1, n. 2, p. 15.
- “Lúcia”: um poema de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 253.
- Machado de Assis e a eloquência oitocentista: ascensão e declínio do “império retórico” – v. 1, n. 1, p. 99.
- Machado de Assis e as traduções que publicou em *Crisálidas* – v. 3, n. 5, p. 227.
- Machado de Assis e as virtudes teologais – v. 3, n. 5, p. 181.
- Machado de Assis e Monte Alverne – v. 3, n. 5, p. 285.

- Machado de Assis, tradutor de poesia: a questão das traduções em *Americanas* – v. 1, n. 1, p. 159.
- Machado de Assis: unidade e autonomia da obra literária – v. 3, n. 5, p. 209.
- Machado pensador – v. 2, n. 3, p. 5.
- Nota prévia [Pensamentos de Machado de Assis] – v. 2, n. 3, p. 7.
- “O espelho”, de Machado de Assis: contribuição à história do texto (e, subsidiariamente, à história de *Papéis avulsos*) – v. 4, n. 7, p. 169.
- O texto – v. 1, n. 2, p. 11.
- Referências [Pensamentos de Machado de Assis] – v. 2, n. 3, p. 149.
- Relato de uma experiência (como foi localizado o poema “A Portugal”) – v. 2, n. 4, p. 115.
- Um estudo de “Lúcia”, tradução de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 115 e v. 3, n. 5, p. 269.
- Uma aproximação às poesias completas de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 141.
- Uma Semana – 100A (29 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 113.
- Versos nas *Poesias completas* de Machado de Assis: detalhes – v. 1, n. 1, p. 151.
- Vínculos com a vida na poesia de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 161.

OUTRAS ARTES:

- Machado de Assis em 1886 – v. 3, n. 6, p. 135.

AUTORES:

- [Araújo, Ferreira de?]
 - Uma Semana – 100A (29 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 113.
- Campos, Alex Sander Luiz
 - 1894 – v. 1, n. 2, p. 5.
 - Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 177.
 - Edição dos versos alexandrinos de Machado de Assis: poemas anteriores a *Crisálidas* (1864) e não incluídos nesse livro – v. 1, n. 1, p. 65.
 - Edições de Machado de Assis: por quê, para quê? – v. 1, n. 1, p. 131.
 - Este número – v. 1, n. 1, p. 7.
 - Índices (v. 1, n. 1) – v. 1, n. 1, p. 173.

- Índices (atualizados até o v. 1, n. 2) – v. 1, n. 2, p. 347.
- Introdução à edição da “Abertura, pelo Sr. Machado de Assis, Presidente” – v. 1, n. 1, p. 59.
- Cei, Vitor
 - A voluptuosidade da dor de Estêvão: o pessimismo galhofeiro em *A mão e a luva*, de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 83.
- Delfino, Luís
 - O verso alexandrino – v. 3, n. 5, p. 135.
- Gledson, John
 - A Semana – 84 (1º de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 23.
 - A Semana – 85 (7 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 29.
 - A Semana – 86 (14 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 35.
 - A Semana – 87 (21 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 39.
 - A Semana – 88 (28 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 45.
 - A Semana – 89 (4 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 49.
 - A Semana – 90 (11 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 53.
 - A Semana – 91 (18 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 57.
 - A Semana – 92 (25 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 63.
 - A Semana – 93 (4 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 69.
 - A Semana – 94 (11 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 75.
 - A Semana – 95 (18 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 81.
 - A Semana – 96 (25 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 87.
 - A Semana – 96 (25 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 87.
 - A Semana – 97 (1º de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 93.
 - A Semana – 98 (8 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 97.
 - A Semana – 99 (15 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 101.
 - A Semana – 100 (22 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 107.
 - A Semana – 101 (6 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 119.
 - A Semana – 102 (13 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 125.
 - A Semana – 103 (20 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 131.
 - A Semana – 104 (27 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 137.
 - A Semana – 105 (3 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 143.
 - A Semana – 106 (10 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 149.
 - A Semana – 107 (17 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 155.
 - A Semana – 108 (24 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 161.
 - A Semana – 109 (1º de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 167.
 - A Semana – 110 (8 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 171.

- A Semana – 111 (15 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 177.
 - A Semana – 112 (22 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 183.
 - A Semana – 113 (29 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 189.
 - A Semana – 114 (5 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 193.
 - A Semana – 115 (12 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 197.
 - A Semana – 116 (19 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 203.
 - A Semana – 117 (26 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 209.
 - A Semana – 118 (2 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 215.
 - A Semana – 119 (9 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 219.
 - A Semana – 120 (16 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 225.
 - A Semana – 121 (23 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 231.
 - A Semana – 122 (30 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 237.
 - A Semana – 123 (7 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 241.
 - A Semana – 124 (14 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 247.
 - A Semana – 125 (21 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 253.
 - A Semana – 126 (28 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 259.
 - A Semana – 127 (4 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 265.
 - A Semana – 128 (11 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 271.
 - A Semana – 129 (18 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 277.
 - A Semana – 130 (25 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 281.
 - A Semana – 131 (2 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 287.
 - A Semana – 132 (9 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 293.
 - A Semana – 133 (16 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 299.
 - A Semana – 134 (23 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 305.
 - A Semana – 135 (30 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 311.
 - “A Semana” 1894: uma introdução ao terceiro ano de publicação da série – v. 1, n. 2, p. 321.
 - Cronologia – v. 1, n. 2, p. 317.
 - Introdução às notas – v. 1, n. 2, p. 15.
 - O texto – v. 1, n. 2, p. 11.
 - Uma Semana – 100A (29 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 113.
- Herane, Amanda Rios
- Arte sem paixão: aproximações entre a prosa inicial de Machado de Assis e o teatro realista brasileiro – v. 2, n. 4, p. 121.
- Jucá, Gabriela
- “Lúcia”: um poema de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 253.

- Machado de Assis tradutor de poesia: a questão das traduções em *Americanas* – v. 1, n. 1, p. 159.
- Um estudo de “Lúcia”, tradução de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 115 e v. 3, n. 5, p. 269.
- Malard, Letícia
 - Abreviaturas utilizadas em “Pensamentos de Machado de Assis” recolhidos e organizados por Machado de Assis – v. 2, n. 3, p. 153.
 - Carvalho Júnior: ódio às “belezas de missal” – v. 2, n. 4, p. 141.
 - Nota prévia [Pensamentos de Machado de Assis] – v. 2, n. 3, p. 7.
 - Referências [Pensamentos de Machado de Assis] – v. 2, n. 3, p. 149.
- Melo, M[anuel] de
 - A missa de Réquiem – v. 2, n. 4, p. 99.
- Miranda, José Américo
 - 1894 – v. 1, n. 2, p. 5.
 - “A + B”: enigma e interpretação – v. 3, n. 6, p. 111.
 - A errata das *Poesias completas* (edição de 1901), de Machado de Assis, e seu destino – v. 1, n. 1, p. 75.
 - A poesia que Machado de Assis publicou em *Crisálidas*, mas não incluiu em suas *Poesias completas* – v. 3, n. 5, p. 5.
 - A pontuação no conto “O espelho”, de Machado de Assis – v. 4, n. 7, p. 141.
 - Abertura – v. 1, n. 1, p. 5.
 - Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 177.
 - Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 2, n. 4, p. 169.
 - Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 315.
 - Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 3, n. 6, p. 151.
 - Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 4, n. 7, p. 207.
 - Além de “O espelho” – v. 4, n. 7, p. 13.
 - Algumas palavras sobre as “Notas de leitura” e critérios da edição, In: [“Notas de leitura”] – v. 4, n. 7, p. 79.
 - Caminhos da pesquisa – v. 2, n. 4, p. 5.
 - Contribuições à bibliografia de Machado de Assis – v. 4, n. 7, p. 185.
 - Edição dos versos alexandrinos de Machado de Assis: poemas anteriores a *Crisálidas* (1864) e não incluídos nesse livro – v. 1, n. 1, p. 65.
 - Índices (v. 1, n. 1) – v. 1, n. 1, p. 173.
 - Índices (atualizados até o v. 1, n. 2) – v. 1, n. 2, p. 347.
 - Índices (atualizados até o v. 2, n. 4) – v. 2, n. 4, p. 159.
 - Índices (atualizados até o v. 3, n. 5) – v. 3, n. 5, p. 303.
 - Índices (atualizados até o v. 3, n. 5) – v. 3, n. 6, p. 137.

- Introdução à edição da “Abertura, pelo Sr. Machado de Assis, Presidente” – v. 1, n. 1, p. 59.
- “Lúcia”: um poema de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 253.
- Machado de Assis e as traduções que publicou em *Crisálidas* – v. 3, n. 5, p. 227.
- Machado de Assis e as virtudes teológicas – v. 3, n. 5, p. 181.
- Machado de Assis e Monte Alverne – v. 3, n. 5, p. 285.
- Machado de Assis: unidade e autonomia da obra literária – v. 3, n. 5, p. 209.
- “O espelho”, de Machado de Assis: contribuição à história do texto (e, subsidiariamente, à história de *Papéis avulsos*) – v. 4, n. 7, p. 169.
- Um estudo de “Lúcia, tradução de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 115 e v. 3, n. 5, p. 269.
- Uma aproximação às poesias completas de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 141.
- Vínculos com a vida na poesia de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 161.
- Novais, Faustino Xavier de
 - Embirração – v. 3, n. 5, p. 131.
- Oliveira, Gracinéa I.
 - Editar Machado de Assis na contemporaneidade: comentários acerca da edição de “A nova geração” – v. 2, n. 4, p. 105.
 - A escolarização de textos machadianos em livros didáticos: edição e análise de “O espelho” – v. 4, n. 7, p. 107.
- Papassoni, João Paulo
 - Relato de uma experiência (como foi localizado o poema “A Portugal”) – v. 2, n. 4, p. 115.
- Santos, Gilson
 - “A + B” (1886) – v. 3, n. 6, p. 5.
 - Algumas palavras sobre as “Notas de leitura” e critérios da edição, In: [“Notas de leitura”] – v. 4, n. 7, p. 79.
 - Edição da série de crônicas “A + B” – v. 3, n. 6, p. 99.
- Silva, Felipe Lima da
 - Machado de Assis e a eloquência oitocentista: ascensão e declínio do “império retórico” – v. 1, n. 1, p. 99.
- Souza, Rilane Teles de
 - Versos nas *Poesias completas* de Machado de Assis: detalhes – v. 1, n. 1, p. 151.
- Tito, Fábio
 - Amor – v. 2, n. 4, p. 97.
- Roiz, Lopes
 - Machado de Assis em 1886 – v. 3, n. 6, p. 135.

ABREVIATURAS

ABREVIATURAS EMPREGADAS NAS EDIÇÕES DOS TEXTOS DE MACHADO DE ASSIS

ABLFN – *A Academia Brasileira de Letras*, 1940.

AL – *Autores e Livros*.

ATAS – *Atas da Academia Brasileira de Letras: Presidência Machado de Assis (1896-1908)*, 2001.

BABL – *Boletim da Academia Brasileira de Letras*, 1897.

BB – *Biblioteca Brasileira*, t. I, n. 2, 1863.

CB – *Courrier du Brésil*.

CCPT1964 – *Crônicas, crítica, poesia, teatro*, rev. Massaud Moisés, 1964.

CGC – *Carta de guia de casados*, 1873.

CHRYS2000 – *Chrysalidas*, ed. Oséias Silas Ferraz, 2000.

CJG1998 – *Contos: uma antologia*, 1998, edição de John Gledson.

CLJ1937 – *Crítica literária*, 1937.

CM – *Correio Mercantil*.

CMA – *Crítica*, edição Mário de Alencar, 1910.

COC1988 – *A cartomante e outros contos*, 1988.

COR – *Correspondência de Machado de Assis*, 2008-2015, 5t.

CP – *Correio Paulistano*.

CRIS1864 – *Crisálidas*, 1864.

CT – *Correio da Tarde*.

DA1934 – *Discursos acadêmicos (1897-1906)*, 1934.

DA1965 – *Discursos acadêmicos*, volume I (1897-1919). 1965.

DA2005 – *Discursos acadêmicos*, tomo I: Volumes I – II – III – IV 1897-1919, 2005.

DB – *Diário de Belém*.

DECI – *Década primeira da Ásia*, de João de Barros, 1628.

- DECII – *Década segunda da Ásia*, de João de Barros, 1628.
- DECIII – *Década terceira da Ásia*, de João de Barros, 1628.
- DIAL – *Diálogos*, de dom Frei Amador Arrais, 1846.
- DISP – *Dispersos de Machado de Assis*, 1965.
- DN – *Diário de Notícias*.
- DP – *Diário de Pernambuco*.
- DRJ – *Diário do Rio de Janeiro*.
- DRR – *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*.
- EC – *Estante clássica da Revista de Língua Portuguesa – vol. II: Machado de Assis*, 1921.
- ENTR – *Entreato*.
- EP – *Estímulo prático para seguir o bem, e fugir o mal*, 1730.
- ESP – *O Espelho*.
- fól. – fólio.
- FUT – *O Futuro*.
- GF1974 – *Machado de Assis e o hipopótamo*, 6. ed., 1974.
- GN – *Gazeta de Notícias*.
- JC – *Jornal do Commercio*.
- JF – *Jornal das Famílias*.
- JR – *Jornal do Recife*.
- LC – *Luz e calor*, 1871.
- LITO – Litografia de Carlos Linde, publicada em *Brasiliana Itaú*, 2009.
- MACI – *Machado de Assis e a crítica internacional*, 2009. [MASSA, Jean-Michel. A França que nos legou Machado de Assis. p. 231-265.]
- MACV1998 – *Machado de Assis & confrades de versos*, 1998.
- MAD1957 – *Machado de Assis desconhecido*, 1957.
- MASA – *Machado de Assis: crítica literária e textos diversos*, org. Sílvia Maria Azevedo, Adriana Dusilek, Daniela Mantarro Callipo, 2013.
- MF – *Marmota Fluminense*.
- MM – *Menina e moça*, 1875.
- MQN – *Meditações sobre os quatro Novíssimos*, 1726.
- Ms1862 – Manuscrito datado de 1862, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reproduzido em *Cadernos de Literatura Brasileira: Machado de Assis*, 2008.

- Ms1864 – Manuscrito autógrafo, da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, RJ, datado de 1864.
- OCA1959 – *Obra completa*, 1959.
- OCA1994 – *Obra completa*, 1994.
- OCA2008 – *Obra completa em quatro volumes*, 2008.
- OCA2015 – *Obra completa em quatro volumes*, 2015.
- OP – *O Paiz*.
- OR1910 – *Outras relíquias*, 1910.
- PA1882 – *Papéis avulsos*, 1882.
- PA1937 – *Papéis avulsos*, 1937.
- PAGK1989 – *Papéis avulsos*, 1989, edição de Adriano da Gama Kury.
- PAIT2005 – *Papéis avulsos*, 2005, edição de Ivan Teixeira.
- PAN – *Panegíricos*, de João de Barros, 1791.
- PC1937 – *Poesias completas*, 1937.
- PC1953 – *Poesias completas*, 1953.
- PCEC1976 – *Poesias completas*, edição crítica, 1976.
- PCR – *A poesia completa*, ed. Rutzkaya Queiroz dos Reis, 2009.
- PES – *A Província do Espírito Santo*.
- PPP – *Pão partido em pequeninos para o pequeninos da casa de Deus*, tomo II, 1737.
- PR1937 – *Páginas recolhidas*, 1937.
- RABL – *Revista da Academia Brasileira de Letras*.
- RB – *Revista Brasileira*.
- REP – *A República*.
- RSAMA – *Revista da Sociedade dos Amigos de Machado de Assis*.
- SAUD – *A Saudade*, Rio de Janeiro.
- SL1941 – *Seleção literária*, 1941.
- SP – *Sermões e práticas*, primeira parte, 1711, e segunda parte, 1733.
- TPCL – *Toda poesia de Machado de Assis*, ed. Cláudio Murilo Leal, 2008.
- TVC – *Tratado da virtude da castidade*, 1737.
- UF – *Os últimos fins do homem*, 1761.
- VOMA – *Vida e obra de Machado de Assis*, 1981, 4 v.

ERRATAS

ERRATAS

Errata do v. 2, n. 4.

Nas páginas 77 e 169, onde se lê:

CCPT1964 – *Crônica, crítica, poesia, teatro*, rev. Massaud Moisés, 1964.

leia-se:

CCPT1964 – *Crônicas, crítica, poesia, teatro*, rev. Massaud Moisés, 1964.

Errata do v. 3, n. 5.

Nas páginas 303 a 315, onde se lê

Machadiana Eletrônica, Vitória, v. 3, n. 5, p. 303-315, jan.-jun. 2015.

leia-se:

Machadiana Eletrônica, Vitória, v. 3, n. 5, p. 303-315, jan.-jun. 2020.

Na página 317, onde se lê:

CCPT1964 – *Crônica, crítica, poesia, teatro*, rev. Massaud Moisés, 1964.

leia-se:

CCPT1964 – *Crônicas, crítica, poesia, teatro*, rev. Massaud Moisés, 1964.